

Programa
Minha Casa Minha Vida - Entidades:
UMA EXPERIÊNCIA COOPERATIVA
EM SÃO LEOPOLDO - RS

Natalia D'Agostin Alano
Orientador: Prof. Dr. João Farias Rovati

PROPUR - UFRGS
Porto Alegre,
2018

Natalia D'Agostin Alano

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES:
UMA EXPERIÊNCIA COOPERATIVA EM SÃO LEOPOLDO – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Rio Grande do Sul (PROPUR | UFRGS), na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Orientador: Prof. Dr. João Farias Rovati.

Porto Alegre, 2018

CIP - Catalogação na Publicação

D'Agostin Alano, Natalia

Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades: uma
experiência cooperativa em São Leopoldo - RS /
Natalia D'Agostin Alano. -- 2018.

272 f.

Orientador: João Farias Rovati.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. 2.
Cooperativismo Habitacional. 3. Habitação de
Interesse Social. 4. São Leopoldo. 5. COOTRAHAB. I.
Farias Rovati, João, orient. II. Título.

Natalia D'Agostin Alano

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES:
UMA EXPERIÊNCIA COOPERATIVA EM SÃO LEOPOLDO – RS**

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Camila Loffredo D'Ottaviano
(Examinadora Externa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP)

Prof.^a Dr.^a Renata Rogowski Pozzo
(Examinadora Externa do PPG em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Socioambiental/UDESC)

Prof. Dr. Leandro Marino Vieira Andrade
(Examinador Externo do Departamento de Urbanismo da Faculdade de
Arquitetura/UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Luciana Inês Gomes Miron
(Examinadora Interna do PROPUR/UFRGS)

Porto Alegre, 2018

Dedico este trabalho à memória do meu grande amigo, Tadeu Spilere – que antes mesmo de se tornar jornalista, "escovava a história à contrapelo". Ao criar o Jornal Nossa Gente, do município de Nova Veneza/Santa Catarina – nossa cidade natal, ele procurou "iluminar o passado" através dos testemunhos dos vencidos.

Agradecimentos

Este, como qualquer outro trabalho, tem uma história. Ainda que se trate de um produto final de escrita, o tempo dedicado para esta pesquisa, foi muito maior que o destinado à escrevê-lo. Este trabalho, por exemplo, começou na cidade de Laguna, em meados de 2012. De lá até aqui, encontrei muita *gente*, a qual, não tenho dúvidas, me ajudaram a construir este estudo. A essa *gente*, sou grata. Recordo-me de 2012 porque foi naquele ano que conheci a Prof. Dra. Renata Rogowski Pozzo. Na época, enquanto professora, aceitou me orientar no Trabalho Final do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da UDESC. A partir daí, além da amizade que construímos, comecei a me envolver fortemente com a temática da habitação. Esse envolvimento também resultou em minha mudança de Laguna à Florianópolis para militar com a FALM na Ocupação Contestado, em São José – SC. Naquele momento, conheci pessoas que me conduziram a pensar a moradia como uma luta bastante dura. Dentre essas pessoas, Luís Felipe Magalhães, que além de fazer parte da minha banca de TCC, tornou-se um bom amigo. O arquiteto Flávio Alípio também foi uma figura importante para mim, pois, quando na elaboração de projeto do meu TCC, foi ele quem me co-orientou.

No universo da habitação social, conheci a arquiteta urbanista Julia Wartchow, também amiga e, desde Porto Alegre – RS, foi quem me colocou em contato com a direção da COOTRAHAB, e dali, acabei iniciando o estágio na obra do empreendimento que hoje é objeto desta pesquisa. O arquiteto urbanista Álvaro Pedrotti e a presidenta da cooperativa COOTRAHAB, Andreia Camillo Rodrigues, foram os que me receberam para realizar esse estágio – e desde então colaboraram com este trabalho mediante à disponibilidade em me conceder entrevistas, dados, ou qualquer eventual demanda que surgisse. Ainda nesse universo da habitação social, devo a minha pesquisa às moradoras e aos moradores do Loteamento COOTRAHAB. Os quais, abriram suas portas e comigo, dialogaram. Agradeço por isso, e agradeço por cada convite para a volta.

O estágio me trouxe ao mestrado e, portanto, dezenas de colegas, professores, amigas e amigos que devo os meus agradecimentos. O Professor Dr. Leandro Andrade, que conheci na situação do Estágio Docência, na disciplina de Urbanismo III, ensinou-me (sem querer) a amar as minhas experiências, como uma “criancinha feia”. Agradeço a ele por isso, e também por ter aceitado participar do meu Exame de Qualificação. Nathalia Danezi, com quem dividi sala no Estágio Docência, é hoje uma grande amiga. Ela e Marina Maia, ambas amigas que fiz no mestrado, acabaram tomando um pedaço de mim, e eu, pedaços delas. Juntas, ajudaram-me a concluir este trabalho com as diagramações e a elaboração de mapas – sem essas duas, seria tudo mais difícil! Também seria mais penoso sem os amigos: Natan Arent, Renata Carrero, Tiago Holzmann, Alessandra Prates, Terezinha Buchebuan, Elo Mudo, Lívia Nunes, e a lista segue. Amigos com quem dividi bons momentos, que confiaram em mim e me deram muita força.

De dentro da instituição UFRGS e sobre o Exame de Qualificação, preciso agradecer o Professor Dr. Álvaro Heidrich, do Programa de Pós-graduação em Geografia, da UFRGS – que participou da minha banca, e apresentou-se bastante generoso com suas colocações. Hoje, agradeço aos integrantes da banca de defesa desta dissertação, que aceitaram prontamente o nosso convite (meu e do meu orientador, João Farias Rovati). Agradeço à Prof. Dra. Camila L. D’Ottaviano, à Prof. Dra. Luciana Inês Miron, e novamente à Prof. Renata R. Pozzo e ao Prof. Leandro Andrade.

É preciso recordar, que os dois anos de bolsa que me foram concedidos pela CAPES, foram de grande importância, dando-me tempo livre de trabalho, para os estudos. Agradeço, ainda, ao PROPUR – UFRGS, e ao seu corpo docente.

Agradecimentos

Nesses dois últimos anos de mestrado, também é preciso lembrar de outros amigos muito especiais, que conheci fora do ambiente universitário: Aurelie Honore, Andressa Ribeiro, Letícia dos Santos, e Felipe da Costa Franco. Felipe é a quem devo parte da minha história em Porto Alegre, sem querer ele acabou se tornando meu maior interlocutor, depois de minha irmã, Natassia D'Agostin Alano.

À minha irmã e amiga, devo minha constituição enquanto sujeito deste mundo. Desde cedo, dividimos a angústia pelo desejo de uma sociedade mais humana.

Aos meus pais, Ailton Perdoná Alano e Valdirene Teresinha D'Agostin, sou grata não apenas por serem pais e diante desta atribuição, oferecerem-me conforto e segurança. Acima de tudo, sou grata pelo exemplo de simplicidade. Exemplo que desejo levar pra vida. Agradeço porque foi através deles que me coloquei a enxergar o mundo de outra maneira: dividido por classes. Meus pais são o povo.

Também Manuela Crippa, Milene Loio (e seu pacotinho, Dandara, que veio em 2017), Antonela Mitidieri, Nathan Luchina, Moisés e Tadeu Spilere [in memoriam], foram essenciais para mim. Tadeu, que até o meu segundo ano de mestrado, entusiasmava-me a concluí-lo, e torcia para que eu retornasse à Nova Veneza – SC, para que juntos tocássemos projetos que até aquele momento estavam em nossos planos. Perder Tadeu deixou tudo mais difícil. Mas, hoje, agradeço mais do que a confiança em que ele depositou em mim. Agradeço por ele ter me ensinado a não levar as coisas tão à sério e a desfrutar daquilo que é mais importante nesta vida: os encontros.

E é por “encontro” que enxergo a minha parceria com o meu orientador, Prof. Dr. João Farias Rovati: o “João”. Quando finalmente superei o medo e me dispus a escrever esta dissertação, João acabou “pegando junto”. Pensando em Paulo Freire, João não fez *para*, fez *com*. Mas o nosso “encontro” não teve como produto final apenas um texto. João travou em mim um efeito de desorganização da casa mental. Seu método de orientar era outro. Não condizia a sugerir-me uma pilha de livros para resenhar e fazer um crivo do que se utilizaria na argumentação teórica. “Vá cursar as disciplinas”; “vá conhecer a cidade, depois conversamos”, dizia ele. Acredito que os bons anos enquanto professor e pesquisador do PROPUR, tenham-lhe ensinado a compreender a necessidade de um ato de pesquisar como um ato mais humano e mais alegre (isso, sem deixar o rigor de lado). Eu vi nele essa vontade. João sempre se preocupou comigo. E, por fim, essa postura adotada por ele, fez-me ver a pesquisa virada ao avesso. No começo, foi bastante duro, pois levou-me para uma região do conhecimento que eu ainda não havia entrado. Assim como na própria filosofia, João me tirou da zona de conforto, e só depois de uma longa convivência é que eu pude compreender isso! A partir dessa compreensão, a frase de Paulinho da Viola, constantemente reproduzida por ele em sala de aula, passou a fazer mais sentido: “as coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender”.

Ao João, eu devo o meu maior agradecimento. A ele, que dedicou a vida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e à luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade. A ele, que foi meu orientador, professor, coordenador de estágio, e amigo. Sorte a minha, tê-lo encontrado nos 45min do segundo tempo!

Ademais, obrigada a vocês, pela co-autoria!

Resumo

Esta dissertação analisa uma experiência de cooperativa habitacional financiada pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E). Diferente da modalidade empresarial, o PMCMV-E estimula a participação dos moradores no processo de construção de suas casas. A dissertação, mais do que compreender se a cooperativa alcançou ou não tal propósito participativo, pergunta-se sobre o que marcou a vida desses moradores nesse processo para além do acesso à casa própria. O caso analisado é um conjunto de 222 unidades habitacionais térreas, localizado no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, construído pela COOTRAHAB – Cooperativa de Trabalho, Habitação e Consumo Construindo Cidadania. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de corte etnográfico. No plano metodológico, a investigação utilizou técnicas tradicionalmente empregadas nesse tipo de pesquisa, como observação participante, questionários e entrevistas. A partir destas técnicas, produziram-se diários de campo, dados quantitativos, fotografias e gravações de áudio. As descrições e análises feitas buscam incorporar sobretudo as subjetividades, ou aquilo que normalmente não pode ser medido. Por isso, a exposição dos resultados do estudo tomou a forma de narrativa, na qual o que foi captado pela pesquisa de campo é interpretado sob a perspectiva etnográfica, buscando contemplar a sensibilidade do pesquisador e sobretudo, do morador.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades; COOTRAHAB; São Leopoldo; Rio Grande do Sul

Abstract

This dissertation analyzes a cooperative social housing experience financed by the program *Minha Casa Minha Vida - Entidades* (PMCMV-E). Unlike the modality financed by the business community, the PMCMV-E encourages the participation of the residents in the process of building their homes. The research seeks to investigate whether or not the cooperative has achieved such a participatory purpose and it also wonders about what marked the lives of the residents in this process beyond the access to home ownership. The case study is a set of 222 housing units that is located in the city of São Leopoldo, Rio Grande do Sul. It was built by the cooperative named *Cooperativa de Trabalho, Habitação e Consumo Construindo Cidadania* (COOTRAHAB). This is a qualitative and ethnographic research that used, at the methodological level, techniques traditionally employed in this type of research, such as the participant observation and the application of questionnaires and interviews. By the employment of these techniques, field diaries, quantitative data, photographs and audio recordings were produced. With those data in hands, subjective descriptions and analyzes were incorporated in the research work. With that being said, the results of the study took the form of a narrative in which the field research is interpreted from an ethnographic perspective that seeks to contemplate the sensitivity of the researcher and, above all, the resident.

Key-words: Social housing; *Minha Casa Minha Vida - Entidades* program; COOTRAHAB; São Leopoldo; Rio Grande do Sul

Lista de Figuras

Capítulo 1 – Introdução

- Fig. 1** Localização do Loteamento COOTRAHAB, São Leopoldo – Rio Grande do Sul p. 33

Capítulo 2

- Fig. 2** Participação dos moradores de Piquiá de Baixo (MA) na elaboração do projeto de reassentamento orientado pelo Grupo Usina CTAH, 2012 p. 68
- Fig. 3** Canteiro de obras do Loteamento COOTRAHAB p. 72
- Fig. 4** Sobrados do Loteamento Padre Orestes Stragiliotto visto de dentro da obra do Loteamento COOTRAHAB p. 80

Capítulo 3

- Fig. 5** Município de São Leopoldo com destaque ao bairro Santos Dumont p. 101
- Fig. 6** Bairro Santos Dumont visto pelo lado de dentro da Estação de Trem Santo Afonso, Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul p. 107
- Fig. 7** Bairro Santos Dumont vista para a Região NE, desde a Região NO p. 108
- Fig. 8** Iniciativas de HIS por cooperativas do município de São Leopoldo – bairro Santos Dumont p. 109
- Fig. 9** Rua que dá acesso a algumas unidades habitacionais produzidas por intermédio dos Programas: PSH, PCS e Resolução nº 460 p. 114
- Fig. 10** Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através do PCS p. 114
- Fig. 11** Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através do PCS p. 115

Fig. 12	Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através do PSH	p. 115
Fig. 13	Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através do PSH	p. 116
Fig. 14	Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através da Resolução nº 460	p. 116
Fig. 15	Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através da Resolução nº 460	p. 117
Fig. 16	Terra do "Seu Romeu" em negociação pela COOTRAHAB e área de inserção do Loteamento Padre Orestes	p. 121
Fig. 17	Votação para a aprovação da Contrapartida	p. 129
Fig. 18	Extensão da linha de trem "São Leopoldo – Novo Hamburgo": vista aérea desde a Estação Santo Afonso	p. 130
Fig. 19	Fases operacionais do Loteamento COOTRAHAB	p. 132
Fig. 20	Passeio de educação ambiental e cursos de capacitação promovido pelo TTS da COOTRAHAB	p. 135
Fig. 21	Marcha até a Superintendência Regional da CAIXA/Porto Alegre	p. 136
Fig. 22	Equipamentos públicos no entorno do Loteamento COOTRAHAB	p. 139
Fig. 23	Implantação do Loteamento COOTRAHAB e áreas institucionais e de preservação ambiental	p. 140
Fig. 24	Projeto aprovado em assembleia pelos associados e depois, pela CAIXA	p. 143
Fig. 25	Álvaro Pedrotti (arquiteto) em apresentação de projeto aos associados	p. 144
Fig. 26	Assinatura do contrato pelos associados, com Sabrina Becker	p. 153
Fig. 27	Limpeza do terreno	p. 154
Fig. 28	Limpeza do terreno	p. 154
Fig. 29	Micro estacas	p. 155

Fig. 30	Marcação da viga com régua metálica	p. 155
Fig. 31	Forma metálica para a produção das vigas-baldrame	p. 156
Fig. 32	“Desforma”	p. 156
Fig. 33	Impermeabilização da viga-baldrame	p. 157
Fig. 34	Aterro e levantamento das paredes	p. 157
Fig. 35	Levantamento das paredes (vergas e contra-vergas)	p. 158
Fig. 36	Mestres de obra	p. 158
Fig. 37	“Chapiscos” nas paredes	p. 159
Fig. 38	Malha de ferro (piso)	p. 159
Fig. 39	Telhado “cavalete” com mantas térmicas	p. 160
Fig. 40	Execução do reboco e colocação das aberturas em madeira (espaço nas janelas para pedra de granito)	p. 160
Fig. 41	Acabamento e pintura (mulher em obra)	p. 161
Fig. 42	Pintura	p. 162
Fig. 43	Produção do sistema de esgoto	p. 162
Fig. 44	Progressão da obra	p. 163
Fig. 45	Uma das casas entregues em agosto de 2014	p. 163
Fig. 46	Acompanhamento da PLS	p. 164
Fig. 47	Acompanhamento da CAIXA	p. 164
Fig. 48	Vistoria com mestres, arquiteto e engenheiro	p. 165
Fig. 49	Acompanhamento da CAO	p. 165
Fig. 50	Reunião interna da CAO	p. 166
Fig. 51	Reunião interna da CRE	p. 166
Fig. 52	Oficina de pintura predial oferecida pelo TTS	p. 167
Fig. 53	Assembleia geral	p. 167

Fig. 54	Visita do Prof. Dr. João Farias Rovati, junto a dois estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da UFRGS	p. 168
Fig. 55	A presidenta Andreia C. Rodrigues e Miguel Rossetto, na situação, como Secretário Geral da Presidência as República.	p. 168
Fig. 56	Entrega das unidades habitacionais aos moradores	p. 169
Fig. 57	Entrega das unidades habitacionais aos moradores	p. 169
Fig. 58	Entrega das unidades habitacionais aos moradores	p. 167

Capítulo 4

Fig. 59	Igrejas neopentecostais, Santos Dumont – São Leopoldo	p. 179
Fig. 60	Rua Leopoldo Wasun, Santos Dumont – São Leopoldo	p. 180
Fig. 61	Rua Leopoldo Wasun, Santos Dumont – São Leopoldo	p. 180
Fig. 62	Mapa de comércio e serviço já recorrente no Loteamento COOTRAHAB	p. 181
Fig. 63	Reformas e comércios no Loteamento COOTRAHAB	p. 182
Fig. 64	Reformas e comércios no Loteamento COOTRAHAB	p. 183
Fig. 65	Representação das localidades em que viviam os moradores antes de se mudarem ao bairro Santos Dumont, em São Leopoldo	p. 188
Fig. 66	Planta baixa ilustrativa da casa em que Nadir morou	p. 194
Fig. 67	Ocupação em APP e área institucional	p. 198
Fig. 68	Figueira mantida durante a obra	p. 199
Fig. 69	Cuidados com a área externa do Loteamento COOTRAHAB	p. 215
Fig. 70	Festa de natal organizada pelos moradores junto à COOTRAHAB	p. 225

Siglas e Abreviaturas

AEIS	Área Especial de Interesse Social
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CadÚnico	Cadastro Único
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONCIDADES	Conselho das Cidades
CMP	Conselho de Movimentos Populares
COOPERHABITAR	Cooperativa de Habitação Regional Ltda.
COOPERLAR	Cooperativa de Trabalho Habitação Nosso Lar Ltda.
COOPERNOVA	Cooperativa de Produção Trabalho e Habitação Ltda.
COOPERPROGRESSO	Cooperativa Habitacional Moradores da Vila Progresso Ltda.
COOTRAHAB	Cooperativa de Trabalho Habitação e Consumo Construindo Cidadania Ltda.
CAO	Comissão de Acompanhamento da Obra
CRE	Comissão de Representantes
EO	Entidade Organizadora
FALM	Frente Autônoma de Luta por Moradia
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCDDHBR	Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FERU	Fórum Estadual de Reforma Urbana
FECOOHASC	Federação de Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
GIDUR	Gerência de Desenvolvimento Urbano da CAIXA
HIS	Habitação de Interesse Social
MCidades	Ministério das Cidades
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana

ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCS	Programa Crédito Solidário
PLS	Planilha de Levantamento de Serviço
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades
PROPUR	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PT	Partido dos Trabalhadores
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TTS	Trabalho Técnico Social
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

Sumário

Capítulo 1	Introdução	p. 27
	1. 1 A construção da pesquisa	p. 32
	1. 2 A pesquisa empírica	p. 44
	1. 3 Questionário e entrevistas	p. 46
	1. 4 Dados e análises	p. 50
	1. 5 Relação sujeito – objeto	p. 54
Capítulo 2	Cooperativa: “É quando todo mundo se reúne e constrói”	p. 59
	2. 1 Estagiária ou militante?	p. 70
	2. 2 Futuros moradores, beneficiários, sócios da cooperativa?	p. 83
	2. 3 A futura pesquisa no passado	p. 86
Capítulo 3	Da janela do trem: o Santos Dumont, a COOTRAHAB e o Loteamento COOTRAHAB	p. 95
	3. 1 As cooperativas habitacionais na região Nordeste de São Leopoldo	p. 105
	3. 1.1 Cooperativa Bom Fim, o início	p. 110
	3. 2 A COOTRAHAB e o Loteamento COOTRAHAB	p. 118
	3. 2.1 A COOTRAHAB	p. 120
	3. 2. 2 O COOTRAHAB	p. 122
	Sequência fotográfica da obra (Loteamento COOTRAHAB 2013 – 2015)	p. 151
Capítulo 4	“O aluguel é que nem você ter outra família”	p. 171
	4. 1 Os migrantes do Loteamento COOTRAHAB	p. 187
	4. 2 As entrevistas – um testemunho	p. 206
	4. 2.1 Casa própria	p. 207
	4. 2. 2 As ruas, o entorno e a produção do Loteamento COOTRAHAB	p. 215
	4. 2. 3 “Será que ele tira esse programa?”	p. 228
Capítulo 5	Considerações Finais	p. 235
	Referências	p. 249
	Apêndices	p. 259

Capítulo I

Introdução

De tanto tecer redes, pescar peixes e falar sobre redes e peixes, os membros da confraria acabaram por esquecer a linguagem que os habitantes da aldeia haviam falado sempre e ainda falavam. Puseram, no seu lugar, uma linguagem apropriada às suas redes e aos seus peixes, e que tinha de ser falada por todos os seus membros, sob pena de expulsão.

A nova linguagem recebeu o nome de ictiolalês (do grego "ichthys" = peixe + "lalia"= fala). Mas, como bem disse Wittgenstein, alguns séculos depois " os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo". O meu mundo é aquilo sobre o que posso falar. A linguagem estabelece uma ontologia. Os membros da confraria, por força dos seus hábitos de linguagem, passaram a pensar que somente era real aquilo sobre que eles sabiam falar, isto é, aquilo que era pescado com redes e falado em ictiolalês. Qualquer coisa que não fosse peixe, que não fosse apanhado com suas redes, que não pudesse ser falado em ictiolalês, eles recusavam e diziam: "Não é real".

Quando as pessoas lhes falavam de nuvens eles diziam: "Com que rede esse peixe foi pescado?" A pessoa respondia: "Não foi pescado, não é peixe." Eles punham logo fim à conversa: "Não é real". O mesmo acontecia se as pessoas lhes falavam de cores, cheiros, sentimentos, música, poesia, amor, felicidade. Essas coisas, não há redes de barbante que as peguem. A fala era rejeitada com o julgamento final: "Se não foi pescado no rio com rede aprovada não é real."

[...] As redes usadas pelos membros da confraria se prestavam para pescar tudo o que existia no mundo? Não. Há muita coisa no mundo, muita coisa mesmo, que as redes dos membros da confraria não conseguem pegar. São criaturas mais leves, que exigem redes de outro tipo, mais sutis, mais delicadas. E, no entanto, são absolutamente reais. Só que não nadam no rio.

Rubem Alves¹

¹ Rubem Alves, A ciência e a sapiência, 2001, p. 82-85.

Introdução

Esta dissertação procura o que muitas vezes não é capturado pelas “redes” da ciência: *as coisas finas*. Trata-se, por assim dizer, de um estudo sobre os “efeitos” que a luta pelo acesso à moradia acarreta na vida dos pobres. Ao analisar um empreendimento financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), sinteticamente, quis responder à seguinte questão: o que ficou depois da entrega das chaves? Esta pergunta, é claro, não nasceu pronta. Quando realizei meu Exame de Qualificação, as motivações teóricas e epistêmicas que a justificavam eram diferentes das que apresentarei a seguir – suas razões, de fato, foram se esclarecendo para mim em meio aos imprevistos e às surpresas próprias da investigação científica.

Desde o início do curso de mestrado meu propósito era compreender o resultado de um processo específico de produção da moradia. No Exame de Qualificação, prometia fazer isso com base em evidências empíricas *objetivas*. Mas, nessa busca, descortinei outros caminhos e passei a dar mais importância a tudo que não podia “medir”.

Essa mudança de abordagem não resultou de uma decisão estritamente pessoal. Mirando para trás, hoje compreendo que, pelo menos em parte, ela aconteceu por razões relacionadas às modificações ocorridas na própria política habitacional. Contudo, desde o ingresso no curso de mestrado, passando pelo Exame de Qualificação, meu objeto de estudo não se alterou: trata-se de empreendimento realizado pela Cooperativa de Trabalho Habitação e Consumo Construindo Cidadania Ltda. (COOTRAHAB), localizado na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul (Fig. 1).

1.1 A construção da pesquisa

No projeto para o Exame de Qualificação, voltado, em linhas gerais, à temática da Habitação de Interesse Social (HIS)², a esperança de contribuir para aperfeiçoar os “programas de autogestão habitacional” justificava minha vontade de compreender seus efeitos sobre a vida dos moradores, para além do acesso à casa própria. Eu apostava numa análise que articularia estudos sobre uma esfera institucional, o PMCMV-E, e a vida cotidiana. Desde então, a partir da ampla e complexa problemática teórica, tinha um objeto de estudo empírico preciso, um conjunto de 222 moradias térreas produzido pela COOTRAHAB, conhecido como Loteamento COOTRAHAB, localizado no bairro Santos Dumont, em São Leopoldo. A direção dessa cooperativa até hoje mantém forte vínculo com o

² Utilizo o termo Habitação de Interesse Social, para me referir a moradias destinadas à população de baixa renda, produzidas e financiadas por órgãos estatais (BONDUKI, 2004), e também àquelas moradias para população de baixa renda que utilizam normativas e recursos públicos, mas que são produzidas por meio cooperativas habitacionais.

Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). O conjunto foi financiado pelo PMCMV-E, denominado, por vezes, como “programa autogestionário”, o qual propõe formas de gestão alternativas às ditas “empresariais”³.

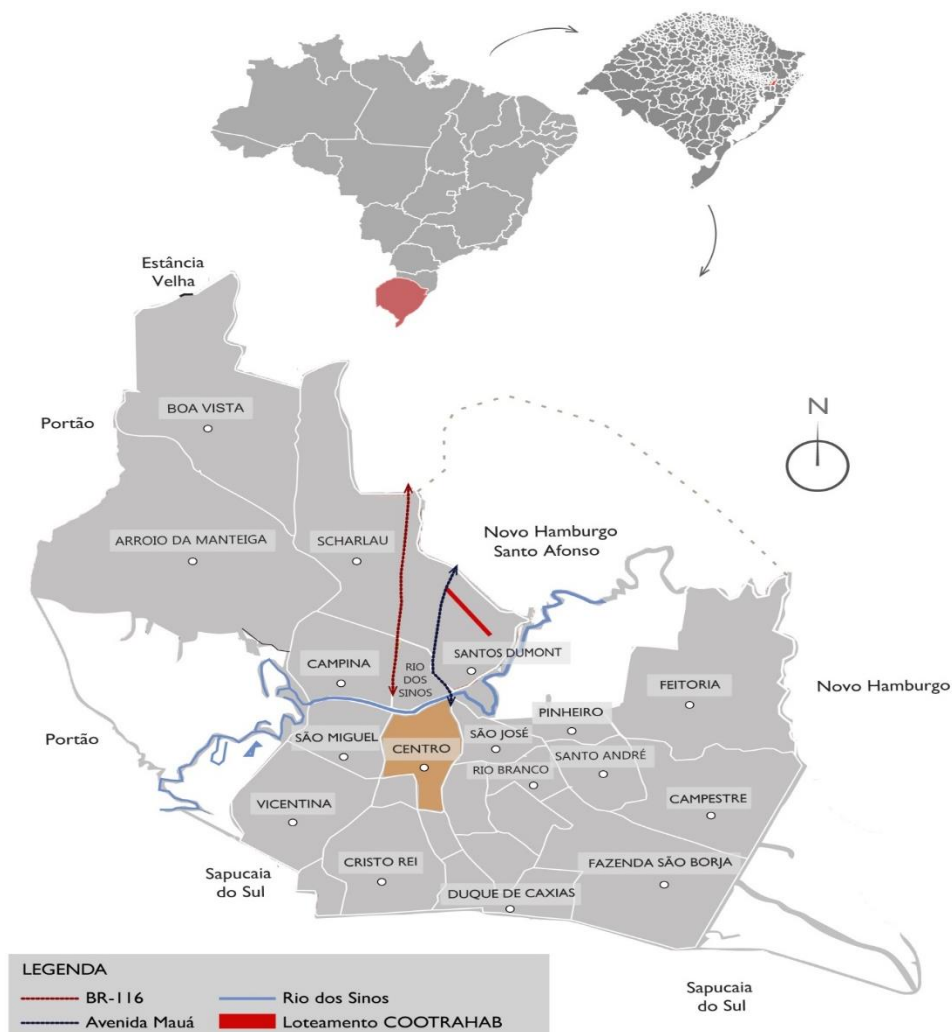


Figura 1: Localização do Loteamento COOTRAHAB, São Leopoldo – Rio Grande do Sul. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2018.

³ Ao longo deste trabalho, emprego expressões como “MCMV-Empresarial”, “vertente empresarial do MCMV”, “iniciativas empresariais”, para me referir às operações destinadas à população de baixa renda (zero à três salários-mínimos) executadas via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Neste caso, “a construtora define o terreno e o projeto, aprova-o junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a CAIXA, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, e sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades. A CAIXA define o acesso às unidades a partir de listas de demanda, elaboradas pelas prefeituras. Os municípios têm como incumbência cadastrar as famílias com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, além da participação por meio da doação de terrenos, isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os índices de utilização do solo nos empreendimentos do MCMV.” (CARDOSO, ARAGÃO, 2013, p. 37).

A suposta relação do Entidades com processos autogestionários de fato foi uma das razões que motivaram a construção inicial de minha proposta de pesquisa. Que significado poderia ter para os moradores uma produção habitacional em que eles próprios assumem o papel protagonista? Isto efetivamente acontecia? A experiência do PMCMV-E, para mim, possibilitava o estudo dessas e de outras questões. Assim, antes de tratar aqui, mais diretamente, do objeto de estudo de minha pesquisa, é preciso dizer algumas palavras sobre o PMCMV-E. Minha intenção, contudo, não é analisá-lo com profundidade, haja vista a expressiva literatura que há sobre o assunto⁴.

Como parte do MCMV, igualmente objeto de ampla produção científica⁵, o Entidades foi instituído em julho de 2009, pela Lei Federal nº 11.977. Quase todos concordam que a criação do MCMV guarda estreita relação com o enfrentamento da crise hipotecária internacional de 2008⁶. Inspirado nas experiências chilena e mexicana, o MCMV é um programa que, pela primeira vez no Brasil, atendeu de forma massiva o subsídio para construção de moradias para famílias de baixa renda – zero a três salários-mínimos. O PMCMV-E destina-se a essa mesma faixa de renda (de zero a três salários-mínimos), denominada como Faixa 1.

Diferente da vertente empresarial para baixa renda, o Entidades opera recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)⁷. Uma Entidade Organizadora (EO) sem fins lucrativos (cooperativas, associações de moradia e

⁴ Ver, por exemplo: LAGO (Org.), 2012; WARTCHOW, 2012; TATAGIBA et al. 2013; FERREIRA, 2014; RIZEK, AMORE, 2014; FIEDRICH, 2015; TATAGIBA, TEIXEIRA, 2015; BURGUIÈRE et al. 2016; CAMARGO, 2016; LINTOWITZ, 2016; MUDO, 2017).

⁵ Ver, por exemplo: ARANTES, FIX, 2009; FERRERIA J, 2012; CARDOSO (Org.), 2013; KRAUSE, BALBIM, NETO, 2013; MILANO, 2013; AMORE, SHIMBO, RUFINO (Orgs.), 2015; ROLNIK, 2016; CARDOSO, JAENISCH, ARAGÃO (Orgs.), 2017.

⁶ Como forma de resposta aos efeitos da crise mundial sobre a economia brasileira, “o governo e sua equipe econômica – que contava com Guido Mantega na Fazenda e Dilma Rousseff na Casa Civil – buscou mitigar os efeitos internos da crise através da adoção de políticas keynesianas que incluíram a manutenção do crédito, o atendimento aos setores mais atingidos pela recessão, além da sustentação dos investimentos públicos particularmente na área de infraestrutura através do PAC e das esferas de atuação da Petrobrás.” (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 28)

⁷ Os recursos foram repassados do Orçamento Geral da União (OGU) para o FDS através da Lei 11.977/09.

outras organizações sociais) promove a produção das moradias. Uma EO, quando habilitada pelo gestor do Programa (Ministério das Cidades) desempenha papel mediador entre os seus associados (futuros moradores) e a CAIXA (agente financeiro do Programa). É a CAIXA quem analisa os projetos, enquadra os moradores, contrata a operação e acompanha a execução da obra (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

A proposição do Entidades, Programa incorporado ao “pacote” do MCMV cinco meses após o seu lançamento, resultou de forte pressão exercida pelos movimentos de luta por moradia junto ao governo federal (LAGO, 2012)⁸. Entre as principais bandeiras desses movimentos, está a da “autogestão habitacional”, ou a reivindicação de que organizações da sociedade civil possam gerir e construir casas visando a criação de laços de solidariedade e o desenvolvimento da cidadania (FERREIRA, 2014).

Apesar da pressão exercida pelos movimentos de moradia, o governo federal reservou apenas 3% dos recursos do MCMV para o Entidades e para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que também é operado por EOs⁹. Os 97% restantes correspondem à recursos destinados às construtoras, gestoras da versão empresarial do Programa.

Ainda assim, o Entidades é considerado o primeiro programa de grande magnitude (com alguns aprimoramentos em relação a programas anteriores, como o Crédito Solidário) “que garante um recurso definido para a construção da moradia” (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2015, p. 4), no qual uma EO se responsabiliza por todas as etapas da obra.

⁸ Movimentos que, em sua maioria, integram o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), como a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); a Central de Movimentos Populares (CMP); a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), entre outros.

⁹ Ainda no MCMV1 (2009 a 2010), a distribuição para o PMCMV-Entidades chegou à 2% dos recursos, o equivalente à 9.395 unidades habitacionais entregues. Para o PNHR, ficou reservado apenas 1% (5.167 UH's). O restante foi distribuído entre MCMV Empresarial (71% - 404.407 UH's), FGTS (15% - 88.580 UH's) e para os municípios que possuem menos de 50 mil habitantes (11% - 63.772 UH's) (Ministério das Cidades, 2011 *apud* MINEIRO; RODRIGUES, 2012).

Portanto, uma diferença importante do Entidades para a vertente Empresarial do MCMV, é justamente a busca da participação social no processo de produção da moradia. No Entidades, o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social (TTS) operado pelas EOs é obrigatório em todo o curso da produção habitacional – desde antes da elaboração dos projetos arquitetônicos, durante essa elaboração, no decorrer da obra e no pós-ocupação. Esta obrigatoriedade – que não nasce com o Entidades¹⁰ – visa garantir a participação dos futuros moradores nos processos decisórios, a promoção da autonomia, do protagonismo social e da organização comunitária (COTS, 2013). Tais objetivos estão bastante alinhados a bandeiras dos movimentos de moradia – como vimos, a incorporação do Entidades ao MCMV nasceu da pressão exercida por esses movimentos.

Mais da metade (55%) das EOs habilitadas pelo Ministério das Cidades estão vinculadas a algum movimento social¹¹. Contudo, o Entidades de fato promove cidadania, organização comunitária, laços de solidariedade e autonomia? Este era um de meus principais questionamentos iniciais. Se mais da metade das EOs habilitadas pelo Ministério das Cidades estava ligada a algum movimento social, e se o próprio Entidades, para além de produzir casas, buscava o “protagonismo social”, a pergunta que então fazia me parecia absolutamente pertinente.

Em estudo realizado sobre o protagonismo social, Luciana Tatagiba e Ana Claudia Chaves Teixeira (2016) relacionam a ação dos movimentos populares a domínios como o *político*, o *cultural* e o *biográfico*. Este último diz respeito “às

¹⁰ O Trabalho Social surge com o Banco Nacional de Habitação (BNH). Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades pelo governo Lula, houve uma ampliação e reconhecimento do Trabalho Social como um direito do cidadão na Política Nacional de Habitação. É também neste governo que se passa a exigir um profissional do serviço social ou da sociologia, para realizar esse trabalho. Com o lançamento do PAC e do MCMV, o Trabalho Social tornou-se um componente da política urbana e habitacional. Com relação à política habitacional voltada para a atuação de cooperativas, não se pode esquecer que o Trabalho Social também era realizado no Programa Crédito Solidário (PCS) – cujo programa foi a base para a criação do PMCMV-Entidades.

¹¹ FERREIRA, 2012.

mudanças nas trajetórias e estilos de vida dos ativistas como resultado de sua participação no movimento” (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2016, p. 85). No caso do Entidades, por exemplo, os associados a uma cooperativa habitacional, que ali tiveram uma participação intensa e ativa, de fato se transformaram no processo de produção de suas moradias? A partir deste tipo de literatura e dessas perguntas, e identificado ali uma *lacuna* do conhecimento, fui desenhando e redesenhando a problemática explorada pela pesquisa que resultou nesta dissertação.

Entre os estudos de programa ditos autogestionários, como o Crédito Solidário e o Entidades, poucos efetivamente abordam seus efeitos na vida do morador para além do acesso à casa própria. Parcela expressiva dos trabalhos que consultei concentra sua atenção em aspectos estruturais e institucionais dos programas – estudos que, de modo geral, abordam seus limites como processo de autogestão (FERREIRA, 2014; DRAGO, 2012), criticam o papel dos agentes burocráticos (NAIME, 2012) e a atuação das cooperativas enquanto agente “empreendedor” (MUDO, 2017) – destacam-se ali problemas como a dificuldade do acesso à terra urbanizada pelas cooperativas (WARTCHOW, 2012; LAGO, 2012; KLINTOWITZ, 2016).

Com relação à lacuna acima referida, a pesquisa já havia evidenciado uma série de questionamentos: “Os programas têm, de fato, fomentado a *organização* social e a ampliação da base dos movimentos de moradia? [...] Quem são os grupos e entidades que estão acessando os programas?”. Ou ainda: “Os beneficiários do programa permanecem na luta pelo direito à cidade e à moradia, após a entrega das chaves da sonhada casa?” (FERREIRA, 2012, p. 181).

Meus questionamentos eram semelhantes. Mas, ao contrário de Ferreira (2012), minhas perguntas surgiram de uma vivência, de uma “experiência empírica”. Partiram, portanto, de outro lugar.

Meu primeiro contato com o Loteamento COOTRAHAB¹² aconteceu em 2013, quando, em um seminário, tomei conhecimento da existência do empreendimento. Em 2014, ainda estudante de graduação, realizei ali um estágio de quatro meses, relacionado ao Estágio Obrigatório exigido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Esta aproximação mais estreita, motivada pela experiência do estágio, levou-me a questionar conceitos como *autogestão* e *participação*. Ainda que amplamente utilizados pela literatura que estuda a temática (e pela própria institucionalidade do Entidades), compreendi que, “na prática”, o uso de tais palavras demandava reflexão mais aprofundada. Constatei que o emprego da palavra “autogestão” para descrever o Entidades dizia respeito muito mais à operação do Programa, que destina recursos para uma EO (sujeitos comuns da sociedade civil) para que esta empreenda a construção de moradias. Nesses processos, muitas vezes quem assume o papel de “organizador” de fato não é o futuro morador, o qual é apenas contemplado com uma “possibilidade de participação”. Foi isso que vi no Loteamento COOTRAHAB. Havia ali os que geriam o processo e os que dele simplesmente participavam. E mesmo o grau dessa participação ou envolvimento no processo era bastante diverso. Eu já questionava, embora com base em uma única experiência, a efetividade da “socialização do poder” (TATAGIBA, TEIXEIRA; 2015)¹³ supostamente implicada nas práticas “autogestionárias” relacionadas ao Entidades. Talvez por esta razão eu não estava interessada em compreender se, no caso da COOTRAHAB, houve ou não uma efetiva participação dos moradores, como fizeram Tatagiba e Teixeira (2015) em seu estudo. De igual modo, não me interessava analisar a “qualidade” dessa eventual participação. Eu “saltava” essa etapa. Eu queria saber o que afinal “ficou” daquele processo para os moradores,

¹² O leitor perceberá que neste trabalho ora expressamos ‘O’ COOTRAHAB, ora ‘A’ COOTRAHAB. No primeiro caso, nos referindo ao Loteamento, enquanto no segundo, nos referimos à cooperativa.

¹³ Segundo Tatagiba e Teixeira (2015), a socialização do poder é uma das dimensões construtivas para uma participação de qualidade. Trata-se da “capacidade da organização social descentralizar o poder e envolver as famílias no processo da gestão. A socialização do poder é apreendida na pesquisa por uma dimensão: a relação entre organizações sociais e famílias. Nesse sentido, socialização do poder refere-se à natureza das relações estabelecidas no interior da coletividade, entre os agentes que aí participam.” (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2015, p. 8).

tenham dele participado de maneira mais ou menos efetiva. Não me animava, pois pensava que não tinha fôlego para tanto, a questionar noções como “cidadania”, “protagonismo social”, “laços de solidariedade”, “organização comunitária”, reiteradamente associadas ao Entidades pelos movimentos sociais.

Hoje penso que a leitura de *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*, de Richard Sennett (2012), sugerida pelo meu orientador, foi o que me levou a olhar para tal processo de outra maneira. Passei a compreender o projeto empreendido pela COOTRAHAB como “cooperativismo habitacional”. Houve ali diferentes tipos de envolvimento, onde cooperativa, associados, futuros moradores, agentes públicos (governo federal, prefeitura) e outros atores se articularam em torno de um objetivo em comum, a *construção de casas*. Assim, já no Exame de Qualificação meu questionamento se resumia a uma pergunta: afinal, aquele cooperativismo de fato gerou cooperação? Como veremos adiante, pergunta depois modificada para: o que “ficou” depois da entrega das chaves?

Naquele momento, ainda havia uma preocupação com a esfera institucional do Entidades. Mas, já me parecia evidente que, de fato, o que me animava era compreender o *envolvimento* daqueles moradores no processo de produção de suas casas. Tal envolvimento os teria transformado como sujeitos? De que maneira? Os teria levado a questionar a lógica individualista do “mercado de imóveis”? Os teria transformado em sujeitos mais “cooperativos”, mais “solidários” – em um sujeito que, segundo Paulo Freire (2017 [1996]), é aquele que *é para o outro*? Eu supunha que um sujeito que *é para o outro* é capaz de novos engajamentos. E pensava que a partir de um *estudo de caso* poderia compreender se um dos mais caros objetivos do Entidades estava sendo “atingido”: minha meta, agora, era descobrir o que “ficou” do processo e, ao descrevê-lo, responder se ali havia ou não se produzido “cooperação”.

A partir dessas ideias construí minha pesquisa de campo. Em síntese, do geral para o particular, eu queria compreender o “impacto” de uma “política” junto a um determinado grupo social numa realidade concreta (MINAYO, 2014), o que só poderia ser feito com base nas representações, histórias de vida e

idiosincrasias dos envolvidos no processo abordado, isto é, através da pesquisa qualitativa.

Lancei mão então de duas técnicas de pesquisa, que mais à frente descreverei de maneira mais detalhada, *questionários* e *entrevistas* – técnicas associadas a metodologias largamente empregadas no campo das ciências sociais. Ao aplicar os questionários, queria estabelecer um “primeiro contato” com os moradores do conjunto e elaborar uma compreensão ampla dos sujeitos que ali vivem. Através das entrevistas, das *histórias de vida* (HAGUETTE, 1987), pretendia dar contornos mais precisos a tal compreensão.

Adianto tais questões porque, como foi dito no início desta introdução, a pesquisa que apresento tomou um rumo diferente daquele definido inicialmente – e porque um dos primeiros desafios que encontrei no caminho foi o de lidar com a incerteza, com todos os imprevistos que uma pesquisa quase sempre oferece.

Entretanto, em agosto de 2017, quando iniciei o trabalho de campo, “já era tarde”: em meio às manifestações nacionais dos movimentos de luta por moradia que agora pediam a “volta” do Entidades, compreendi que a crise política e econômica atingiu em cheio a esperança que motivou minha proposta de pesquisa.

Em 2016, logo após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, e com a entrada de Bruno Araújo (PSDB) no Ministério das Cidades, o futuro do Entidades foi colocado em xeque: para a militante que vive dentro desta pesquisadora, já não se tratava mais de compreendê-lo, mas de defendê-lo. O que via eram empreendimentos paralisados, cooperativas aguardando a (cada vez mais incerta) aprovação de seus projetos. O ideário neoliberal (KLEIN, 2008; HARVEY, 2008) ganhava notável radicalidade e invadia nosso cotidiano: em aeroportos e repartições públicas, em consultórios e nos botecos, todas as televisões reproduziam um mesmo discurso, professando a “óbvia necessidade” do corte de gastos sociais, do congelamento dos investimentos públicos, da redução de direitos trabalhistas.

Ainda naquele mesmo ano de 2016, o “procurador da República José Roberto Pimenta Oliveira encaminhou recomendações ao Ministério das Cidades para que anulasse trechos da portaria 163, de 6/5/2016” (HUGUENIN, 2017, p. 3) – portaria que aprovava o *Manual de Instruções* para a seleção de beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). Entre os critérios de seleção dos beneficiários do Entidades está o da participação do futuro morador nas atividades promovidas pela EO¹⁴. De acordo com o procurador da República, este seria um “critério político” e, por essa razão, “não poderia ser adicionado aos outros parâmetros mais gerais do programa” (HUGUENIN, 2017, p.3). Paralelo a isso, ocorre neste período a “fabricação do consenso”, por parte da grande mídia, no sentido da desmoralização do Entidades (HUGUENIN, 2017)¹⁵. Por outro lado, como destaca Huguenin, essa mesma mídia jamais informou que o Entidades geralmente tem produzido moradias melhor localizadas e construídas do que a vertente empresarial (*Ibid.*, 2017), justamente porque há algum controle da produção por parte dos moradores, através da participação, “critério político” questionado pelo procurador da República acima citado.

Enfim, nessa conjuntura, tratar de “cooperativismo e cooperação” com o propósito de gerar uma contribuição para o aperfeiçoamento do Entidades, já não me parecia uma justificativa convincente. As circunstâncias apontavam para o fim dessa modalidade do MCMV. Minha pesquisa, aos poucos, foi assumindo contornos quase historiográficos, pois agora lidava com uma “coisa” que já parecia pertencer ao passado. Nesse quadro, eu agora me perguntava sobre “o que sobrou” depois da entrega das chaves – essa “nova” pergunta, de modo metafórico, direcionava meu olhar para um “todo em desconstrução”.

¹⁴ Segundo esse critério, grosso modo, um associado pode ser desligado do empreendimento caso não participe das atividades propostas pela EO.

¹⁵ Huguenin (2017) analisa matérias de jornais vinculadas à *Folha de São Paulo* e ao *Estadão* e demonstra como tais mídias têm distorcido informações sobre as práticas do PMCMV-E visando desqualificá-lo. Em julho 2018, a Rede Globo deu ampla divulgação à reportagem que, através de “denúncias”, demonizou o Entidades; ver: “Os movimentos sociais de luta por moradia repudiaram a matéria”, cf. <http://autogestao.unmp.org.br/autogestao-na-midia/movimentos-repudiam-ataques-e-criminalizacao-do-mcmv-entidades-pela-rede-globo/>; acesso em 29 de agosto de 2018.

Já na pesquisa de campo descortinei novos limites. Desta vez, impasses relativos à metodologia do trabalho e à aplicação dos questionários.

Quando elaborei os questionários incluí perguntas cujas respostas (eu assim supunha) me permitiriam compreender se lá havia algum nível de *organização* – por exemplo, queria saber se os moradores conheciam o MNLM, movimento ao qual se associam alguns diretores da COOTRAHAB. As primeiras aplicações dos questionários, contudo, logo me fizeram compreender que, se lidasse somente com números, inevitavelmente eu descreveria uma obviedade: eu não precisava dos questionários para concluir que o a precariedade do bairro (vívida e observada em campo) e a falta de engajamento dominavam aquele lugar. E também logo compreendi que as conversas que cercaram meu contato com os moradores apontavam noutra direção: já no primeiro encontro percebi que, por baixo da superfície, isto é, para além das perguntas contidas no questionário, estava a vontade de “contar uma história” – o que transparecia na acolhida dos moradores, nos seus gestos e expressões, talvez mais do que em suas falas. Numa das pausas do trabalho de campo, reporte essas impressões a meu orientador. Foi quando ele me sugeriu uma nova leitura. Tratava-se, desta vez, das teses “sobre o conceito de história”, escritas no começo de 1940 pelo filósofo judeu-alemão Walter Benjamin (1892-1940). A complexidade da leitura, mais precisamente da Tese IV, levou-me à leitura de Michael Löwy (2005). Abaixo, reproduzo na íntegra o texto de Benjamin:

Tese IV

"Buscai, primeiro, do que comer e vestir, e o reino de Deus vos advirá por si."
Hegel, 1807.

A luta de classes, que um historiador escolado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não há coisas finas e espirituais. Apesar disso, estas últimas estão presentes na luta de classes de outra maneira que a da representação de uma presa que toca ao vencedor. Elas estão vivas nessa luta como confiança, como coragem, como humor, como astúcia, como tenacidade, e elas retroagem ao fundo longínquo do tempo. Elas porão incessantemente em questão cada vitória que couber aos dominantes. Como flores que voltam suas corolas para o sol, assim o que foi aspira, por um secreta heliotropismo, a voltar-se para o sol que está a se levantar no céu da história. Essa mudança, a mais imperceptível de todas, o materialista histórico tem que saber discernir.

Segundo Löwy (2005, p. 59), nesta tese, ao insistir na prioridade das coisas "materiais", Benjamin revela sua proximidade com o dramaturgo Bertolt Brecht: "'Em primeiro lugar, a comida, depois a moral', cantam os personagens de *A ópera dos três vinténs*". Porém, diferente de Brecht, Benjamin "atribui uma importância capital às forças espirituais e morais na luta de classes" (LÖWY, 2005, p. 60). Para o filósofo, o jogo da luta de classes seria motivado pelo "espiritual". Tal como uma qualidade moral que motiva a luta pela libertação do oprimido – *a fé, a coragem, a perseverança, a tenacidade*. O "historiador escolado em Marx" tem que ter diante dos olhos "a luta de classes": sobre o passado, o que interessava a Benjamin não eram os temas essenciais explorados por Marx, como *o desenvolvimento das forças produtivas* ou *as formas de propriedade*, mas "a luta até a morte entre os opressores e oprimidos [...]. O passado é iluminado pela luz dos combates de hoje, pelo sol que levanta no céu da história" (LÖWY, 2005, pp. 59-60). E esta luta, como expressa Benjamin, é "azeitada" por *coisas finas*.

E assim construí uma nova pergunta: existiriam "coisas finas" por trás da luta brutal travada pelos moradores da COOTRAHAB pelo acesso à moradia? Não seriam afinal essas "coisas finas" o que os impulsionavam? E mais uma vez redirecionei meu olhar. Não desisti dos questionários e das entrevistas. Minha questão principal continuou a mesma – o que ficou depois da entrega das chaves? Contudo, desde a leitura de Benjamin passei a prestar mais atenção à "postura do combatente", a gestos e expressões, ou aquilo que não pode ser medido, como ressalta Rubem Alves nas frases postas em epígrafe. Parafraseando Alves, desde então meu esforço se dirigiu à compreensão do que dificilmente é capturado pelas "redes da ciência", às "criaturas mais leves, que exigem redes de outro tipo, mais sutis, mais delicadas" – criaturas que, entretanto, "são absolutamente reais" (ALVES, 2001, p. 85). E é também tal esforço que esta dissertação procura retratar – essa mudança "da rede", essa mudança na relação entre sujeito-pesquisador e objeto.

1.2 A pesquisa empírica

Minha pesquisa se propõe a compreender o que uma produção cooperativa de moradias significa para seus protagonistas. O que esses moradores viveram? Como compreendem essa vivência depois da “entrega das chaves”? Refiro-me especificamente aos sujeitos moradores do empreendimento habitacional promovido pela COOTRAHAB, financiado pelo PMCMV-E. Foram 222 moradias construídas no bairro Santos Dumont, em São Leopoldo. Seus moradores, associados à COOTRAHAB, acompanharam o processo de produção de suas casas. Este processo diz respeito à “gestão e construção da moradia”. Compreende uma organização prévia dos associados para compra da terra, a elaboração de projetos, aprovações, construção e entrega das casas; etapas vividas de diferentes maneiras por cada morador.

Como já foi apontado, a possibilidade de acompanhar a produção da obra diferencia o Entidades da MCMV empresarial. Nesse último caso, geralmente os “beneficiários” são sorteados através de uma lista do Cadastro Único. Eles acessam suas moradias sem terem tido maior envolvimento com a obra. Nessa diferença reside o interesse da pesquisa: no COOTRAHAB, o envolvimento do morador no processo, produziu “algo” além da moradia?

A resposta que proponho a esta pergunta tem um caráter bastante descritivo. No *estudo de caso*, adotei uma postura de tipo etnográfico (ANDRÉ, 2008). Minha proposta foi registrar aspectos básicos relacionados ao PMCMV-Entidades e como este foi operado no empreendimento em estudo. Investigo e descrevo o processo de promoção e produção desse empreendimento. Com base nos dados coletados, busco elementos para descrever o sistema de relações articulado pelos próprios moradores – um sistema característico das pesquisas qualitativas, as quais tem, como maior virtude, justamente a empiria, o “estar lá” (BECKER, 2014).

Quanto ao Entidades, considere que não era necessário descrevê-lo de maneira detalhada e aprofundada – já temos uma boa literatura acumulada sobre o assunto. Penso que aquilo que o leitor precisa saber para compreender sobre a pertinência da pesquisa, ou para situar-se em torno da temática, já foi dito nesta introdução. Assim, assumo que, para a exposição dos resultados de minha pesquisa, basta ancorar a referência ao PMCMV-E na descrição do próprio objeto de estudo, no caso, o conjunto habitacional produzido pela COOTRAHAB. Ao falar do objeto, falo do Programa.

Em relação ao objeto, para descrevê-lo, para “contar” a história de sua produção (a organização da cooperativa e dos futuros moradores, a produção de projeto, a construção e a entrega das moradias), evoco também uma experiência vivida antes do ingresso ao mestrado. O estágio por mim realizado na obra, ainda como estudante de graduação, permitiu-me reunir matéria que considero muito relevante para a construção desta pesquisa. Na situação de estágio, registrei fatos em diário de campo, fotografei o bairro e até mesmo realizei entrevistas informais com alguns diretores da cooperativa – matéria guardada desde 2014 e que incorporo à pesquisa. Mas, obviamente, o material até então acumulado apresentava lacunas. Vez ou outra me deparei com dúvidas acerca de nomes e datas, somente dirimidas com a retomada do contato com o empreendimento. Na pesquisa de campo para a dissertação entrevistei a presidenta da cooperativa, Andreia Camillo Rodrigues, e o Arquiteto e Urbanista responsável pelo projeto do conjunto, Álvaro Luiz Pedrotti. Estas entrevistas fizeram parte da última etapa de estudo e tiveram o objetivo justamente de precisar algumas lembranças. Por essa razão, pode-se caracterizá-las como conversas informais. A única formalidade esteve relacionada a um pequeno roteiro que elaborei com base nos resultados obtidos através da aplicação dos questionários: a eles apresentei os principais resultados quantitativos desses estudos e pedi para que os comentassem. Este momento serviu também para que Andreia e Álvaro tomassem conhecimento das impressões dos moradores com relação às ações da direção da cooperativa.

“Contar a história” da produção do empreendimento não foi, para mim, uma tarefa fácil. Sempre que possível o fiz de modo linear, em sequência cronologicamente progressiva, para que o leitor pudesse compreender os principais traços de uma trama por natureza intrincada. Trata-se de uma produção habitacional que envolve diferentes esferas de interlocução, como poder municipal, federal, comunidade, leis, regimentos, portarias e tantos outros atores e documentos. Situar-se em meio a esse “novelo” foi laborioso; meu esforço foi no sentido de indicar ao leitor o “fio da meada”.

Para minha narrativa o “estar em campo” foi fundamental. Descrever a paisagem e a dinâmica do bairro me pareceu uma tarefa necessária. Um novo diário de campo e novas fotografias, mediados por minha *observação participante* (ANDRÉ,2008), foram elementos muito importantes nesta etapa. As fotos, dados e impressões registrados pelo diário de campo foram coletados no compasso das minhas idas à campo para aplicar questionários e realizar entrevistas.

I.3 Questionário e entrevistas

Questionário e entrevistas foram as principais técnicas de coleta de dados utilizadas neste nosso estudo. Foram a base que utilizei para compreender os principais protagonistas da trama narrada – os moradores. O emprego de cada uma dessas técnicas teve sua razão específica.

A aplicação dos questionários veio em primeiro lugar e me ajudou a identificar aqueles sujeitos em grandes traços – de onde vieram, quais foram seus graus de envolvimento na produção das casas (Apêndice I, p. 261). O contato com os moradores através dos questionários e as conversas com meu orientador me levaram a inúmeras leituras, como a do sociólogo Jessé de Souza – *Ralé Brasileira, quem é e como vive* (2009); *Os Batalhadores, nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2012).

Os questionários também me serviam como um meio de reaproximação com o bairro, o empreendimento e as pessoas, aspecto que, como veremos, foi decisivo para a aplicação das entrevistas. A aplicação dos questionários serviu como uma espécie de “cartão de visitas”: através deles, tive o primeiro contato com o amplo leque de moradores do Loteamento COOTRAHAB.

Como a pesquisa buscava compreender um processo de produção habitacional em que o morador tinha a possibilidade de acompanhá-lo, selecionei respondentes que tinham algum envolvimento com tal processo. Sempre me pareceu evidente a pertinência deste critério, considerando-se que essa possibilidade de envolvimento é o que diferencia o Entidades e o empreendimento da COOTRAHAB dos empreendimentos empresariais.

Nem todos os moradores estiveram associados à COOTRAHAB desde o início da produção, isto é, desde o início das negociações pela compra do terreno. Também constatei ao longo da pesquisa que houve certa rotatividade entre os associados da cooperativa. Por isso, com base no estudo da documentação da COOTRAHAB, inicialmente identifiquei os moradores associados há mais tempo à cooperativa. Para esta investigação, a direção da COOTRAHAB me facilitou o acesso aos nomes e endereços de todas as famílias associadas. De acordo com as informações recolhidas, 150 famílias hoje residentes no Loteamento estiveram associadas à cooperativa desde o início. As demais 72 famílias se integraram à cooperativa durante o processo de realização da obra, substituindo os associados desistentes. Localizei estas informações no projeto de implantação do empreendimento e então selecionei os moradores para aplicação dos questionários.

Procurei distribuir a aplicação dos questionários de maneira uniforme em termos territoriais. Elegi 30 casas, mais de 10% do total, o que é estatisticamente relevante: foram, alternativamente, casas de esquinas e casas de meio de quadra, residentes rodeados de famílias que participaram desde o início do processo e de moradores integrados em meio à obra ou após sua conclusão. Meu propósito era tornar, ao mesmo tempo, aleatória e bem distribuída a escolha dos respondentes,

para assim constituir uma amostra diversificada (Apêndice II, p.262). Nem todos os moradores selecionados, entretanto, quiseram responder o questionário. Alguns nem mesmo foram encontrados nos dias em que fui à campo. Por isso, tive que ajustar constantemente a minha amostragem.

Após aplicar o questionário a 28 moradores, decidi dar por concluída esta etapa por absoluta saturação das respostas. Além disso, e ao contrário do que buscava, aos poucos constatei que o grupo selecionado apenas em parte era de fato diverso. Por exemplo: entre os 28 respondentes, apenas dois eram homens; entre as mulheres, apenas duas eram negras. Tanto durante os dias da semana como nos sábados¹⁶, raramente encontrei homens em casa. Suas esposas ou companheiras quase sempre me diziam que eles estavam “no trabalho”. Mas é preciso considerar que, no COOTRAHAB, o percentual de mulheres proprietárias (67%) de fato é bem maior que o de homens; o que corresponde à prioridade dada pelo MCMV ao registro do imóvel no nome da mulher¹⁷.

Quanto às entrevistas, o principal propósito era inventariar algumas *histórias de vida*. Para além dos dados coletados através dos questionários, queria singularizar trajetórias, buscando compreender como viviam, como chegaram até a “casa nova”, como vivenciaram o processo de produção, como se encontram hoje.

As entrevistas pediam uma estrutura. Eu lidava com a relação entre um objeto (o processo de produção de um conjunto habitacional) e a vida dos entrevistados e, para tanto, optei por realizar entrevistas semiestruturadas (Apêndice III, p. 263). Esta técnica propõe uma pauta de questões e, ao mesmo tempo, as deixa em aberto. Por exemplo, ao indagar o morador sobre “como foram os anos entre a sua associação à COOTRAHAB e a execução da obra”, de

¹⁶ Optamos em não ir à campo nos domingos, a fim de respeitar o descanso dos moradores.

¹⁷ Cf. Lei 11.977 de 7 jul. de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. Art. 3º, inciso IV: “prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar”.

fato eu o convidava a se manifestar sobre o seu envolvimento no “processo”, mas sem revelar expressamente a meu interlocutor que era isso o que buscava. Sua resposta a meu questionamento podia gerar novas indagações, envolvendo temas que eu sequer tinha imaginado, ou resultava em fala tão longa e detalhada que tornava dispensáveis novas perguntas.

Como nos questionários, estabeleci critérios para a escolha dos entrevistados. Dessa vez trabalhei com um número relativamente reduzido de moradores, pois as entrevistas deles exigiriam maior disponibilidade de tempo. Escolhi quatro moradores, selecionados entre os 28 respondentes do questionário. Essa escolha levou em conta, de uma parte, a disponibilidade do morador em me receber novamente, de outra, o seu envolvimento na obra. Isto é, o critério continuou sendo abordar os moradores que mais se envolveram no processo.

Mas, é claro, como já foi observado, nem tudo é previsível na pesquisa científica, de modo especial naquelas de tipo etnográfico – nestas, o pesquisador deve estar particularmente atento, consciente de que deve anotar tudo, até que tenha a certeza de que novos dados não serão necessários (BECKER, 2008). Ao concluir as quatro entrevistas, percebi que seria importante entrevistar também um morador que pouco ou nada participou do processo. Escolhi esse morador de forma aleatória. Nessa entrevista, incorporei algumas perguntas incluídas no questionário (como idade, cidade natal, profissão e escolaridade), apenas para que tivesse informações básicas sobre o sujeito entrevistado. Um dos objetivos dessa quinta entrevista foi subsidiar eventual “comparação” entre os moradores que se envolveram e os que não se envolveram no processo em estudo.

Por último, sobre os questionários e entrevistas, é preciso dizer que todas as pessoas contatadas assinaram um Termo de Consentimento. A todos expliquei, abertamente, os passos e finalidade da pesquisa e de cada técnica de coleta de dados. No caso das entrevistas, solicitamos autorização do nosso interlocutor para gravar ou não nossa conversa, deixando claro, sempre, que o respondente

ou entrevistado poderia interromper o procedimento no momento que desejasse.

Contudo, embora todos os moradores contatados tenham assinado o Termo de Consentimento, decidimos preservar suas identidades. Assim, são fictícios todos os nomes de moradores citados ao longo da dissertação. De outra parte, quero esclarecer ainda que a integralidade dos dados coletados através dos questionários foi reunida no Apêndice IV (pp. 264-269), pois julguei que caberia apenas citá-los no corpo da dissertação.

I.4 Dados e análises

Fiz referência a questionários e entrevistas. Falei pouco da observação participante. Disso tudo resultaram histórias de vida, dados quantitativos, diários de campo, fotografias e áudios, sem falar das leituras e referenciais teóricos. Como utilizei o material coletado?

Em meio a minha pesquisa de campo, decidi produzir uma descrição *densa* (GEERTZ, 1989) do processo investigado. A *descrição densa*, para o criador dessa expressão, é a expressão etnográfica da interpretação de uma determinada cultura. Pois foi isso que procurei, em última análise: observar uma situação e, ao descrevê-la, interpretá-la.

Ao escrever sobre o processo estudado, portando, antes de mais nada procurei descrevê-lo de maneira *densa*. Entretanto, na medida em que, enquanto pesquisadora, eu entrava em cena no texto, ao recordar, por exemplo, minhas práticas como estagiária, compreendi que de fato eu também era *participante* do processo que observava.

Porém, em última análise, a prática da escrita foi o que me conduziu a entender o que é *observação participante*. "Participante" porque "se admite que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado" (ANDRÉ, 2008, p. 26). Esta afetação me levou

da *descrição* à *narrativa*, tendo em vista que o texto, vez ou outra, partia do meu ponto de vista (LUKÁCS, 1965). Além disso, como minha imersão no campo não foi continuada (longos períodos vividos no lugar; dia e noite; domingos), a mera “descrição” é sempre enviesada. Por isso, ao narrar, por vezes evoco lembranças buscadas para além das experiências vividas em campo. As fotografias, filmes e obras literárias citadas me ajudaram a seguir “falando” sobre o objeto – a realizar o que Howard Becker (2009) chama de “relatos sobre a sociedade”, ainda que tais relatos sejam realizados metaforicamente.

Para “falar” (descrever, narrar) de um objeto, é também necessário o aporte de pesquisas científicas. Sem um aporte teórico sobre “os pobres no Brasil”, parecia que minha pesquisa não ganhava corpo. E isto, não apenas para a compreensão de quem lê, mas para a minha própria compreensão. Foi assim que cheguei, por exemplo, às noções de *ralé* e de *batalhador* (SOUZA, 2009; 2012). Essas leituras me levaram a compreender, sem julgá-los (e isso foi muito importante), alguns atributos dos moradores respondentes: porque agiam como agiam; porque não seguiam com o engajamento ou com a organização comunitária; porque Deus ainda é, para alguns, o responsável por todas as coisas, respostas para mim muitas vezes marcada pela questão da “classe social”. Deste modo, como não tenho uma leitura mais aprofundada sobre a temática das “classes sociais”, optei pelas categorias propostas por Souza (2009; 2012).

Nos trabalhos antes citados, com base em Pierre Bourdieu e seu conceito de *capital cultural*, Souza sustenta que as classes sociais se constituem a partir de questões de caráter ideológico, moral, ético e educacional compreendidas no âmbito da cultura. As análises de Souza, entretanto, não se limitam ao universo cultural e exploram os fluxos entre o cultural e o material. A partir dessas leituras compreendi que eu estava lidando com moradores que não possuíam nem capital econômico nem cultural, para os quais a moradia aparece como possibilidade de superar tais limites. Compreendi que meus interlocutores eram a própria “ralé”, designação que, parafraseando Jessé de Souza (2009, p. 21), não emprego para ofender pessoas que já são “tão sofridas e humilhadas”, mas para

chamar a atenção para o trágico e brutal conflito social e político vivido por esse grupo social, consubstanciado num *desamparo* naturalizado e consentido por toda a sociedade.

Para Souza (2009, p. 21), a ralé, “classe social esquecida”, é geralmente percebida como um “conjunto de indivíduos carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais [...] tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública” e “combate à fome”. Invisibilizada, a ralé se reproduz como “animal” – ou, como também propõe Souza (2009), como mero “corpo”, tal como acontece a um escravo. A ralé não pode “funcionar” nem mesmo como “exército de reserva”, pois não possui conhecimento técnico útil para operar máquinas ou para realizar qualquer das atividades produtivas oferecidas pelo moderno mercado capitalista. São sujeitos que não possuem “nem um nem outro tipo de aprendizado” (SOUZA, 2009, p. 46). “Algumas vezes, ainda que alguns pais estimulem os filhos a irem à escola, os motivos dessa escolha são ‘cognitivos’, da ‘boca pra fora’ posto que a maior parte desses pais também não foi à escola ou não teve nenhuma experiência pessoal de sucesso escolar”. (SOUZA, 2009, p. 46)

Tratam-se de sujeitos que, por não terem qualquer conhecimento técnico, vendem sua força de trabalho à baixo custo. São empregadas domésticas, ambulantes, pedreiros, pintores, trabalhadores “informais” de todo tipo. Sujeitos que não possuem as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo de classe média, por exemplo. Diferente dessa classe, a ralé geralmente não dispõe de habilidades transmitidas de pais pra filhos, como o autocontrole, a disciplina, a autoresponsabilidade ou a auto-organização. São sujeitos que se educaram sob a descrença em si mesmos. São “autodesvalidos”, como define Paulo Freire (2017 [1968]) ao se referir aos *oprimidos*. Ouvem de si mesmo que são incapazes, que não sabem de nada e que não podem saber. “Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar” (FREIRE, 2017 [1968], p. 69). Também por isso estão sujeitos à criminalidade. Ainda assim, segundo Souza (2009), há uma parte da ralé que

preserva uma herança moral de "honestidade" e de outros "valores", por ela preservados para não cair na "delinquência".

De pobres honestos à batalhadores: para Souza (2012), os batalhadores são os "dissidentes" da ralé brasileira. Sujeitos "saídos do mesmo meio pobre e constrangedor, abraçados com os mesmos obstáculos enfrentados por seus pares do Brasil pobre", esses "resistentes levantam-se" (SOUZA, 2012, p. 10). Eles emergem no contexto do capitalismo financeiro, que muda o regime de trabalho e preconiza uma ideia de liberdade que valoriza o "não estar dentro de uma fábrica", o regime do empreendedorismo, o "faça você mesmo". Ao contrário de muitos sujeitos da ralé, os batalhadores contam com famílias mais estruturadas (SOUZA, 2012). Mas, o que precisa ser aqui ressaltado, é que os batalhadores (oriundo da ralé) superaram a duras penas a ascensão material e conquistam "alguma dose de autoestima e de reconhecimento social" (SOUZA, 2012, p. 51). A "ética do trabalho", no lugar da "ética do estudo" (vivido pela classe média), parece substanciar estes sujeitos.

Entretanto, a ascensão dos batalhadores não resulta apenas dessa ética do trabalho e do conseqüente esforço individual. Duas outras grandes questões a ela se associam: a religião e as políticas sociais de transferência renda, como a Bolsa Família e o microcrédito, que surgem no governo Lula.

A religiosidade dos batalhadores não se constitui para representar o papel de um "serviço mágico" ou de um "pronto socorro" para suas carências cotidianas imediatas, tal como acontece com a ralé. Para os batalhadores, a igreja oferece o suporte sociocognitivo que permite a competição por um "lugar ao sol" na sociedade (SOUZA, 2012, p. 316). E serve, acima de tudo, para assegurar a dignidade do batalhador, para que não se sinta derrotado ou reproduza sua vida do passado. A religiosidade, a frequência a igrejas pentecostais, serve a essa classe para "copiar" exemplos de famílias leigas que deram certo, de sujeitos que cresceram na vida e mantêm um cotidiano digno. Em síntese, serve para a afirmação de uma autoconfiança – "tudo é possível quando se tem fé no impossível" (SOUZA, 2012, p. 319). De outra parte, os programas sociais

vinculados ao Estado dinamizam a economia desses sujeitos pobres. Segundo Souza (2012, p. 366), em muitos casos, estas políticas acabam “sendo o principal fato novo para o fortalecimento de uma economia monetária mais sólida e vibrante em lugares antes esquecidos por Deus e pelos homens.”

Enfim, os batalhadores constituem uma classe “com relativamente pequena incorporação dos capitais impessoais mais importantes da sociedade moderna” (SOUZA, 2012, p. 367), o cultural e o econômico. Por isso, segundo Souza, eles não pertencem à classe média, mas apresentam comportamentos que a ralé não tem, como a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo, absolutamente funcionais ao mercado capitalista contemporâneo.

1.5 Relação sujeito-objeto

Para realizar esta pesquisa, qualitativa, de tipo etnográfico, tive que dar uma atenção especial à relação sujeito-objeto.

Minha experiência enquanto estagiária na obra do empreendimento (2014), “gravou” uma série de impressões sobre mim, que carrego desde aquele tempo. E isso poderia enviesar o resultado da investigação. Ao retornar ao local alguns anos depois, percebi que eu precisaria vestir aquela “capa de etnólogo” a qual se refere Roberto da Matta (1978), a “capa da dupla tarefa”, que transforma o exótico em familiar e o familiar em exótico.

Contudo, aos poucos me dei conta que eu já vestia aquela capa. O hiato temporário que me separava do objeto me fez estranhá-lo. O cenário que, tempos atrás, me era familiar, tornou-se para mim estranho. O exótico, neste caso, não é algo que diz respeito a estar “alheio” ao objeto. Trata-se apenas de enxergá-lo com um olhar de criança, como se o víssemos pela primeira vez. Isso não quer dizer que julgamentos, sentimentos, interesses e mesmo irritações não tenham emergido durante o trabalho de campo; estas percepções e sentimentos acabaram surgindo – e não há rigor metodológico que barre isso. Mas, como

quase sempre acontece em estudos desse tipo, terminei por abordar meus próprios sentimentos e percepções como se fossem “dados”. Assumi que nenhum dado é “puro” e “objetivo” (MINAYO, 2014). Penso que, na exposição dos resultados da pesquisa, também por isso adotei um tom híbrido, entre a descrição e a narrativa.

Utilizo a palavra “narrativa” porque, na medida em que descrevia o que havia visto, eu também narrava o que havia vivido. Mas não só por isso. A narrativa também aparece no momento em que trago para o texto as palavras dos moradores – palavras que são sempre referidas por meio de aspas e em itálico ao longo da dissertação, para assim diferenciá-las das expressões coloquiais que utilizo. Porque, além do já mencionado, um dos propósitos de minha narrativa foi aproximar o leitor da pesquisa de campo e da “vida real”. Para dar conta dessa aproximação, ainda que prezando sempre pela clareza e coerência, busquei atuar linguisticamente de modo coloquial, tentando ser bastante simples na organização sintática e estilística.

Ao aplicar os questionários, por exemplo, compreendi que os moradores queriam compartilhar suas experiências. Por isso, para além de anotar suas respostas cruas ao questionário, observei e registrei o transbordamento de suas falas para outros temas, seus devaneios, gestos e olhares. A aplicação do questionário quase sempre resultou numa conversa, em diálogos informais intermediados por perguntas diretas e pontuais. O que era para durar 15 minutos (a aplicação do questionário), acabava se estendendo por mais tempo – uma “duração” não muito diferente da que se verificou na realização das entrevistas. Por isso, no texto da dissertação, faço referência a “conversas”, “falas”, “diálogos”, “discursos” – no último caso, sem o propósito de produzir qualquer “análise de discurso”. Utilizo estas expressões/noções para ressaltar que, na relação pesquisador-objeto que construí, houve sempre uma proximidade informal: inevitavelmente, meu interlocutor expunha suas experiências através da narrativa.

Em quase todas as falas dos moradores apareceu o que chamo de “experiência”. Por mais *sensu comum* que soe tal expressão, era nela que

sistematicamente se assentavam as palavras dos moradores. Foi a partir dessa compreensão que meu orientador me sugeriu a leitura de Paulo Freire. Embora eu conhecesse um pouco da sua história de vida e da sua representação no mundo enquanto educador, eu nunca havia me permitido ler seus escritos. Claro, por restrição de tempo, não pude ler tudo o que Paulo Freire escreveu; mas, do pouco que li, compreendi que a *experiência*, para ele, tinha um valor muito especial. Freire, por exemplo, dá enorme importância ao *saber de experiência feito* (expressão, segundo ele, criada por Camões) e discorda dos que desprezam o senso comum, “como se o mundo tivesse partido da rigorosidade do conhecimento científico” (FREIRE, 2001, p. 232). Ao narrar suas experiências, o morador refletia sobre seu passado recente, trazia à tona suas memórias, lia o mundo. Rompia, em certa medida, com a *cultura do silêncio* (FREIRE, 1974), onde os sujeitos oprimidos são mudos, proibidos de ser. Ao narrar suas experiências, o morador “revia” suas práticas, mas com outros olhos. Nos dizeres de Freire, “os ‘olhos’ com que ‘revejo’ já não são os olhos com que ‘vi’” (FREIRE, 2003b, p. 19). De certo ponto de vista, nos termos de W. Benjamin (Tese VII), ao narrar suas experiências os “vencidos” *escovam a história à contrapelo*.

A experiência vivida, para Paulo Freire, tem um caráter fenomenológico. É a fonte primária para o conhecimento, mesmo que não crie teoria (FRANZI, 2007). Os moradores do Loteamento COOTRAHAB tinham o que compartilhar em termos de “conhecimento”. Mostravam-se afetados pela *experiência* e a reconheciam como tal. Por isso, como o leitor verá, a *experiência* é uma noção muito presente nesta dissertação.

Mas a *experiência* não aparece aqui somente vinculada aos moradores. Minha própria experiência foi *re-vista* ao longo do trabalho. Ao expor os resultados de minha pesquisa, dela não pude me desvencilhar. Não estou no mundo de forma neutra, e muito menos de “luvas nas mãos constatando apenas” (FREIRE, 2017 [1996], p.75). É por isso que adotei para este texto a *primeira pessoa*. No caso deste trabalho, a escolha da *primeira pessoa* tem a ver sobretudo com uma relação de honestidade entre quem escreve e quem lê

(PEREIRA, 2013). Porque, como já foi dito, esta investigação parte de uma experiência pessoal. Como tratá-la no plural se apenas eu a vivenciei? Umberto Eco (2007, p. 170) diz que escrever é um ato social de “partilha”, um momento em que, quem escreve, procura convencer o leitor daquilo que se propõe – e que, por isso, deve utilizar o plural majestático, o “nós”. Concordo que escrever é partilhar. Mas, ao falar na primeira pessoa do singular, simplesmente quero dar todo espaço para que o leitor aceite ou não minhas proposições.

Esta postura também tem que ver com os próprios resultados da investigação. Sem querer adiantar as conclusões, o leitor perceberá ao longo deste trabalho, e também nas considerações finais, que evito ser categórica em minhas colocações e jamais sou assertiva quanto aos resultados de minha pesquisa. E o leitor perceberá também, creio eu, o forte peso da trama: minhas análises muitas vezes são pontuais, ligeiras, também porque procuram corresponder às experiências e às falas dos meus interlocutores.

Richard Sennett (2018), em entrevista recente, ressalta a importância da literatura para a sociologia. Para ele, um texto sobre processos sociais é mais esclarecedor quando se escreve com maior ingenuidade, tal como acontece com a literatura. Ao ler um romance, diz Sennett, o leitor desenvolve sua capacidade de refletir sobre o que se narra. Para ele, a escrita social é mais eficiente quando é socialmente “menos” consciente, quando não tem uma intenção intelectual objetiva. Ainda que eu não tenha qualquer pretensão literária, ao expor os resultados de minha pesquisa muitas vezes busquei aquela “ingenuidade”. Não propus capítulos ou sessões teóricas. A interação sociológica se dá através da própria narrativa, da “ficção” etnográfica, da subjetividade, daquilo que não pode ser medido.

A pesquisa e seus resultados são expostos em três capítulos.

No **Capítulo 2**, busco situar minha relação com o objeto de estudo – como se iniciou, como se desenvolveu. Descrevo minha passagem da condição de militante à condição de pesquisadora. Falo de meu percurso na construção deste trabalho. Enquanto um ser de pensamento e de atuação, faço-me um ser

de “práxis” – reflito sobre uma prática do passado, defrontando-me (FREIRE, 2017 [1996]).

No **Capítulo 3**, proponho uma *descrição densa* do bairro Santos Dumont, onde se localiza o empreendimento em estudo. Falo da atuação das cooperativas habitacionais nessa região, do surgimento da COOTRAHAB. Desenvolvo uma descrição cronologicamente linear do processo de produção do conjunto, desde a associação dos moradores até a entrega das casas.

No **Capítulo 4**, interpreto e exponho os dados e testemunhos que obtive por meio dos questionários e entrevistas. Faço uma caracterização dos moradores, registro e comento suas impressões sobre o processo que viveram, sobre suas vidas na “nova casa”. Neste capítulo, busco sobretudo as “coisas finas” (Benjamin) entranhadas nas subjetividades dos meus interlocutores.

Nas considerações finais, faço um balanço dos resultados alcançados pela pesquisa, reflito sobre minha experiência como pesquisadora e aponto rumos para a continuidade dos meus estudos. Que minha ingenuidade possa gerar reflexão e contestação por parte do próprio leitor.

Capítulo 2

Cooperativa:
“é quando todo mundo se reúne e constrói”



516

2. Capítulo 2

Cooperativa: “é quando todo mundo se reúne e constrói”

Na abertura deste capítulo, uma fotografia; como indica a fonte, data de meados de agosto de 2014. A imagem retrata uma das casas entregues pela Cooperativa de Trabalho, Habitação e Consumo Construindo Cidadania (COOTRAHAB) a um de seus associados. Naquela ocasião, foram entregues 76 unidades habitacionais, uma parcela das 222 unidades projetadas para a área conhecida, hoje, como *Loteamento* COOTRAHAB.

A palavra “loteamento”, conforme a acepção da Lei Federal nº 6766/79, refere-se à “subdivisão de uma gleba em lotes destinados a edificação” (BRASIL, 1979). Não é este o caso, mais precisamente, do Loteamento COOTRAHAB. Certo, uma gleba foi ali “subdividida em lotes destinados a edificação”. Contudo, os

sócios da cooperativa não dispuseram, primeiro, de um terreno, para depois construírem suas casas, como normalmente acontece nos loteamentos. Mas, em contrapartida, o objetivo dos cooperativados era dispor de uma casa. A COOTRAHAB, portanto, produziu casas em lotes individualizados. E assim, corresponde a um “conjunto” ou “empreendimento” habitacional financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Tal acento à questão dos “loteamentos”, tem razão porque a expressão Loteamento COOTRAHAB se justifica pelo regime “tipológico” adotado pela cooperativa. Entre os regimes de “loteamento” e “condomínio” que aparecem na lei do MCMV, a COOTRAHAB optou em trabalhar com o primeiro. O qual, diferente do “regime de condomínio”, é composto por áreas públicas, como “vias” e “áreas institucionais”.

Foi a partir da escolha pelo “regime de loteamento”, que a expressão *Loteamento COOTRAHAB*, “pegou”. Essa expressão foi assim designada pelos que ali residem, pelos vizinhos do entorno; e assim é identificado, todo mês, na conta de luz de cada um de seus moradores.

Desde o registro da fotografia, a qual me referi, o local é assim denominado até os dias de hoje. Desse modo, cabe destacar que refiro-me aqui por diferentes temporalidades. Falo *no* presente e *do* presente, de onde miro a experiência aqui analisada. E falo do passado, do tempo em que as primeiras casas do lugar foram entregues (2014). Naquela época, eu não via o Loteamento COOTRAHAB como um objeto de estudo. Mais tarde, entretanto, descobri que minha pesquisa nasceu naquele período, na época em que fiz o registro da imagem que abre este capítulo.

Aquela casa foi fotografada por mim quando eu estava na condição de estagiária do empreendimento, alguns meses antes de me graduar em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Álvaro Pedrotti¹, arquiteto responsável pelos projetos e pelo gerenciamento da obra, foi quem supervisionou meu estágio.

Antes disso, eu estudava e residia em Laguna, sede de um dos *campi* da UDESC. Assim considerando, vale o questionamento: o que me motivou a sair de Santa Catarina, meu estado natal, para estagiar na distante cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul?

Revedo a minha trajetória, percebo que eu já tinha uma ideia do que encontraria na COOTRAHAB antes mesmo de iniciar meu estágio. Dia 05 de outubro de 2013, eu havia participado de um encontro de cooperativas habitacionais do sul do País, realizado em Porto Alegre². Foi quando visitei aquela obra, já em andamento. Só mais tarde fui compreender que aquele encontro se relacionava a um estudo realizado pela Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR), sediada no Rio de Janeiro – os principais resultados desse estudo foram posteriormente reunidos num livro³.

Minha participação naquele encontro foi um tanto casual. Desde o início de 2013 eu estava envolvida com um grupo de estudantes de Florianópolis, que se auto definia “anarquista”, a Frente Autônoma de Luta por Moradia (FALM).

¹ Álvaro Luiz Pedrotti, foi diretor da Secretaria Especial de Habitação do governo do Rio Grande do Sul entre 1999 e 2002, na gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). Atua como profissional na assistência técnica de Projetos Coletivos de Habitação de Interesse Social desde 2005.

² Este encontro tratava-se de uma oficina sobre a Produção Habitacional nos Programas Crédito Solidário e Minha Casa, Minha Vida – Entidades, na Região Sul. Esta oficina, por sua vez, foi uma pesquisa da Fundação CDDH Bento Rubião para o Observatório das Metrôpoles do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) – com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O objetivo da pesquisa era avaliar a produção habitacional de interesse social em curso no país, tendo como foco a análise de projetos arquitetônicos, desenho urbano e a autogestão.

³ Produção Social da Moradia no Brasil: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias / Elsa Burguère, Flávio Henrique Ghilard, João Paulo Oliveira Huguenin, Sandra Kokudai, Valério da Silva; Realização Fundação CDDH Bento Rubião, ARCHE Consultoria Planejamento e Projetos; Colaboradores Luciana Corrêa do Lago, Ricardo de Gouvêa Corrêa, Paulo Horn Regal et al. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. O livro está disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/new/images/abook_file/livro_bentorubiao2016.pdf. Acesso em: 04 jul. de 2018.

Atuávamos na Ocupação Contestado⁴, localizada em São José, cidade vizinha a Florianópolis. Foi no contexto desta ação que alguns de nós, da FALM, decidimos estudar o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) e buscamos o diálogo com as cooperativas habitacionais que atuavam em Santa Catarina.

Nosso objetivo era encontrar uma “saída” para os moradores da Contestado. A ocupação vivia um momento de incertezas e impasses, em parte relacionados às disputas existentes entre os grupos políticos que lá atuavam. O poder público municipal, por meio de uma oferta de aluguel social, buscava uma “solução rápida” para desocupar a área; e prometia futuramente construir naquele espaço, prédios que seriam destinados aos ocupantes. A autoridade municipal mostrava-se intransigente: era “pegar ou largar”. Os moradores, no entanto, não queriam aceitar a oferta do aluguel social, pois temiam que, aceitando a proposta, logo seriam “esquecidos” pela municipalidade. Também não era o desejo deles morar em prédios: eles sonhavam com quintais, jardins, varandas e casas, que eles mesmos construiriam (muitos ocupantes eram operários da construção civil).

Foi então que conhecemos a arquiteta Rita Machado e a assistente social Lenir Ribeiro, que atuavam na Federação de Cooperativas Habitacionais de Santa Catarina (FECOHOASC). A FECOHOASC, porém, não podia nos ajudar na Contestado como desejávamos, porque já tinha compromissos com muitas outras obras e projetos em andamento. Em contrapartida, talvez por terem percebido uma sincera vontade daqueles jovens estudantes de encontrar uma solução para os moradores do Contestado, as duas técnicas buscaram, pelo menos, nos orientar, convidando-nos a participar da mencionada reunião de cooperativas que iria acontecer em Porto Alegre, em outubro daquele ano.

Viajamos para a capital gaúcha com muitas expectativas. Para mim, que na época realizava meu Trabalho de Conclusão de Curso, o PMCMV-E

⁴ Cf. O Movimento Sem-Teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores, disponível em: <http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2264/60.pdf>. Acesso em: 04 jul. de 2018.

representava uma grande oportunidade. Eu associava ao Programa experiências de autogestão (subsidiadas com recursos públicos) que, aparentemente, foram bem-sucedidas, como as relatadas pelo Grupo Usina - Centro de Trabalhos para Ambiente Habitado (CTAH), pela Ambiente Arquitetura e pela Organização Não Governamental (ONG) Peabiru, todas com sedes na capital paulista⁵. Segundo relatos⁶, nessas experiências se promovia e se praticava um diálogo frequente entre os futuros moradores e os técnicos responsáveis pelas obras (Fig. 2). Eu via nesse diálogo um solo fértil para minha militância e atuação profissional; descortinava, ali, a possibilidade de questionar o modelo de provisão da moradia imposto “de cima para baixo”, que abordava os sujeitos desse processo como se todos tivessem os mesmos desejos e as mesmas necessidades.

Minhas expectativas positivas, militantes e profissionais, não se relacionavam apenas a essa possibilidade de diálogo entre técnicos e moradores, intermediado pelo projeto de arquitetura. As próprias exigências do PMCMV-E⁷, como a obrigatoriedade da realização de assembleias e do Trabalho Técnico Social (TTS), me pareciam promissoras ainda que não fossem inéditas. Eu imaginava, por exemplo, que uma Entidade Organizadora (EO), ligada a algum

⁵ O que a ONG PEABIRU, e as entidades Usina CTAH e Ambiente arquitetura têm em comum, é que todas surgiram no início da década de 1990 e atuam enquanto “assessorias técnicas” para produção de moradia à população de baixa renda vinculada à movimentos sociais. Formadas por equipes interdisciplinares – não só de profissionais arquitetos urbanistas – os trabalhos de assessorias visam incorporar processos alternativos à lógica do capital, através de práticas autogestionárias que incluem a participação dos moradores na produção dos projetos e, por vezes, na construção das casas – como acontece no Usina CTAH, com os “mutirões”. Para mais informações, acessar os sites: Peabiru <<http://www.peabirutca.org.br/>>; Ambiente Arquitetura <<http://ambientearquitectura.com/>>; Usina Ctha: <<http://www.usina-ctah.org.br/sobre.html>>.

⁶ Tratam-se de relatos testemunhados por mim em ciclo de palestras e documentários ou lidos em livros e artigos. A produção sob coordenação de João Sette Whitaker Ferreira (2012) *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para implementação de projetos habitacionais e urbanos*, é uma referência.

⁷ A ver: Resolução n° 194 de 12 de dezembro de 2012 – Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social; Portaria n°21 de 22 de janeiro de 2014; Manual de instrução do PMCMV-Entidades da CAIXA; Caderno de Orientação Técnico Social da CAIXA.

movimento social de luta por moradia, poderia se servir das assembleias, das reuniões e do próprio TTS, para promover atividades de formação relativas à “vida” na cidade. Eu julgava pertinente utilizar as “regras” do Programa para realizar discussões críticas em relação à inserção do empreendimento no bairro; aos equipamentos públicos presentes ou demandados e, especialmente, ao mercado de terras, pois, já naquela época, o alto preço do solo urbanizado era compreendido como problema. Parecia-me, sobretudo, conveniente que a produção da cidade fosse discutida pelos futuros moradores desses conjuntos habitacionais, a partir dos seus saberes, e não com base em abordagens de “intelectuais” ou de “militantes de gabinete”.



Figura 2: Participação dos moradores de Piquiá de Baixo (MA) na elaboração do projeto de reassentamento orientado pelo Grupo Usina CTAH, 2012. FONTE: Grupo Usina CTAH, disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/piquia.html>>. Acesso em jul. de 2018.

Hoje, ao lembrar-me daquela experiência, constato que, dentre as minhas expectativas da época, estava a pretensão por haver uma ação pedagógica ou

educação popular. Eu acreditava que, no processo de construção de suas casas ou apartamentos, além de conquistar um lugar para residir dignamente, os participantes do Programa se tornariam protagonistas da luta por seus direitos. Mas, em contrapartida, já no encontro sobre cooperativas habitacionais, realizado em Porto Alegre em 2013, aquela expectativa em questão (ingênua?) seria relativizada: as preocupações das cooperativas lá reunidas, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eram essencialmente pragmáticas, restringindo-se a discussões sobre o acesso à terra, aos trâmites com a CAIXA e à aprovação de projetos. Quase nada fora mencionado sobre "autogestão". Naqueles debates, foi-me dado a compreender que, a conquista da *moradia* era um fim em si mesmo. De todo modo, como uma espécie de autoconsolo, saí de Porto Alegre convencida de que o universo de cooperativas era excepcionalmente diverso. Cada experiência era única e seu percurso dependia dos movimentos sociais envolvidos, dos moradores, do poder público municipal, dos técnicos da CAIXA local e de tantos outros atores e fatores.

De volta à Contestado e no decorrer das novas reuniões, logo vi que a ideia de organizar uma cooperativa para compra de terra e construção de um conjunto habitacional não empolgava. Para tentar compreender o motivo dessa situação, estabeleci duas hipóteses possíveis: 1) *O desconhecimento do PMCMV-E* – em Santa Catarina, apenas uma cooperativa habitacional estava habilitada junto ao Programa – a FECOOHASC. Os movimentos sociais praticamente o desconheciam e, mesmo na universidade, pouco se debatia sobre o assunto. 2) *Os conflitos existentes na ocupação* – os dois principais grupos políticos que atuavam na Contestado mantinham visões muito distintas da luta por moradia. De um lado estava a FALM, definindo-se como anarquista, esse grupo, entre trancos e barrancos, buscava atuar "de modo horizontal"; mas, no que se refere à conquista da casa, simplesmente demonstravam não ter clareza sobre os rumos a serem tomados em relação à pauta em questão. Do outro, havia as Brigadas Populares, que, conforme a minha impressão de atuante no espaço da ocupação, o propósito desse grupo era, sobretudo, o de conquistar lideranças para o seu

próprio movimento. As Brigadas estavam, aparentemente, satisfeitas com as reuniões realizadas com os representantes da prefeitura e, ao fim de cada uma delas, apresentavam-se atendidos ou vitoriosos, mesmo diante das reiteradas derrotas. Assim considerando, nenhum dos grupos demonstrava disposição para realizar ações mais efetivas naquele contexto: nem para construir casas nem para ajudar aqueles moradores a constituírem uma cooperativa. Frustrada, em 2014 me afastei da FALM e da Contestado.

Retornei à Laguna e passei a priorizar o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), um trabalho dividido em duas partes. A primeira, implicava na “elaboração teórica” da temática proposta e na realização de um estudo do objeto escolhido. A segunda, compreendia a elaboração do projeto arquitetônico relativo a esse objeto.

A minha escolha temática versou para a questão habitacional e a ocupação Contestado. Assim, projetei a construção de 160 unidades para os moradores da ocupação. Fiz isso com base nas normativas do PMCMV-E. Revisitei a área, entrevistei moradores. Eu queria que meu projeto chegasse “o mais próximo da realidade”. Por fim, após concluir a primeira etapa, procurei opções para o meu estágio final de curso – último passo para concluir a graduação em Arquitetura e Urbanismo na UDESC. A ideia era justamente me aproximar de escritórios que trabalhassem com o PMCMV-E, tanto para atender as demandas do meu TCC quanto para fins profissionais e militantes. Foi assim que cheguei à COOTRAHAB, onde estagiei por aproximadamente quatro meses.

2.1 Estagiária ou militante?

Em agosto de 2014, já realizando meu estágio no município de São Leopoldo, passei a frequentar a linha de trem que atendia a cidade. Minha estação de destino era sempre a mesma: o Terminal Santo Affonso, localizado em Novo Hamburgo, na divisa deste município com São Leopoldo. Ordinariamente,

ali descia e percorria as quadras que me levavam até o canteiro de obras, no bairro Santos Dumont (Fig. 3)

No primeiro dia de estágio, ao chegar ao canteiro, fui recebida pelo arquiteto Pedrotti, pelo engenheiro civil Paulo Roberto Kumer e pelos mestres Tonho e Müller. Eles me pareceram eufóricos. Logo me contaram que há uma semana havia sido entregue aos moradores uma parte das unidades habitacionais projetadas – aquelas 76 casas mencionadas no início deste capítulo. Esse era o primeiro empreendimento realizado pela COOTRAHAB. Dissertam-me que a festa de entrega das primeiras casas tinha sido “muito bonita”. De fato, só quando “entrei na obra” percebi a mistura de vigas baldrame, ainda no cimento, e casas recém ocupadas. Havia ainda 146 casas para terminar!

Naquele mesmo dia fui orientada pelo arquiteto Pedrotti sobre como se estabeleceria o meu estágio. Não seria um estágio convencional em escritório, como acontecia com grande parte dos meus colegas estudantes. A etapa de elaboração de projetos já havia sido finalizada e o empreendimento entrava, portanto, em sua Fase 2, momento definido como “em obra”. Segundo Pedrotti, minha função seria a de acompanhar o trabalho de construção dentro do canteiro e realizar “outras atividades que surgissem” – isto é, desde funções rotineiras dentro de uma construção até encargos burocráticos ou “eventuais”. Por exemplo, eu deveria acompanhar atividades como assembleias de associados da cooperativa, vistorias guiadas de obra, reuniões com funcionários da CAIXA e da Prefeitura de São Leopoldo. Essa orientação indicava que minha atuação na obra se daria de ponta a ponta, em contato com diferentes interlocutores.



Figura 3: Canteiro de obras do Loteamento COOTRAHAB. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2014.

Só mais tarde compreendi que o arquiteto Pedrotti tinha sido contratado também para gerenciar a obra – e não apenas para executar os projetos arquitetônicos e urbanísticos. Essa condição me fez refletir, logo no início do estágio, sobre duas questões relativas à arquitetura e à militância. O primeiro questionamento foi motivado pela surpresa que tive ao ver um arquiteto tomando a frente de um empreendimento – situação que me pôs a pensar sobre o campo de atuação do arquiteto e sobre o ensino de arquitetura, onde raramente se dá destaque ao canteiro de obras. O segundo questionamento, também motivado pela presença do arquiteto no canteiro de obras, dizia respeito às experiências autogestionárias que eu tinha como parâmetro, antes de iniciar o estágio. Refiro-me àquelas experiências, conhecidas através de textos, em que a assessoria técnica mantém uma relação muito próxima com os futuros moradores de um conjunto, como as relatadas pelo Grupo Usina⁸. Nesse sentido, eu então

⁸ Um exemplo dessa relação foi a produção autogerida da Comuna Hélder Câmara na cidade de Jandira - SP. Construída há mais de uma década, o desenvolvimento coletivo do projeto e a construção, deu-se a partir da própria procura dos moradores ao Grupo Usina CTAH – entidade que aproveitou o espaço para promover discussões acerca da “propriedade coletiva” e “produção cooperada”. Trata-se de moradores integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que, naquela época, haviam sido despejados pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Cf. <<https://www.archdaily.com.br/br/767961/usina-25-anos-comuna-urbana-d-helder-camara>>. Acesso em 05 jul. de 2018.

refletia sobre: quais seriam as diferenças entre uma cooperativa habitacional assistida por este tipo de assessoria técnica, que incluía uma diversidade de profissionais com trajetórias muito diversas (arquitetos, artistas, cientistas e assistentes sociais), e uma cooperativa habitacional que contratava seu próprio corpo técnico – um grupo relativamente pequeno, no caso da COOTRAHAB, constituído pela assistente social Sabrina, o engenheiro Paulo e o arquiteto e gerente de obra Pedrotti. Terminadas e entregues essas obras, haveria alguma diferença entre o modo de atuar das cooperativas, tendo em vista distintas modalidades de assistência técnica?

Naquela situação, como estagiária e militante via a COOTRAHAB com um “passo atrás” no debate sobre metodologias de trabalho participativo. Ela não tinha um corpo profissional marcado pela diversidade e interdisciplinaridade, como me pareceu ser o caso do Grupo Usina. E, aparentemente, a cooperativa dispunha do “saber técnico” de maneira bastante tradicional. A COOTRAHAB deu ao arquiteto contratado a responsabilidade pela elaboração dos projetos e este os desenvolveu sem maior participação dos futuros moradores. Realizo essa afirmação com base nos relatos que ouvi no próprio canteiro de obras.

De modo geral, no início do estágio, eu pensava que a metodologia de trabalho que encontrei naquele contexto era “tecnicista” demais para uma cooperativa – a questão da concepção do projeto não me parecia, ali, o único “problema”. No que concerne, por exemplo, ao *Regime de Construção* (conforme a Resolução nº 182 de agosto de 2011, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social), a COOTRAHAB optou pelo regime de *administração direta*. A meu ver, um regime que, por permitir a contratação de profissionais de diversas áreas para a produção do empreendimento – inclusive a de construtoras (tal como acontece no regime de construção por *empreitada global*) – não estimulava a participação dos futuros moradores na construção de suas casas⁹.

⁹ Existem casos de cooperativas assinarem o contrato no PMCMV-E como *administração direta*, mas trabalharem com a *empreitada global* enquanto modalidade de *cogestão*, que é quando uma [cont.]

Tendo em vista meus questionamentos naquela ocasião, cabe registrar que posteriormente pude compreender que a opção da COOTRAHAB não foi exatamente a de contratar uma construtora, assim como é permitido no regime de construção por *empreitada global*. Por meio da *administração direta* a cooperativa contratou duas empreiteiras locais, responsáveis apenas pela contratação de operários e construção da obra. De qualquer modo, mesmo que a escolha da COOTRAHAB não tenha sido pela empreitada global, senti-me frustrada, enquanto militante, ao saber que duas empreiteiras estavam à frente da produção das casas e, sobretudo, porque, naquele momento, eu carregava comigo os questionamentos formulados pelo arquiteto e artista plástico Sérgio Ferro (2006), no que tange às relações entre arquitetura, “desenho e canteiro”. Ora, no caso da COOTRAHAB, sequer o desenho havia sido concebido pelos futuros moradores! A cooperativa – eu pensava – seguia reproduzindo a “lógica de alienação” do operário com relação a sua produção. Se os futuros moradores desenhassem suas casas e participassem da sua produção, romperiam com essa lógica de alienação. Fazer os acompanhamentos periódicos para “detectar” erros na obra, me soava perverso para com operários que nada tinham a ver com aquelas casas – operários que, no canteiro, frequentemente são submetidos ao olhar hierárquico daqueles que usam os capacetes cinzas: os técnicos.

Penso que eram reflexões pertinentes para uma estudante-militante. Contudo, isso não significa que a “ausência” de uma assistência técnica “engajada e inovadora”, me levaria a pensar que o melhor seria “ir embora”. A COOTRAHAB, por mais que tivesse vínculos com os movimentos sociais – o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)¹⁰ – e fosse integrada por moradores da periferia, era uma

cooperativa contrata uma empresa para fazer todo o trabalho de engenharia – desde a elaboração dos projetos, até a execução e gestão da obra. (RIZEK, 2014).

¹⁰ O MNLN é um movimento social urbano que foi fundado na década 1990 por militantes representantes de 13 estados. Sua criação se deu a partir de uma conjuntura de ampliação das contradições sociais e um aprofundamento das desigualdades vivida naquela época. E a intenção do movimento era criar uma frente de luta pela Reforma Urbana – conduzida pelas pautas de [cont.]

organização recém-formada. Ponderei então que era da minha responsabilidade compreender, em primeiro lugar, as diversidades de cada cooperativa e a peculiaridade de cada território, antes de comparar métodos, formas de atuação e de assessoria técnica específica. Eu não estava lá para “ensinar”. A minha condição era “de formação”. E passei então a me perguntar sobre a COOTRAHAB, sobre o que ela era e como atuava. Fui adotando, por assim dizer, uma postura de pesquisadora, em detrimento da atitude militante. Pensei que só dessa maneira conseguiria enxergar e compreender o que levava uma cooperativa a atuar de determinada forma. Ao adotar essa postura, eu não deixaria de me preocupar com o canteiro de obras, com o desenho, com os moradores. O meu exercício, entretanto, era o de tentar enxergar a COOTRAHAB de maneira mais aberta, com *curiosidade*, assim como quando olhamos aquilo que nos parece *exótico*.

Desse modo, a curiosidade me levou a reconhecer o tamanho da preocupação da diretoria da cooperativa e do seu corpo técnico com aquele empreendimento, para além das minhas impressões e pressupostos “teóricos”, apropriados por meio da leitura de textos, muitas vezes realizada de maneira ligeira.

Logo compreendi, por exemplo, que a COOTRAHAB – ligada ao Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e, ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e também ao Partido dos Trabalhadores (PT) – era vista com desconfiança pelo governo municipal, liderado pelo então prefeito Anibal Moacir, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Há mais de uma década a disputa entre PT e PSDB pelo governo era muito forte em São Leopoldo. E como este era o primeiro trabalho da COOTRAHAB, de alguma maneira, aos olhos das autoridades municipais, a cooperativa precisava “provar”

“habitação, regularização fundiária, saneamento básico, trabalho, saúde, educação, mobilidade urbana, gestão democrática das cidades, etc.” (SILVEIRA, 2014, p. 75). Atualmente, o MNLN está presente em 8 estados brasileiros – dentre eles, o Rio Grande do Sul.

que de fato poderia construir casas. Aliás, essa desconfiança também marcava parte da vizinhança e sociedade local, que associavam os movimentos de luta pela moradia sobretudo à ocupação de prédios e terrenos e não à construção de moradias. Conclui que o sucesso dessa cooperativa poderia ajudar a popularizar o PMCMV-E e as práticas da autogestão. Por isso, era preciso que aquele empreendimento desse certo!

Desse modo, um pouco como observadora, outro tanto como militante e “torcedora”, comecei a entender a complexidade da atuação da COOTRAHAB – atuação complexa e laboriosa, envolvendo interações e sensibilidades que dificilmente podem ser traduzidas em palavras, neste ou em qualquer outro texto. Assim, o ato de apontar os “erros” durante o acompanhamento da obra, por exemplo, passou a ser considerado por mim uma tarefa do meu estágio e não uma como escolha ou ação militante. Os moradores mereciam receber uma casa bem construída e a CAIXA, em última análise, era o agente que avaliava a qualidade construtiva das moradias.

Além disso, vale registrar que o trato com os operários também não se revelou “perverso” como imaginei ao chegar no canteiro. Se a simples presença do arquiteto na obra, por si só, poderia ser uma “representação de opressão” – tal como me relatou uma beneficiária que trabalhava na obra, logo me pareceu evidente que nem o arquiteto responsável nem a diretoria da cooperativa assumiam tal atitude. No canteiro, predominava uma relação de respeito, de modo que mestres e pedreiros tinham “voz” na produção: com eles dialogávamos, eram muito ativos na indicação de novas técnicas, como um dia testemunhei na construção dos telhados¹¹.

¹¹ Os mestres de obra estavam ouvindo muitas reclamações dos pedreiros acerca da dificuldade de se trabalhar com a instalação de telhados em treliça, principalmente com relação ao peso em carregar a estrutura pronta para cima da parede. Diziam que uma maneira mais rápida e menos exaustiva, seria de trabalhar com “cavaletes”, quando a estrutura é feita na hora, no próprio local onde o telhado será instalado – um método bastante utilizado entre esses profissionais. Diante de tal demanda e de uma experiência bem sucedida com esse método de produção em “cavaletes”, a equipe técnica acatou a preferência dos operários.

Quase no final do estágio tive uma conversa com a presidenta da cooperativa, Andreia Camillo Rodrigues¹², a qual expressou abertamente sua preocupação com os operários. Na ocasião, ela sugeriu¹³ que *"a maior dificuldade vivida pelo operário é a forma como é tratado"*. Segundo a presidenta da cooperativa, em muitas empresas, eles são xingados, humilhados e ignorados, obrigados a cumprir horários estranhos a seus cotidianos, e precisam *"bajular"* seus chefes para manterem seus empregos. Para ela, eles também jamais são convidados a *"dar alguma ideia"*; devem invariavelmente obedecer aos técnicos. Na visão de Rodrigues, na COOTRAHAB *"essa realidade é diferente"*. Informou-me, então, que a cooperativa não *"protegia"* o arquiteto Pedrotti, caso este insistisse em fazer algo que um pedreiro experiente julgasse incorreto – neste caso, era estimulado o diálogo, para se chegar a um consenso, de modo que prevalecesse *"a segurança e a estética da moradia"*. Estética que, segundo Andreia, havia sido aprovada em assembleia por *"todas as nossas donas de casa"*. Na cooperativa, ainda segundo Andreia, os operários tinham suas próprias regras; eles estabeleciam os seus próprios horários de trabalho e recebiam mais do que o mercado oferecia; todo mês, cada um deles dispunha de um dia útil livre para ir ao médico, ao banco, fazer compras, ir ao dentista ou o que precisasse.

De fato, com o tempo, fui compreendendo a lógica do canteiro e do trato com os operários. Por exemplo, aos poucos entendi a dinâmica de horários dos pedreiros, que inicialmente eu estranhava: para *"esticarem o descanso"*, eles chegavam mais tarde nas segundas e saíam mais cedo nas sextas-feiras. A maioria dos pedreiros residia nas proximidades – aconselhadas pela

¹² Andreia atua, desde 2008, como presidenta da COOTRAHAB. Sua trajetória com o cooperativismo habitacional surgiu no final dos anos 1990, quando seu pai (ocupante de uma área em São Leopoldo), funda a Cooperativa Bom Fim. É através desta cooperativa que Andreia inicia sua atuação no MNLM-RS em 2004. Em seguida, passa a trabalhar enquanto Mestre de Obras, junto à Cooper Bom Fim, e em 2008 atua enquanto coordenadora da Assessoria Comunitária da Secretaria da Habitação, na prefeitura de São Leopoldo. Atualmente, além de atuar enquanto presidenta da COOTRAHAB, Andreia também é estudante de arquitetura e urbanismo.

¹³ A conversa com Andreia se deu por e-mail, e o que eu coloco em texto são reproduções de suas colocações.

COOTRAHAB, as empreiteiras davam preferência para a contratação dos operários que residiam nas vizinhanças da obra e inclusive alguns futuros moradores do loteamento trabalhavam no canteiro¹⁴. Contudo, é necessário dizer, desde logo, que percebi à “conta-gotas” a presença de associados da cooperativa entre os operários; isso porque eram pouco numerosos e também porque demorei a reconhecer seus rostos. Entre as mulheres operárias que encontrei por lá, poucas eram associadas à cooperativa. Em geral, elas trabalhavam ao lado de seus maridos e cumprindo funções de acabamento (forro, piso, rejunte), tarefas consideradas mais “delicadas” e portando, mais “femininas”. De qualquer maneira, eu pensava que a presença das mulheres e de futuras moradoras na obra indicava algum avanço contra o preconceito, uma abertura para a discussão de gênero dentro do canteiro – havia algo, ali, que me fazia sorrir.

Essas situações me conduziam a pensar que havia um cuidado por parte da COOTRAHAB com as *pessoas*, e não apenas na materialidade das casas; havia, portanto, uma preocupação de envolvê-las *no* processo. Via isso especialmente no mestre Antônio, o Tonho. Certa vez ele me contou como havia conseguido o emprego no empreendimento da COOTRAHAB. Segundo o mestre de obras, antes de trabalhar na construção do Loteamento COOTRAHAB, estava há algum tempo sem tocar uma obra importante e se ocupava com “*bicos*” ou construções pequenas e rápidas. Mas um dia, como outro qualquer, chegou do trabalho, tirou as botas e o telefone tocou. Do outro lado da linha estava Andréia (ele conhecera a Andreia havia alguns anos, tinham trabalhado juntos), que lhe fez uma proposta de emprego. Para ele, foi um alívio e uma apreensão. De um lado, a tranquilidade de ficar um bom tempo sem pensar em um novo trabalho. De outro, a responsabilidade que batia aos ombros devido ao tamanho da obra que agora tocaria. Mas, lá estava ele, olhando pra trás, encarando o trabalho no seu dia a

¹⁴ Voltarei mais adiante a este tema: como veremos no Capítulo 3 desta dissertação, a COOTRAHAB surgiu da proposta de organização de uma “cooperativa de trabalho”, para realizar trabalhos de construção civil na região.

dia e me contando essa história, eufórico com a entrega das casas realizada em agosto! Para Tonho, o empreendimento estava dando certo; e ele se orgulhava de participar daquilo.

Esses acontecimentos vividos na obra, junto a seus personagens, tiveram um efeito importante sobre mim. Resultaram, sobretudo, na desconstrução da minha visão preconceituosa e arbitrária sobre *o que é arquitetura*. Antes de começar o estágio, eu dizia – sem nenhuma hesitação – que uma sequência de unidades habitacionais padronizadas e diferenciadas somente pelas cores, não tinha *qualidade de arquitetura*. Isso porque, penso hoje, ainda me faltava a experiência. Meus sapatos não estavam gastos com as histórias que uma obra contém. Os “bastidores” do Loteamento COOTRAHAB – os cuidados específicos com os materiais; a preocupação com a acústica, com a ventilação cruzada e o conforto técnico; a postura ao mesmo tempo profissional e humana do arquiteto, a inserção do empreendimento no bairro – me levaram a pensar diferente. Nem toda produção padronizada do MCMV, merece o título de “má arquitetura”. Desde já, quero dizer que não se pode comparar a produção daquele empreendimento com os do tipo PMCMV-Empresarial, os quais, como já estamos calejados em saber¹⁵, de modo geral estão mal localizados e empregam materiais de baixa qualidade¹⁶. Durante a construção empresarial desses grandes conjuntos, será que os moradores da vizinhança se dirigiam aos operários da obra para saber se ainda havia casas disponíveis? Faço essa pergunta porque no COOTRAHAB isso era bastante comum. No escritório, os moradores do entorno frequentemente batiam à porta para saber se ainda havia “vaga” para aquelas casinhas. Eram pessoas que, obviamente, residiam em casas muito precárias – afinal, o que se sobressai em todo bairro é a *autoconstrução*. **Aparentemente** (grifo a esta palavra), qualquer moradia poderia ser melhor do que aquela em que viviam. Por isso, era um tormento dizer-lhes “não”, que ali não havia mais

¹⁵ Cf. O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais / Adauto Lucio Cardoso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

¹⁶ Cf. CARDOSO (Org.), 2013.

casas disponíveis. Eu sempre buscava explicar para essas pessoas que aquela obra era feita “sob demanda”. E que mais cedo ou mais tarde haveria de surgir uma nova obra e uma nova oportunidade. A resposta que me davam era quase sempre a mesma: “*que pena, as casas são tão bonitinhas!*”.

Mas o reconhecimento, por assim dizer, das qualidades arquitetônicas do conjunto, também despertava alguma controvérsia. Alguns residentes das vizinhanças não viam com bons olhos as “casas coloridas” da COOTRAHAB. Em geral, eram moradores do Loteamento Padre Orestes Stragliotto (Fig. 4) – um conjunto habitacional construído pela Secretaria Municipal de Habitação com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse conjunto buscou atender parte da população removida da Avenida Mauá para a construção da metróvia. Os moradores removidos se mudaram para o “Loteamento” um ou dois anos antes do início das obras do Loteamento COOTRAHAB – e este último, como constatavam, embora fosse também um “conjunto habitacional para baixa renda”, dispunha de unidades habitacionais aparentemente melhores que a de seus “vizinhos”.



Figura 4: Sobrados do Loteamento Padre Orestes Stragliotto visto de dentro da obra do Loteamento COOTRAHAB. FONTE: Acervo próprio da pesquisadora, 2014.

Certo dia conversei com uma moradora recém chegada ao COOTRAHAB, beneficiária de uma daquelas unidades entregues no início de agosto. Perguntei a ela como estava a casa nova, o novo lugar, os novos vizinhos. Disse-me então que, em relação à casa, estava tudo ótimo, tendo, portanto, sorte em fazer parte daquele primeiro grupo de casas entregues, e que havia se livrado do aluguel. No que diz respeito aos vizinhos, a moradora do COOTRAHAB comentou que não poderia falar muito, porque a obra ainda não havia sido finalizada. Todavia, quanto aos vizinhos do Loteamento Padre Orestes Stragliotto, ela contou-me que havia uma mulher vivia a incomodá-la, ficava perguntando se vivia na Europa pra ficar varrendo a calçada todos os dias. Que o ato de varrer significava que ela estava se exibindo com a casa nova. Mais do que anedótica, esta observação sugere que a tal vizinha queria ter uma casa tão boa quanto a da COOTRAHAB. Um desejo transvestido por uma espécie de “inveja”, cuja “culpa” pela irrealização deveria recair sobre a moradora da COOTRAHAB ou sobre o Estado, à *Trensurb*, ou a uma sociedade que segrega e exclui?

Eu pensava que os moradores vizinhos do COOTRAHAB não compreendiam as razões que os colocam em uma situação de pobreza. A partir dessa situação e tantas outras, via surgir uma “disputa” com os moradores do COOTRAHAB, como se estes fossem “vilões”. Depois soube que este caso, da extensão da linha de trem de São Leopoldo à Novo Hamburgo e que envolveu a remoção de uma determinada população da Vila dos Tocos¹⁷ para o Loteamento Padre Orestes Stragliotto, era motivo de “burburinho” há muito tempo na região nordeste de São Leopoldo. No começo, o que se dizia, era só que os moradores seriam removidos da Vila – e ponto. Para fugir da remoção, alguns desses moradores procuraram outras áreas para viver. Mas o burburinho que começou a correr era o de que os moradores da Vila dos Tocos seriam reassentados numa área próxima, o que fez aumentar o número de famílias interessadas na área. As unidades construídas pela municipalidade com recurso do PAC sem dúvida eram

¹⁷ Parte desta vila ainda existe, e está localizada no bairro Rio dos Sinos, próximo ao Santos Dumont, em São Leopoldo.

de melhor qualidade que os barracos existentes na Vila. Lá não havia, por exemplo, qualquer acesso a equipamentos e serviços urbanos, coisa que se tornou possível com o reassentamento.

Parece-me, entretanto, muito evidente que os materiais utilizados na produção das casas do Loteamento Padre Orestes Stragliotto são de baixa qualidade – por exemplo, foram ali empregados pré-moldados que limitavam até mesmo a possibilidade de furar as paredes; as escadas dos sobrados, como me relatou um vizinho, pouco tempo após a entrega da casa já estavam comprometidas. Enfim, as casas do Loteamento Padre Orestes Stragliotto são mais um testemunho do sistemático desrespeito ao direito universal a uma moradia digna. Como poderíamos julgar a moradora que “xinga” sua vizinha do Loteamento COOTRAHAB se a pergunta que provavelmente “martela” sua cabeça é: “afinal, por que a casa dela é melhor que a minha?”.

Para além do descaso público, a resposta àquela pergunta poderia ser simples: no caso da COOTRAHAB, os próprios moradores geriram a construção de suas casas. Ainda que a resposta pudesse ser essa, eu não poderia, na condição de estagiária, responder desse modo a tal questão. Minha posição dentro do canteiro o tempo que ali estava não me dava condições de compreender todo esse (complexo!) processo. A única coisa que eu era capaz de dizer, naquela época, é que a direção da COOTRAHAB se compunha de gente da própria periferia, o que, quem sabe, pudesse explicar a qualidade das casas. No entanto, eu achava ingênuo da minha parte atribuir a qualidade das casas do loteamento somente a um compromisso da direção da cooperativa com seus “iguais”. Havia muitas outras “instâncias” envolvidas naquela produção, a começar pelos próprios associados. Precisava, portanto, conhecê-los melhor, saber quem eram, de onde vieram e como se envolviam na construção de suas casas.

2.2 Futuros moradores, beneficiários, sócios da cooperativa?

Desde o início do estágio, a vontade de conhecer os moradores orientou muitos de meus movimentos. As atividades que demandavam suas presenças eram, contudo, raras, pelo menos no período em que lá permaneci.

Logo após a entrega daquelas primeiras 76 unidades (que havia acontecido pouco antes da minha chegada) a cooperativa passou quase dois meses “parada”. Talvez tenha sido um período de “descanso”, diante de parte do dever cumprido. E, além disso, era difícil encontrar os beneficiários fora do círculo da obra, em assembleias, reuniões e oficinas. Por serem raros, quando esses eventos aconteciam, eu não me sentia próxima o suficiente dos residentes e dos futuros moradores para fazer interrogações sobre suas histórias. A partir dessa questão, cabe registrar que tive uma conversa bastante significativa com duas moradoras que frequentavam o canteiro. Busquei entrevistá-las, assim como também entrevistei a presidenta Andreia C. Rodrigues. Eu tinha com isso, o propósito de esclarecer algumas dúvidas e finalizar o meu estágio, que já completaria quatro meses.

Minhas perguntas diziam respeito àquelas curiosidades levantadas anteriormente: onde nasceram e viveram essas pessoas; de que modo se viam/percebiam naquele processo de produção do Loteamento COOTRAHAB (Apêndice V, p. 270). Busquei, nesse sentido, também dar conta de aspectos relacionados ao *engajamento político*, considerando-se que o MNLM estava, de alguma forma, ligado ao empreendimento. Eu, pretensiosamente, ansiava que elas compartilhassem questões sobre direito à cidade, direito à moradia, e sobre o que se estava produzindo com o Loteamento COOTRAHAB. Queria, portanto, saber suas considerações sobre “protagonismo popular”, tema que pouco vi ser discutido nas atividades em que participei. Pensava que, por ter chegado apenas na fase da obra, eu poderia ter perdido algum debate ou

situação que envolvesse os temas da “produção do espaço urbano”, da luta pela moradia, da vida na periferia da cidade.

A presidenta Andreia, nascida e criada na cidade de Santo Augusto - RS, utilizando palavras simples, compartilhou comigo suas impressões sobre o percurso da COOTRAHAB. Sua narrativa, hoje, auxilia-me como documentação deste estudo – embora, na época, eu sequer pensasse na possibilidade de fazer um mestrado, tendo a COOTRAHAB como objeto de pesquisa.

Considerando-se uma militante do movimento de luta pela moradia, Andreia mostrou conhecer o debate sobre temas como o direito à cidade, à moradia e ao centro. Com relação a esses “direitos”, sem tangenciar o debate “teórico”, Andreia preferiu falar sobre a prática. Trouxe-me, assim, ideias de programas habitacionais que o governo federal poderia criar ou incorporar ao MCMV, os quais, segundo ela, deveriam dar conta também do problema da regularização fundiária. Por ser moradora da periferia de São Leopoldo, Andreia demonstrou conhecer bem “o que é viver na irregularidade”. Ressaltou que o COOTRAHAB estava muito bem localizado e inserido, há poucos minutos dos centros de São Leopoldo e Novo Hamburgo e contando com escolas, posto de saúde e praça nas suas proximidades. Sua única queixa era em relação à inexistência de creche – segundo Andreia, era vontade dos moradores construir uma no Loteamento. Mas, de acordo com a sua opinião, as creches eram uma carência de toda região e, portanto, uma luta que ultrapassava os limites do COOTRAHAB. Como já tinha sido secretária de Habitação de São Leopoldo e sendo militante do MNLM, Andreia demonstrava ter plena consciência de seus objetivos mais imediatos, da COOTRAHAB, e da relação desses com outras lutas, de maior alcance político e territorial.

Depois de escutar Andreia, entrevistei Patrícia e Beatriz. A elas, direcionei perguntas referentes a suas histórias de vida, ao papel do arquiteto dentro da obra, e a temas como o *direito à cidade* e à *moradia*. Sobre o papel

do arquiteto, suas falas se direcionaram para aspectos, por assim dizer, inesperados. Elas demonstraram saber muito bem do que se tratava tal profissional. Beatriz trouxe a questão da linguagem. Informando-me que, em geral, não entende a maneira como os arquitetos falam, mas que, em contrapartida, compreende muito bem seus projetos. Esse era um terreno conhecido para a minha entrevistada. Seu pai tinha sido pedreiro e construiu casas para as "*peessoas mais ricas*" de sua cidade – "*era analfabeto, mas sabia muito bem ler uma planta*"¹⁸. Patrícia também era filha de pedreiro e vivenciou desde cedo a desvalorização do trabalho manual. Ela descreveu situações que só podem ser pronunciadas por quem as vive – em sua fala, por exemplo, sugeriu que o trauma da opressão dentro do canteiro estava presente também na obra da COOTRAHAB, por mais que sua direção e corpo técnico dialogassem e dessem atenção aos operários.

As duas futuras moradoras, Patrícia e Beatriz, convivam com a pobreza desde sempre. Patrícia, sua filha e seu companheiro, coabitavam a casa de sua mãe, de pouco mais de 40m². Beatriz era moradora de uma área de risco, localizada às margens de um valão que, quando enchia, inundava sua casa. Para ela, seu direito à cidade e à moradia se daria através da conquista da casa própria no COOTRAHAB. Ao longo das entrevistas, Patrícia e Beatriz descreveram passo a passo a construção de suas casas – falaram da limpeza do terreno, das micro estacas, chegando aos últimos detalhes do acabamento. Olhavam-me seriamente, como se estivessem resgatando suas histórias de uma memória que ainda não estava adormecida. A entrevista despertava em Patrícia e Beatriz um sentimento de "orgulho", como se quisessem demonstrar que eram realmente dignas de receberem suas casas, já que estavam envolvidas até mesmo com sua produção. Cabe acentuar, entretanto, que cada uma delas se envolveu de modo diferente no processo em questão. Beatriz fez capacitações nas oficinas oferecidas pelo Trabalho

¹⁸ Beatriz. Entrevista concedida à Natalia D'Agostin Alano. São Leopoldo, nov. de 2014. (Gravação em vídeo).

Técnico Social (TTS). Patrícia, além de ter sido contratada como mão de obra, foi integrante da Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO).

Para Patrícia, a cooperativa tinha um significado muito especial. Ao final de nossa entrevista, a moradora ainda comentou que as pessoas, em geral, não sabiam o que era uma cooperativa. “*O que é uma cooperativa*”, questionou Patrícia e, retoricamente, respondeu: “*cooperativa é onde todo mundo se reúne e constrói*”. Estas palavras faziam todo o sentido para Patrícia. Afinal, ela se envolveu na construção das casas desde quando se associou à COOTRAHAB. Este, contudo, não era o caso de boa parte das outras duzentas e tantas famílias; será que os demais pensavam como Patrícia? Patrícia, Beatriz e Andreia aparentemente tinham noções claras sobre as lutas pelo direito à cidade ou à moradia; mas, o que pensavam os demais associados da COOTRAHAB em relação a tais questões?

2.3 A futura pesquisa no passado

Ao fim do estágio, eu imaginava que as respostas às minhas dúvidas viriam com o próprio tempo – e com a COOTRAHAB. O que eu deveria fazer, naquele momento, era continuar pensando o PMCMV-E como uma “possibilidade” – com menos ingenuidade, é certo, mas sem deixar de refletir e debater tal possibilidade. Levar as experiências do Entidades para dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo e para os companheiros dos movimentos sociais de Santa Catarina, para mim, era uma maneira de fomentá-lo, torná-lo mais conhecido, aperfeiçoá-lo. Como já mencionei anteriormente, o PMCMV-E era quase desconhecido nas frentes catarinenses de luta por moradia– e, portanto, debatê-lo publicamente parecia-me uma atitude-chave para a sua defesa. Em geral, para os movimentos sociais urbanos, os espaços de discussão são muito importantes para que eles possam repensar sua própria ação política. A partir de 2003, com os governos do PT, bem ou mal a discussão sobre os programas habitacionais era constante, entre os movimentos urbanos, dentro das

universidades e em outros fóruns, em vista do aperfeiçoamento dos próprios programas – como acontecia, por exemplo, no Conselho das Cidades (CONCIDADES).

Em 2015, orientadas por essa compreensão, a professora Renata R. Pozzo (minha orientadora de TCC) e eu decidimos promover o debate sobre o tema na cidade de Laguna - SC – o que, para mim, representava também uma oportunidade de socialização da minha experiência de estágio. Naquele momento, nas universidades, o MCMV era objeto de fortes críticas e questionamentos; e não se fazia qualquer distinção entre suas modalidades Entidades e Empresarial – era considerado por muitos como sendo “tudo a mesma coisa”. Pouco ou nada se falava do papel das municipalidades na implementação do Programa – todas as críticas se voltavam para o Governo Federal. Renata e eu queríamos contribuir para reorientar essas pautas, que nos pareciam limitadas e simplificadoras. Foram essas as ideias que nos motivaram a propor a realização de um “simpósio sul-brasileiro” sobre políticas habitacionais.

Tomamos o *direito à moradia e à arquitetura* como temáticas gerais desse simpósio. E inspiradas especialmente pelas palavras de David Harvey (2000), em seu livro *Espaços de Esperança*, resolvemos batizar o simpósio com o título *Arquitetos Rebeldes*. Expressão utilizada por Harvey (2000) para se referir que todos nós somos “arquitetos” do próprio destino e da “própria sorte” e, enquanto arquitetos, também poderíamos transformar o nosso mundo e o mundo dos outros. “Arquitetos Rebeldes” são aqueles que buscam e agem em prol da transformação desta realidade, são cidadãos arquitetos, militantes políticos, universitários ou simples moradores. Assim, decidimos então reunir para o debate no simpósio, três campos distintos: o dos cientistas (universidade); o dos movimentos sociais de luta por moradia; e o das cooperativas habitacionais (PMCMV-E). A presença da COOTRAHAB, no simpósio, pareceu-nos imprescindível: Andreia e Pedrotti, ao lado da arquiteta e urbanista Cecília Lenzi, representante do Grupo Usina CTAH, integraram a última mesa, debatendo o PMCMV-E e as cooperativas habitacionais – mesa que acabou por evidenciar

aspectos por mim já observados no estágio, relativos ao envolvimento dos moradores no processo de produção das casas e às diferentes “metodologias” praticadas pelos participantes da mesa.

Neste simpósio, comecei a refletir sobre a possibilidade de realizar um mestrado. Via na pós-graduação uma oportunidade de “parar para refletir” sobre minha própria prática e a “dos outros”. Com esse objetivo, no início de 2016 ingressei no Programa de Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O interesse pelo PROPUR teve uma dupla motivação. De uma parte, eu pensava que o debate sobre as cooperativas habitacionais e o PMCMV-E era mais intenso e aprofundado no Rio Grande do Sul, onde a experiência acumulada sobre a questão era maior do que a existente em Santa Catarina¹⁹. De outra parte, eu queria continuar minhas observações sobre o Loteamento COOTRAHAB, agora concluído e entregue aos moradores – pensava que o “pós-ocupação” do empreendimento me possibilitaria outro tipo de envolvimento.

Minha proposta inicial de pesquisa apresentada ao PROPUR, ainda muito ampla e genérica, visava ao estudo do papel do morador-operário na construção. A maneira que encontrei para estudar tanto a categoria de “morador” quanto a de “pedreiro”, foi propor um estudo comparativo entre um processo de produção cooperativa da casa própria (como a COOTRAHAB) e um de “autoconstrução integral”, no qual um único sujeito “pensa, planeja, gerencia e constrói” sua casa. Minha questão central era compreender como esses diferentes processos se refletiriam na concepção de *valor* – de uso, de troca – por parte do morador.

Naturalmente, ao longo do mestrado, o projeto inicialmente elaborado foi passando por modificações. Tomar como objeto de estudo os “autoconstrutores” do bairro Santos Dumont, por exemplo, já não fazia sentido para mim, pois, a

¹⁹ Em Santa Catarina, de dezembro de 2009 a julho de 2011, houve apenas um empreendimento contratado pelo PMCMV-Entidades – o equivalente a 21 unidades habitacionais. Neste mesmo período foram contratados treze empreendimentos no Rio Grande do Sul, o equivalente à construção de 728 unidades habitacionais (FERREIRA, 2012).

cada passo que dava, sentia que minha curiosidade era movida pela experiência da COOTRAHAB. A problematização da relação “morador-operário e construção” aos poucos também foi desaparecendo do meu horizonte – o Loteamento COOTRAHAB já estava pronto, as casas já tinham sido entregues. Mas, havia os moradores, alguns deles “coprodutores” do empreendimento, categoria pouco conhecida por mim. Minhas perguntas foram, então, apontando para esta direção: quem eram esses coprodutores? Como se estabeleceram as vivências do processo de produção de suas próprias casas? De que modo vivem hoje?

A curiosidade em torno da relação *valor de uso* e – *valor de troca* (presente no projeto de ingresso ao mestrado, na acepção conceitual marxista) foi, aos poucos, colocada de lado. Para mim, já não se tratava mais de investigar a relação do morador com a produção da sua casa. O que passou a me interessar como foco de estudo foi a relação do conjunto dos moradores com o empreendimento como um todo. Nas minhas idas e vindas, entretanto, em nenhum momento coloquei em *xequê* meu objeto empírico de estudo, o Loteamento COOTRAHAB. Claro, eventualmente me perguntava se a ocupação ainda muito recente das unidades pelos moradores não tornava minha pesquisa prematura. Algumas razões mantinham-me firme na escolha do objeto. Uma dessas se relacionava ao próprio tempo de pós-ocupação: até ir novamente à campo, seriam completados quase três anos de moradia, período suficiente para que, passado o “encanto” com a “nova residência”, surgissem novas demandas. Outra razão estava diretamente relacionada à nova conjuntura política, cujo principal marco foi a destituição, em maio de 2016, da presidenta Dilma Rousseff. Uma das primeiras ações do governo golpista de Michel Temer foi ameaçar a continuidade do PMCMV-E: o recém nomeado Ministro das Cidades, Bruno Araújo – do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – tentou revogar a Portaria 173/2016, a qual autorizava a construção de mais dez mil unidades

habitacionais pela modalidade Entidades²⁰. Nessa nova conjuntura, que se estende até os dias de hoje, soava como fundamental o registro da recente história do PMCMV-E, dando voz aos que agora pareciam-me “vencidos” – seria este o caso dos moradores da COOTRAHAB?

No segundo ano de mestrado, no Exame de Qualificação da pesquisa, projetei um estudo envolvendo as relações entre os moradores da COOTRAHAB e a *cooperação habitacional*. naquele momento, o que representava fundamental era responder a uma demanda institucional do próprio PMCMV-E, o qual tinha como objetivo central “a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais”²¹, e para fins da promoção da *autonomia* e da *organização comunitária*, por meio da obrigatoriedade do TTS²² (COTS, 2013).

Em linhas gerais, o PMCMV-E se alinhava ao discurso dos movimentos sociais, para os quais uma das principais finalidades da participação dos moradores no processo de construção de suas casas era a criação de laços de solidariedade e o desenvolvimento da cidadania (FERREIRA, 2014). Inicialmente, eu tinha o propósito de compreender se a participação do morador no processo de produção da casa via PMCMV-E produziu, efetivamente, *autonomia* e *organização comunitária*. O emprego de alguns conceitos foi, contudo,

²⁰ Em junho de 2016, um grupo de 15 mil manifestantes do Movimento dos Moradores Sem Teto (MTST) ocupou o escritório da Secretaria da Presidência – em São Paulo, contra os cortes do governo ao PMCMV-Entidades. Logo após o ato, o então Ministro das Cidades, Bruno Araújo, por pressão dos movimentos urbanos de luta por moradia, anunciou que iria dar continuidade às contratações.

²¹ Minha Casa Minha Vida – Entidades. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp>. Acesso em 02 jul. de 2018.

²² O Trabalho Técnico Social (TTS) é obrigatório em todos os programas federais de interesse social ligados à CAIXA (TATAGIBA et al, 2013). No caso do PMCMV-Entidades, a responsabilidade para a realização do TTS fica à cargo da Entidade Organizadora (EO). De acordo com o Caderno de Orientação Técnico-social (COTS, 2013), o TTS “é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento.” (COTS, 2013, p. 5).

revelando-se problemático. O primeiro deles era o conceito de *participação*²³ e todo o debate que o cerca. No fim do meu estágio final de curso eu já havia concluído que não houve uma “participação efetiva” dos moradores no processo de produção do Loteamento COOTRAHAB. Testemunhei que alguns moradores somente frequentavam as assembleias, outros apenas se capacitavam em cursos oferecidos pelo TTS ou se envolviam com as comissões da cooperativa, outros ainda se aventuravam no canteiro de obras, porém apenas como operários contratados. Houve, portanto, algum “envolvimento” dos moradores (beneficiários, associados da cooperativa), mas em graus muito diferenciados; assim, para relativizar a noção de *participação*, passei a utilizar outro conceito: *envolvimento*.

Outra dúvida importante surgiu durante a elaboração do projeto para o Exame de Qualificação: como deveria nomear o processo de produção das casas no Loteamento COOTRAHAB? Alguns pesquisadores denominam os processos relativos ao PMCMV-E de “autogestão habitacional”. A meu ver, este conceito, contudo, não se adequava à realidade do COOTRAHAB, pois eu via esse empreendimento como resultado de um processo híbrido, situado entre a autogestão e a participação: de um lado, havia um grupo de moradores do bairro Santos Dumont que tinha moradia, que formou a COOTRAHAB e que a dirigiu e geriu o empreendimento; do outro lado, os futuros moradores, que não geriram o empreendimento, mas que, em graus diversos, podiam participar ou de fato participavam da sua gestão ou tinham algum tipo de “envolvimento” com todo processo. Com base nestes questionamos, passei a designar esse “híbrido” processo de *cooperativismo*, dando a esse termo um sentido bem simples, de alguma forma elaborado pelos próprios moradores da COOTRAHAB: cooperativismo é “quando um grupo de pessoas se reúne em prol de algo em comum”, no caso, em prol da conquista de um lugar para morar dignamente.

²³ Na literatura acadêmica brasileira, por exemplo, Marcelo Lopes de Souza (2003), numa releitura de Sherry Arnstein, trabalha com graus de participação: participação autêntica; pseudo-participação e não participação.

No Exame de Qualificação, com o auxílio da noção de *cooperativismo*, eu dava um sentido mais específico à minha pesquisa e, portanto, questionava-me: no caso da COOTRAHAB, o cooperativismo gerou cooperação? Minha “nova” questão tinha como referência a leitura de *Juntos*, de Richard Sennett (2012), e sua noção de *cooperação*. Empregando seus conceitos, eu ansiava investigar se a prática de certos *rituais da cooperação* (como encontros e diálogos recorrentes) realmente contribuiu para que os moradores da COOTRAHAB tornassem sujeitos mais cooperativos – “mais” cooperativos porque, segundo Sennett, somos todos cooperativos por natureza, condição que estaria se dissolvendo frente à competição capitalista.

Em 2017, ao longo do segundo ano de mestrado, o golpe de estado se consolidava e os retrocessos alcançavam também a área da Habitação. Foram interrompidas as contratações para famílias de baixa renda (Faixa 1) por meio do PMCMV-Entidades e do PMCMV-Empresarial e mantiveram-se somente as contratações para a Faixa 2. A Conferência Nacional das Cidades, prevista para julho de 2017, foi adiada para 2019 – o governo Temer alterou também a periodicidade dessas conferências, se antes ocorriam a cada três anos, agora elas ocorrerão a cada quatro anos. Através do decreto 9.076/2017, Michel Temer transferiu as atribuições do Conselho das Cidades para o Ministério das Cidades, medida que dificulta sobremaneira o diálogo dos movimentos sociais com o Governo Federal. Esta e outras decisões motivaram o questionamento sobre os rumos da minha pesquisa. Nos anos de 2015 e 2016, eu aspirava a estudar o Entidades como uma forma de contribuir para o aperfeiçoamento do Programa. Em 2017, na prática, esse Programa deixou de existir. A força política que combateu (e derrotou) o PMCMV-Entidades, nos leva agora a falar desta vertente como uma ação que ficou no “passado”.

Assim, a partir de 2017, nas minhas idas a campo, já não conseguia me apartar dessa ideia: o programa habitacional que dera origem a meu “objeto de estudo”, o Loteamento COOTRAHAB, já não existia na prática (estava paralisado). Investigar se a produção do Loteamento gerou ou não cooperação, considerando

a conjuntura social e política, revelava-se, agora, deslocada da realidade. Dito isto, cabe o questionamento: e os moradores da COOTRAHAB, tendo em vista a situação que resultou (praticamente) ao fim do PMCMV-E, consideram-se “vencidos”²⁴? Se assim for (ou não for) é preciso dar a palavra aos vencidos. Eis, aí o propósito que me impulsionou a seguir pesquisando esse contexto em questão.

²⁴ Termo utilizado por Walter Benjamin em sua Tese VI, “sobre o conceito de história” (LÖWY, 2005).

Capítulo 3

Da janela do trem:
O Santos Dumont, a COOTRAHAB e o Loteamento



3. Capítulo 3

Da janela do trem: o Santos Dumont, a COOTRAHAB e o Loteamento

Antigamente a vida era outra naquele lugar. O rio era a principal via utilizada para os colonos alemães. Havia ali muito lambari, tico-tico, tatu e sarandi. Os colonos utilizavam o curso d'água como via e também para a pecuária e para agricultura; atividades econômicas que ali eram dominantes em meados do século XIX. Hoje, a economia da região se move pelo setor terciário e pela indústria. O rio dos Sinos, que antes protagonizava a vida econômica local, hoje é visto por quase todos como uma simples "linha" que separa a população mais pobre dos demais na cidade de São Leopoldo, importante centro urbano da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Quem costuma fazer o trajeto¹ de trem, partindo de Porto Alegre em direção a Novo Hamburgo, distingue bem a diferença entre os lados sul e norte do rio. Antes de atravessar o Sinos, quem sai da capital gaúcha descortina a porção central e mais rica de São Leopoldo – a qual, evidentemente, também é composta por populações mais pobres². Junto ao rio, vê-se o que restou da mata ciliar; mas, para quem a vê de dentro do trem, ela passa rapidamente. E logo vemos as favelas localizadas numa planície com a máxima de sete metros de altura que cobre um longo perímetro quando se olha para a região nordeste.

É na região norte e nordeste de São Leopoldo que estão concentrados os vazios cadastrais, os assentamento precários e a população mais pobre do município (BORGES, 2011), cuja sobrevivência depende, em alguma medida, de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família. É na região nordeste que se localizam os bairros da cidade com maior número de famílias atendidas pelo Bolsas Família (SÃO LEOPOLDO, 2016), entre eles, o bairro Santos Dumont³.

O bairro Santos Dumont fica "depois do rio", à nordeste, entre os bairros Sharlau, Campina, Rio dos Sinos (no município de São Leopoldo) e Santo Afonso (Novo Hamburgo).

O Santos Dumont é conhecido como "patinho feio" da cidade. Ele se difere do imaginário sobre as favelas cariocas, geralmente associadas a "cubos sobrepostos" e ruas-labirintos que ocupam e percorrem encostas e morros. O

¹ O trajeto aparece na imagem que abre este capítulo.

² Cf. Espaço Intra-Urbano no Brasil, de Flávio Villaça (1998). Neste trabalho, Villaça argumenta que a concentração dos "mais ricos" em uma determinada área da cidade, não restringe a presença de camadas de mais baixa renda nas intermediações. Segundo o autor, a concentração de populações mais pobres pode ser até maior que o número de camadas ricas; não é isto que vai pesar na análise da "segregação socio-espacial" de Villaça (1998). O que pesa é a concentração excepcional das camadas de mais alta renda, numa região geral da cidade.

³ Em 2016, de acordo com o Diagnóstico Socioterritorial de Política Municipal de Assistência Social, o bairro Santos Dumont aparecia com o maior número de pessoas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal; número equivalente a 7.678 (SÃO LEOPOLDO, 2016).

Santos Dumont é uma ocupação plana. A maioria de suas casas, isoladas em lotes, são de um ou dois pavimentos.

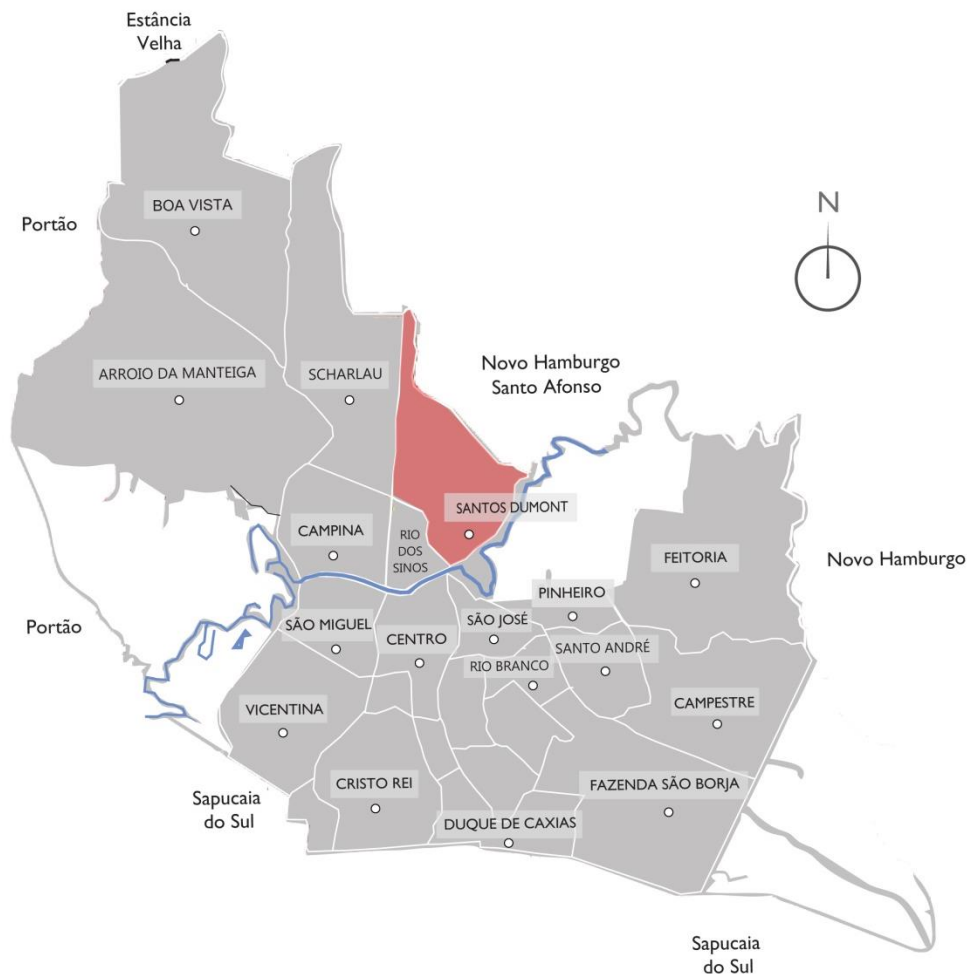


Figura5: Município de São Leopoldo com destaque ao bairro Santos Dumont. FONTE: Elaboração própria, 2018.

No mais, apresenta quase todos os “atributos” típicos dessas áreas menos favorecidas, como a ocupação de terras que são ignoradas pelo mercado formal e pelo Estado – terras alagáveis, sítios ambientalmente frágeis ou terras privadas ociosas. A ocupação dessas áreas tornou-se uma “saída” para aqueles que não têm condições para a compra de uma casa na *cidade formal*⁴ ou para pagar aluguel.

⁴ Conceito utilizado por Pedro Abramo (2007).

Tal situação, é claro, não é característica apenas da periferia de São Leopoldo. As ocupações e as favelas há muito tempo fazem parte da cena brasileira. Elas começaram a aparecer em maior número, sobretudo nas grandes cidades, com a industrialização e urbanização do país (MARICATO, 2002), num processo inicialmente marcado pela forte migração do campo, tão bem retratado por André Klotzel no filme *A marvada carne* (1985)⁵. Nas metrópoles, a gente que vivia no campo buscava a “melhora de vida” que o emprego na indústria prometia. Contudo, a ocupação da região nordeste de São Leopoldo não se deveu somente a esse movimento: ela foi marcada também pela vinda de moradores de outros centros urbanos (BORGES, 2011).

Nos anos 1970-1980, em apenas duas décadas, a população de São Leopoldo praticamente dobrou (BORGES, 2011). Foi quando os operários passaram a se concentrar fortemente na região nordeste da cidade. Isto não aconteceu apenas por causa do baixo preço da terra naquela área. O setor couro-calçadista do Vale dos Sinos⁶, que no final do século XX começou a atuar com bastante força no comércio exterior⁷, teve papel importante nesse processo. A concentração desse ramo industrial nas regiões norte e noroeste de São Leopoldo atraiu para lá a população trabalhadora. Este foi também o caso do bairro Santos Dumont. Através das ocupações de terras privadas e áreas verdes, e do *mercado informal*⁸ que aos poucos ali se constitui, surgem novos *territórios*

⁵ KLOTZEL, 1985.

⁶ Entre 1973 e 1984, houve uma explosão nas exportações que foi de 70 milhões de dólares para 773 milhões. Estes aumentos derivaram do incentivo governamental da época, por meio de benefícios fiscais como isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto de Produtos Industrializados (IPI) (PICCININI; ANTUNES, 1997).

⁷ Esta região compreende 14 municípios: Araricá; Campo Bom; Canoas; Dois Irmãos; Estância Velha; Esteio; Ivoti; Nova Hartz; Nova Santa Rita; Novo Hamburgo; Portão; São Leopoldo; Sapiranga; Sapucaia do Sul.

⁸ De acordo com ABRAMO (2007, p. 30), “o mercado informal de uso do solo é a somatória de duas dimensões da informalidade: a informalidade urbana e a informalidade econômica”. Na informalidade urbana, há uma série de irregularidades; urbanística, construtiva e a irregularidade em relação ao direito de propriedade da terra. Enquanto que na informalidade econômica, há a irregularidade aos direitos econômicos e aos contratos de mercado (ABRAMO, 2007).

(RAFFESTIN, 1993; SACK, 2011): as chamadas "vilas" – como a Vila dos Tocos⁹, a Brás ou a Progresso.

Em São Leopoldo, como em outras cidades, formaram-se *territórios* que, de uma ou outra maneira, refletem a trajetória de exclusão vivida nas últimas décadas por muitos trabalhadores brasileiros, marcada pelas migrações devido à concentração fundiária no campo, pela industrialização com baixos salários e, mais tarde, pelas perversidades da globalização neoliberal (MARICATO, 2002; 2015; SANTOS, 2006). Nesses lugares, onde o Banco Nacional de Habitação (BNH) "jamais chegou" (BONDUKI, 2004), as leis de parcelamento do solo, como a Lei 6766/79, costumam ser *letra-morta*.

Quando utilizo o conceito de "território" para me referir às vilas de São Leopoldo, quero ressaltar que um bairro (como o Santos Dumont) ou uma área da cidade (como a região nordeste) raramente são espaços homogêneos. A constituição desses lugares é complexa. Há tensionamento entre antigos moradores e recém-chegados, entre autoconstrução e empreendimento habitacional formal, entre uma vila e outra, entre traficantes, entre a existência do Estado e a ausência dos poderes públicos – conflitos que algumas vezes ficam "escondidos" atrás dos "conceitos". Associado ao Santos Dumont, o emprego da noção de *periferia*, por exemplo, pode nos levar a imaginar que a região é uma terra-de-ninguém ocupada tão somente por pobres e esquecida por todos. Porém, como ocorre em outros centros urbanos, lá também a "informalidade" se articula às dinâmicas do mercado "formal" – e lá também "movimentos sociais" se fazem presentes, justamente para que a lei e a vida digna alcancem a população menos favorecida.

Na década de 1980, diante da conjuntura de exclusão social do País, gerada pela concentração da terra no campo, pela forte migração e pela

⁹ A Vila dos Tocos, por exemplo, surgiu no limite dos bairros Rio dos Sinos e Santos Dumont em meados dos anos 1980. Com as obras de extensão do trem de São Leopoldo a Novo Hamburgo, em 2013 uma parte de seus moradores foi removida para os Loteamentos Brás e Padre Orestes Stragliotto, localizados no bairro Santos Dumont.

mercantilização do solo na cidade, os *movimentos sociais urbanos*¹⁰ (SOUZA; RODRIGUES, 2004) entram novamente¹¹ em cena. Com o fim do regime militar, os movimentos de luta por moradia e reforma urbana retomam as pautas interrompidas na década de 1960. Com a nova Constituição Federal (1988), esses movimentos passam a combinar ações de mobilização (marchas, caravanas, ocupações, encontros) e "ações no campo institucional (participação em Conferências Legislativas, audiências públicas e atuação nas esferas públicas de gestão, como nos conselhos de políticas públicas)" (FERREIRA, 2012, p. 126) – ações que, como expressão de resistência ou de luta de parcelas importantes da classe trabalhadora, pontualmente também se refletiram na paisagem de São Leopoldo. Nessas circunstâncias, como apontou Arantes (2011), os trabalhadores não ocupavam a terra (e não a ocupam) para "formar favelas"; essas ações eram expressões de uma luta maior, por uma política habitacional que, de maneira efetiva e democrática, de fato contemplasse os mais pobres. No centro desta luta, especialmente a partir da aprovação dos artigos 183 e 184 da nova Constituição, aparece a questão da *função social da propriedade*. Ganham força temas como o *direito à cidade*¹² e a autogestão habitacional (MINEIRO; RODRIGUES, 2012) e se esboça, também, um "outro projeto" de cidade, baseado em princípios de igualdade e justiça social. (FERREIRA, 2012).

Nesta expansão nacional dos movimentos sociais de luta por moradia e reforma urbana, nos anos 1990, as demandas da população pobre levaram a

¹⁰ Utilizo aqui o conceito de Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues (2004, pp. 84-85), que definem os movimentos sociais urbanos como "um tipo especial de ativismo [...] com um grau razoavelmente elevado (ou até bastante elevado) de organização e de contestação da ordem social vigente (capitalismo, racismo ou qualquer forma de opressão). [...] Os movimentos sociais especificamente urbanos são aqueles que, embora estando organizados em torno de questões diretamente vinculadas ao espaço urbano como habitação e regularização fundiária, não agem somente na escala de um bairro, de uma rua ou de uma favela, mas buscam agir em escalas mais amplas (na cidade, no país e às vezes, construindo até conexões internacionais)".

¹¹ A bandeira pela reforma urbana, por exemplo, teve início ainda na década de 1960. Esta pauta foi formulada pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, e tornou-se bandeira para os movimentos sociais urbanos. Contudo, com o golpe militar de 1964, os movimentos só retomaram a pauta na década de 1980.

¹² Conceito que surge em 1968 com o lançamento do livro "Le Droit à la ville", do filósofo francês Henri Lefebvre.

prefeitura de São Leopoldo a promover loteamentos em áreas públicas (BARROS, 2011) – medida que se revelaria insuficiente para apaziguar os movimentos de luta por moradia na cidade. Esses movimentos seguiam com força no início dos anos 2000, em função sobretudo do agravamento da crise social vivida no país na década de 1990. O desemprego e os baixos salários impossibilitavam o acesso dos trabalhadores à moradia e a outras necessidades básicas; e o ideário neoliberal enfraquecia as frágeis políticas sociais então existentes (MARICATO, 2003; 2015). Nesse contexto, tentando responder a essas questões, a municipalidade de São Leopoldo passou a incentivar a formação de cooperativas nas áreas ocupadas e a negociação direta entre movimentos e proprietários de terras (BARROS, 2011).

3.1 As cooperativas habitacionais na região nordeste de São Leopoldo

O incentivo à formação de cooperativas habitacionais em São Leopoldo foi institucionalizado através da Lei 5.996 de 13 de julho de 2006¹³, nesse mesmo ano, também foi gravado ao novo Plano Diretor (Lei nº 6165 de 19 de dezembro de 2006), as chamadas Áreas de Habitação de Interesse Social (AHIS). Tais ações de alguma forma já refletiam o “ideário progressista” do Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, e das políticas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na esfera federal, sob o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), desde de 2003, e municipal, sob o governo de Ary Vanazzi¹⁴ (PT) *eleito* em 2004.

¹³ Art. 1º desta Lei: “Fica instituído o Programa Municipal de Fomento às Cooperativas Habitacionais de São Leopoldo, que compreenderá as atividades exercidas pelo Poder Público e pelo setor privado, no intuito de propiciar, sustentar e facilitar a produção de habitação de interesse social e lotes urbanizados, de forma cooperativada, a fim de implementar projetos e difundir conceitos de cooperativismo, associativismo, solidariedade e autogestão”. (SÃO LEOPOLDO, 2006). Disponível em: <<https://cm-sao-leopoldo.jusbrasil.com.br/legislacao/643741/lei-5996-06>>. Acesso em: 30 nov. de 2017.

¹⁴ Ary Vanazzi foi projetado na política através da militância no Movimento Social Pró-dique na década de 1980. Um movimento que denunciava as terras alagadiças no área norte de São [cont.]

A definição das AHIS e o incentivo às cooperativas habitacionais sem dúvida deixaram suas marcas nas periferias da cidade. Em 2010, as cooperativas se concentravam nas regiões oeste, norte e nordeste de São Leopoldo, que contavam com 13 organizações desta natureza (BARROS, 2011). Até 2016, quatro cooperativas atuaram no bairro Santos Dumont: COOPERPROGRESSO, COOHAP, Bom Fim¹⁵ e COOTRAHAB (a mais recente). Esses nomes, para quem simplesmente os lê, certamente dizem pouco sobre *como* essas organizações modificaram a paisagem do bairro. O mesmo se poderia dizer sobre os programas habitacionais que ajudaram a construir parte significativa das regiões oeste, norte e nordeste de São Leopoldo. Mas, de fato, a simples menção aos programas ali operados conta parte da história das nossas políticas habitacionais nas duas últimas décadas (de Fernando Henrique Cardoso à Dilma Rousseff): Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social (PSH), Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Programa Crédito Solidário (PCS), Resolução 460, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ao lado da lógica da *necessidade* de morar, “com o seu habitual ciclo ocupação-autoconstrução-auto-urbanização”, ao lado dos assentamentos populares e do *mercado informal* (ABRAMO, 2007, p. 26), encontra-se o “braço” do Estado. Refiro-me aqui aos loteamentos públicos, à construção de moradias e conjuntos habitacionais de alguma maneira vinculados a programas oficiais. Para quem só olha para o Santos Dumont da janela do trem, essa diversidade de ações não é evidente e talvez nem seja percebida. Do vagão, o que se vê talvez

Leopoldo, em especial, o bairro Rio dos Sinos – que faz divisa à nordeste ao bairro Santos Dumont. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde a década de 1980, foi fundador e presidente do MNLM em 1989. Deputado Federal de 2001 a 2003, nesse interim foi também Secretário Especial da Habitação do Rio Grande do Sul, no governo Olívio Dutra (PT). Em 2005 assume a prefeitura da cidade, e reeleito se mantém prefeito até 2013. Em 2016, ainda pelo PT, é novamente eleito prefeito de São Leopoldo. Ary Vanazzi, desde sua atuação enquanto Deputado Federal, conduz uma política voltada às periferias das cidades, com pautas de habitação e regularização fundiária.

¹⁵ Segundo a presidente da COOTRAHAB, Andreia Camillo Rodrigues (em entrevista), a Cooperativa Bom Fim foi destituída após este período – não existe mais, sem mais detalhes sobre o fato.

não passe de um emaranhado de moradias parecidas, por suas características físicas (bricolagem¹⁶ de madeira, placas, tijolos, fibrocimento, *etc.*), por suas carências e precariedades (Fig.6).



Figura 6: Bairro Santos Dumont visto pelo lado de dentro da Estação de Trem Santo Afonso – Novo Hamburgo. FONTE: acervo pessoal, 2018.

Olhemos a figura 7. Numa visão "de cima" e "distante", a composição diversificada da produção habitacional pode parecer um pouco mais evidente. Numa primeira análise (frente a última fotografia exposta), a "morfologia do bairro" pode chamar nossa atenção, notadamente por suas quadras ortogonais. Ali, as ruas em labirintos não são a regra. Elas somente aparecem, uma vez ou outra, em ocupações recentes. Para além da informalidade na construção da casa,

¹⁶ Paola Berenstein Jacques, em *A Estética da Ginga* (2011), utiliza o conceito de "bricolagem", para se referir àquela produção da casa que é acompanhada pelo acaso e pela imprevisibilidade. Situação em que o morador vai incorporando uma reforma ou outra, conforme seu orçamento e os materiais que estão à disposição.

é marcante a continuidade do traçado. Assim, se olharmos mais atentamente para a implantação de cada edificação dentro das quadras, percebemos que aquele emaranhado visualizado de dentro do vagão se inscreve numa divisão bem definida de lotes, estes últimos, por sua vez, característicos sobretudo das cooperativas habitacionais locais.



Figura 7: Bairro Santos Dumont: vista para a Região NE, desde a Região NO. FONTE: Fotografias aéreas de São Leopoldo: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=83669870A>>, Acesso em: jul. de 2018.

Na figura 8 (p. 109) podemos identificar algumas comunidades formadas a partir dessas cooperativas e de loteamentos públicos entre a década de 1990 e o ano de 2006 – formação que, como já disse, tenciona outras lógicas de produção, como as da “necessidade” e do *mercado informal*. Contudo, nosso esforço para identificar e localizar as produções cooperativadas é insuficiente para discriminar a identidade ou a “cara” de cada iniciativa (municipal ou federal). E, por razões óbvias, a simples visualização de uma foto não nos revela as relações dessas cooperativas e de sua gente com a vida atual do bairro.

Afinal, o que essas cooperativas produziram e/ou produzem? Para tentar responder a esta questão, farei uma sucinta descrição, em texto e imagens, de uma das cooperativas do bairro Santos Dumont. Neste caso, e não por acaso, descreverei a Cooperativa Bom Fim, criada no final da década de 1990.

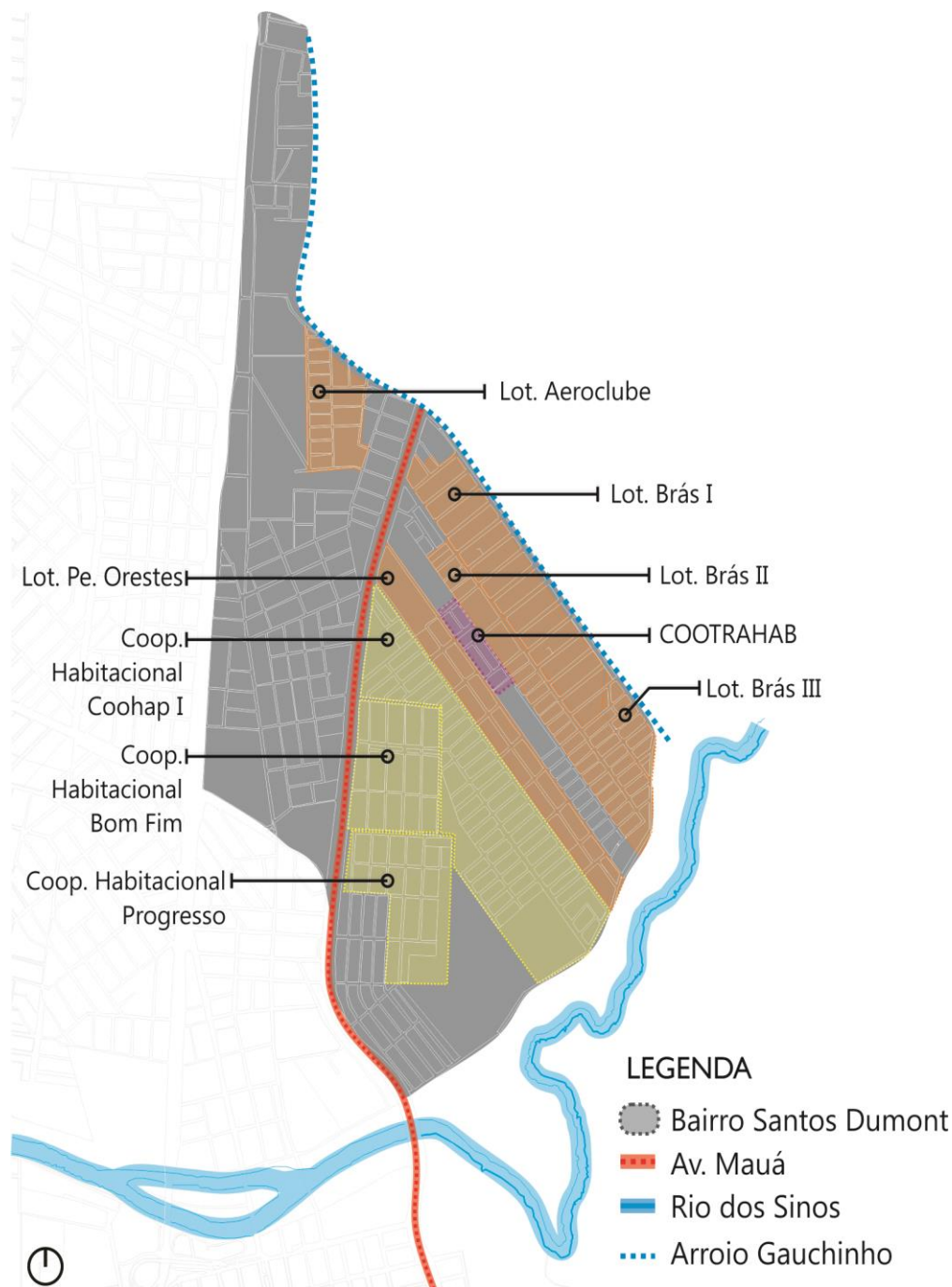


Figura 8: Iniciativas de HIS por cooperativas do município de São Leopoldo. FONTE: Imagem *Google Earth* e legenda própria, 2018.

3.1.1 Cooperativa Bom Fim, o início

A Cooperativa Bom Fim não é o nosso objeto de estudo. Sua história, entretanto, atravessa até hoje a realidade do bairro Santos Dumont. Talvez, como fez Genoveva Fruet (2004) em seu estudo sobre as cooperativas habitacionais de Porto Alegre, a Bom Fim deveria ser designada como uma *cooperativa de ocupação*, dado que deriva de uma invasão seguida de luta pela regularização da posse. A origem da Bom Fim, em 1999, deu-se dessa forma¹⁷: primeiro houve a invasão de uma área alagadiça; depois, a produção de casas muito precárias (BARROS, 2011). Contudo, no início dos anos 2000, com a construção de um dique em meio à ocupação, a área “secou” e portanto, deixou de ser alagadiça. Os moradores então se organizaram para evitar a densificação excessiva da área, cujas terras passaram a ser “visadas” por outros “invasores”. Foram estabelecidos critérios para o ingresso de novas famílias na ocupação (BARROS, 2011). No entanto, aquela terra que até então não tinha dono, depois da construção do dique passou a ter: era propriedade da família Steigleder¹⁸. Quando o proprietário reivindica a posse de suas terras, a organização entre os moradores se fortalece. Em dado momento, a comunidade entra em contato com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). E este movimento teria um papel importante para aquelas famílias e para o próprio bairro. O MNLN os orienta no sentido da formação de uma cooperativa, a fim de que fugissem do estigma de “invasores” e passassem a negociar a compra da terra diretamente com o proprietário (BARROS, 2011). *Pari passu*, a organização da cooperativa e a

¹⁷ A fonte para contar essa história é Barros (2011), cujo trabalho traz uma reflexão sobre Programas Habitacionais de Interesse Social em comunidades da região nordeste de São Leopoldo (RS). Nesse estudo, a autora discorre sobre formação de algumas cooperativas, dentre elas, a Cooperativa Bom Fim.

¹⁸ Esta família é proprietária de outras terras na região – como, por exemplo, parte da área em que hoje é conhecida como “Vila dos Tocós”, no bairro Rio dos Sinos. Atualmente, a população que ali vive, recebeu uma ordem de despejo. Para isso, ver o documentário produzido por alunos de jornalismo da Unisinos: cf. MARSIGLIA et al. O sol que varre o inverno. 2018. (22m09s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=10RLTUY0U8U>>. Acesso em: mai. de 2018.

mobilização junto ao poder público resultaram não apenas na compra do terreno mas também na qualificação da infraestrutura urbana, com instalação de rede de energia elétrica e água encanada no ano de 2005¹⁹. Nesse mesmo ano, a cooperativa passou a organizar a produção de unidades habitacionais vinculadas a programas federais. Aos poucos, entre 2005 e 2008, as famílias foram substituindo suas casas de madeira por casas "de material", isto é, de tijolos – processo apoiado e financiado pelo Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social (PSH), pelo Programa Crédito Solidário (PCS) e pela Resolução 460.

Hoje, ao caminharmos pelo bairro, podemos identificar alguns dos resultados desse processo. As moradias, obviamente, passaram por mudanças após a entrega, porque, de 2005 pra cá, já se passaram mais de dez anos. Mas essas mudanças, por vezes, não chegaram a descaracterizar a tipologia original da maioria das unidades habitacionais ali produzidas. Algumas das casas até hoje têm as mesmas características da época em que foram entregues, o que se deve tanto ao baixo rendimento das famílias quanto à estrutura desses programas, que ora comprometia a família com dívidas por muitos anos, ora negava-lhes o acesso a outros programas federais (de reforma, por exemplo) pelo fato de já terem sido beneficiadas com uma casa.

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), criado em 2002 (Decreto nº 4.156, de 11 de março), no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, é um exemplo do que estou retratando. De fato, o PSH só foi regulamentado no governo Lula, através da Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Seus recursos são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU). Na época, o custo médio da construção de unidade habitacional com metragem mínima de 28m² era estimado em R\$ 13.000,00 (BONDUKI, 2008; OLIVEIRA, 2011). O programa

¹⁹ Hoje, ao caminhar pelo local, podemos perceber que essa qualificação não contou com a execução de pavimentação. Isto é, desde 2005 as vias não foram pavimentadas.

abriu a possibilidade do trabalho em *mutirão* e da utilização de materiais não convencionais; mas, “para garantir o mínimo de habitabilidade”, exigia paredes externas rebocadas, água, luz e esgoto (SHIMBO, 2004). Devido aos baixos recursos do programa, as unidades entregues pela Cooperativa Bom Fim não possuíam acabamentos internos, como forro e pintura²⁰ – e os moradores, por terem sido contemplados com os recursos do PSH, não puderam acessar qualquer outro programa, o que resultou na permanência das precariedades existentes. Através do PSH, a Bom Fim construiu e entregou 94 unidades habitacionais térreas (casas) de 42m².

O Programa Crédito Solidário (PCS), igualmente presente no bairro, surgiu no Governo Lula (Resolução n° 93 de 28 de abril de 2004). Sua criação foi vista como uma conquista importante para os movimentos sociais de luta por moradia, porque se destinava às associações e cooperativas e estas poderiam operar via *mutirão* e/ou autogestão (BONDUKI, 2008). Os resultados do PCS tem menor visibilidade no Santos Dumont. A produção ali financiada pelo programa não chegou a um terço do número de unidades produzidos via PSH – isto talvez devido aos baixos recursos disponibilizados pelo programa, ou por seu “fôlego curto”, como escreveu Nabil Bonduki (2008, p. 99), ou ainda dadas as restrições impostas ao atendimento das famílias que, por exemplo, não podiam ter seus nomes incluídos nos cadastros do SERASA e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Na Santos Dumont, com recursos do PCS, em regime de *mutirão*²¹, a Bom Fim construiu 25 casas de 46m².

A Cooperativa Bom Fim também utilizou recursos da Resolução n° 460, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Segundo essa Resolução, que regulamentou a distribuição de

²⁰ A cooperativa Bom Fim optou em investir os recursos na produção de uma unidade habitacional maior que 28m². Para isso, abdicou do acabamento interno. Havia a possibilidade de se construir uma casa de um quarto com acabamento interno, ou uma unidade de dois quartos, sem o acabamento. Foi diante dessa situação que a Bom Fim optou pela segunda alternativa.

²¹ De acordo com alguns relatos na época do estágio, o *mutirão* foi realizado através do “Habitar Brasil BID”. Durante a pesquisa, contudo, não conseguimos maiores informações sobre essa produção.

subsídios por meio de contratos individuais, cada empreendimento poderia ser construído mediante as chamadas “operações coletivas” (BALBIM; KRAUSE, 2014) que, por sua vez, eram facultadas a entidades como cooperativas ou associações. Em 2007, com base na Resolução nº 460, a Bom Fim construiu 120 casas de 42m² na Santos Dumont, quase o dobro do número de unidades produzidas via PSH. A maior abrangência desta ação da cooperativa se relaciona à própria estrutura de financiamento possibilitada pela Resolução, que estabeleceu critérios menos burocráticos para a seleção dos beneficiados e que facultou aos governos estaduais e municipais a alocação de recursos para ampliar o subsídio às famílias (BONDUKI; ROSSETO, 2008). No caso da Bom Fim, os subsídios vieram do governo federal e da prefeitura de São Leopoldo, distribuídos por meio do fornecimento de materiais de construção.

A história da Cooperativa Bom Fim, é claro, não se resume a estas ações. Elas são mencionadas aqui apenas com o objetivo de oferecer ao leitor uma noção mais precisa no que diz respeito à produção de moradia nas duas últimas décadas no bairro Santos Dumont – processo que, como disse, ao mesmo tempo nos revela aspectos do “caminhar” da política habitacional brasileira no mesmo período. Mas, talvez mais importante do que isso, ao trazer em texto e imagens parte do universo de ações das cooperativas habitacionais que operam na Santos Dumont proponho uma espécie de “exercício da imaginação”, para que possamos compreender melhor o contexto em que vivem os moradores daquele bairro.



Figura 9: Rua que dá acesso à algumas das unidades habitacionais produzidas por intermédio dos Programas: PSH, PCS e Resolução n° 460. FONTE: acervo pessoal da pesquisadora, 2014



Figura 10: Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através do PCS. FONTE: acervo pessoal da pesquisadora, 2014.



Figura 11: Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através do PCS. FONTE: acervo pessoal da pesquisadora, 2014.

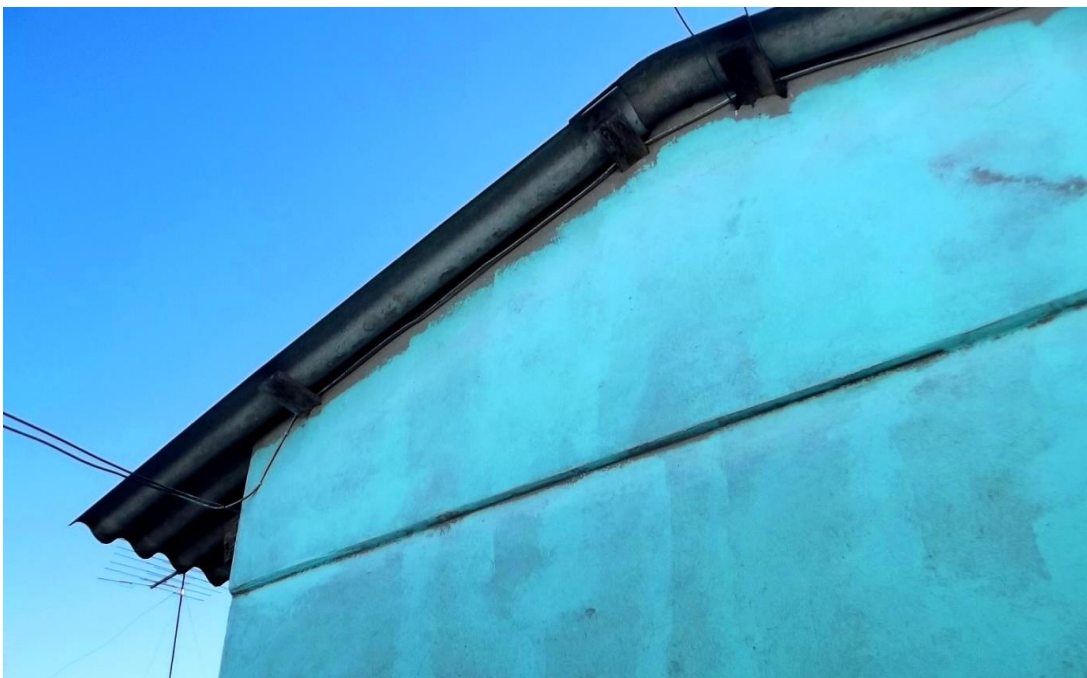


Figura 12: Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através do PSH. FONTE: acervo pessoal da pesquisadora, 2014.



Figura 13: Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através do PSH. FONTE: acervo pessoal da pesquisadora, 2014.



Figura 14: Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através da Resolução nº 460. FONTE: acervo pessoal da pesquisadora, 2014.



Figura 15: Unidade habitacional produzida pela Cooperativa Bom Fim, através da Resolução n° 460. FONTE: acervo pessoal da pesquisadora, 2014.

De certa maneira, minha sucinta descrição das operações da Bom Fim visualiza a moradia também como um “artefato de poder”. A construção do artefato-moradia aparentemente tem a capacidade de “organizar” comunidades. Foi o que se verificou com o surgimento e as ações das cooperativas Bom Fim e COOPERPROGRESSO. A organização comunitária se deu a partir de um grupo social constituído basicamente por assalariados pobres. Por *tentativa-erro*, esse grupo teve que aprender a lidar com a “máquina pública”. E esse aprendizado seria importante também, tanto para a conquista de outros benefícios para a região²² quanto para a formação de novas cooperativas. Desafiadas pelo processo de organização das cooperativas, as “pessoas de carne-e-osso” (trabalhadoras e os trabalhadores mal remunerados) amadurecem – e este amadurecimento, entre outras implicações²³, leva à “reprodução” de um

²² A título de exemplo, com a organização da comunidade em torno das cooperativas, ações sociais de prevenção à violência surgem na região com o apoio da Prefeitura de São Leopoldo (BARROS, 2011).

²³ Segundo a presidente da COOTRAHAB, Andreia Camillo Rodrigues (em entrevista), após a criação da COOTRAHAB, houve no local a criação de associações como “AMOBOMFIM” e “AMPROCOOP”, que nasceram com o objetivo de fazer regularização fundiária nas áreas ocupadas pelas famílias da Cooperativa Bom Fim e pelas famílias da COOPROGRESSO.

“modelo” de produção habitacional que “deu certo” e que aponta para a criação de novas cooperativas. Esta, pelo menos, é a história do surgimento da COOTRAHAB.

Por suas relações estreitas, as histórias da COOTRAHAB e da Bom Fim às vezes se confundem. Mas este não é um processo singular. Flávio Ghilardi (2017), em sua tese de doutorado sobre o cooperativismo habitacional, mostra que é muito comum a criação de novas cooperativas por “filhos de cooperativistas”. Foi esse o caminho da COOTRAHAB. Sua presidenta, Andreia Camillo Rodrigues, é filha de um dos fundadores da Cooperativa Bom Fim. A constituição da COOTRAHAB está marcada, desde o início, pelos percalços (tentativa-erro) da Bom Fim. O conflito entre os associados da Bom Fim sobre o “tipo de gestão” ali praticado foi um dos fatores que levou à criação da COOTRAHAB. Hoje, quase duas décadas depois de sua fundação, a COOTRAHAB está implicada em pelo menos outros seis empreendimentos, já executados ou em andamento nas cidades de São Gabriel (2), Vacaria (2), Rio Grande (1) e Passo Fundo (1), todos financiados pelo PMCMV-Entidades, unidades urbanas, e pelo Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), unidades rurais. O empreendimento realizado em Rio Grande, conhecido como “Junção”, está sendo executado pela COOTRAHAB em parceria com outras quatro cooperativas: COOPERNOVA, COOPERARROIO, COOPERLAR e Uniperffil. O “Junção”, com 1276 unidades projetadas, é considerado a maior obra até hoje financiada no país pelo PMCMV-Entidades.

3.2 A COOTRAHAB e o Loteamento COOTRAHAB

Diferentemente do que aconteceu na origem da Cooperativa Bom Fim, a COOTRAHAB não “nasce” de uma ocupação. A criação da COOTRAHAB resulta de uma articulação entre moradores de alguma maneira vinculados às cooperativas atuantes no bairro Santos Dumont – em especial à própria Bom Fim, como já foi referido. Fruet (2004) denominou essas organizações de *cooperativas comunitárias*. Como acontece com as *cooperativas de ocupação*, também na

origem das cooperativas comunitárias quase sempre encontramos algum “movimento social”. A Bom Fim e a COOTRAHAB, por exemplo, mantêm forte vínculo com o MNLM. Contudo, segundo Fruet (2004), diferente das cooperativas de ocupação, as cooperativas comunitárias não surgem para resolver o problema imediato da posse da terra “invadida” – onde a necessidade acaba forçando o morador para a criação de uma cooperativa. Nas cooperativas comunitárias, há uma organização prévia desses moradores em função de objetivos em comum, os quais, geralmente buscam comprar uma área para a provisão de moradia.

Andreia Camillo Rodrigues e sua irmã, Karina Camillo Rodrigues, participaram da fundação da COOTRAHAB, ocorrida em 2008. Elas são filhas de João Rodrigues. Seu João, nos anos 1990, saiu do interior do Rio Grande do Sul para morar no bairro Santos Dumont, onde participou da fundação da Cooperativa Bom Fim.

A própria trajetória de Andreia, filha de um cooperativista, nos ajuda a entender o seu envolvimento com a criação da COOTRAHAB e sua atuação, ali, enquanto presidenta da mesma. Em 2004, ela se muda de Santo Augusto (sua cidade natal, localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul) para o bairro Santos Dumont, em São Leopoldo. Passa então a residir com o seu pai e a trabalhar como mestre de obra na Cooperativa Bom Fim, durante a produção de moradias. Nesse momento, começa a militar nas organizações comunitárias e vincula-se, no plano político, ao PT e ao MNLM. Em 2008, assume a função de coordenadora da Assessoria Comunitária²⁴ da Secretaria de Habitação de São Leopoldo, cidade então governada pelo prefeito Ary Vanazzi, igualmente do PT. Nesse momento se envolve na criação da COOTRAHAB.

²⁴ Quando assessora, Andreia participou da organização do Loteamento Padre Orestes Stragliotto, destinado à famílias que seriam reassentadas por razão da construção do elevado do trem no projeto de expansão para Novo Hamburgo. Nessa situação, foram construídas 700 unidades habitacionais (sobrados), uma escola, um posto de saúde e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

3.2.1 A COOTRAHAB

A ideia inicial era montar uma cooperativa jurídica de trabalho, a fim de “pegar obra”, seja para construção ou para reforma. Daí a presença da palavra “trabalho” na denominação da COOTRAHAB – recordando: Cooperativa de **Trabalho**, Habitação e Consumo Construindo Cidadania. Todos os primeiros integrantes da cooperativa, dez mulheres e dois homens, possuíam algum envolvimento com a construção civil. Eram pedreiros, pintores, encanadores, mestres de obra e eletricitas. Tinham ajudado a “por de pé” o bairro Santos Dumont²⁵ e, naquele momento, procuravam por uma alternativa de trabalho. Os planos, no entanto, mudaram. Assim que a cooperativa foi criada ela se viu diante da oportunidade de comprar uma gleba de seis hectares, “bem localizada”, para a produção de unidades habitacionais. Se tratava do último vazio urbano do bairro (Fig. 16), localizado às margens da Avenida Mauá, popularmente conhecido como “a chácara do seu Romeu”, o dono daquelas terras. Segundo Andreia, o povo da Santos Dumont já estava “calejado” de tanto ocupar e invadir terrenos. Estabelecer uma negociação pelas terras do seu Romeu era uma oportunidade de fazer algo diferente. Além disso, naquela altura, já eram os filhos de alguns cooperativados da região que precisavam de casa²⁶. Este contexto levou a COOTRAHAB a iniciar negociações visando a compra da terra, na perspectiva de ali construir moradias.

O processo de negociação se revelaria longo e difícil. No primeiro momento, seu Romeu não tinha interesse em negociar a gleba. Porém, devido ao quadro de expansão de São Leopoldo e à ampliação do “perímetro urbano”²⁷,

²⁵ RODRIGUES, Andreia Camillo. ArQUITETOS Rebeldes. 2015. (32m32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aoqz6ivvh-M&t=249s>>. Acesso em: maio de 2018.

²⁶ RODRIGUES, Andreia Camillo. ArQUITETOS Rebeldes. 2015. (32m32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aoqz6ivvh-M&t=249s>>. Acesso em: maio de 2018.

²⁷ Camargo (2015). Também vale dizer que a alteração do perímetro rural para o urbano, foi funcional para que a COOTRAHAB realizasse, adiante, o seu empreendimento. Haja vista que [cont.]

decidiu vendê-la. Por trás da ampliação desse perímetro estava a extensão da linha de trem de São Leopoldo à Novo Hamburgo e a construção de um empreendimento habitacional na antiga “Chácara do Leão”, situada ao lado das terras do seu Romeu.



Figura 16: Terra do “Seu Romeu” em negociação pela COOTRAHAB e área de inserção do Loteamento Padre Orestes. FONTE: Imagem retirada do *Google Earth* e adaptada pela pesquisadora, 2018.

Esse empreendimento, o Loteamento Padre Orestes Stragliotto²⁸, foi projetado para reassentar²⁹ parte dos moradores da Vila dos Tocos, que residiam às margens da Avenida Mauá, no caminho da linha de trem. Tal fato se revelou decisivo para que seu Romeu decidisse negociar. Antes mesmo de saber do

buscavam trabalhar com um conjunto habitacional de porte médio – fator não permitido em área rural pelo PMCMV-PNHR; vertente em que as Entidades Organizadoras também podem tocar, mas por meio da construção de unidades pulverizadas.

²⁸ Este nome deriva de uma homenagem ao Padre Orestes João Stragliotto, que foi o pároco da paróquia Santo Inácio do Rio dos Sinos. Orestes foi um ativista do Movimento Social Pró-Dique, nas regiões norte e nordeste de São Leopoldo – áreas atingidas pelas enchentes. Neste movimento, participou também o atual prefeito Ary Vanazzi, situação que o projetou na política (FERREIRA, J. S. 2013).

²⁹ Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, esse reassentamento se deu em parceria com a Prefeitura de São Leopoldo, junto ao Governo Federal, através do PAC e do Ministério das Cidades. Junto ao reassentamento, também foi produzido creche, escola e posto de saúde, a fim de atender a nova demanda populacional.

“Loteamento Padre Orestes”, ele já estava incomodado com a circulação de terceiros por seu terreno, situado entre a Chácara do Leão e a Vila Brás, conhecida como lugar “de tráfico e violência” – seu Romeu seguidamente encontrava jovens moradores da “Brás” utilizando sua área como ponto de encontro. Para aquele senhor de idade avançada e aposentado, a construção de outro empreendimento na vizinhança só criaria mais “incômodos”.

Seu Romeu decide então negociar a venda da gleba para a COOTRAHAB. Mas, surge um impasse. Uma construtora local agora também se interessa pela área, vendo ali a possibilidade de realização de um empreendimento habitacional. Seu Romeu, contudo, dá preferência à COOTRAHAB, isto aparentemente por duas razões: pelo “peso simbólico” da proposta da cooperativa, que pretendia construir moradias para a população do Arroio Gauchinho³⁰, vizinha da área; e dado o estigma de “invasores” associado aos integrantes da COOTRAHAB³¹. Assim, por temer a “invasão” do seu terreno, e por conhecer os possíveis beneficiários do empreendimento, ele aceita vendê-lo à COOTRAHAB por R\$ 1,5 milhão.

3.2.2 O COOTRAHAB

Com a “palavra empenhada” do proprietário da terra, a cooperativa buscou diálogo com a INDEC³², uma construtora local, visando realizar o “estudo de viabilidade”. Esta empresa, por sua vez, definiu as diretrizes de projeto, prevendo a construção de 500 unidades habitacionais em prédios de até cinco andares. O levantamento da área, necessário para a realização do estudo de

³⁰ O Arroio Gauchinho é uma área que divide São Leopoldo de Novo Hamburgo. Antes das obras de canalização e contenção – realizadas em parceria entre as prefeituras desses dois municípios, em 2011 – a população que vive nas margens do arroio, sofria recorrentemente com alagamentos proveniente da cheia em dias de chuva forte.

³¹ Ao que pese (e como vimos) a maioria dos integrantes da direção da COOTRAHAB fizeram parte da Cooperativa Bom Fim, que surgiu por meio de uma invasão.

³² Informação retirada da entrevista concedida por Andreia Camillo Rodrigues à Natalia D’Agostin Alano, em abril de 2018, via *e-mail*.

viabilidade, foi pago com o 13º salário da presidenta da COOTRAHAB³³ e com recursos das cooperativas Bom Fim e COOPERPROGRESSO. A ajuda destas duas cooperativas à COOTRAHAB ilustram aquilo que se chama de “operação em rede” das cooperativas habitacionais³⁴.

Em 2009, a COOTRAHAB – agora já formalmente constituída e registrada – rompe com a construtora contatada para a elaboração do estudo de viabilidade, dada sua demora em realiza-lo. A cooperativa solicita então tal estudo ao arquiteto Álvaro Pedrotti, parceiro técnico do MNLM.³⁵

O fato de se tratar de uma “área verde, com característica de um jardim botânico”, como o próprio arquiteto definiu, não intimidou o arquiteto a aceitar a solicitação da cooperativa. Para ele, uma ação compensatória (transplante de árvores) e a conservação de demais vegetações, resolveria o problema. Contudo, antes de realizar o estudo de viabilidade, Pedrotti pediu à COOTRAHAB que desistisse da ideia de construir edifícios de apartamentos no local. Ele pensava que, dado ao “aspecto cultural” do bairro Santos Dumont, onde a moradia térrea era recorrente, a construção de prédios era inconveniente, pois “o povo que ali vive” está sempre com o “pé na rua” e não está habituado a pagar conta de condomínio no final de cada mês. Para Pedrotti, a construção de edifícios de cinco andares promoveria uma “expulsão branca” – isto é, uma parcela significativa dos moradores terminaria por vender seus apartamentos, por não se adaptarem à esta forma de moradia. A diretoria da COOTRAHAB concordava com o arquiteto Álvaro, mas ponderava que a construção de casas (e não de apartamentos) precisava “cobrir o valor da terra”, o que estava diretamente relacionado ao número de unidades que o terreno poderia abrigar. Na época, tais estudos eram feitos com base nas normativas do Programa Crédito Solidário (PCS). No entanto, naquele mesmo ano de 2009, ocorre uma mudança

³³RODRIGUES, Andreia Camillo. *Arquitetos Rebeldes*. 2015. (32m32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aoqz6ivvh-M&t=249s>>. Acesso em: maio de 2018.

³⁴ Para esse tema: Cf. Camargo (2016) e Mudo (2017).

³⁵ O MNLM mantém proximidade com Álvaro Pedrotti desde o governo Olívio Dutra (PT), quando o arquiteto atuava na Secretaria Especial de Habitação do governo do estado (RS), entre 1999 a 2002.

importante no quadro da política habitacional no Brasil, com o lançamento do MCMV³⁶.

O programa foi anunciado “com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários-mínimos.” (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 29). Além disso, estava claro que o programa buscava aquecer o mercado imobiliário de unidades novas, a fim de impactar a economia (*ibid*, 2017). Afinal, tratava-se de um “pacote” de investimentos lançados na área da habitação que tinha “como meta a construção de um milhão de moradias, em curto prazo, tendo para isso alocado R\$ 34 bilhões.” (CARDOSO, ARAGÃO, 2013, p. 36).

Na área habitacional, não se via um investimento deste porte desde a extinção do BNH, em 1985. A proposta foi recebida com desconfiança por parte de alguns movimentos de luta por moradia, que questionaram seu “caráter mercadológico” e reivindicaram que o MCMV incorporasse uma vertente voltada para a autogestão e para a participação social na produção da moradia (FERREIRA, 2014) – demanda atendida através da reformulação do Programa Crédito Solidário (PCS), agora denominado “Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades” (LAGO, 2012).

Em termos mais estruturais, a alteração do PCS para o PMCMV-Entidades, inicialmente, não teve grande impacto. Em todo o país, as cooperativas habitacionais ainda estavam em processo de “aprendizagem” (NAIME, 2012). E o PMCMV-Entidades reproduzia, em grandes linhas, o modelo adotado pelo PCS³⁷

³⁶ “A 1ª etapa do programa compreendeu o período de 2009 a 2010. Esta etapa foi instituída pela Medida provisória nº 459, de 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009.” (MINEIRO & RODRIGUES, 2012, p. 25)

³⁷ O financiamento se dá através do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). O programa é destinado para entidades sem fins lucrativos, as quais, precisam apresentar seus projetos ao agente operador do programa, que é CAIXA, . Esta última, por sua vez, envia ao Ministério das Cidades (MCidades) – gestor do programa – a relação dos projetos que são destinados para a seleção. O MCidades seleciona e reencaminha para a CAIXA. A CAIXA, por sua vez, aguarda o envio da lista de beneficiários/associados realizada pela Entidade/cooperativa. E, por fim, a CAIXA analisa o enquadramento dos beneficiários/associados que a entidade indicou, contrata a operação e acompanha a execução da obra (CARDOSO, ARAGÃO, 2013).

(CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Mas, houve mudanças e até mesmo alguns “avanços” com a criação da vertente Entidades – sem esquecer que a esta vertente foram destinados apenas 3% dos recursos do MCMV. Para além de atender famílias de zero a três salários mínimos (como já acontecia no PCS), o PMCMV-Entidades deixa de exigir delas a “análise cadastral” dos associados, que não mais precisavam estar “com o nome limpo” no SERASA e no SPC. O tempo de contribuição dos beneficiários cai de 20 para 10 anos³⁸ e passa a ser equivalente à capacidade financeira da família – 5 a 10% do valor da renda familiar, ou o mínimo de R\$ 25,00 reais mensais.

No entanto, algumas importantes limitações do PCS foram reproduzidas na fase inicial do Entidades, sobretudo no que dizem respeito à liberação de recursos para o pré-obra; compra da terra, assessoria técnica e para a realização do Trabalho Técnico Social (TTS)³⁹. Assim, as cooperativas não tinham outra saída, senão seguir tocando os seus trabalhos “da maneira que dava”. Antes das cooperativas realizarem um trabalho espinhoso em cima da produção de projeto e da busca por uma coesão das famílias, era preciso garantir a terra. Se não, poderia acontecer um “tiro no escuro”, isto é: elaborar os projetos, juntar as famílias, levantar documentações e, no fim, perder a terra para alguma construtora que podia pagar por ela antecipadamente, desperdiçando o trabalho realizado e frustrando a esperança dos futuros moradores – processo mais tarde conhecido, no debate sobre o Entidades, como a *disputa de terras* (CAMARGO, 2016).

Foi preciso fazer esse grande parêntesis sobre a conjuntura da “habitação” no Brasil para poder voltar à COOTRAHAB – que, como vimos acima, a esta altura

³⁸ No PCS a família deveria retornar integralmente o valor investido, dentro de 20 anos, sem taxas de juros (MINEIRO; RODRIGUES, 2012).

³⁹ Mesmo que Resolução do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social tenha instituído a Modalidade Compra Antecipada ao PMCMV-Entidades – permitindo assim a liberação prévia de uma parte dos recursos para a compra da terra e para os serviços necessários – poucas foram as cooperativas que conseguiram realmente acessar tal modalidade. Até o lançamento do MCMV2 em, 2011, apenas 6 empreendimentos realizaram esse tipo de contrato; todos eles localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RIZEK et al., 2014).

ainda buscava o diálogo com técnicos vinculados ao MNLM visando a realização do estudo de viabilidade.

O estudo de viabilidade, obedecendo a certos critérios técnicos e jurídicos, prevê o porte do empreendimento e se a área definida para sua construção pode acolhê-lo. As diretrizes do Plano Diretor para uma área servem aqui como exemplo: se o Plano Diretor permite ou não, naquela área, a produção de habitação de interesse social, ou se a proposta está em conformidade com o regime urbanístico estabelecida para o local, ou ainda se a área destinada para a construção está, ou não, protegida ambientalmente. No caso do terreno negociado pela COOTRAHAB havia diversos problemas. Tratava-se de uma área verde, com uma diversidade de árvores ambientalmente protegidas. Além disso, embora o bairro Santos Dumont apresente um número considerável de AEIS no plano diretor, a gleba do seu Romeu não estava gravada como tal. Eram questões que, na melhor das hipóteses, demandariam “tempo” para resolução.

Para a direção da COOTRAHAB, 2009 foi um ano em que “nada aconteceu”⁴⁰. Os problemas acima apontados somente seriam resolvidos em 2010. Através do diálogo com a prefeitura, o zoneamento “residencial 2”⁴¹ estabelecido para a área foi modificado para “AEIS III” (Lei 7.177, de 17 de maio de 2010). Esta mudança permitiria à COOTRAHAB construir no terreno um conjunto habitacional com 222 unidades. Sem a mudança do zoneamento, a área só poderia abrigar a metade dessa estimativa⁴².

No ano de 2008, quando a COOTRAHAB deu início ao processo de associação dos interessados (os “futuros moradores” do Loteamento), foram cadastradas quase 300 famílias. Todavia, segundo a Instrução Normativa nº 36 de 15 de julho de 2009 do PMCMV-Entidades, a COOTRAHAB só poderia produzir

⁴⁰ RODRIGUES, Andreia Camillo. *Arquitetos Rebeldes*. 2015. (32m32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aoqz6ivvh-M&t=249s>>. Acesso em: maio de 2018.

⁴¹ Com Taxa de ocupação de 66% e Índice de Aproveitamento igual a 2, de acordo com o Plano Diretor de 2006 do município de São Leopoldo (SÃO LEOPOLDO, 2006).

⁴² PEDROTTI, Álvaro L. *Arquitetos Rebeldes*. 2015. (32m32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gBj-dfFwutI&t=1075s>>. Acesso em: maio de 2018.

naquela gleba, de forma contígua, um máximo de 200 unidades habitacionais para cidades componentes de Regiões Metropolitanas. Houve, nesse momento, um novo impasse. De um lado, a COOTRAHAB teria que superar a dificuldade do excessivo número de cadastrados feito "lá atrás". E do outro, a cooperativa carecia um número mínimo de 222 famílias para cobrir o valor da terra.

Para superar a dificuldade relativa ao número de cadastrados, a COOTRAHAB estabeleceu um novo critério para a associação à cooperativa. Com base nos critérios definidos pelo próprio MCMV⁴³, a COOTRAHAB agora dava prioridade aos jovens e aos moradores residentes ao Arroio Gauchinho, vítimas de enchentes recorrentes. A "cota jovem" foi aprovada em assembleia e justificada pelo alto percentual de associados desta faixa etária, bem como pela dificuldade dos casais jovens "iniciarem sua vida"⁴⁴ – isto tudo tinha a ver com a própria realidade das famílias associadas. A "questão da mulher" também teve um papel importante nesse processo, tendo a cooperativa priorizado as mulheres residentes do Arroio Gauchinho, as mulheres jovens, as mulheres idosas e as mulheres chefe de família – o MCMV, desde antes do seu lançamento oficial, já estabelecia a preferência de titularidade do imóvel à mulher, a fim de garantir seu direito à moradia. Assim, a COOTRAHAB conseguiu reduzir o número de associados de 300 para 222. Mas, consequência disso, alguns associados e novos interessados no empreendimento constituíram uma "lista de espera" – e torciam pelas "desistências".

Quanto a exigência de uma máxima de 200 unidades contíguas para cidades componentes de Regiões Metropolitanas, como São Leopoldo, a COOTRAHAB não tinha outra escolha senão manter as 222 unidades. Era isso, ou o valor da terra que o seu Romeu pedia não poderia ser antecipado pelos moradores – de modo que a cooperativa corria o risco de perder a negociação.

⁴³ a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

⁴⁴ Tratava-se de uma demanda que, naquele momento, vinha sendo travado nacionalmente com a PEC da Juventude (nº 42/2008).

Por essa razão, vale adiantar que a direção da COOTRAHAB manteve esse número de associados, e só mais tarde – em 2012 – junto a apresentação do projeto do empreendimento, a cooperativa pediu à CAIXA uma excepcionalização de 11% daquela cota, que foi aceita. Condição que viabilizou a construção das 222 moradias⁴⁵.

Antes, contudo, de saber se esse pedido de excepcionalização iria ou não ser aceito pela CAIXA, a COOTRAHAB aprovou um aporte de cotização de R\$ 200 mil reais, distribuído entre seus 222 associados. Valor que serviria para dar prosseguimento à elaboração de documentos para CAIXA e para o pagamento de um *arras* ao proprietário da terra, afinal, era preciso garantir a compra do terreno, para além do acordo verbal. Essa proposta de cotização foi levada à assembleia, quando se estabeleceu a seguinte dinâmica de votação: apresentação de “cartão vermelho” pelos que não concordavam pagar; e de “cartão amarelo” por parte dos que concordavam. Em caso de vitória do “cartão vermelho”, o empreendimento seria “cancelado”, pois não havia recursos para remunerar os profissionais contratados (arquiteto, engenheiro e assistente social) e, em decorrência, não seria possível elaborar os projetos e organizar a documentação exigidos pelo Ministério das Cidades (gestor do programa) e pela CAIXA (agente operador).

A maioria votou “a favor” da contribuição (Fig. 17) e a “caminhada” para a construção das casas prosseguiria. Segundo a votação, as famílias associadas estavam agora comprometidas em contribuir com de R\$ 3.000,00 reais, em 25 parcelas – que equivale a R\$ 120,00 reais ao mês. Algumas famílias mais pobres e outras, por desconfiarem da cooperativa, dela então se desligaram. Este episódio se revelaria decisivo para a COOTRAHAB. A solicitação dessa contrapartida resultou em maior “rotatividade” dos associados, que alegavam não poder ou não querer contribuir com os valores estipulados. Mas, essa não foi a única nem a

⁴⁵ É importante lembrar que dentro deste número a COOTRAHAB teve que dispor 3% de unidades habitacionais (equivalente à 7 U.Hs) para idosos ou portadores de alguma deficiência física.

principal razão da “rotatividade”. Desde a sua criação, passaram pela cooperativa cerca de 540 famílias. Um número expressivo de desistências de fato se relaciona aos momentos de “aperto econômico” vividos pelos associados. No ato de desligamento, a COOTRAHAB devolvia o dinheiro destinado à cota de contribuição. Os associados por vezes viam na “saída” da cooperativa uma opção para resolverem rapidamente uma eventual dificuldade financeira.



Figura 17: Votação para a aprovação da Contrapartida. FONTE: COOTRAHAB, 2009, adaptada pela autora, 2018.

A caminhada rumo à aprovação dos projetos tem ainda outras faces. Em junho de 2011 é lançado o MCMV2⁴⁶. Em sua nova versão, o PMCMV-Entidades aperfeiçoa a “Modalidade Compra Antecipada”. Também nesse mesmo ano, a COOTRAHAB completou os três anos exigidos pelo Ministério das Cidades

⁴⁶ “Se em 2009 a previsão era de que 40% das moradias construídas fossem destinadas a famílias que recebessem até 3 salários mínimos, a porcentagem de moradias construídas para famílias com renda mensal de até R\$1600,00, na versão II do MCMV, aumenta para 60%” (TATAGIBA et al., 2013, p. 5).

(gestor do MCMV) para sua habilitação, exigência estabelecida pelo programa, e que visa “garantir a participação de organizações que tenham o mínimo de experiência para o desenvolvimento do projeto” (BURGUIÈRE et al, 2016, p. 34). Situação que levou a cooperativa – agora habilitada – a enviar um recurso à GIDUR alegando “prioridade” na compra antecipada do terreno, mediante declaração de que havia o risco de perde-lo (CAMARGO, 2015). Este risco em parte derivava da alta valorização imobiliária da área motivada pelas obras de expansão da linha de trem São Leopoldo-Novo Hamburgo. A extensão da linha de trem, paralela à Avenida Mauá (Fig. 18), era promovida pela *Trensurb*, com recursos do Governo Federal. Com a valorização dos terrenos da região, a cooperativa corria o risco de ter sua proposta recusada pelo proprietário, que já “apresentava cansaço e descrédito”⁴⁷ e agora pedia R\$ 1,7 milhões por sua gleba.



Figura 18: Extensão da linha de trem “São Leopoldo – Novo Hamburgo”: vista aérea desde a Estação Santo Afonso (NH). FONTE: *Google Maps* (2012), adaptada pela autora, 2018.

A decisão de arrecadar uma cota de contribuição junto aos associados visava tentar “garantir” a compra da terra. Todavia, o valor total da cota (R\$ 200

⁴⁷ CAMARGO, 2015, p. 153.

mil reais) somente seria alcançado ao final de 2012, e até lá o proprietário poderia vender a gleba a outro interessado. Além disso, pouco a pouco, parte do dinheiro arrecadado foi sendo utilizado para pagar os técnicos contratados para o desenvolvimento do projeto e do Trabalho Técnico Social, exigido pelo PMCMV-E. É nesse momento que surge uma “nova” alternativa, relacionada à “atualização” do MCMV.

No mesmo momento em que a COOTRAHAB encaminhava o recurso para “compra antecipada” à GIDUR, a cooperativa também decidia que *tipo* de empreendimento iria realizar. Pois, uma vez habilitada, o próximo da passo da COOTRAHAB seria deliberar sobre a *Modalidade Operacional* e o *Regime de Construção* que adotaria na obra. Estas escolhas seriam utilizadas pela CAIXA e pelo Ministério das Cidades para enquadrar a Entidade Organizadora e o que se pretendia construir, no marco legal do PMCMV-Entidades.

A escolha da COOTRAHAB foi pela *modalidade* a seguir resumida, e que, de acordo com a Resolução nº 182 de agosto de 2011⁴⁸ do Conselho Curador do FDS, corresponde a: “contratação direta com a Entidade Organizadora para aquisição de terreno, pagamento de assistência técnica e despesas com legalização, como substituta temporária dos beneficiários, vinculado à contratação futura para a produção das unidades habitacionais”. Isso quer dizer que a COOTRAHAB seria a responsável pelo empreendimento e que somente após a entrega das casas os imóveis passariam a ser individualizados e se tornariam propriedade de cada um dos moradores.

Como consequência da opção pela aquisição de terra e pelo pagamento de assistência técnica e despesas com legalização, o empreendimento da COOTRAHAB deveria passar por três grandes fases (Fig. 19).

⁴⁸ Em 2012 esta resolução foi atualizada pra a “Resolução do Conselho Curador do FDS, nº 194, de 12 de dezembro de 2012”. No site da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) há em detalhes o que se alterou em relação às Modalidades Operacionais, cf. https://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=605:o-que-muda-com-a-nova-resolucao-do-ministerio-das-cidades-no-programa-minha-casa-minha-vida-entidades&catid=75:minha-casa-minha-vida-entidades&Itemid=98, acesso em jun. de 2018.

A Fase 1 aparece combinada à alínea *b.2* da *Modalidade Operacional*: “aquisição de terreno, pagamento de assistência técnica e despesas com legalizações”. A Fase 2, aparece combinada com a “construção das unidades habitacionais”. Enquanto que a Fase 3 diz respeito ao acompanhamento da entrega e ocupação das unidades habitacionais, junto ao Trabalho Técnico Social.

Como vimos, a escolha da *Modalidade Operacional* é necessária para que se inicie a Fase 1. Junto à *Modalidade Operacional*, a cooperativa deve escolher ainda o *Regime de Construção*⁴⁹ – também de acordo com a Resolução nº 182 de agosto de 2011, do Conselho Curador do FDS. Neste caso, a COOTRAHAB optou pelo regime de *administração direta* – isto é, pela contratação direta de profissionais ou empresas para execução de serviços. Nessas condições, a cooperativa manteria o corpo técnico que já vinha trabalhando junto à COOTRAHAB antes de sua habilitação – arquiteto, engenheiro e assistente social. E buscaria contratar duas empreiteiras locais para a execução da obra.



Figura 19: Fases operacionais do Loteamento COOTRAHAB. FONTE: Elaboração própria, 2018.

⁴⁹ De acordo com a Resolução nº 182 do Conselho Curador do FDS de agosto de 2011, estes são os Regimes de Construção que a Entidade Organizadora pode adotar: autoconstrução pelos próprios beneficiários; mutirão ou autoajuda; autogestão; administração direta ou empreitada global.

A entrega dessa documentação foi apenas um “fechamento temporário” do longo caminho burocrático trilhado pela COOTRAHAB frente a instâncias do poder público municipal e aos gestores do PMCMV-Entidades. Em relação ao aspecto de engenharia, por exemplo, a COOTRAHAB teve de aprovar junto à prefeitura de São Leopoldo, entre outros, projetos de infraestrutura, urbanismo e energia. Junto a outras instâncias teve que protocolar os projetos de água, terraplanagem e pavimentação e outros (Apêndice VI, p. 271). Tais aprovações e protocolos foram anexados à documentação encaminhada à CAIXA. Trata-se, portanto, de documentação de certa complexidade, elaborada e reunida sem qualquer aporte financeiro por parte do MCMV, já que o empreendimento ainda não havia sido aprovado.

Como vimos, essa documentação é referente aos aspectos de projeto, ou a aspectos do “Trabalho Técnico de Engenharia”, como a CAIXA designa. No entanto, se fôssemos escrutinar toda a documentação exigida pelo programa para habilitação da cooperativa e aprovação do empreendimento, teríamos que considerar ainda a “papelada” relativa aos aspectos dos “Trabalhos Técnicos Jurídico e Social”⁵⁰. Outros documentos que dizem respeito aos beneficiários, à Entidade Organizadora, a seus dirigentes e representantes, ao responsável técnico. Mas, não cabe aqui realizar tal escrutínio. Vou apenas descrever alguns aspectos e situações que nos ajudam a reconstruir parte da “trama” vivida pela COOTRAHAB.

No final de 2011 a proposta do empreendimento foi aprovada pelo Ministério das Cidades; o que tornava possível a contratação do empreendimento pela CAIXA. Contudo, o início da Fase 1 estava previsto para o segundo semestre de 2012, justamente quando o pedido de *compra antecipada* feito à GIDUR foi

⁵⁰ A CAIXA opera através de três setores: o Trabalho Técnico de Engenharia, o Trabalho Técnico Social e o Trabalho Técnico Jurídico. É nessas circunstâncias que as cooperativas também devem operar. Isto é, setorizada mediante esse tripé da “engenharia”, do “social” e do “jurídico”.

acatado⁵¹. Como a apreciação do recurso encaminhado à GIDUR tardou a ser feita, aprovou-se a “compra antecipada” no mesmo momento em a COOTRAHAB completava os R\$ 200 mil da cota de contribuição de seus associados e os recursos para a elaboração de projetos e outros pagamento eram liberados pela CAIXA.

No segundo semestre de 2012, a contratação da Fase 1 estava concluída e o terreno comprado. Mas, a “epopeia” seguiu, com o “desenvolvimento de projetos, licenciamentos, aprovação de orçamentos”⁵², agora com recursos disponíveis para o pagamento dos trabalhos técnicos de engenharia e social. Segundo a regulamentação do PMCMV-Entidades, para obras de unidades térreas localizadas na região metropolitana, o investimento previsto para cada unidade era de R\$ 64.000,00⁵³ – deste valor, entre 10 e 15% estavam destinados para a compra da terra, 2,5% para a execução de projetos e 1,5% para o Trabalho Técnico Social realizado junto aos futuros moradores.

É nesta Fase 1 que os associados da cooperativa passam a se organizar de maneira mais efetiva. São realizadas reuniões e assembleias menos espaçadas, de caráter decisório, onde se discutem aspectos relativos à construção das moradias. Ocorre maior envolvimento dos moradores também junto às atividades programadas pela assistente social Sabrina Becker, de participação obrigatórias antes do início da Fase 2. São realizados passeios de educação ambiental, festas de socialização, oficinas e cursos de capacitação, atividades que de alguma forma aproximam as famílias dos associados e futuros vizinhos (Fig. 20).

⁵¹ A demora na aprovação da “Modalidade de Compra Antecipada”, pode ser compreensível até certo ponto. Tendo em vista que o empreendimento em questão foi o primeiro da RMPA a realizar este tipo de contrato (CAMARGO, 2015).

⁵² RIZEK, AMORE, 2014, p. 6.

⁵³ Cota terra: R\$ 6.756,76; cota infraestrutura: R\$ 7.105,00; cota habitação: R\$ 45.824,00; cota para projetos: R\$ 830,00; cota para administração e execução: R\$ 2.324,24; cota para legalização e trabalho social: R\$ 1.160,00.



Figura 20: Passeio de educação ambiental e cursos de capacitação promovido pelo TTS da COOTRAHAB. FONTE: COOTRAHAB, 2012.

Essa nova situação reforçou o sentimento das famílias de que suas casas, de fato, seriam construídas. Entre 2008 e 2012, na etapa de negociações relativas ao terreno, da organização do cadastro de associados e da realização dos estudos de viabilidade, o envolvimento dos associados com o empreendimento foi esporádico e pontual – para resolver questões relativas ao cadastro, assinar documentos, votar pautas de urgência e, eventualmente, participar de mobilizações para pressionar o poder público (Fig. 21). Estas ações, para os associados, diziam muito pouco sobre a “materialidade” da obra. No período, a única decisão tomada em conjunto pelas famílias frente à moradia foi a de optar pela construção de unidades habitacionais térreas. A grande maioria dos associados morava em casas (de favor ou pagando aluguel) e não queria, de modo algum, residir em apartamentos ou sobrados – o bairro Santos Dumont era um testemunho dessa tradição.



Figura 21: Marcha até a Superintendência Regional CAIXA/Porto Alegre. FONTE: COOTRAHAB, 2012.

Contudo, embora as famílias tenham participado da decisão sobre a escolha da “tipologia” da unidade habitacional, o debate sobre a concepção arquitetônica da casa raramente aconteceu. Quase toda discussão girava em torno do terreno, das regulamentações urbanísticas, da implantação do empreendimento – temas que, aliás, não motivavam os associados. Porém, era dever da direção da cooperativa manter a coesão dos mesmos – afastá-los das discussões, o que além de contrariar a lógica do PMCMV-Entidades, alimentaria a desconfiança das famílias quanto à efetiva construção de suas casas. Assim, a direção da cooperativa organizava reuniões mais ou menos regulares onde relatava o que vinha acontecendo, o que era em si desafiador, pois tinha que abordar temas “técnicos” que eram de difícil compreensão para os associados. Para tratar, por exemplo, de assuntos técnicos acerca de projeto, quem tomava à frente era a presidenta da cooperativa, Andreia, e não o arquiteto Pedrotti. Isso porque, segundo a presidenta, havia a necessidade de se falar a língua do “povo”.

Em 2012, no desenvolvimento da Fase 1, esse “papel pedagógico” dos dirigentes da cooperativa se manteve. De certo modo, o exercício desse papel era ainda mais importante, pois se fazia necessária uma compreensão plena do processo para que os associados tomassem decisões relativas ao projeto arquitetônico de suas moradias. A metodologia da assessoria técnica para essa tomada de decisão prescreveu os seguintes procedimentos: o arquiteto, partindo da premissa de produção de unidades térreas, elaborava o projeto de acordo com as especificações mínimas do PMCMV-Entidades e o perfil das famílias associadas⁵⁴, e o apresentava em assembleia. Os futuros moradores, de acordo com seus gostos e necessidades, o aprovavam ou não. Procedimento parecido aconteceu com a escolha dos acabamentos, como aberturas, pisos, forro, cores das casas. Nesse debate, de fato os associados tinham limitadas possibilidades de escolha. Por exemplo, numa das assembleias realizadas os moradores decidiram pela entrega das unidades sem a construção de muros. Isso porque seria um gasto extra para os associados. O empreendimento não previa gastos com a construção dos muros – o que a COOTRAHAB sugeria era uma nova cotização entre os futuros moradores.

A localização do Loteamento COOTRAHAB de fato revelou-se acertada. Ainda no segundo semestre de 2012 foram inauguradas as estações Rio dos Sinos, em São Leopoldo, e Santo Afonso, em Novo Hamburgo, o que facilitava muito o acesso dos moradores das duas cidades tanto ao centro de cada uma delas como à Porto Alegre. As estações se localizam a menos de 1km de distância do Loteamento. De outra parte, como contrapartida à construção da nova linha de trem, e devido ao impacto da obra, o Governo Federal (então presidido por Dilma Rousseff) subsidiou a construção da Unidade Básica de Saúde e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Orestes Stragliotto, obras realizadas para atender a população local e, de modo especial, as famílias realocadas da Vila dos

⁵⁴ Esse perfil consiste em uma análise realizada pelo Trabalho Técnico Social o qual, buscou captar a média de moradores por unidade habitacional. Na situação, optaram em construir unidades de 2 quartos, tendo em vista o número significativo de casais jovens ainda sem filhos.

Tocos para o Loteamento Padre Orestes. Tais equipamentos públicos se localizam a menos de 200m do Loteamento. (Fig. 22). O acesso a outros serviços e ao comércio também não seria problema para os moradores do COOTRAHAB. Ao longo da Avenida Leopoldo Wasun, localizada junto à Vila Brás⁵⁵, há boa oferta de serviços e áreas de comércio vicinal – o desenho da implantação do Loteamento COOTRAHAB deu continuidade ao traçado viário existente e, deste modo, aquela avenida foi ligada diretamente ao empreendimento. De outra parte, o arquiteto Pedrotti se preocupou em criar uma rua junto a área vizinha destinada a uma praça – o traçado desta rua possibilitou ainda a ligação do Loteamento a outro equipamento público importante, a Escola Municipal João Belchior Marques Goulart.

⁵⁵ Comunidade do bairro Santos Dumont que nasceu (anos 1970) da invasão de uma antiga olaria. A chaminé da olaria ainda sobrevive aos tempos que correram, e marcam a paisagem do bairro. A ocupação desta vila – construída com os antigos tijolos da olaria que ainda podem ser vistos nos ornamentos de algumas das casas – passou a incorporar instalações informais de comércio ao longo da Avenida Leopoldo Wasun. E parece natural que os moradores daquela região prefiram comprar ali, do que ir até outra localidade para fazer suas compras diárias ou semanais.



Figura 22: Equipamentos públicos no entorno do Loteamento COOTRAHAB. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2018.

Segundo Pedrotti, o fato de ser o último vazio urbano da região e a exigência da prefeitura para que a cooperativa “conectasse” as vias, o levou a adotar um traçado tradicional, correspondente ao existente no entorno. Mas outros fatores foram importantes para esta definição, que respondeu também a exigências do poder municipal, no sentido de manter naquele terreno, duas áreas de uso institucional que somam aproximadamente 3mil m², para futura construção de equipamento público, conforme a demanda local exigisse. E, ainda, que reservasse também uma área verde e de Proteção Permanente (APP), de aproximadamente 19 mil m², preservada devido às árvores nativas e ao açude existentes naquele perímetro⁵⁶ (Fig. 23).

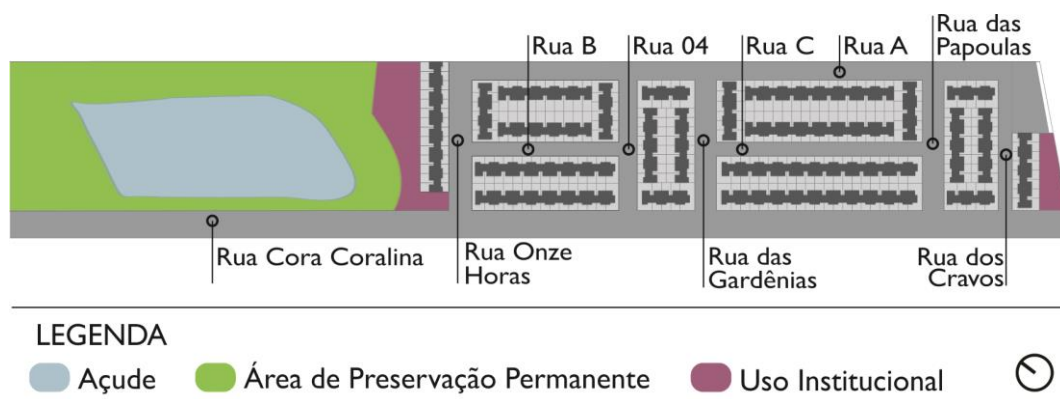


Figura 23: Implantação do Loteamento COOTRAHAB e áreas institucionais e de preservação ambiental. FONTE: Elaboração própria.

A delimitação dessas duas áreas institucionais comprimiu ainda mais o espaço edificável do empreendimento. Assim, para cobrir o valor da terra comprada do seu Romeu, a implantação das unidades buscou uma estrita racionalização. Adotar a tipologia de sobrados poderia ter sido uma alternativa para otimizar o espaço e oferecer novas áreas coletivas. Porém, os associados mostravam-se contrários a essa opção, tendo como exemplo (negativo) os sobrados do Loteamento Padre Orestes Stragliotto, localizado na vizinhança.

⁵⁶ Hoje essas duas áreas estão tomadas por barracos e casebres, construídos sob um movimento de “invasão” que se iniciou logo após o final da entrega das moradias do Loteamento COOTRAHAB, no início de 2015.

Mesmo que os associados não tivessem se envolvido fortemente com o desenho do loteamento e de suas casas, para os dirigentes da COOTRAHAB parecia possível compreender suas demandas, através do contato proporcionado pelo Trabalho Técnico Social ou pela simples atenção a suas falas nas assembleias (*"não queremos portas de alumínio"; "vai ter espaço pra reforma?"; "vai ter varanda?"*). Por exemplo, as assembleias sobre a escolha de algum material para acabamento geravam sempre debates calorosos. Constituíam-se grupos que tentavam convencer uns aos outros sobre qual seria a "melhor escolha" dentre as opções de acabamentos, ou a "mais bonita". A partir destes debates seguidos de votações entre os associados, a assessoria técnica seguia com a aplicação do resultado da votação ao projeto. Outro exemplo: para responder a um pedido dos moradores a COOTRAHAB passou a estudar a possibilidade de incluir um espaço para estacionamentos nos limites do terreno de cada moradia. O bairro Santos Dumont é um local onde os furtos são recorrentes – o que era do conhecimento da direção da cooperativa, pois seus integrantes ali residiam. Pensando nisso, o projeto contemplou a possibilidade de inclusão de espaço na frente da unidade para um e até dois automóveis. A implantação da casa nos lotes ainda tornou possível contemplar cada unidade habitacional com área para ampliação da moradia, condição considerada fundamental pelos moradores. Grosso modo, o projeto final propôs uma única tipologia de casas com 2 dormitórios – o espaço reservado para ampliação foi incluído na documentação entregue à CAIXA e, posteriormente, explicado em cartilha distribuída aos moradores.

Ao iniciar a elaboração dos projetos das unidades habitacionais, a COOTRAHAB tomou por base as especificações mínimas da Instrução Normativa nº 34, de 28 de setembro de 2011. Tais especificações exigiam que as Entidades Organizadoras e as construtoras produzissem casas com um "mínimo de habitabilidade". Uma delas indicava que as unidades habitacionais do tipo sobrado ou casa térrea contassem com, no mínimo, 38m² de área útil. A assessoria técnica da COOTRAHAB propôs uma planta com 42,57m² de área útil e

52,63m² de área total, em lotes de 105m², para as casas do meio de quadra, e de 139m², para as casas de esquina. Esta proposta de planta foi aprovada em assembleia pelas 222 famílias (Fig. 24)⁵⁷. Ainda antes de encaminhar a documentação relativa à Fase 2⁵⁸ (a obra), as famílias beneficiárias aprovaram (também em assembleia) aspectos dos acabamentos, como pisos, aberturas, forros, cobertura e cores. Por exemplo, a paleta de cores das casas ofereceu a seguinte composição: laranja, azul, amarelo e lilás.

Contudo, os moradores não se ocuparam apenas das votações relativas aos “acabamentos”. Na etapa de elaboração do projeto, as famílias também decidiram em assembleias sobre os aspectos construtivos das casas, alguns deles “invisíveis” a olho nu, tais como as “mantas de proteção térmica” localizadas abaixo do telhado ou as malhas de ferro existentes abaixo do contrapiso (para evitar rachaduras). Estas decisões podiam alterar, para mais, o orçamento da obra; em contrapartida, podiam garantir maior durabilidade e conforto às unidades, como era explicado pela assessoria técnica (Fig. 25, p. 142).

Tipologia	Casas térreas geminadas
Nº de dormitórios	Dois
Tamanho do lote	De 105m ² a 139m ²
Tamanho útil da U.H.	42,57m ²
Tamanho total da U.H.	52,63m ²
Área para ampliação	Frente e fundos
Aberturas	Madeira
Forro	PVC
Azulejos	Cozinha e banheiro na altura total

Tabela 1 – Quadro Resumo das Unidades Habitacionais (U.H's). FONTE: elaboração própria conforme os dados fornecidos pela COOTRAHAB, 2018.

⁵⁷ Na imagem há a representação da Tipologia A. Por se tratar de unidades geminadas, houveram duas tipologias (A e B), espelhadas entre si.

⁵⁸ (Apêndice VII, p. 272)

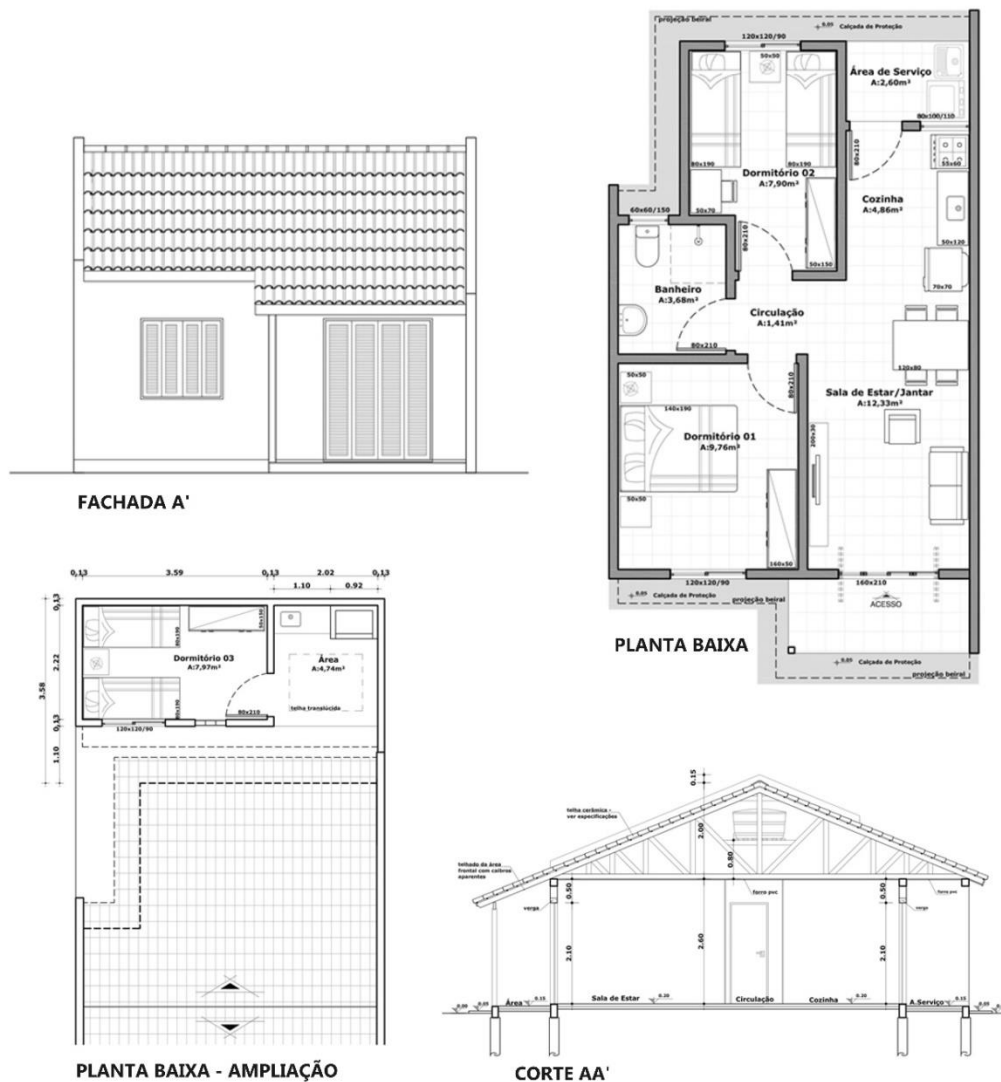


Figura 24: Projeto aprovado em assembleia pelos associados e, depois, pela CAIXA (Planta A). FONTE: COOTRAHAB, 2013.

Também estava a cargo da assessoria técnica a elaboração de outros projetos e documentos a serem apresentados novamente à CAIXA, necessários para que a etapa de obra fosse iniciada. Isto é: além da aprovação dos *projetos arquitetônicos* e do *projeto urbanístico*, havia ainda uma sequência de outros documentos e trabalhos a serem elaborados e enviados ao agente operador. Tratava-se, por exemplo, de projetos de acessibilidade; sondagem do terreno; aprovação de projetos de infraestrutura (rede de distribuição de água potável; rede de esgoto pluvial; rede de esgoto cloacal); abertura de matrículas, *etc.*



Figura 25: Álvaro Pedrotti (arquiteto) em apresentação de projeto aos associados. FONTE: COOTRAHAB, 2012.

A obra é iniciada quando ocorre a primeira liberação de recursos por parte da CAIXA, destinados à limpeza do terreno, à marcação de árvores que não seriam retiradas⁵⁹ e ao transplante de outras espécies. Uma empresa de topografia com experiência em urbanização (a *Construsinos*), foi contratada para demarcar as ruas e os lotes. Naquele momento, segundo o arquiteto Pedrotti, a empresa estava com pouco serviço contratado e por essa razão tocou a obra da COOTRAHAB com rapidez; condição que ofertou agilidade à obra. Pavimentação, terraplanagem e infraestrutura foram realizadas nos primeiros três meses. Concluídas estas ações, a COOTRAHAB firmou contrato com as empreiteiras locais do “*seu Nelson*” e do “*seu Clério*” e deu início à construção; sendo uma delas, vinculada à COOPERHABITAR – cooperativa também pertencente no Santos Dumont, e que trabalha como uma cooperativa de habitação e “mão-de-obra”.

⁵⁹ Na elaboração do projeto, houve um mapeamento de aproximadamente 10 (dez) tipos de árvores que não seriam arrancadas: mangueira, nogueira, jerivá, jabuticabeira, paineira, araucária, figueira, corticeira, pau-brasil e pau-ferro.

As empreiteiras trabalham inicialmente na marcação dos lotes e na colocação de micro estacas. Posteriormente, na execução da “viga baldrame”, cujo trabalho foi realizado por meio de “formas metálicas”. Uma ideia pensada pelo arq. Álvaro Pedrotti movida por um “trauma” em uma execução de obra com unidades habitacionais térreas geminadas – a qual apresentou problemas recorrentes de medidas na viga. Nesse caso as formas metálicas contribuíram no alinhamento preciso das unidades geminadas do Loteamento COOTRAHAB, e na economia da obra; a produção de formas em madeira custaria cerca de R\$ 150 mil reais; as duas formas metálicas utilizadas na obra custaram de R\$ 40 mil reais⁶⁰.

Logo após a colocação das formas metálicas, seguiu-se com: a impermeabilização das vigas de fundação (vigas baldrame); o lançamento de tubulação térrea pluvial e cloacal; o aterro interno das unidades; o levantamento das paredes (alvenaria) e colocação das vergas e contravergas; a abertura das canaletas para tubos de energia e água; a produção das vigas cintas; a ligação das tubulações; o chapiscos nas paredes; a elaboração do “oitão”; as instalações das tesouras “cavaletes”⁶¹, do tablado para caixa d’água e do forro aparente; a colocação do pilar e da viga do avarandado; a execução dos beirais e a colocação das mantas térmicas; a cobertura com as telhas de cerâmica e o algeroz; o reboco; o contrapiso com as malhas de ferro; a colocação das esquadrias internas em madeira; os peitoris e soleiras em granito; as esquadrias externas em madeira; os azulejos em cerâmica internos; a fiação interna; o forro interno em PVC; a colocação do forro do beiral e do avarandado em madeira; o piso cerâmico na parte interna, no avarandado e na área de serviço; a pintura; as instalações dos

⁶⁰ A adoção das formas metálicas gerou bastante curiosidade e a COOTRAHAB recebeu diversos profissionais da área da construção civil interessados em conhecer esse sistema. Processo bastante intrigante, se fossemos pensar que essa “tecnologia” estava sendo aplicada por uma cooperativa habitacional vinculada a um movimento social urbano, e gerando curiosidade no meio empresarial da região.

⁶¹ No decorrer da obra os operários sugeriram a elaboração do telhado por “cavaletes”. Estes últimos poderiam ser produzidos em cima do telhado, sendo menos dificultosa sua produção. Haja vista que não precisavam carregar todo o peso da tesoura para cima das vigas cintas.

acabamentos internos (chuveiro, pia, sanitário, bocal das lâmpadas, interruptores); a limpeza e, por fim, a liberação do habite-se e entrega. (Cf. **Sequência fotográfica da obra**, pp. 149-168).

É claro que este processo não se deu ininterruptamente, nem de maneira tão ordenada e progressiva, em todas as unidades. Como em qualquer obra, o processo de construção do COOTRAHAB também envolveu interferências e percalços.

A opção da cooperativa em trabalhar com *administração direta* a levou a receber os recursos do MCMV gradativamente – isto é, o dinheiro era liberado conforme a conclusão de cada etapa específica da obra (“primeiro se faz, depois a CAIXA libera o recurso”). Assim, dentro da obra havia um acompanhamento que vinha de duas esferas: da direção e assessoria técnica da COOTRAHAB e do setor de engenharia da CAIXA – e ambos realizavam esse acompanhamento através da Planilha de Levantamento de Serviço (PLS). O funcionário responsável por parte da cooperativa atualizava uma PLS de tempos em tempos, averiguando assim, constantemente, a porcentagem de trabalho realizado dentro da obra. Depois de entregue à direção da COOTRAHAB, esta PLS era enviada ao setor de engenharia da CAIXA, que então enviava um engenheiro do setor para visita à obra da cooperativa. O engenheiro da CAIXA conferia se os recursos que foram por ela previamente liberados de fato estavam sendo aplicados na obra. Estando tudo “de acordo”, ou seja, se a porcentagem da obra realizada correspondia ao valor liberado, e se, ao mesmo tempo, o *Trabalho Técnico Social* comprovasse que estava realizando o seu programa (medidos por meio de “relatórios” mensais), uma nova parcela de recursos era liberada e repassada a todos os contratados, da assistente social às empreiteiras. Esse processo foi recorrente até a última liberação dos recursos.

Havia ainda as vistorias internas, realizadas pela assessoria técnica, e o acompanhamento dos materiais empregados. As esquadrias eram materiais que tinham “garantia”, sendo, uma vez ou outra, objeto de troca diretamente com o fornecedor. Enfim, esta e outras situações se traduziam em “ritmos” de obra

diferentes: a construção de algumas casas estavam sempre mais avançadas que outras, o que resultou na realização da entrega intermediária de 76 unidades, ocorrida em agosto de 2014.

Durante a execução da obra, era desenvolvido o *Trabalho Técnico Social*. Todo mês, quando a COOTRAHAB marcava uma assembleia para esclarecimentos, os beneficiários eram convidados a realizar uma visita guiada. Em determinado momento, os associados já sabiam onde estavam localizadas suas casas e quais seriam os seus vizinhos. A partir de então, no decorrer da visita, era comum que cada morador se dirigisse à “sua” casa – ocasião em que este ou aquele beneficiário postulava algo diretamente ao mestre ou à própria direção da cooperativa. O TTS era igualmente responsável por organizar as festas de socialização, as oficinas e cursos de educação ambiental e capacitação para o trabalho. Era por meio destas ações que aconteciam as reuniões de quadra⁶², os “bailões” e mesmo as oficinas de informática, artesanato e pintura – estas oficinas não eram obrigatórias, os associados escolhiam delas participar conforme seus gostos e rotinas. O mesmo aconteceu em relação ao plantio de árvores e construção de pequenas churrasqueiras e bancos em uma das áreas institucionais; isto é, nem todos se envolveram.

Era também uma decisão de cada morador se envolver nas comissões obrigatoriamente exigidas pelo PMCMV-Entidades, a Comissão de Representantes (CRE) e a Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO) – a demanda do programa era que pelo menos dois beneficiários participassem de cada comissão. A CRE foi sempre composta por dois ou três integrantes; já a CAO chegou a contar com mais de dez membros. Essa desproporção é um indicador significativo. A CRE tinha por função acompanhar os gastos e investimentos da COOTRAHAB. A CAO tinha contato direto com a obra, pois era responsável por acompanhar o seu andamento e explicá-lo aos demais beneficiários em assembleia. A participação na CAO mantinha o associado próximo da sua casa –

⁶² Com os futuros moradores de cada quadra.

por esta razão, talvez, esta foi a comissão mais procurada. Mas, esta “proximidade com a casa” levou a COOTRAHAB a reconhecer uma certa confusão na atuação dos integrantes da CAO. Em 2014, logo após a entrega das primeira 76 unidades, a direção da COOTRAHAB percebeu que os integrantes da CAO estavam adotando a postura de “apontadores de erro”. A contrariedade dos diretores da COOTRAHAB estava no fato dos beneficiários tratarem a casa como se fossem “consumidores” de uma “mercadoria qualquer”, de fácil acesso. O problema não estava no destaque dado pelos integrantes da CAO aos “erros” identificados, mas, em passar a evidenciar tão somente os “erros” e a desvalorizar o trabalho da própria cooperativa.

Esta situação levou a diretoria a propor aos integrantes da CAO, com o apoio da assistente social, “um exercício”. A ideia era bastante simples. Os integrantes da CAO seriam divididos em dois grupos. O primeiro, seria responsável por visitar algumas unidades habitacionais localizadas no bairro Santos Dumont, construídas mediante iniciativas governamentais anteriores ao PMCMV-Entidades, e assim como o Loteamento COOTRAHAB, também tocadas por cooperativas. A ideia era que este grupo conversasse com alguns moradores destas unidades, reconhecessem os programas com os quais elas foram construídas, e as fotografassem. Já o segundo grupo, tinha por responsabilidade, procurar uma imobiliária e “fingir-se” interessado em comprar um imóvel semelhante às unidades do Loteamento COOTRAHAB, em termos de localização e metros quadrados, com a finalidade de comparar as condições de financiamento, o valor da habitação e a qualidade da mesma. Naquela situação, enquanto estagiária, pude participar da saída de campo com o primeiro grupo. Juntos, elaboramos um *power point*, onde apresentamos à assembleia os resultados de nossa “pesquisa” sobre a qualidade de cada uma das casas que visitamos. Parece-me interessante registrar aqui o testemunho de alguns dos futuros moradores, para os quais a visita realizada às casas da vizinhança (construídas com poucos recursos e com materiais de baixa qualidade) foi muito importante para o amadurecimento das cooperativas locais e da própria

COOTRAHAB. Percebi então que o exercício proposto havia dado certo. No final, fiquei responsável em falar na assembleia sobre os seus resultados. Acabei utilizando os argumentos que o próprio grupo havia mencionado. A conclusão da assembleia foi que a qualidade da obra do Loteamento COOTRAHAB não era resultado apenas da lenta evolução da política habitacional, mas de um “histórico” da luta popular pela moradia na região.

No início do ano de 2015, todas as casas foram entregues. Na entrega, casas enfeitadas, moradores em festa. Para acompanhar os problemas que eventualmente ainda poderiam surgir, o TTS deveria acompanhar a rotina do Loteamento por mais seis meses. A obra estava pronta; mas, a vida não para.

Sequência fotográfica da obra
Loteamento COOTRAHAB (2013 – 2015)

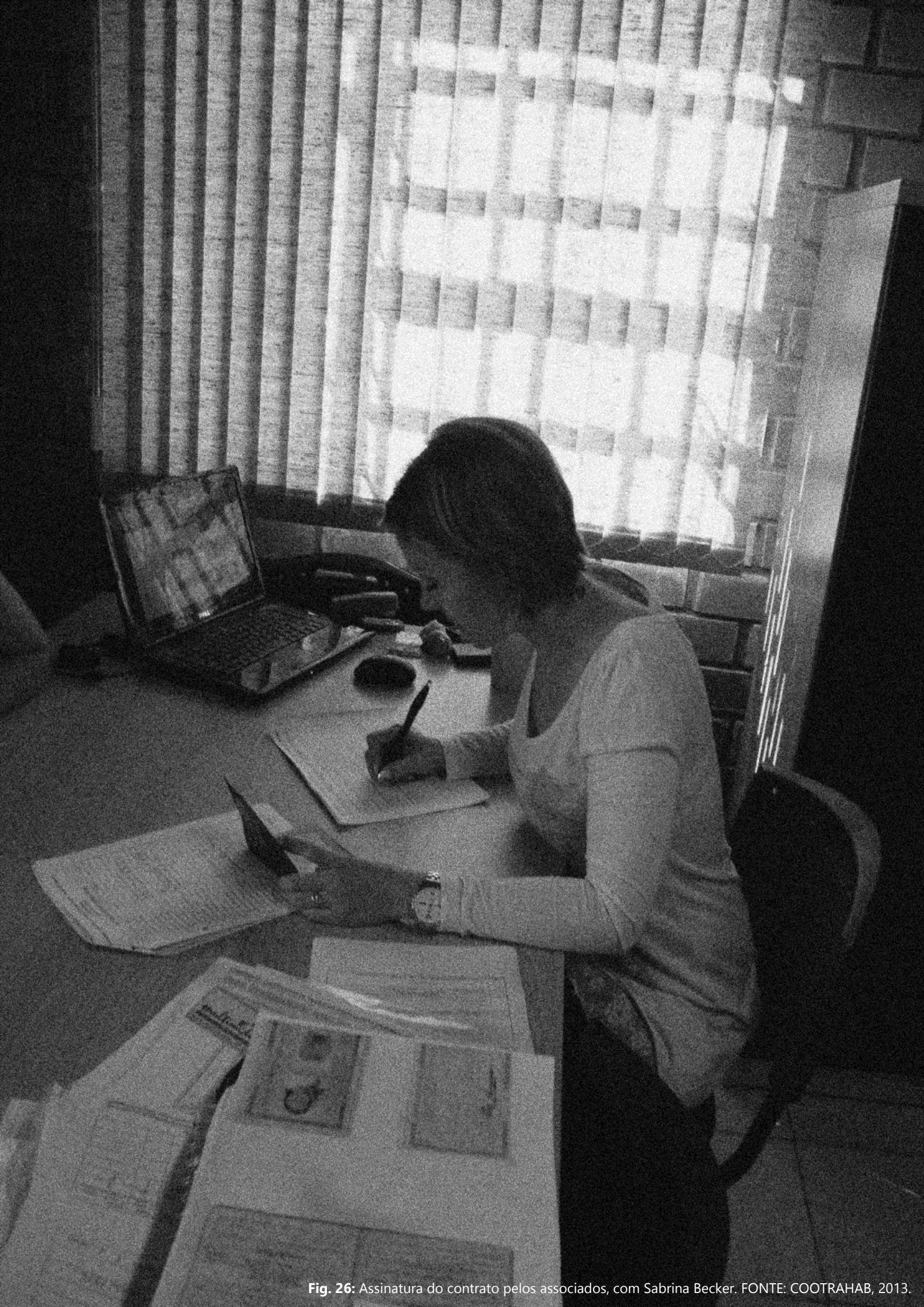


Fig. 26: Assinatura do contrato pelos associados, com Sabrina Becker. FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 27 e 28: Limpeza do terreno. FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 29: Micro estacas. FONTE: COOTRAHAB, 2013.

Fig. 30: Marcação da viga com régua metálica. FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 31: Forma metálica para a produção das vigas-baldrame. FONTE: COOTRAHAB, 2013.

Fig. 32: "Desforma". FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 33: Impermeabilização da viga-baldrame. FONTE: COOTRAHAB, 2013.

Fig. 34: Aterro e levantamento das paredes. FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 35: Levantamento das paredes (vergas e contra vergas) FONTE: COOTRAHAB, 2013.

Fig. 36: Mestres de obra. FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 37: "Chapisco" nas paredes. FONTE: COOTRAHAB, 2013.

Fig. 38: Malha de ferro (piso). FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 39: Telhado “cavalete” com mantas térmicas. FONTE: COOTRAHAB, 2013.

Fig. 40: Execução do reboço e colocação das aberturas em madeira (espaço nas janelas para pedra de granito).
FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 41: Acabamento e pintura (mulher em obra). FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 42: Pintura. FONTE: Acervo Pessoal da pesquisadora, 2014.

Fig. 43: Produção do sistema de esgoto. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2014.



Fig. 44: Progressão da obra. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2014.

Fig. 45: Uma das casas entregues em agosto de 2014. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2014.

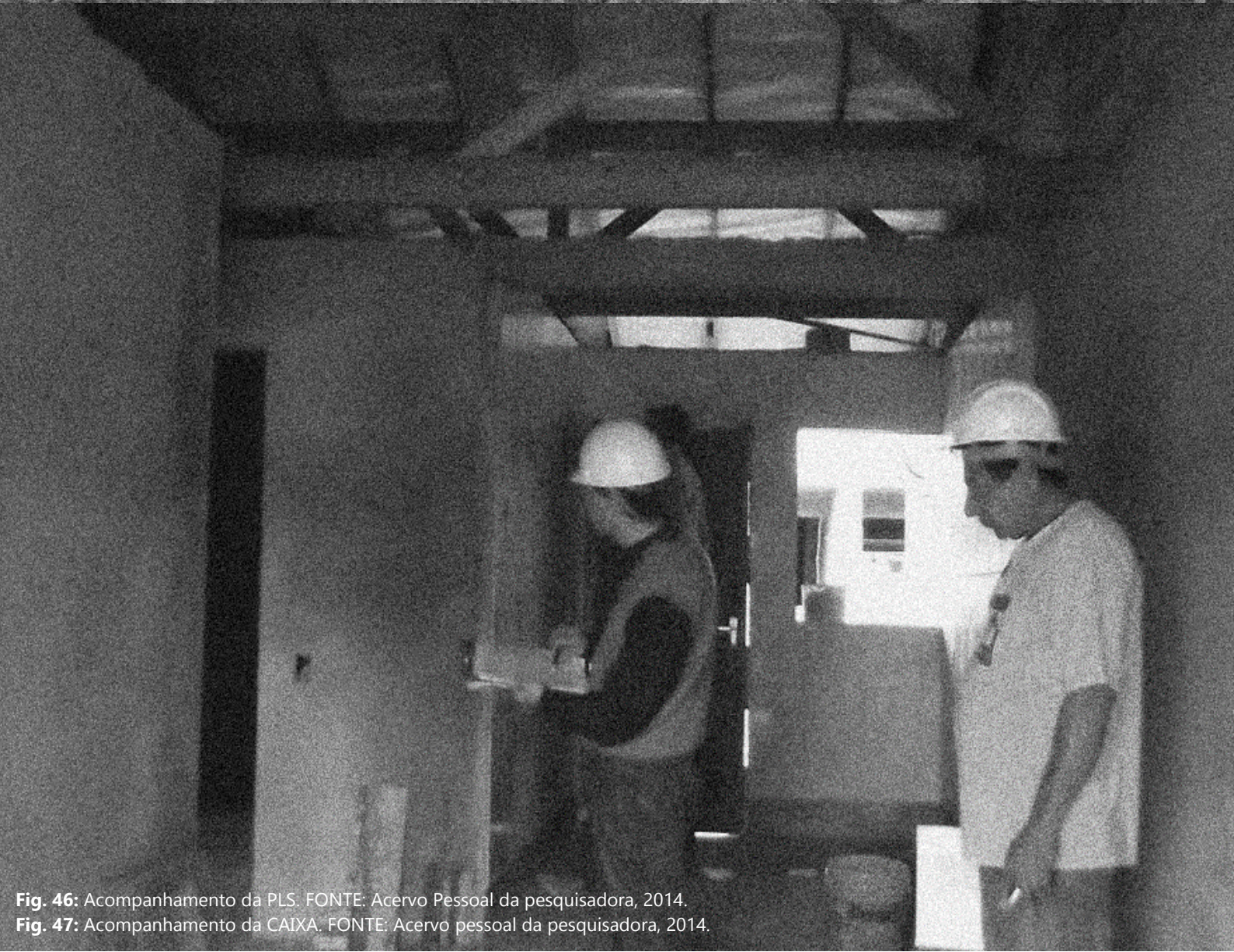


Fig. 46: Acompanhamento da PLS. FONTE: Acervo Pessoal da pesquisadora, 2014.

Fig. 47: Acompanhamento da CAIXA. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2014.



Fig. 48: Vistoria com mestres, arquiteto e engenheiro. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2014.

Fig. 49: Acompanhamento da CAO. FONTE: COOTRAHAB, 2013.

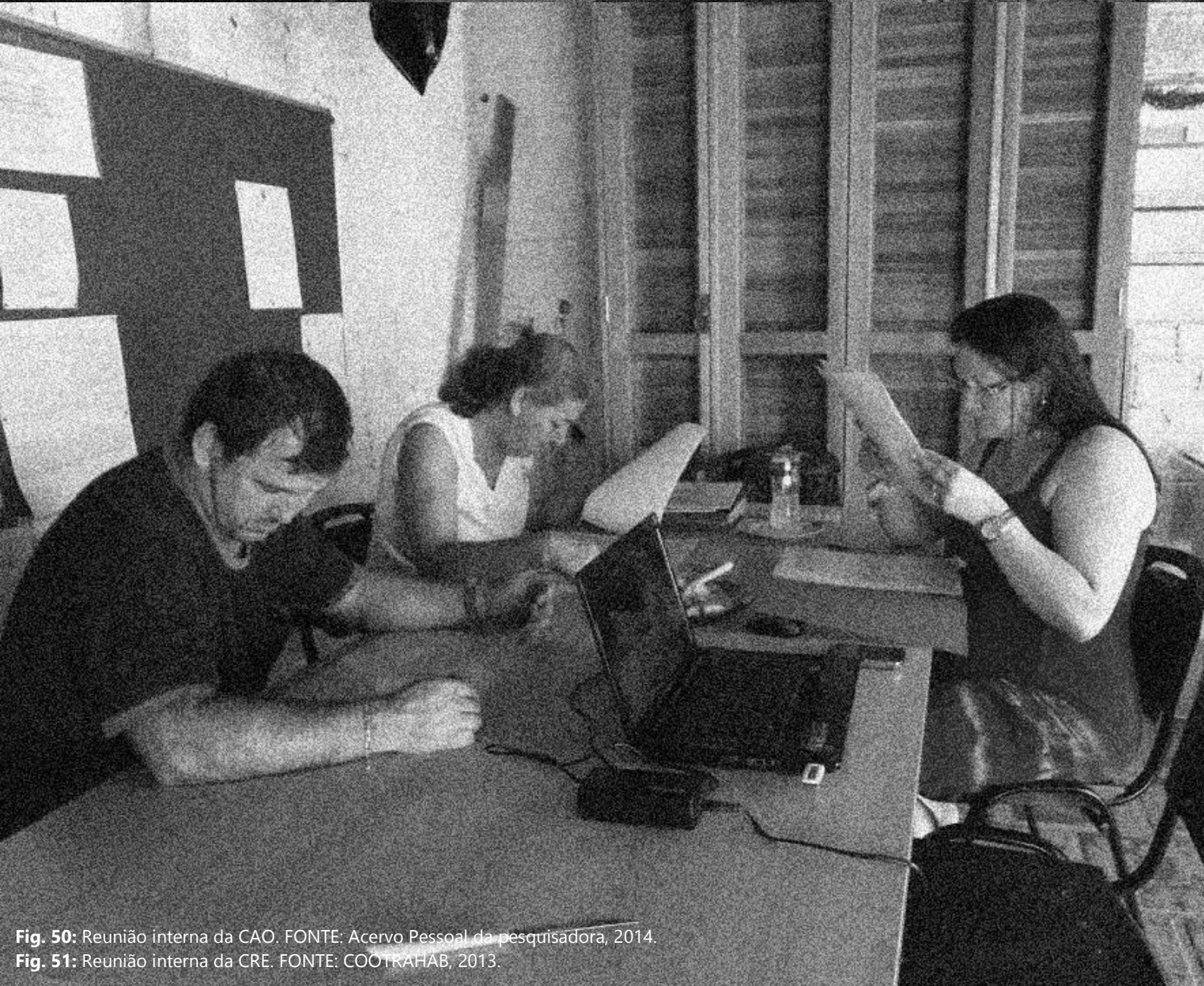


Fig. 50: Reunião interna da CAO. FONTE: Acervo Pessoal da pesquisadora, 2014.

Fig. 51: Reunião interna da CRE. FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 52: Oficina de pintura predial oferecida pelo TTS. FONTE: COOTRAHAB, 2014.

Fig. 53: Assembleia geral. FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 54: Visita do Prof. Dr. João Farias Rovati, junto a dois estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da UFRGS.
FONTE: Acervo Pessoal da pesquisadora, 2014.

Fig. 55: A presidenta Andreia C. Rodrigues e Miguel Rossetto, na situação, como Secretário Geral da Presidência da República.
FONTE: COOTRAHAB, 2013.



Fig. 56 e 57: Entrega das unidades habitacionais aos moradores. FONTE: COOTRAHAB, 2015/2014



Fig. 58: Entrega das unidades habitacionais aos moradores. FONTE: COOTRAHAB, 2014.

Capítulo 4

“O aluguel é que nem você ter outra família”



4. Capítulo 4

“O aluguel é que nem você ter outra família”:

Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades, e não de determinismo.

Paulo Freire, 1996, p. 52.

Em 2016, ao retornar ao Loteamento COOTRAHAB para dar início à pesquisa de campo para o Mestrado, me senti acompanhada das palavras de Renata Rogowski Pozzo, minha orientadora de TCC, cujo nome já mencionei neste trabalho. Lembrei que no meu tempo de graduação ela sempre dizia que “uma pesquisa é cheia de surpresas” – que era preciso aceita-las e, tal como um

animal, estar sempre à espreita¹ para novos elementos. Porque confiar demais em nossas hipóteses pode nos levar a deixar de perceber elementos que podem “iluminar” os rumos de uma investigação. Mais tarde compreendi que pesquisar, para Renata, era mais ou menos como “ser gente” para Paulo Freire. Pesquisar é descortinar possibilidades. Pesquisador e sujeito jamais se separam, estão imbricados no mesmo *ser*. Ir à campo é sempre se colocar à prova das sensações, emoções, memórias e juízos que experimentamos.

Ao retornar ao bairro Santos Dumont, logo me vi empenhada em compreender “onde havia parado”. A última vez que estivera por lá foi em 2015 quando todas as famílias já haviam recebido as chaves de suas casas. Naquela época, compreendi melhor a escolha de cada família sobre “o dia da mudança”. Elas se diferenciavam entre as que decidiram mudar-se rapidamente, para fugir do aluguel ou de um cenário de coabitação, e as que a protelaram à espera da entrega da mobília ou para quando “o muro estiver construído”. Constatei então que esse “muro” se tornara um elemento importante para grande parte dos moradores. Quase todos, antes ou depois da mudança, se apressaram em providenciar a sua construção. Houve, por assim dizer, um efeito multiplicador: quando alguém começava a construí-lo, seu vizinho logo providenciava o erguimento do seu. Eram muros altos ou baixos, de alvenaria, de alumínio ou apenas uma cerca improvisada, de arame e madeira. O importante era tê-lo. Pois acreditavam que desta forma estariam protegidos dos furtos ou assaltos que ali pudessem ocorrer.

Para aquele que visita pela primeira vez o Loteamento COOTRAHAB, o resultado do trabalho da cooperativa pode surpreender. As grades e muros passam uma sensação de vazio e de isolamento. A primeira impressão que fica é que de fato nenhum morador se conhece (como na imagem que abre este

¹Uma referência ao *O abecedário de Gilles Deleuze* (DELEUZE, 1988), situação em que o filósofo compara um “escritor” a um “animal à espreita”. O escritor, assim como o animal, nunca está “tranquilo”, vive sempre a vigiar se algo acontece ao seu redor.

capítulo). A proximidade entre os vizinhos não parece corresponder à proximidade das casas geminadas. Em dias de chuva ou frio, ao andar pelas ruas internas do Loteamento, me sentia só e insegura. Certo dia fiquei até mesmo amedrontada, incomodada pelo grande número de cães que ladravam de dentro dos pequenos pátios cercados. As ruas pareciam “me dizer” que eu não pertencia àquele lugar, que eu era ali uma “estrangeira” – exótica, estranha.

Anos depois de ter ali vivido minha experiência de estagiária-militante, assim me vi ao retornar ao COOTRAHAB como pesquisadora. Como se pela primeira vez eu tivesse contato com uma realidade como aquela. Como se eu jamais tivesse percorrido os “caminhos da pobreza”.

Contudo, ao longo da pesquisa de campo compreendi que os muros, as grades e os cães não eram responsáveis pela minha sensação de desconforto e até medo. E concluí que isto tinha a ver justamente com o sentir-se “estranha” ao lugar. Hoje constato que essa condição, sem que eu me desse conta disso naquele momento, levou-me a desconfiar da validade de todo processo vivenciada pelos moradores do COOTRAHAB – “não sobrou nada além dos muros”, cheguei a pensar. Agora compreendo que, como pesquisadora, eu tinha passado de um preconceito a outro. No início do mestrado queria estudar o Loteamento para “revelar” o valor daquela experiência; ao começar minha pesquisa de campo, diante da minha “primeira impressão”, achei que deveria mostrar o contrário.

De fato, graças a esse preconceito, graças a esse sentir-me *exótica* onde eu havia sido *familiar*, pude enxergar muitas coisas que eu até então não via. O tráfico, por exemplo. Na época de estágio eu não o enxergava. Na minha pesquisa de campo ele “apareceu” na “primeira esquina” do COOTRAHAB – para quem vem da Avenida Mauá e segue pela Avenida Leopoldo Wasun. Então vi que jovens se posicionam estrategicamente em cada ponto da Rua Onze Horas. Recebem marmitta na hora do almoço, comunicam-se por assovios a cada ameaça policial. Muitos são desempregados da crise, sujeitos “*de família*”,

“pessoas queridas”, segundo me relatou uma senhora na pastelaria do Loteamento Padre Orestes – “uma pena”, disse-me ela.

Meu novo “preconceito” me fez enxergar também o acúmulo de lixos nas ruas por onde caminhava, entre a estação de trem e o Loteamento. Caminhar por lá, entre as texturas de chão batido, asfalto, mato e paralelepípedo, gerava-me mal estar. Fazia-me querer chegar ligeiro “em algum lugar” – no Loteamento ou no Terminal Santo Afonso. Às vezes, pensava na matemática existencial da literatura de Milan Kundera²: a minha velocidade me oportunizava o esquecimento. As edificações que avançavam a rua, o mal cheiro dos animais mortos depositados junto à linha férrea, as quatro “igrejas” neopentecostais existentes naquele curto trajeto, tudo isso me estimulava a ver de outra maneira aquele bairro (Fig. 59). Mais de uma vez disse para mim mesma: para lidar com essa realidade e com tantas incertezas, as famílias mais pobres de São Leopoldo – que habitam o “patinho feio” da cidade – sem dúvida precisam de alguma *fantasia*³.

Porém, com minhas frequentes idas e vindas ao Loteamento COOTRAHAB, o que fez eu me sentir “exótica” aos poucos tornou-se novamente familiar. Agora, ao andar pelo bairro, já não sentia medo. Não havia motivos para tanto. Durante as manhãs e as tardes, em minhas caminhadas, via que aquelas ruas eram movimentadas. Por elas circulavam homens, mulheres, adolescentes e crianças. A pé e de bicicleta eles iam às compras, ao trabalho, ou simplesmente passeavam. Quando havia uma calçada, algo raro no bairro, elas estavam ocupadas por manequins ou móveis das lojas que as utilizavam como vitrine. A todo momento, carros passavam. Na via de mão dupla da Av. Leopoldo Wasun,

² *A Lentidão*, de Milan Kundera (1995).

³ Segundo Souza (2009, p. 239), frequentar a “igreja”, como a Igreja Universal Reino de Deus, faz parte de “uma trajetória de classe em que apostar nos incidentes do acaso é a única saída para lutar de alguma forma contra o “mal”, contra o rebaixamento social que essas pessoas articulam como efeito de forças metafísicas. [...] É preciso perceber que uma classe inteira de pessoas é condenada a precisar diariamente de fantasias para lidar com a dúvida perpétua do amanhã que se abate sobre a totalidade das suas vidas.”.

os motoristas não davam oportunidade aos pedestres, para que pudessem atravessá-la. Além dos veículos, algumas árvores também “atrapalhavam” a caminhada dos pedestres ao longo do acostamento, principalmente em horários de pico. Claro, não havia ali a dinâmica do centro da cidade, como o de Porto Alegre, onde apenas “por um fio” as pessoas não se esbarram. Mas a circulação, nesses horários, tornava-se mais ativa. Era o momento em que os garis, as faxineiras e os operários voltavam pra casa, vindos do terminal de trem e das paradas de ônibus da Avenida Mauá. As mulheres aproveitam para “dar uma passada” na padaria ou na vendinha, para cuidar do jantar e do café da manhã. Os bares tardavam um pouco mais para fechar, mantendo o som alto do sertanejo aos ouvidos dos passantes.



Figura 59: Igrejas neopentecostais, Santos Dumont – São Leopoldo. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2017.



Figura 60: Avenida Leopoldo Wasun, Santos Dumont – São Leopoldo. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2018.



Figura 61: Avenida Leopoldo Wasun, Santos Dumont – São Leopoldo. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2018

Vi então que a Av. Leopoldo Wasun, o principal acesso ao COOTRAHAB, era permeada de vivacidade. Placas de tintas fortes compunham as fachadas para propagandear pequenos “negócios”. As donas de casa mateavam nas varandas para apreciar o movimento da tarde. E paisagem semelhante já se via no COOTRAHAB. Em dias de céu aberto, as mulheres passeavam, as crianças corriam às ruas, os carros de som por ali circulavam. Do mesmo modo, havia ali muitos pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, tocados pelos moradores do Loteamento. Isso tudo me fez duvidar, novamente, agora de minha desconfiança quanto à validade da experiência de cooperação vivida pelos moradores do COOTRAHAB. *Esse processo havia produzido ali muito mais do que muros.* Ao não pagar aluguel, e com o espaço mais generoso e organizado que a nova casa oferecia, a esposa que não podia trabalhar fora – porque precisava cuidar do filho pequeno, de um familiar mais velho ou doente – agora fazia salgados sob encomenda. O desempregado encontrava na sua serralheria, instalada no pátio da nova casa, a oportunidade de se reerguer. A aposentada via na abertura de uma mercearia a saída para melhorar sua renda. A manicure finalmente tinha um lugar apropriado para atender suas clientes (Fig. 62).

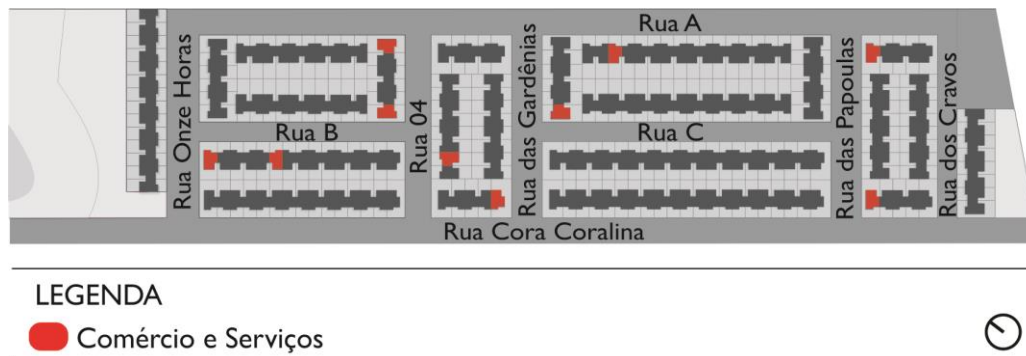


Figura 62: Mapa de comércio e serviço já recorrente no Loteamento COOTRAHAB. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2018.

Junto com essas iniciativas, multiplicavam-se as pequenas reformas: uma extensão lateral, uma ampliação nos fundos, a construção de uma garagem (Fig. 63 e 64, pp. 182-183). Como pesquisadora-arquiteta, essas reformas despertavam em mim uma grande curiosidade. Lá no início, de fato, houve uma preocupação

de projeto direcionada a estas iniciativas. Mas, como estariam os moradores executando suas reformas?



Figura 63: Reformas e comércio no Loteamento COOTRAHAB. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2018.

Os moradores que receberam suas casas na primeira leva, em 2014, contaram com o arquiteto Pedrotti ainda em obra, para “tirar” alguma dúvida. Isto é, tinham, em certa medida, uma espécie “assistência técnica” para executar suas reformas. Contudo, após a conclusão do empreendimento já não havia essa possibilidade. Assim, a cada casa reformada, ou em reforma, em que porventura entrava, pensava que, com o profissional da área, seria ético da minha parte dizer ao morador o que pensava sobre o assunto e mesmo fazer sugestões sobre

alguma eventual obra futura⁴. Este não era evidentemente o objetivo da minha pesquisa; mas, realizei o campo com esse espírito. Mais adiante, notei que alguns moradores com os quais conversei me reconheciam como “arquiteta” desde os tempos de estágio e por isso, esperavam de mim alguma opinião.



Figura 64: Reformas e comércios no Loteamento COOTRAHAB. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2018.

⁴ Não havia, nesta atitude, uma “pretensão de arquiteto”. Pois, eu já compreendia que muitas daquelas famílias tinham *know hall* com a construção civil. Contudo, me parecia importante assumir uma responsabilidade de profissional da área, diante daqueles moradores que lembravam de mim enquanto “arquiteta” (memória referente a minha época de estágio na obra), e que por isso, traziam suas demandas de “reformas”.

Outros moradores, no entanto, nem sequer lembravam que havia uma estagiária durante a obra – e até mesmo se recusavam a colaborar com a pesquisa. Notei que essas recusas eram motivadas sobretudo pelo medo e pela desconfiança em conceder “informações pessoais”, por pequenas que fossem, a uma “desconhecida”. Em algumas abordagens, presenciei episódios embaraçosos. Certa vez, um marido gritou com a esposa por ela estar conversando comigo. Noutra ocasião, uma senhora perguntou incansavelmente se a pesquisa não envolvia alguma “cobrança”, ou mesmo se eu iria “tirar” a casa do nome dela. Vi também uma criança puxar a blusa da mãe e falar pelo canto da boca que não era pra dar nenhum dado pessoal a mim. A minha postura, nessas horas, precisava ser firme. Nesses momentos, esclarecia as informações que buscava, mostrava minha identificação, lia em voz alta o termo de compromisso, dizia que eu era conhecida da direção da COOTRAHAB, que eu fazia um “estudo acadêmico” para o qual era fundamental a colaboração dos moradores.

Entre aceites, recusas e casas fechadas, 28 moradores responderam a meu questionário. Minha meta inicial era aplica-lo a 30 pessoas. No entanto, ao longo do tempo, o conteúdo das respostas foi se repetindo de maneira notável. Por saturação, julguei então que o prosseguimento da aplicação dos questionários era dispensável.

Na introdução deste trabalho apresentei os critérios adotados para a escolha dos respondentes. Busquei, acima de tudo, abordar aqueles sujeitos que mais se envolveram na produção da casa - embora, como vimos, para a escolha dos respondentes, tenha adotado um método de distribuição espacial quase aleatório. O número de mulheres acabou se sobressaindo. Seja pela dificuldade de acessar os homens do COOTRAHAB, ou pela forte presença de mulheres, promovida pela prioridade do MCMV a mulheres chefes de família. O fato é que apliquei 26 questionários a moradoras mulheres, e apenas dois a moradores homens.

Dos moradores, quase todos (ou todas) se recusaram a responder os questionários na rua ou em pé, junto às grades ou muros de suas casas. De modo geral, revelaram-se sujeitos afetuosos e preocupados com o eventual cansaço que meu trabalho pudesse motivar. Recebiam-me em suas varandas e salas, onde por vezes me ofereciam o chimarrão para dosar uma conversa para eles nada habitual. Isso porque raramente alguém já tinha respondido a um questionário. E porque, ao aplica-los, não apresentava uma lista de questões que me saíam à boca de maneira automatizada. Não buscava uma resposta crua do morador. Dava a ele a opção de responder o questionário de “próprio punho”. Mas, na maior parte dos casos, anotei suas respostas e, entre uma questão e outra, quase sempre se estabelecia um diálogo. Busquei sempre essa “relação de conversa”, como uma forma de aproximação entre o pesquisador e seu sujeito de estudo.

Esse contato mais estreito proporcionado pela aplicação dos questionários me deu muitos subsídios para, posteriormente, realizar as entrevistas. Nas entrevistas, com base nas conversas e na aplicação dos questionários, eu já tinha alguma ideia empiricamente fundamentada sobre os moradores – e eles também já tinham uma noção da figura que eu representava como pesquisadora. Assim, também como vimos na introdução deste trabalho, elegi aquele sujeito que demonstrou maior disponibilidade em me receber em suas casas e também aquele que aparentemente mais se envolvia na sua produção.

Ao fim e ao cabo, a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas foram momentos marcados pela *experiência*. A expressão individual ali comparece como uma rede de significados compartilhados: uma experiência em comum, mediada pela narrativa de quem a viveu. O que era dito pelo morador não poderia se repetir em outra situação, mesmo que o processo de produção da casa fosse a única história a ser contada. A fala dos moradores, registrada num caderno de notas ou por um gravador, era sempre singular, produto de uma relação única, particular, a que se estabelece entre um

pesquisador e um respondente ou entrevistado (CALDEIRA, 1984). Estabelecia-se uma conversa, uma “voz dialógica”. Quando da aplicação dos questionários, por exemplo, ao trazer perguntas sobre o passado recente (onde viviam antes?), cada morador criava o seu próprio tempo, o “seu” momento de “parar, pensar e dizer”.

Este ato de “parar, pensar e dizer”, sua *dialogicidade*, também marcou muito as entrevistas, quando tentei extrair dos entrevistados palavras ditas sem minha interferência. Nos questionários, o diálogo se estabelecia entre uma pergunta e outra, a partir das mesmas perguntas estruturadas dirigidas a todos os respondentes. Nas entrevistas, de abordagem semiestruturada, a pauta de questões era aberta. Deste modo, a entrevista tornava-se um amplo e desconhecido universo de possibilidades. E, tal como um dia me aconselhou a professora Renata, era necessário prestar muita atenção às surpresas.

Os resultados e as análises dessas ações, questionários e entrevistas, serão expostos a seguir. Mas, antes, é preciso dizer ainda que tal exposição obedece a uma lógica e a uma ordem.

Inicialmente, e à medida que apresento os resultados da aplicação dos questionários, traço um rápido perfil dos sujeitos moradores do COOTRAHAB. Isto é: os apresento sumariamente ao leitor (de onde vieram? como viviam?), mas evitando, sempre que possível, apresentar um “nativo genérico” (GOLDMAN, 2003). Meu esforço vai no sentido de descrever o que vi em campo, isto é, sujeitos concretos, singulares. Para tanto, minhas descrições e análises são construídas não só com base na tabulação das informações e dados obtidos através da aplicação dos questionários, mas também a partir de fragmentos dos diálogos que estabeleci com os respondentes e entrevistados, que me ajudam a ilustrá-las com o que vi e ouvi de cada um deles. Portanto, na tentativa de descortinar o “rosto” dos moradores do Loteamento, há um híbrido de dados empíricos. Na medida em que desenho esse rosto, procuro dar voz a esses sujeitos – “não por caridade, mas por convicção de que têm coisas a dizer” (URIATE, 2011).

4.1 Os migrantes Loteamento COOTRAHAB

Ao iniciar a redação dessa parte do trabalho, lembrei de uma frase que ouvi certa vez do professor e vereador Lino Peres⁵: “o pobre no Brasil é um legítimo migrante”. A promessa de um futuro com um mínimo de dignidade em “outro lugar” (cidade, região, estado), ou, como no romance de John Steinbeck, *As vinhas da ira*⁶ (1972 [1939]), a “expulsão” de um pobre do local onde se vive, são alguns dos motivos que o leva a caminhar. “A miséria caleja os pés” – dizia o professor.

Se eu tivesse que resumir em uma frase a vida da maior parte dos moradores do Loteamento COOTRAHAB, talvez eu dissesse: “são como migrantes, pobres e calejados”. Mas esta frase, penso, não seria nem compreendida nem aceita por eles.

Segundo os dados provenientes dos questionários, de 28 respondentes, 23 são gaúchos. Mas, a maior parte deles não migrou de cidades próximas, como São Leopoldo, Novo Hamburgo ou Esteio; veio de cidades como Torres, Rolante, São Sebastião do Caí, Bagé, Ijuí, São Luís Gonzaga, Palmeira das Missões, Santa Rosa, Inhacorá e Santo Augusto. Eles também “passaram” por muitas outras localidades (Fig. 65). A moradora entrevistada Lurdes⁷, por exemplo, antes de chegar ao bairro Santos Dumont “passou” por cinco cidades: Chiapetta, Cerro Largo, Santo Augusto, Santo Ângelo e Porto Alegre. Mas ela não se reconhece

⁵ Esta frase foi proferida numa reunião do Fórum Estadual de Reforma Urbana de Santa Catarina (FERU-SC). Realizada em 2015, na capital Florianópolis, onde eu estive presente.

⁶ A Grande Depressão de 1929 e a seca em Oklahoma (Texas), leva milhares de famílias a deixarem suas terras em direção ao oeste (Califórnia), em busca de emprego, terra e esperança. O romance narra a história da família Joad's, que percorrem mais de dois mil quilômetros em um caminhão com todos os seus pertences rumo à Bakersfield. A viagem é longa. No caminho, os Joad's enterram avô e avó, que, ao deixarem as terras em que eram reideiros, deixam suas histórias, suas vidas.

⁷ Como já foi observado, todos os nomes de moradores citados são fictícios.

enquanto migrante. Prefere dizer que tem “espírito de aventureira”, pois partiu de sua cidade natal sem perspectiva de emprego e com uma filha para criar sozinha. Recomeçou sua vida em São Leopoldo, onde reside desde a década de 1990.

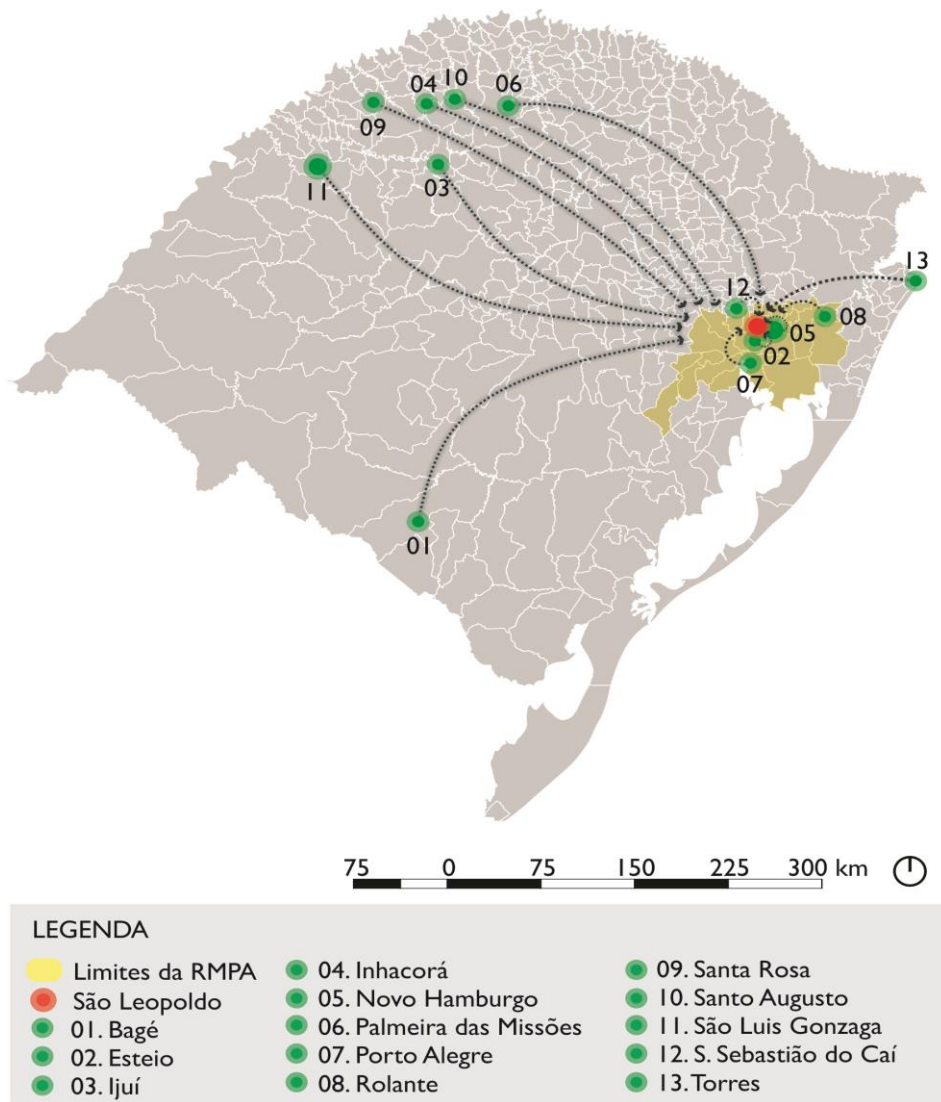


Figura 65: Representação das localidades em que viviam os moradores antes de se mudar ao bairro Santos Dumont, em São Leopoldo. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora.

Migrantes ou aventureiros, parte expressiva dos moradores do COOTRAHAB há mais de uma década residiam nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Muitos deles (mais da metade) residiram no Santos Dumont, bairro onde se situa o Loteamento. Outros tantos, quando não viviam nesse bairro, residiram em bairros vizinhos. Portanto, em alguma medida, grande parte

dos moradores do Loteamento já estava familiarizada com o *lugar* – porque o Loteamento estava inserido nesse *lugar* (SANTOS, 1996), em seu sentido material (o *construído*) e imaterial (o *cotidiano*).

Não é o que acontece, de modo geral, nos empreendimentos do PMCMV empresarial, que abrigam moradores vindos de diferentes bairros e até mesmo de favelas que disputam território (SANCHES, 2017). Comparece aqui o recorrente problema da *identidade*, tão bem retratado na literatura *Cidade de Deus*⁸. Mas esse tema, aparentemente, não tem importância para os moradores do COOTRAHAB. Eles não se juntaram ali como resultado de disputas entre favelas rivais. Isso não deve nos levar a concluir que a questão da *identidade* não se faça presente também no Loteamento. Como já disse, o bairro Santos Dumont não é homogêneo, agrega diferentes territórios, vilas como a Brás, a Bom Fim e a COHAP. E assim, mesmo que para muitos moradores do COOTRAHAB a realidade dessa região já fosse familiar, eles carregaram consigo impressões e experiência singulares, relacionadas a seus “microterritórios”.

Foi difícil perceber isto durante a aplicação dos questionários. Quando eu perguntava ao morador “em qual bairro ele morava antes de se mudar”, ele se referia a esta ou aquela “vila”, o que, para mim, tratava-se de “bairro”. Só fui compreender melhor essa verdadeira trama socioespacial quando comecei a lidar com os mapas da cidade. Desde então, passei a entender as falas dos moradores de outra maneira. Compreendi que suas diferenças, e até mesmo seus preconceitos, pautavam alguns discursos, especialmente nas falas dos moradores que pouco se envolveram no processo. Esses, costumavam me dizer que a violência não estava ali, no Loteamento, mas nas “outras vilas”, como a Brás – e se referiam ao COOTRAHAB como um lugar “mais seguro”. Por vezes, ao mencionarem os furtos que aconteciam no próprio Loteamento, diziam-me que

⁸ Empreendimento que levou um número significativo de sujeitos provenientes de várias favelas do Rio e da Baixada Fluminense a habitarem e, por vezes, a desabitarem, uma sequência de casinhas brancas, azuis e rosas e os “apês” de cinco andares, na capital carioca na década de 1960 (LINS, 2002).

eram *“culpa dos moradores de fora”* – que achavam que o pessoal do COOTRAHAB *“era rico pois vivia em casas melhores”*. Uma moradora, que fez questão de dizer que só participava das atividades promovidas pela COOTRAHAB quando eram obrigatórias, associou a *“violência”* no Loteamento ao fato de que ele *“fez a ligação”* entre duas antigas vilas e, com isso, *“essa gentalha”* acaba circulando por ali.

Destes testemunhos, uma coisa pude concluir com mais certeza: a violência, para os moradores do Loteamento, é uma vivência cotidiana. As marcas de bala na parede da casa de Eleonora me mostraram isso. Eleonora me disse que *“gosta muito da moradia nova”*, mas quer vendê-la. Ela não gosta do *“lugar”* onde vive. Mas admira o trabalho da COOTRAHAB, embora, durante o processo de produção da obra, só tenha ido às assembleias porque eram obrigatórias – segundo relatou, ela não tinha tempo para reuniões e desconfiava que *“a casa nunca ia sair”*.

Entre todos os moradores com os quais dialoguei (questionários e entrevistas), Eleonora foi a única que manifestou a vontade de vender sua casa. Os demais, embora reclamassem da violência do bairro, demonstravam saber *“lidar”* com essa situação. De modo geral, falavam-me com naturalidade de tráfico, furtos e tiros. Não vieram de uma realidade muito distinta da que vivem hoje. Antenor chegou a me dizer que o mesmo tráfico e violência que acontece no Santos Dumont acontece no *“centro”*, segundo ele o *“bairro nobre”* da cidade. Disse-me ainda que tanto os moradores do centro, quanto os do Loteamento, precisam aprender a conviver com essas circunstâncias – *“a gente é que faz o lugar”*, concluiu.

Esta visão não foi expressa apenas por Antenor. Ao narrarem a problemática do tráfico e da violência no bairro, os moradores parecem se conformar. Como se a realidade que vivem estivesse dada e, para superá-la, tivessem que *“fazer vista grossa”*, aceitar tal situação – e buscar nela interferir a

partir da sua realidade imediata, da sua casa, do seu círculo de amizades, do contato com os vizinhos.

Essa compreensão foi expressa de maneira bastante clara por Nadir: *“dentro do meu pátio é o melhor lugar do mundo. Do portão pra fora é meio feio. Feio no sentido de violento”*.

Eu sei que mataram um cara ali na outra quadra. Isso não deveria ser normal, mas pra gente que convive com isso, é uma coisa comum. É a nossa realidade, onde a gente pode morar. Tu acaba aceitando isso. Pra mim, se eu pudesse arrancar esses metros quadrados e colocar num lugar diferente, eu colocaria. Mas não é assim, o meu quadrado é aqui, e eu tenho que saber conviver com isso. (Nadir)

Quando Nadir diz que o seu *quadrado* é no Santos Dumont, mais do que representar os “metros quadrados” de uma casa, é claro, ela se refere à sua condição social. Ela sabe que não pode pagar por um pedaço de terra no centro da cidade ou num bairro “*melhor*”. Expressa, por assim dizer, uma compreensão dos limites de sua classe social. Compreensão manifestada por outros moradores do COOTRAHAB, ao se referirem a “*nós, pobres*” em oposição a “*eles, os ricos*” – ou aos “*ricos do centro*”, como disse Antenor. Afirmações como estas me parecem muito expressivas, pois revelam certa consciência com relação à violência que sofrem e à própria segregação socioespacial: calejados pela pobreza, migrantes ou aventureiros, parecem saber muito bem que moram nos “*piores*” lugares da cidade.

Fiquei com a impressão que esses moradores não se veem como sujeitos que vivem um processo de ascensão social. Continuam se vendo como “*nós, pobres*”. Ou como integrantes da ralé, digo eu a partir de Jessé Souza – que obviamente utiliza esse termo não para “ofender” essas pessoas diariamente humilhadas, mas para enfatizar o sentimento de abandono social e político que vivem, no plano individual e como classe social esquecida há mais de um século (SOUZA, 2009). São sujeitos que todo dia e a cada dia precisam se superar para viver o dia seguinte. São sujeitos profundamente marcados por um passado feito

da luta diária pela vida. Ali eles encontram sua identidade: antes da *“conquista da casa”*, viviam *“do jeito que se pode”*, coabitavam, residiam em moradias precárias e muitas vezes pagavam caro por isso – palavras que não conseguem descrever um cotidiano que, na *“vida prática”*, é muito mais cruel.

Nadir, antes de se mudar para sua nova casa, morava com seus dois filhos e o marido nos fundos da casa de sua mãe, em uma garagem. Antes, passou por outras moradas, todas localizadas em área de preservação ou em *“área verde”*, como dizem os moradores ao se referirem a esses lugares. Na infância, Nadir morou numa casa de madeira, onde só o alicerce e o banheiro eram *“de material”* (alvenaria). O interior da casa não tinha divisórias; cortinas separavam os ambientes. Na sua lembrança, as madeiras das paredes externas eram *“muito velhas”*, desgastadas e podres, daquelas que denunciam *“a pintura de outros tempos”*. Havia muitas goteiras. Quando chovia, para proteger os filhos, sua mãe os cobria com guarda-chuvas enquanto dormiam. Essa *“vida”* só mudaria na sua adolescência, quando seu pai, que era pedreiro, construiu uma casa nova *“no lugar da velha”*. A construção se fazia nos finais de semana. Nadir, o irmão e a mãe, cooperavam. Já na sexta-feira, antes que seu pai chegasse do serviço, todo o material já estava preparado.

Isso é uma coisa bem forte na minha cabeça. Quando meu pai disse: “nossa, a gente demorou quase um ano pra construir a nossa casa; deu onze meses”. Demorou porque foi só nos finais de semana. A mão de obra era muito cara. Meu pai nunca descansava no domingo. E ele sempre foi uma pessoa que gostava de dormir de tarde, né? Mas, durante a construção, ele parava no domingo só pra fazer o almoço. A gente almoçava, ele deitava um pouquinho. Depois acordava e a gente trabalhava até baixar o sol. No domingo a gente não ia até altas horas, porque ele tinha que trabalhar no outro dia. Lá em Porto Alegre. E na época não tinha trem. (Nadir)

Quando adulta, Nadir sai de casa. A exemplo de seu pai, ela compra uma casa localizada em área verde. Ela e o marido passam a residir *“abaixo de um barranco”*, num pequeno cômodo de alvenaria de aproximadamente 2,50m x 5,00m com paredes sem revestimento (Fig. 66). Nos dias de chuva, era *“o mesmo problema, a água entrava”*. As vezes a casa era inundada: *“a água chegava à quase 70 cm”*. E então era preciso *“levantar”* geladeira, fogão e outros móveis,

para que não acontecesse "*nenhuma perda*". Nadir um dia deixará essa casa, vencida por um divórcio e pelo cansaço.

Como aconteceu com Nadir, também Carmen, Antenor, Lurdes e Maria passaram por muitas adversidades.

Carmen, até completar 60 anos, teve uma única casa: um barraco de madeira localizado no mesmo terreno onde viviam sua mãe e seu irmão. Esse terreno fora comprado por seu pai "*na época em que se fazia negócios de boca-a-boca*". Pouco antes de se mudar para o COOTRAHAB, o seu barraco caiu durante uma tempestade. Na nossa conversa, Carmen lamentou não ter deixado nenhuma herança para sua filha, que já lhe deu uma neta.

Antenor construiu sua própria moradia em alvenaria, "*há 10 ou 20 anos atrás*", também numa "*área verde*". Após se separar da esposa, teve "*de sair de casa*". Aos 40 anos de idade, sem renda para pagar um aluguel, viu-se obrigado a voltar a residir com seus pais. Esse fato, aparentemente, o atormentou. Ele não podia destinar parte do seu salário (mínimo) para pagar um aluguel. Na época, Antenor não tinha qualquer qualificação profissional. Hoje, capacitado pelo TTS da COOTRAHAB, tornou-se pintor – e é desta maneira que "*tira*" a sua renda

A trajetória de Lurdes se parece com a de Nadir. Ela também tem uma história "*de mudanças*". Lurdes fez questão de me relatar duas delas. A primeira foi vivida na infância, quando seu pai conseguiu um pedaço de terra "*através de um conhecido*", que pediu um baixo preço por aquele terreno, para ajudar seu pai, um agricultor sem-terra. Neste terreno, Lurdes construiu uma pequena casa "*muito engraçada*": o telhado era de capim, o chão era batido e o fogão, campeiro. Mais tarde, e aos poucos, a casa ganhou pisos e paredes de madeira. Já adulta, e depois de "*muitas mudanças*", Lurdes foi residir em São Leopoldo. Ali, para "*não morar de favor*" na casa da irmã, alugou uma "*casa de duas peças*". O preço do aluguel desse tipo de cômodo (uma espécie de quitinete) era "*mais em conta*" para Lurdes, pois, para alugar uma casa, teria que pagar algo como "*500*

reais ao mês” – pelo “*duas-peças*”, pagava menos da metade disso, diferença muito importante para o salário de uma operária de fábrica de calçados. Ainda que Lurdes pudesse gastar 200 reais ao mês com seu duas-peças, o aluguel nunca foi bem visto por ela. Como acontece, aliás, com a maior parte dos moradores com os quais dialoguei. Quase todos diziam querer “*se livrar do aluguel*” ou evita-lo. De modo geral, se referiam ao aluguel como se falassem de um fantasma. Por exemplo, quando eu lhes perguntava onde moravam antes de se mudarem para o COOTRAHAB, muitos diziam “*eu vivia de aluguel*” ao invés de me informar o bairro ou a cidade em que residiam.

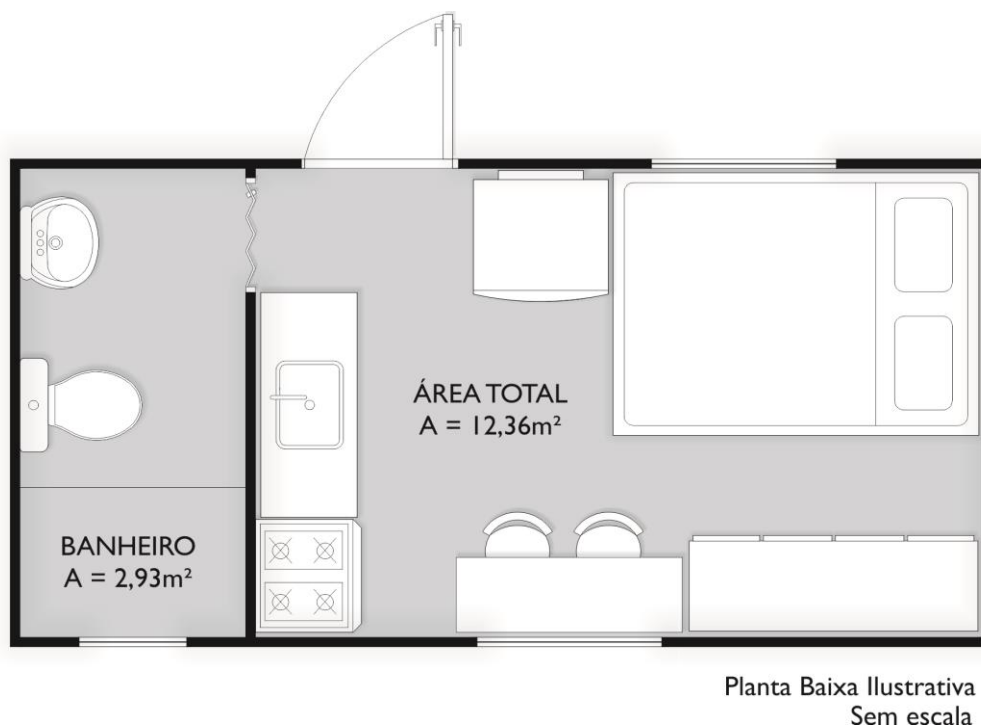


Figura 66: Planta baixa ilustrativa da casa em que Nadir morou. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2018.

O “fardo” do aluguel parece atravessar o tempo, assim como um trauma. Segundo Maria, “*o aluguel é que nem você ter outra família*”. Como inquilino, uma parte do dinheiro ganho precisa ser guardado, “*como se tivesse que dar de comer para um filho*”. “*O aluguel é terrível, eu não desejo isso pra ninguém*”, disse-me ela ao lembrar do lugar onde morava antes de chegar ao COOTRAHAB.

Para ela, além do *"dinheiro-morto todo mês"*, sua família tinha que lidar com uma moradia de baixa qualidade.

Ao lembrarem de suas trajetórias, os moradores do COOTRAHAB com quem conversei seguidamente evocaram situações que consideram constrangedoras. Como no romance utópico de Willian Morris, *Notícias de Lugar Nenhum*⁹, eles parecem ter vivido em lugares marcados pela "tortura de homens e mulheres inocentes" – "caldos de cultura para a criação de homens e mulheres em degradação tal que aquela tortura lhes parecesse a vida natural e comum" (Morris, 2002 [1890], p. 109). Todos moravam mal. Não tinham garantido o seu direito à moradia¹⁰. E nem sequer reconheciam a moradia como um direito. O "sonho da casa própria" também não era vivido por eles. Seus destinos já estavam traçados: imaginavam-se vivendo desse jeito, *"levando como dava"*, até o final de seus dias, como disse Carmen.

Entre os 28 respondentes do questionário, 12 (43%) não concluíram sequer o ensino fundamental. Não conversei com um único morador que tenha ao menos frequentado o ensino superior. Apenas dois moradores (8%) se declararam operários assalariados.

Como já vimos, dialoguei sobretudo com mulheres. São donas de casa, pensionistas, gente que faz "bicos" como domésticas e cozinheiras. Ao que parece, ao não serem reconhecidas como sujeitos "pela sociedade", igualmente não se enxergam como sujeitos de direito. Elas não se veem como parte da classe trabalhadora e não têm qualquer familiaridade com causas e lutas operárias. De modo geral, antes de se associarem à cooperativa, jamais tinham participado de qualquer tipo de organização social, como associações de moradores, sindicatos e partidos políticos – as poucas que de alguma forma integraram esse tipo de

⁹ Título completo: *Notícias de Lugar Nenhum*, ou uma época de tranquilidade. Um romance utópico.

¹⁰ Art. 6º da Constituição Federal de 1988.

organização fazem parte do grupo de moradoras que completou o ensino fundamental, ou que eram ou foram esposas de operários.

Na aplicação dos questionários, 8 moradores declararam já ter se envolvido com algum tipo de organização social. Destes 8 (29%), havia três participações em igreja. As demais, correspondiam a sindicatos, associações de moradores, assistência social e partido político (mais especificamente o PT) – às vezes, aquele que participava da igreja, também se envolvia com sindicato. Eram poucos. Isto é, os demais 20 moradores que se envolveram com a cooperativa não tinham qualquer experiência anterior de participação em alguma organização social – esse alto percentual de 71%, como veremos, explica outros aspectos relativos à tímida participação dos moradores no processo de produção de suas casas. Um desses aspectos diz respeito ao *envolvimento* dos moradores nas atividades propostas pela cooperativa. No universo pesquisado, 16 dos 28 respondentes do questionário disseram ter participado de “uma ou duas atividades”, que de modo geral correspondiam à presença nas assembleias obrigatórias e nas vistorias guiadas – isso porque os associados tinham que participar obrigatoriamente das assembleias, senão poderiam ser desligados da cooperativa, e porque quase todo morador queria “fazer a vistoria” de sua própria casa. Um importante percentual de moradores, portanto, somente se envolveu em uma atividade considerada “obrigatória” ou de seu interesse pessoal. Já 12 dos respondentes declararam ter se envolvido em três, quatro ou cinco atividades.

Estes resultados lembram a história do “copo d’água pela metade”: meio cheio ou meio vazio? Talvez meio vazio, se pensarmos numa organização que se denomina “cooperativa”. Talvez meio cheio, considerando as circunstâncias adversas. Também poderíamos dizer que, de todo modo, vaziou ou cheio, baixo ou alto, algum envolvimento dos moradores aconteceu.

À pergunta “por que participavam?”, aqueles que se envolveram em mais de duas atividades, quase sempre respondiam, primeiro, “por curiosidade” (vontade de “*ficar à par da situação*”, de estar “*bem informado*”), depois, porque

era “obrigatório”. Já os sujeitos que menos se envolveram de modo geral justificavam seu desinteresse a partir de intrigas pessoais e com base em informações equivocadas¹¹, como pude verificar mais tarde. Esse grupo foi também o que mais reclamou “das casas”, mas passivamente, à espera de que “a cooperativa” resolvesse “os problemas”. Viam-se, por assim dizer, como “clientes” da cooperativa. De meu ponto de vista, mostravam-se “vítimas complacentes”, o que é compreensível, porque, enquanto oprimidos, anulados de sua própria voz, apenas esperam (FREIRE, 2017 [1974])

De fato, o respondente do questionário situado no grupo com maior envolvimento, quase sempre demonstrou estar melhor informado quanto às ações da cooperativa e, de modo geral, não conversava apenas sobre a sua casa – falava também no conjunto como um todo, da questão dos nomes das ruas; da denúncia sobre a venda de algumas casas, do “*corte de uma figueira*” (retomarei esse tema adiante), da reclamação pelo som alto durante à noite, da preocupação com a “*invasão*” de terreno vizinho ao COOTRAHAB (Fig. 67).

Essa “*invasão*”, aliás, já há algum tempo preocupava os diretores da cooperativa. Em 2015, logo após a entrega de todas as casas, uma área lindeira ao Loteamento foi ocupada. Essa área tinha sido comprada pela COOTRAHAB, que em seguida a transferiu para a municipalidade como área institucional de preservação ambiental. Barracos se instalaram no local e, até hoje, a área está completamente tomada. Desapareceram dali as árvores e o açude conservados pela cooperativa, atendendo à exigência da Prefeitura de São Leopoldo. Diante deste quadro, os moradores do grupo com menor envolvimento quase sempre

¹¹ Geralmente, esses sujeitos aproveitavam o momento da conversa para desabafar sobre suas insatisfações pessoais, especialmente com relação a vizinhos. Nesses desabaços, por vezes davam curso a informações que, conforme verifiquei, não correspondiam à realidade. Por exemplo, alguns poucos moradores disseram categoricamente que o Loteamento tinha 228 casas, e não 222, e que essas “*casas a mais*” tinham sido construídas para o “*lucro de algumas pessoas*” – pelo menos uma vez a questão foi associada à “*roubalheira*” que “*acontece no Brasil*”. Após contagem das casas e consulta a documentos, constatei que, de fato, o Loteamento tem 223 casas e que esta casa “a mais” foi construída com recursos da própria cooperativa para sediar seu escritório, que até hoje ali está instalado.

demonstravam uma preocupação bastante unilateral com o fim daquele “espaço de lazer”, e culpavam a diretoria da cooperativa por isso. Já, entre os mais envolvidos, foram evocadas preocupações sociais e ambientais. Eles mostravam-se, por assim dizer, mais reflexivos. Perguntavam-se sobre “o que fazer?”. Demonstravam preocupação com os moradores dos barracos – o que “vai acontecer com eles se tirarem as casas?”. Sabiam que, embora a “invasão” tenha resultado da ação de grileiros (coisa comum na região), aqueles moradores, como eles próprios, eram “vítimas da situação”. Demonstravam, por assim dizer, *empatia*, pois num passado recente eles mesmo poderiam ter sido os “invasores”.



Figura 67: Ocupação em APP e área institucional. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2017.

Sobre as preocupações desses moradores, creio que se pode dizer, sim, iam para além da casa. Diferente dos respondentes que menos se envolveram, eles não esperam passivamente que a direção da COOTRAHAB resolvesse sozinha “os problemas”. Exemplo disso foi o transtorno produzido pelo “som alto” em uma das quadras do Loteamento. Para resolver a questão, o morador mais

incomodado com a situação (para quem o TTS não foi eficiente a ponto de evitar este tipo de transtorno), procurou diretamente a diretoria da COOTRAHAB – esta, com uma simples advertência, apaziguou os ânimos.

Houve também o “*problema da figueira*” (Fig. 68), cujas raízes estavam danificando duas moradias do Loteamento – levantando o piso dessas casas. O corte da figueira era proibido pelas autoridades ambientais. Os moradores que se sentiram prejudicados procuraram a direção da cooperativa que, por sua vez, não podia “autorizar” o corte da árvore¹².



Figura 68: Figueira mantida durante a obra. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2014.

Com relação à demanda pelos nomes de rua, também se solicitou à direção da cooperativa para que tomasse a frente de luta pela aprovação dos *endereços*, dado o fato de que os moradores não recebiam suas correspondências em suas casas. Eram, como me relataram, dependentes de terceiros para ter acesso aos seus “memorandos”. A solução da demanda foi atendida pela ação conjunta entre COOTRAHAB e um grupo de moradores. Os quais, através de um pedido

¹² Hoje, após negociação dos moradores com o poder público municipal, o corte foi aprovado.

direcionado à Prefeitura de São Leopoldo e aos Correios, no início de 2018 aprovaram o CEP da comunidade e o nome de três ruas. Os três nomes escolhidos homenagearam mulheres brasileiras: Dionísia Gonçalves Pinto, Berta Lutz e Iara Iavelberg.

Em resumo, e recapitulando, constatei uma diferença de “postura” entre os sujeitos que mais ou menos se envolveram no processo cooperativo, centrada basicamente em suas visões com relação “ao outro” e na maneira como procuravam soluções suas demandas. Aqueles que se envolveram mais tinham uma preocupação que ultrapassava o cercado de suas casas. Demonstravam maior interesse pelos problemas comuns, que atingia a coletividade. Davam menos atenção às intrigas. Diferente daqueles que se envolveram menos, não ficavam à espera da cooperativa para que resolvesse os problemas: agiam *com* a cooperativa.

Mas há também posicionamentos semelhantes entre aqueles que se envolveram mais ou menos. Ao analisar os questionários, constatei que os dois lados, em algum momento, “duvidaram” da efetiva construção das casas: vários respondentes me disseram que só foram acreditar que as casas realmente seriam construídas após o início das obras; e que só a partir dessa “materialização” começaram a se envolver *mais* no processo – “*aí eu comecei a ir em todas as assembleias*”, “*aí eu comecei a participar*”.

Alguns respondentes me disseram que, antes da construção iniciar, seus sentimentos oscilavam entre a *esperança* e a *desesperança*. Quando havia uma assembleia, voltavam para a casa “*mais tranquilos*”. A desesperança aparecia com a “*ausência de notícias*” por parte da direção da cooperativa. A esperança reaparecia com uma nova assembleia e a atualização das informações. Depois, associei esse testemunho à noção de “ritual”, aspecto que Richard Sennett (2012) considera decisivo num processo de *cooperação*, por gerar *vínculos sociais*. Aparentemente, para muitos moradores do COOTRAHAB, as assembleias eram esse ritual, o momento que gerava vínculo, dava ânimo, dava “fôlego”. Isolado,

sem novas informações, há desesperança; ao lado de duas centenas de pessoas, ao não se ver só, ao sentir-se acolhido, o sentimento de esperança domina, torna o sujeito mais forte. Esse sentimento possivelmente se estabeleceu em outras circunstâncias, em outras atividades da COOTRAHAB, como as oficinas, as comissões obrigatórias, os cursos de capacitação, também vividos como uma espécie de ritual.

Mas os cooperativados afinal se “transformaram” diante desses rituais? Como vimos, pouco mais da metade dos respondentes se envolveram em apenas uma ou duas atividades promovidas pela cooperativa. E, em se tratando de participação em “organização social”, apenas 8 já tinham alguma experiência pretérita. Hoje, constatamos um pequeno aumento (quase insignificativo) da participação em organizações sociais: de 8, passou para 10. E por trás desse aumento houve uma variação nas instâncias de participação. Desses dez sujeitos, poucos continuaram se envolvendo com partidos políticos, sindicatos ou ONG’s. O mesmo aconteceu com relação às associações de moradores. A atuação neste tipo de organização praticamente desapareceu. Até o fim desta pesquisa não havia se constituído qualquer associação de moradores no Loteamento COOTRAHAB. Neste caso, na ausência de uma associação, quatro desses dez moradores vinculam sua participação às reuniões locais promovidas pela cooperativa.

Seria, esse pequeno aumento do envolvimento em organizações sociais e essa variação nas instâncias de participação, um *efeito gangorra*? Ganha-se de um lado, com o aumento de pessoas que passam a se envolver. Perde-se de outro, com a diminuição da atuação em partidos políticos ou sindicatos. Neste caso, a impressão que fica é que a diminuição da atuação em partidos e sindicatos, é motivada pela nova demanda das “reuniões locais”.

Penso que esse *efeito gangorra* não se ancora apenas em uma “má interpretação” dos fatos. Julgo que os motivos que levaram os respondentes a diminuir sua atuação junto a partidos políticos e sindicatos possivelmente não

têm relação apenas com seu maior envolvimento nas reuniões locais. Por exemplo, enquanto o processo de construção do COOTRAHAB caminhava, uma grave crise política se instalou no país – e a direção da COOTRAHAB, vista por alguns como um “grupo vinculado ao PT” e a suas políticas, pareceu ignorar tal fato em seu trabalho de base. Este aspecto parece bastante nebuloso. A pesquisa mostrou que 21 dos 28 respondentes não associaram o empreendimento ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), com o qual a direção da COOTRAHAB tinha um vínculo explícito – número considerado “surpreendente” por Andreia Rodrigues, presidenta da cooperativa e integrante desse movimento.

Entretanto, os respondentes reconheceram a “*ação das gurias*” – Andreia, Karina, e até Sabrina, a assistente social responsável pelo TTS. Elas, as “*ações das gurias*”, têm representatividade no Loteamento COOTRAHAB e no bairro Santos Dumont, embora carreguem uma imagem dúbia na visão dos moradores. Muitos deles desaprovaram a relação das “*gurias*” com a política e com o PT, mas, de outra parte, elogiam “*o trabalho que fizeram para a comunidade*”. Por exemplo, ao serem perguntados “se indicariam a COOTRAHAB (e por quê) a seus familiares e conhecidos”, responderam que indicariam pela “*confiança nas gurias*”, por ser uma “*boa cooperativa*”, por ter pessoas “*competentes*”. Eles também veem o PMCMV-Entidades como uma “*saída para os pobres*”, com um programa que “*deu certo*”. Parece ainda que, ao dizerem que jamais poderiam comprar um “*apartamento na Tenda*”, uma “*empresa que vende apartamentos pela CAIXA*”, de alguma maneira diferenciam o PMCMV *empresarial* do *entidades*.

Para alguns respondentes, com o PMCMV-Entidades “*o governo*” facilitou o acesso à casa própria. Este tema também é controvertido, dividindo os respondentes entre aqueles que se envolveram *menos* ou *mais*. Os primeiros de modo geral disseram que haviam “*ganho a casa*”; os segundos, que a “*compraram*” porque “*podiam pagar por ela*”. De toda maneira, de um lado e de outro, se disse que o PMCMV-Entidades é “*seguro*”; “*ajudou muita gente*”; “*é para os pobres*”; “*me ajudou a sair do aluguel*”.

A representatividade das “*gurias*” e o reconhecimento do PMCMV-Entidades como ação governamental voltada para população pobre nos leva à complexa questão da politização dos moradores ao longo do processo de produção das casas. Já vimos que houve um relativo distanciamento dos moradores do debate político e dos movimentos de luta por moradia. Por que isso aconteceu?

Porém, mesmo que grande parte dos respondentes não tenha associado o empreendimento ao MNLM ou à uma “causa” (direito à moradia), algo significativo se produziu: de uma parte, a cooperativa aparentemente conquistou a confiança de seus associados e, de outro, o PMCMV-Entidades foi lembrado e reconhecido positivamente, como parte de uma experiência que gerou “uma história” que não deve ser esquecida. Todos os respondentes (100%) disseram estar satisfeitos com suas casas. Quase todos justificaram essa satisfação dizendo que sua casa “*estava dentro do proposto*”, correspondia ao que haviam desejado.

Na ausência de ações explícitas de politização, teria esse processo se politizado “à sua maneira”? É preciso refletir aqui, mesmo que rapidamente, sobre essa questão.

Nosso estudo abordou uma experiência que envolve sobretudo sujeitos sem familiaridade com o debate político e as lutas sociais. Trata-se de gente há muito tempo é esquecida por “*todos os lados*” (inclusive pelas organizações políticas de esquerda). Para quase todos, como ação política organizada, a experiência da COOTRAHAB foi “a primeira”. Através da produção da casa, quase todos viveram ali um processo inédito no que diz respeito a lidar com a conquista coletiva de algo. Na medida em que cada casa era entregue, e que essa correspondia a suas expectativas, aquele sujeito esquecido, que nunca se envolvera em qualquer luta, foi levado a questionar a lógica fatalista implícita na ideia “o mundo é assim mesmo” – com base numa prática vivenciada coletivamente, ele teve condições de compreender que há outras formas “de fazer” o mundo. Contudo, “ter condições” para compreender não quer dizer

“compreender”. Em outras palavras, não se pode concluir que a ação cooperativada aqui analisada de fato conduziu seus protagonistas à valorização do trabalho coletivo ou a uma “postura” mais solidária com relação a seus iguais. Mas, com base nas evidências recolhidas, penso que já posso concluir que a experiência da COOTRAHAB gerou muito mais do que “muros”, como pensei ao retornar ao Loteamento. E gerou mais do que “casas” para uma população “desprezada”.

Constituir um espaço para que a ralé se envolvesse no processo de produção de suas casas e, em seguida, pudesse acessá-las de fato, tomo este como um primeiro e fundador movimento questionador de certa lógica de exclusão. Para a imensa maioria das famílias do COOTRAHAB, essa foi uma primeira experiência de “não-exclusão”, que ofereceu a elas (e isso é o mais importante) a oportunidade de compreender “outras exclusões”, de se verem como sujeitos portadores de direitos (CHAUÍ, 2018). A obrigatoriedade da participação nas assembleias, por exemplo, foi algo extraordinário no cotidiano de suas vidas – até então, provavelmente, esses sujeitos nunca haviam sido solicitados a tomar a palavra. Não teria essa condição lhes devolvido a *fê*?

Como vimos na introdução deste trabalho, em *Sobre o conceito de história* (Tese IV), escreve Walter Benjamin: “A luta de classes, que um historiador escolado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não há coisas finas e espirituais” (LÖWY, 2005, p. 58). No entanto, segundo interpreta Michael Löwy (2005, p. 59), se para o historiador o que está em jogo “é material”, a motivação dos atores sociais “é espiritual”. A luta dos atores é movida pela *fê* (*zuversicht*), tal como esta é entendida por Benjamin. Nessa luta, há confiança, coragem, humor, astúcia e tenacidade – coisas “finas” que o “materialismo histórico tem que saber discernir” (LÖWY, 2005). Por que evoco aqui a tese de Benjamin? Porque penso que, na medida em que os moradores do COOTRAHAB se envolviam com “coisas brutas” na produção de suas casas (o material), coisas “finas e espirituais” também eram tecidas. A

vontade de “cooperar” foi se construindo dia-a-dia. Mas ganhou força sobretudo quando a materialidade foi se estabelecendo, tal como os moradores relataram. O acesso à moradia através de uma ação coletiva, ofereceu a cada associado da cooperativa a possibilidade de confiar no outro – nesse caso, numa entidade para eles um tanto abstrata, a COOTRAHAB. No início, como vimos, os moradores tinham medo, desconfiavam, temiam perder o tempo e o dinheiro investidos – medo e desconfiança próprios da *ralé*, familiarizada com a perda, nunca com o ganho. A construção das casas não trouxe apenas a segurança; ofereceu aos moradores a possibilidade de confiar, a *fé*.

De uma parte, a construção das casas gerou confiança na ação coletiva; de outra, enquanto liderança política, a COOTRAHAB ocupou a posição de entidade “confiada”. Para demonstrar que merecia a confiança de seus associados, a direção da cooperativa passou a “prestar-lhes” assistência e a “resolver” qualquer problema que surgisse. Uma prática paternalista? A direção da cooperativa tem o seu olhar voltado para a *ação*. Ao que parece, bastava-lhe o envolvimento ou a participação protocolar dos moradores em assembleias, oficinas, comissões, vistorias guiadas ou como mão de obra contratada. Isso não é pouco. Todavia, embora o *fazer* não esteja desassociado do *pensar* (SENNETT, 2012), o pensar sozinho não transforma a realidade objetiva nem liberta o oprimido. “Ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2016, p. 71) – e essa comunhão está na ação e também na reflexão sobre a ação. Por seus erros ou forçada pelas circunstâncias, preocupada mais em *informar* do que *dialogar*, a direção da cooperativa deixa que a *ação* se desenvolva sem reflexão. Mero ativismo? Sem *refletir* sobre a própria prática, os moradores não desenvolvem a *consciência crítica* do estar no mundo (FREIRE, 2017 [1996]). A maioria dos associados com quem conversei, aparentemente, não compreendia a natureza *política* da sua participação. Ao dizer que se envolviam por curiosidade ou obrigação, não viam nesse envolvimento uma condição para a tomada democrática de decisões. A ausência da *reflexão*, portanto, obstrui a visão dos moradores sobre a natureza política do seu próprio envolvimento naquela ação

cooperativada: concluída a obra, como mostraram os questionários, a “política” é objeto de enfático desprezo.

4.2 As entrevistas – um testemunho

Muito do que foi destacado na análise dos questionários reaparece ao longo das cinco entrevistas que realizei, como a *aversão* aos políticos e à política e certa inclinação ao paternalismo. Estes temas, até agora, não foram aprofundados.

Quando realizei as entrevistas estava interessada em explorar sobretudo dois temas relativos à visão dos moradores sobre o processo de produção cooperativada da sua casa e quanto ao significado desse processo, para eles, no presente.

A pergunta inicial, feita sempre de maneira bastante informal, convidava o entrevistado a falar sobre sua “trajetória de vida” – como chegou até à COOTRAHAB, seus anos de convivência com a associação, o dia da entrega das chaves, como é sua vida no Loteamento.

Minha convivência relativamente prolongada com os moradores, somada ao conhecimento dos problemas por eles vividos, facilitaram o diálogo e a proposição de questionamentos “novos” durante as entrevistas. Cada entrevista, assim, resultou diferente. Eu tinha em mãos um roteiro. Mas, vez ou outra, a fala dos moradores me levava por caminhos sinuosos – e era ali que eu encontrava as “melhores” respostas. Às vezes o entrevistado ignorava minha pergunta ou algum aspecto dela; era sobretudo nesses momentos que ele tomava a palavra com mais autonomia.

Como já disse, realizei cinco entrevistas – quatro delas com sujeitos incluídos no grupo de moradores que mais se envolveram nas atividades da

cooperativa e uma com Maria, moradora que não se envolveu em atividade alguma. Maria associou-se à COOTRAHAB *“desde o início”* e, diferente da maioria, procurava *“escapar”* até mesmo das assembleias consideradas de presença obrigatória. Veremos adiante que o discurso de Maria destoa muito dos demais, circunstância que me levou a compará-lo, aqui e ali, com o dos demais quatro entrevistados, Nadir, Antenor, Carmen e Lurdes.

Antenor, Maria, Carmen e Lurdes estão na casa dos cinquenta anos. Lurdes foi operária e hoje é pensionista; não concluiu o ensino médio. Carmen também não concluiu o ensino médio. Hoje é autônoma, sobrevive com a venda de salgados na vizinhança. Maria estava desempregada quando me concedeu a entrevista, mas sempre trabalhou como auxiliar de limpeza e cozinha. Maria não concluiu os estudos, interrompidos ainda no ensino fundamental, assim como Antenor. Este, pintor autônomo. Dentre esses moradores, aparece Nadir. A mais nova, com 37 anos. A única a concluir o ensino médio e ter um emprego formal, com carteira assinada. A conquista do emprego foi recente, tendo ocorrido no período em que eu a entrevistava. Antes disso, Nadir também estava desempregada, fazia *“bicos”*.

4.2.1 Casa própria

A *“casa própria”* foi tema comum entre todos os entrevistados. Por meio de uma narrativa sobre *“o dia da entrega das chaves”* de suas casas, cada um dos entrevistados ofereceu indicações sobre o seu envolvimento no processo e sobre como ele interferiu em suas vidas.

A gente enfeitou a rua, as casas, na parte em que a gente ia fazer a entrega. Fizemos tendas de lanche. Teve um caminhão com som que serviu de palco pro Secretário da Habitação, o arquiteto, o representante da CAIXA, sabe? Teve uma solenidade, onde as gurias também falaram. E depois entregaram as chaves. [...] Eles chamavam as pessoas pra ir receber as chaves e tiravam a foto na frente de uma casa, que simbolizava a tua. Porque não ia ir em cada casa, né? Foi muito bonito! (Lurdes)

Lurdes, ao falar do dia da entrega das chaves, se vê como protagonista daquele momento. Ao referir-se enquanto *“a gente”*, fala de seu envolvimento pessoal no processo e também como parte dele. Isto corresponde a sua posição no processo. Ela foi integrante da CAO. Sua participação se estendeu ainda às oficinas, às vistorias, às assembleias, ao plantio de árvores e à organização de festas. Ao falar da *“solenidade”* de entrega das chaves, Lurdes faz referência a figuras políticas presente no evento, sugerindo que, aquele momento não foi *“especial”* apenas para ela, mas para todos os moradores e para a própria direção da COOTRAHAB. (Fig. 56, 57 e 58 – Capítulo 3).

A moradora Nadir, ao falar da solenidade, disse que se sentiu feliz com a *“entrega simbólica”* das chaves, mesmo que tenha acontecido em frente a uma casa que de fato não era a sua: *“Ganhamos a chave e também uma casinha pra pôr na porta. Era só a chave. Mas era a chave da minha porta”*.

A fala de Carmen também ressaltou a satisfação que sentiu ao receber as chaves da sua casa. Foi, para ela, um momento *“emocionante”*. Disse que queria muito que sua mãe, recentemente falecida, pudesse vê-la recebendo as chaves:

Foi muito emocionante, porque eu queria que a minha mãe visse, daí ela não estava mais viva, né? Mas foi muito emocionante. Imagina assim, tu sair de uma coisa que não é tua, né? Porque eu considero uma coisa minha aquilo que eu batalho. E vir para aquilo que é teu. E saber que daqui ninguém me tira, sabe? Eu não consegui nem fazer a vistoria nesse dia. Pra mim, estava tudo bom. A entrega foi com a Andréia e com o cara da CAIXA. Aí a Andreia me xingava: “Carmen, tem que olhar”. E eu disse: “ai, Andreia, eu não tenho que olhar nada... está tudo ótimo”. É que foi uma coisa assim: eu já estava acostumada com tudo. Por causa que eu vivia mais aqui, né? Mas quando eu botei minhas coisas aqui dentro da minha casa, eu pensava: aqui é meu, né?
(Carmen)

Assim como Nadir, Carmen se deslumbrou com a posse da moradia. Disse ainda que só considera *“como sendo seu”* aquilo que foi fruto de muito trabalho. Para ela, o esforço e o trabalho são condições para *“mudar de vida”*. Carmen afirmou que sempre esteve na obra, por isso, para ela, sua casa não era mais uma *“novidade”* – ela integrou a CRE e a CAO. Mas, como falou, somente quando

colocou os seus móveis dentro de casa, é que se deu conta de que o trabalho que realizara na cooperativa a conduziu para uma conquista: o acesso à casa própria na idade madura.

Antenor também dá muito valor ao *“trabalho”* ao falar do seu envolvimento na obra.

Imagina você ver algo sendo construído. Cinco anos esperando uma coisa, morando num lugar que você não queria. Aí tu via levantando as paredes... porque eu participei. Foi gratificante. Eu sabia o que estava acontecendo. Eu via, estava dentro e isso me animava mais ainda – ver o passo a passo. (Antenor)

Para Antenor, a alegria esteve em sair de um lugar que não lhe pertencia, para uma casa que viu ser construída e ajudou a construir. Assim como Carmen, Lurdes e Nadir, Antenor esteve envolvido na CAO e em outras atividades. Com 50 anos de idade e morando com os pais, Antenor viu na construção e o acesso à casa própria uma *“saída”* para sua existência: sentir-se homem, pai e marido. Acompanhar o passo a passo da obra, para ele, não era apenas uma questão temporal. Mas, um meio para situar-se: saber em que posição ele se encontrava.

Já a moradora Maria disse que, por falta de tempo e diante da aparente *“vista grossa”* da COOTRAHAB, não participou de nenhuma atividade promovida pela cooperativa.

Entrei bem no comecinho. Mas, quem fazia pra mim os *“correrio”* – porque eu sempre trabalhei, nunca parei – era a minha nora e o meu guri. Eles só falavam: *“tal dia tem reunião, se tu puder ir, tu vai, senão eu vou e presto atenção no que eles falarem lá, e passo pra ti”*. Pagamento também. Eles pegavam os papéis, os documentos; só diziam *“tem que assinar tal coisa”*. Porque minha nora trabalhava na COOTRAHAB. [...] Eu não me entrosei com quase ninguém. Eles que fizeram quase tudo pra mim. Eu só pegava o dinheiro e pagava, porque eu não tinha tempo. Peguei emprego numa empresa terceirizada. Trabalhava de domingo à domingo. (Maria)

Por trabalhar *“de domingo à domingo”*, Maria sequer participou da solenidade de entrega das chaves. Segundo ela, quem pegou a chave da sua casa

foi sua nora: *“eu só participei da assinatura do contrato, né? Pedi dispensa e vim. Não tinha como eles assinarem por mim, né? Só eu”*.

Na fala desta moradora, duas questões merecem ser ressaltadas. A presença dos moradores nas assembleias era obrigatória, mas Maria não comparecia, graças ao *“amparo”* de sua nora, que trabalhava junto à direção da COOTRAHAB. A vista grossa em relação a isso, por sua vez, remete a outra questão: as circunstâncias vividas pela própria moradora. Diferente dos outros quatro entrevistados, Maria e seu marido, no início da produção do Loteamento, eram trabalhadores terceirizados. E, segundo ela, não tinham dias de folga. Lurdes (pensionista), Carmen (cozinheira autônoma), Nadir (trabalhava na cooperativa) e Antenor (na época, desempregado) tinham aquilo que Maria afirmou não dispor: tempo.

Maria não foi a única moradora a relatar que, por falta de tempo, pouco se envolveu com a cooperativa. Outras moradoras, pobres e empregadas, afirmaram o mesmo. Hoje, olhando para esta situação, vejo que teria sido importante compreender como aqueles moradores que se envolveram desdobraram-se para isso. Lurdes foi a única moradora a narrar o seu esforço. Disse-me que foi bastante sofrido:

Tinha muita chuva. Mas a gente não deixava de vir. Era assim também com as vistorias das casas e também com as reuniões. Se faziam reuniões à noite, sabe? Pra mim vir de lá... Onde tem essa invasão era tudo mato, sabe? Era muito difícil vir. Mas eu sempre vinha, porque era do meu interesse. (Lurdes)

A questão que fica, ao ouvir Lurdes, é compreender como os moradores que mais se envolveram *“criavam”* condições para participar. No decorrer da entrevista, Maria diz que a falta de tempo não lhe causou grandes perdas. Ela parecia confortável com sua posição de *“ausente”*. Disse ainda que era uma pessoa *“muito tímida”* para se envolver como os demais: *“eu não sou de tomar chimarrão na cerca”*; *“os vizinhos são maravilhosos, tu nunca vê eles”*, confessou-me. Esquecendo suas explicações e motivações, o que parece é que a *“falta de*

tempo” reforça nela o individualismo e certa indiferença. Fechada em seu próprio núcleo – Maria se expõe “como se fosse alheia ao destino de todas as demais” (SENNETT, 2012, p. 229) – o que parece reforçar, por sua vez, aquilo que Sennett (2012) denomina por *complacência*.

Ao contrário de Maria, os entrevistados que mais se envolveram no processo – Antenor, Lurdes, Carmen e Nadir – demonstraram emoção ao lembrarem da entrega das chaves e ao se referirem a seus vizinhos de maneira afetuosa. Antenor, por exemplo, falou da necessidade do “*respeito*” mútuo entre as pessoas para uma boa convivência. Disse que isso foi reforçado pelo Trabalho Técnico Social (TTS) da cooperativa e que, por essa razão, não havia grandes problemas entre os moradores. Lurdes disse simplesmente “*os vizinhos são bons, está tudo ótimo*”. Carmen foi mais longe. Disse que, além de não ter problemas com vizinhos – “*cada um respeita o seu espaço*” – e que se sente tranquila no bairro – “*não sinto medo aqui, eu tenho mais medo do bairro Liberdade, lá onde eu morava, do que aqui*”. Nadir também disse que se sentia segura: “*aqui a gente se enxerga [...] um cuida do outro. Se precisar, minha vizinha repara, eu reparo pra ela. Bem tranquilo. Do Loteamento, em si, parece que tu não tá no mesmo lugar, sabe?*”.

A afirmação de Nadir– “*parece que tu não tá no mesmo lugar*” – remete a um aspecto que já discuti na análise dos questionários: a violência no bairro. O COOTRAHAB está inserido numa área que separa duas antigas vilas do Santos Dumont, conhecidas pelo tráfico e por altos índices de homicídios¹³. Já vimos também que os moradores lidam com isso com certa naturalidade: “*esta é a realidade e temos que conviver com ela*”, disse-me Antenor. Para ele, é preciso ignorar a movimentação do tráfico. Nadir tem posição semelhante: “*cada um precisa fazer sua parte*”; “*tu pode morar num lugar ruim, mas se tu é bom, tu é*

¹³ Cf. Número de homicídios aumenta mais 360% em São Leopoldo. Matéria disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/02/noticias/regiao/2068083-numero-de-homicidios-aumenta-mais-de-360-em-sao-leopoldo.html> Acesso em jul. de 2018.

bom”; *“tu tem que viver fingindo que eles não existem”*. Trata-se de um posicionamento que valoriza o “seguir as regras”, o obedecer à lei – o que aparentemente não se aplica a qualquer situação, pois a grande maioria dos moradores do COOTRAHAB antes residiam em casas ocupadas, construídas em áreas verdes de forma ilegal.

Importa muito na afirmação de Maria aquilo que não foi dito. Estaria o Loteamento “deslocado” da realidade? De alguma maneira, para Nadir, os vizinhos têm a mesma *“decência”* (ou *“não delinquência”*) que ela; e *“um cuida do outro”*. O tráfico, embora presente, parece não fazer parte de suas vidas. Outro aspecto faz parecer que, para Nadir, o Loteamento COOTRAHAB não “pertence” ao bairro Santos Dumont. Pela *“estética”* das suas moradias, o COOTRAHAB se diferenciaria de seu entorno, o aproximando em certa medida da aparência de um bairro de classe média. Ao ser entrevistado, o arquiteto Pedrotti comparou o COOTRAHAB a outros conjuntos habitacionais produzidos pelo MCMV e disse que as unidades da cooperativa estão *“acima da média”*; segundo ele, empreendimentos semelhantes ao Loteamento são vendidos como *“Faixa 2”* ou *“Faixa 3”* no âmbito do PMCMV-Empresarial. E essa não é a opinião apenas do arquiteto. Os entrevistados também pensam assim, argumentando que se fossem comprar a mesma casa *“de uma construtora”*, teriam de desembolsar todo mês o equivalente a um *“aluguel”*:

Eu não teria condições de comprar uma casa de um construtor. Essa casa se fosse um construtor que tivesse feito, ela ia custar mais de 100 mil reais, eu teria que dar uma entrada lá dos 20 mil, rapar tudo o que eu tinha de FGTS, se eu tivesse. Juntar mais uma grana e continuar pagando uma parcela de 500 e pouco, 600 reais. (Nadir)

Esse tipo de comentário nos leva a pensar que, com a casa própria, os moradores conseguem poupar e investem esse dinheiro (o que pagavam de aluguel e o que eventualmente sobrava no final do mês) em reformas, pintura, mobília e mesmo jardinagem. Segundo Antenor, *“isso aqui é uma maravilha, não tem o que dizer de ruim; o que tu paga é irrisório”*. Além de construir uma loja de

souvenir para sua companheira, Antenor construiu uma garagem com churrasqueira, algo que considerava simplesmente *“um sonho”*. Nadir construiu um *“espaço de festa”* na garagem e, na entrevista, mostrou a obra com orgulho, incluindo as luminárias brancas que pendiam do teto – a casa de Nadir, por assim dizer, é um capricho.

Antes, quando eu pagava aluguel, eu não tinha como comprar nada. A gente pintava a casa pra deixar para as pessoas. Quando tu vai morar, tu coloca teu jeito. Tu pinta, tu arruma, e depois tu vai embora. [...] Tu pega a casa que é igual de todo mundo, mas quando tu chega na tua casa, parece que ela não é igual a de ninguém, né? Tu esquece que todas as casas são iguais. Parece que a minha casa não é igual à da vizinha, sabe? É diferente, é a minha. Então a gente recebe ela de um jeito, mas depois vai modificando, né? Colocando nela o jeito de cada um, né? A minha tá assim (risos). (Nadir)

Lurdes me mostrou a ampliação nos fundos, a pintura nova e um quintal florido. Disse-me ainda que varria a calçada frequentemente. Carmen, moradora que não tinha feito qualquer reformar em sua casa, pediu-me dicas para a ampliação que planeja fazer. Maria, ao contrário, não demonstrou tanto apego, outra diferença entre ela e demais entrevistados. Ao contrário de Antenor, Nadir, Lurdes e Carmen, Maria falou pouco e sem entusiasmo da sua morada. Sem jardim nem planos para reforma, o que parece preocupar esta moradora é seu emprego e os filhos ainda para criar. Maria também não fez qualquer referência ao trabalho da cooperativa nem a seus eventuais ganhos com o acesso à casa própria. Já Carmen, aposentada e vendedora ambulante de salgados, dizia respirar aliviada com a casa própria. Isso porque, segundo ela, *“não tem mais aquela preocupação de que a tua idade vai chegando...”*. Nadir também disse se sentir segura ao pensar que, com a sua casa, tinha para onde correr caso algo acontecesse. Sua fala era atravessada por um sentimento de autoestima reestabelecida. Nadir se enxergava como *“gente”*, no sentido freiriano do termo, quando o sujeito passa a enxergar sua vida com possibilidade, tal como vimos na epígrafe deste capítulo.

Minha casa é tudo pra mim, me proporciona alegria, tranquilidade, sossego. Por isso que eu sempre digo assim, por mais que o bairro seja o que é, eu vivo dentro do meu quadrado. Eu tenho prazer em trabalhar a semana toda,

chegar final de semana ficar em casa, sabe? Sentar no sofá, almoçar. São coisas tão pequenas. Eu não tenho vontade de sair final de semana e ir pro Shopping, aquela coisa. Não! O meu prazer é ficar em casa. Ficar sentada, tomar um chimarrão, se eu estou com preguiça, dormir um soninho... são coisas bem simples assim. É preciso tão pouco pra tu ser feliz. É só tua casa, tua família, e ponto. Pra mim, a minha casa me traz tudo o que eu preciso. Eu fico segura dentro da minha casa. Sei que se tiver chovendo, eu estou dentro da minha casa. Eu tenho pra onde ir. (Nadir)

Para Lurdes, o acesso à casa foi um *“progresso”*. Antenor disse que vive a *“liberdade”* de ter sua própria moradia. *“Sentar no sofá, almoçar”*, como diz Nadir, parece algo tão simples. Mas este objetivo parece estruturar suas vidas. Eles associam suas casas à *segurança* e à *autoestima* – aspectos que não fazem parte da ralé, essa camada popular invisibilizada e desestruturada (SOUZA, 2009). Por isso, não se trata de uma ralé sem uma herança de valor ou moral – bons modos, respeito ao próximo. Ao que parece, preserva-se entre essas pessoas o costume da boa vizinhança, do cuidado com o pátio, da preocupação com a criminalidade – traços que não comparecem de maneira homogênea no Loteamento, como revelam a sujeira acumulada e a falta de cuidado com o passeio em frente a algumas unidades (Fig. 69). Essa percepção, que pode soar como um julgamento, na verdade apenas ressalta singelos (mas importantes) indicativos de urbanidade, praticados por um povo que não foi estimulado a ter autocontrole ou disciplina – privilégio de classe (SOUZA, 2009).

Ao que parece, participaram do processo com mais perseverança os sujeitos que melhor assimilaram alguma ideia de *“viver com dignidade”* – como se esta fosse uma espécie de pré-disposição para participar. Na medida em que mais e mais participavam, esses sujeitos foram fortalecendo suas percepções em torno do que é *“ser gente”*, numa espécie de ciclo virtuoso, que para mim tem que ver com a *fé* (Benjamin) do sujeito em sua própria capacidade de transformação e no seu reconhecimento enquanto ser humano dotado de direitos e deveres. Um exemplo disso se encontra na busca da convivência harmônica entre vizinhos. Os moradores que mais se envolveram mostraram maior disposição para a *“boa vizinhança”* e a convivência continuada, talvez

porque compartilham uma história em comum, a do processo de produção de suas casas.



Figura 69: Área externa do Loteamento COOTRAHAB. FONTE: Acervo pessoal da pesquisadora, 2017.

4.2.2 As ruas, o entorno e a produção do Loteamento COOTRAHAB

Meu diálogo com os entrevistados não se limitou à casa. Conversamos também sobre o bairro. Em nossas conversas, por exemplo, foi quase unânime entre os entrevistados a opinião de que o Loteamento era bem servido e que ali *"só faltavam creches"*. Para Maria, quando se tem filhos, *"se mudar é ruim"*, porque isso mexe com a rotina das crianças. Mas, no caso da mudança para o COOTRAHAB, Maria diz que não foi *"ruim"*, porque *"é um lugar que tem tudo na volta, tem escola..."*. Não perguntei a meus entrevistados se o bairro era bem localizado ou "bem servido". Esses comentários em geral surgiram associados à

seguinte pergunta: *como você descreveria onde você vive para uma pessoa de fora?*

Nenhum dos entrevistados tratou o lugar onde vive como sendo exclusivamente a sua casa. Eles conduziram seu olhar da sua casa para fora. Falaram da segurança, da estigmatização do bairro, dos serviços, da infraestrutura:

Aqui onde eu vivo, tu tem, bem dizer, tudo o que tu precisa, né? Tu não precisa te deslocar pro centro, porque aqui tu tem loja, tu tem lotérica, sabe? Tem farmácia, tem o postinho, tem funerária, uma capela mortuária... Então aqui no bairro tem tudo o que tu precisa, né? Não precisa tá te deslocando pro centro assim. Só não tem banco, mas em compensação tem a lotérica, né? Eu descrevo ele como um bairro ótimo. Que nem a infraestrutura... ficou boa, né? [...] Tu vê, às vezes eu vou no mercado, uma coisa assim, minha casa eu deixo aberta... Claro, tem as grades, né? Mas durmo sozinha aqui e não tem problema nenhum. E é assim que eu descrevo o bairro, sabe? Bairro bom, muito bom de morar. (Carmen)

Todos deram a entender que gostam do lugar onde vivem, mesmo diante dos problemas com a segurança. Eles se fecham em grades, mas não deixam de percorrer as ruas, conversar com vizinhos, matear na varanda. Mesmo Maria, ao descrever o lugar onde vive, disse gostar dali; no entanto, adverte: *“se tu é estranho, vai entrar com medo”*. Já Tereza, ao responder minha pergunta, além de afirmar que gosta muito do Loteamento e dos vizinhos, disse que descreveria o lugar onde vive através da história do COOTRAHAB:

Olha, eu contaria a história de como foi que surgiu isso aqui. Procuraria mostrar uma foto quando era tudo mato, com açude, essas coisas, né? E mostraria a minha casa. Tiraria uma foto da minha casa...mostraria uma foto e diria pra pessoa, ó “é muito bom”. Se fosse pra pessoas de baixa renda, eu aconselharia entrar numa cooperativa pra comprar, né? Eu diria “vale à pena”. Porque é claro, a gente tem que esperar, tem que acreditar, e tem que confiar... Eu aconselharia e diria que não me arrependo de estar morando nesse lugar. Descreveria que pra mim foi ótimo. E não tenho do que me queixar, em todos os sentidos... Estou morando numa casa que pra mim, sendo sozinha, tá ótimo, né? E estou pagando um preço bom. Eu aconselharia qualquer pessoa que tivesse afim de entrar. Eu me associei à COOTRAHAB por necessidade, e por essa necessidade eu esperei, acreditei, confiei, e hoje estou aí com a casa. Quem quiser pode vir aqui conferir, entendeu? Por exemplo, a fulana diz: “bah, eu não conheço, estou a fim de entrar numa cooperativa, só que eu não sei como funciona esse projeto. Como é que é?” Eu tentaria explicar conforme foi a nossa experiência. Porque eu não sei se a outra ia ser

trabalhada da mesma maneira, entendeu? Eu falaria: "ó, a gente ter que ter participação. Tem as reuniões, tu tem que ir, tu tem que participar, tu tem que batalhar pelo que tu quer, porque é pra ti", entendeu? "Tu não pode assim, só vai lá, se associa, e vai pra reunião. Não, eu acho que tu tem que participar, entrar de cabeça. Porque o que tá ali não é só de uma pessoa, é de todos. De todos os que se associaram". Diria: "apesar de cada um ter seu terreninho individual, o empreendimento é praticamente um condomínio, onde tu tem que cuidar, porque não é só pra ti. Não é só pra você ter uma rua bonita, é pra todos terem". Eu aconselharia dessa forma. "Tu não acredita? Vai lá na minha casa ver". (Lurdes)

Não se trata apenas de uma descrição do local em que ela vive; tampouco de uma simples descrição. Trata-se de um comentário fortemente relacionado ao envolvimento de Lurdes com a cooperativa e a produção do Loteamento. Lurdes não só acompanhou a produção da casa, como também se envolveu nesta produção. Através deste envolvimento ela constituiu sua própria ideia de cooperativa habitacional. Vemos que afirma, por exemplo, que o sujeito associado precisa participar. Para ela, participar não significa ir apenas às reuniões ou às assembleias. É preciso *"entrar de cabeça"* – tal como ela fez, ao se envolver com a CAO ou nas organizações de festas, realização de cursos, vistorias. Para Lurdes, a definição de cooperativa está ligada ao "fazer junto" em nome de um "espaço comum" – mesmo que sua referência a esse tipo de "espaço" seja um condomínio. Talvez essa seja uma referência ingênua em relação à dinâmica dos condomínios: a sensação de segurança e a ideia de comunidade. Afinal, essa realidade prático-sensível, está longe da dinâmica de bairro onde Lurdes vive. "Condomínio", para ela, poderia ser uma visão utópica de cidade; onde os cidadãos pudessem, de fato, exercerem seus papéis. Seja de um modo ou de outro, Lurdes demonstra compreender claramente que o processo que viveu foi mais do que construir a própria casa. Tratou-se também da produção da própria rua, do espaço em que todos compartilham, e até da construção de um novo sujeito. Lurdes disse que o processo acabou lhe ensinando *"muitas coisas"*, dentre elas, a dispor de mais tempo de convívio com o outro:

Olha, eu acho assim ... Além de eu ter uma convivência maior com outras pessoas, eu também aprendi muitas coisas em relação mesmo à própria construção, né? O desenvolvimento, o sofrimento e o tempo que leva pra fazer uma obra assim, né? [...] Eu aprendi muita coisa assim. Te dizer especificamente não, né? Mas foi muita coisa que eu aprendi dentro daquilo ali, sabe? (Lurdes)

Vimos que o processo vivido por Lurdes e por outros moradores do COOTRAHAB foi inédito em suas vidas. Mesmo que na formação do bairro Santos Dumont as cooperativas habitacionais tenham ocupado um lugar importante, o COOTRAHAB nasceu de uma nova experiência, o PMCMV-Entidades, que implicou no acompanhamento por parte dos futuros moradores do processo de produção de suas casas. Esta situação acabou por acrescentar uma nova referência de trabalho ao bairro. O processo, segundo Lurdes, *“foi muito bom, porque incentiva outras pessoas a fazerem esse trabalho”* – no qual *“as gurias”* se mostraram *“guerreiras”*, acrescentou.

Além da autoconfiança, da autoestima, da segurança, do bom convívio com os vizinhos e com o entorno e até mesmo do paternalismo, o acesso à casa própria com envolvimento dos moradores parece ter produzido algo a mais. Na medida em que a casa foi entregue (e com qualidade), os moradores que mais participaram conseguem enxergar na cooperativa como possibilidade de agir coletivo e solidário – um agir que, para alguns, tornou-se necessário para a efetivação da aquisição da moradia. Segundo Lurdes, que disse sempre encontrar tempo para participar, o envolvimento de cada um serve para *“demonstrar a vontade de ter a tua própria casa”*: *“já que era uma cooperativa, é onde todo mundo tem que estar engajado para a coisa andar direito. Todo mundo tem que trabalhar junto, senão a coisa não anda”*. Para Carmen, assim como *“uma andorinha não faz verão”*, *“a cooperativa sozinha não faz nada”*.

Ela precisa dos associados. E nós temos que ajudar a cooperativa pra ela funcionar. E o que é? Fiscalizando se o dinheiro é bem empregado, né? Se a obra está sendo bem-feita, se os projetos são bem feitos. Isso depende de nós também. [...] O que eu diria para as pessoas é assim ó: confiar, fiscalizar e participar. Elas têm que conhecer para depois criticar. (Carmen).

Como já vimos, Antenor também valorizou o seu envolvimento no processo. Para ele, foi gratificante ver a entrega das casas, ter acompanhado de perto a construção. Nadir, contudo, não fez qualquer referência ao seu envolvimento como ação importante para si ou para a cooperativa. Ela tratou da sua participação enquanto um *"trabalho"*. Quando foi secretária da COOTRAHAB, ou quando trabalhou na obra como azulejista, o fez por necessidade; estava desempregada e tinha dois filhos para sustentar. Tal proximidade a levou a participar da CAO e a se envolver em outras atividades. Diferente de Lurdes, Carmen e Antenor, Nadir não tratou de seu envolvimento no processo com orgulho e nem lhe deu muita importância. Quanto ao presente, ela acha que cada morador deve fazer a sua parte para que o *"espaço comum"* do COOTRAHAB seja preservado e bem cuidado – *"não adianta querer melhorar o mundo se você não cuida da frente de sua própria casa"*:

Quando deu seis ou sete meses de obra, já tinha casa pronta. Quando começaram as primeiras casas, foi bem rápido. Demorou até começar a obra, né? Mas quando veio a *Construsinos* e fez a terraplanagem, já começou... Foi feito com aquelas micro estacas, tinha as formas, e aí era rápido. Eles montavam as formas logo, então depois que "desenformava", e tinha bastante gente que trabalhava, então era rápido de construir uma casa. E eles dividiram entre duas construtoras, né? Tinha a do seu Nelson, né? e a do Clério, que ficou com a metade, e o seu Nelson com a outra metade. Então eram duas pontas, né? Duas equipes. Primeiro eu trabalhei assim, daí quando não tinha mais essa parte administrativa, pra mim não ficar sem trabalhar eu comecei a pegar casa pra rejuntar [...] Depois que acabou a parte do piso, do rejunte, eu comecei a fazer as limpezas também... [...] Trabalhei enquanto teve aquela mão de obra mais fácil pra mim, que não precisava ser muita experiência, porque eu não fazia nenhuma colocação de piso, nada. Eu fiz os retoquezinhos, eu rejuntei, fiz a parte da limpeza. Eu trabalhei até o final, até as últimas entregas. Eu participei da CAO até começar a trabalhar, porque daí não tinha como tu trabalhar e se envolver na CAO. Ficava meio complicado, porque daí não tinha como tu olhar com um olhar fiscalizador, sendo que tu estava trabalhando na obra. Não era justo, né? Daí eu dei lugar pra outro, né? Não tinha como misturar. É, injusto, sabe? Eu ir lá fazer vistoria da casa tal, sendo que eu que fiz o rejunte ali. Daí eu saí da CAO... (Nadir).

Através da fala de Nadir é possível ter uma noção de como as coisas aconteceram durante a obra – terraplanagem, micro estacas, formas metálicas, o início da construção, os acabamentos... até a entrega das casas. Ao longo da

entrevista, Nadir demonstrou conhecer fatos e datas que só podem ser mencionados por quem, de fato, se envolveu muito no processo. A menção a datas e a descrição das sequências de trabalho da construção estiveram presentes nas narrativas dos quatro entrevistados que mais se envolveram. Como disse Carmen: “*bem dizer, acho que desde o primeiro alicerce, eu vi*”. Eles me contaram minuciosamente sobre a construção, nomes de empresa, conflitos. Esse tipo de lembranças, por exemplo, não apareceu na fala de Maria.

Nadir, Carmen, Antenor e Lurdes *viveram* o processo. Por isso tiveram mais acesso às informações do que aqueles que pouco se envolveram. Provavelmente por este fato, os que menos participaram mostraram-se mais sujeitos a intrigas e falsas informações. Os que se envolveram revelaram também mais cuidado com o que diziam e, acima de tudo, ao criticar aspectos da COOTRAHAB, sentiam-se legítimos para tanto – é preciso “*conhecer para depois criticar*”, disse-me Carmen.

Mas, havia críticas? Os entrevistados que mais se envolveram, não criticaram a COOTRAHAB por aquilo que ela fez durante a obra, mas por sua “ausência” após a entrega das unidades. Maria, que não faz parte do grupo de moradores mais envolvidos, disse que depois que recebeu as chaves da casa nova houve somente uma reunião promovida pela cooperativa. Ela, contudo, ao fazer esta crítica, não soube a quem direcioná-la. Maria disse: “*o presidente deveria chamar os moradores, mas não sei nem se tem associação*”. Sem querer, Maria demonstra que não reconhece nenhuma figura referente à direção da COOTRAHAB.

Nadir e Lurdes me disseram que não receberam mais convites da direção da cooperativa, tal como recebiam frequentemente na época da produção da casa:

Eu acho que o pessoal da cooperativa deveria ter seguido essas reuniões, nem que fossem periódicas, nem que fosse de três em três meses com os associados. Isso é uma falta de, como eu vou te dizer? Um pouco de falta de incentivo. A gente tentou montar uma associação de moradores, onde a gente

não teve apoio, onde a gente acabou desistindo; um desistiu o outro desistiu... [...] Eles não comunicam a gente, eles não avisam. Não foi avisado nada. Não sei, talvez algumas pessoas só que eles convidaram. Algumas. E tem mais, eu fiquei sabendo por outras... "Ai, vai ter uma reunião", e teve uma reunião ali na ... ali no "coisa". Eu nem sabia que ia ter uma reunião. Não sei nem sobre o que era, não sei do que se tratou. Aí outro dia a gurria, a mulher falou assim "a fulana me convidou pra eu ter uma reunião com o secretário, não sei o que lá na prefeitura... convidou pra eu ir com ela", sabe? Mas eu fiquei sabendo porque ela me disse disso aí, daí não sei também sobre o que eles trataram. Daí era onde que poderiam chamar o pessoal e reunir, ó "eu fui lá na prefeitura, ter uma audiência com o prefeito, sei lá quem seja, sobre habitação ou coisa parecida, onde eu reivindiquei isso..." Deveriam reunir pra colocar isso pra nós. Repassar, né? Já que a gente não vai junto, não, é? Nem tudo vai poder ir junto... Que tivesse, então, uma comissão dos moradores. Como nós tinha a CAO, e era tal e tal pessoa, a gente assinava uma ata ou coisa assim, eu já assinava, né? assim, deveria ter, daí não tem nada disso. (Lurdes)

Olha, eu acho que antes tinha mais incentivo da parte da cooperativa. Não teve mais reuniões. E a partir do momento que vai saindo fora da tua rotina, aqueles horários que você tinha reservado pra cooperativa... Algumas reuniões que teve, não teve aviso, ou então colocaram no *Facebook*. Hoje em dia ninguém olha o *Facebook*, então tu não fica sabendo. E as pessoas trabalham, e o boca a boca não vai funcionar. Antes eles colocavam um lembrete nas caixas do correio. Eu acho que deveria ter um cronograma de aviso. Deveria ter um calendário do ano todo. (Nadir)

Vimos que tanto Lurdes quanto Nadir, conduzem suas narrativas direcionadas à COOTRAHAB como referência dentro do empreendimento. Em suas falas, ambas sugeriram alterações no método adotado pela cooperativa para reunir os moradores. Na fala de Lurdes, a crítica se centrou no fato dela não receber os convites das reuniões. Isso nos indica que, para esta moradora, o acesso à informação tornou-se algo de valor. O aprendizado de Lurdes como integrante da CAO, a leva a propor que, para democratizar as informações, a cooperativa ou uma comissão de moradores deveria realizar "*atas*" sobre os assuntos que foram tratados. Nadir, que também criticou a "*ausência da COOTRAHAB*", sugeriu que, para retomar as reuniões rotineiras, deveria se criar "*um calendário, um cronograma de atividades*".

Ao acessar a página da COOTRAHAB na rede *Facebook*, constatei que ela tem sido utilizada justamente para notificar os moradores do Loteamento

COOTRAHAB, registrar reuniões e notícias da cooperativa e do bairro. Provavelmente, Nadir e Lurdes, têm dificuldade de acessá-lo. Tal como afirmou Nadir: *“ninguém olha o Facebook”*.

Hoje, Lurdes e Nadir já não participam de nenhuma atividade proposta pela diretoria da COOTRAHAB. Lurdes diz que não se envolve mais porque não há mais um trabalho de organização comunitária: a COOTRAHAB *“não incentiva novas participações”* e *“há muita política no meio”*:

Agora eu vou ser bem sincera pra ti. Eu sou assim, eu vou, tá? Tem uma reunião pra ir... ah, vão debater certas coisas, certas prioridades, necessidades, sei lá o que, que seja... Agora, tu vai lá numa reunião, aí começam a falar só em política. Eu sou uma pessoa que desanimo, eu desisto. Tudo bem falar uma coisa, mas que seja rápido. Mas oitenta, setenta, oitenta por cento, sabe? O que dá impressão é que tão tentando fazer um tipo de campanha pra um partido. Eu acho que se tu vai tratar de certos assuntos, tudo bem querer abranger uma coisa de política, tudo bem... de repente um político dali, né? (Lurdes)

Lurdes disse que teria organizado uma associação de moradores com outras parceiras, mas que ela se desfez *“por falta de incentivo da COOTRAHAB”*. Contudo, a impressão que fica de sua fala é que ela adota uma atitude passiva, a espera de alguma iniciativa por parte da direção da COOTRAHAB. Ainda que diga que um convite da cooperativa deveria ser direcionado a todos os moradores, não houve de sua parte um movimento de *“ir atrás”* das reuniões, que sabe que acontecem. Demonstrando certa dependência da COOTRAHAB em relação ao assunto das reuniões, Lurdes diz que tentou criar uma associação, o que *“não deu certo”* por falta de apoio das lideranças da cooperativa. Contudo, como vimos, Lurdes se mostra disposta a atuar, mesmo que para tanto espere algum tipo de convocação. Esta disposição se revela na lembrança das atas das atividades desenvolvidos pela CAO, na sua sugestão de *“reuniões periódicas”*, e principalmente na sua crença de que *“nada se faz sozinho”*. Uma crença que talvez não esteja fundamentada unicamente na sua experiência na obra do Loteamento, mas também na participação em outras organizações sociais, antes de se associar à cooperativa.

A fala de Nadir vai na mesma direção. Também para ela "*a COOTRAHAB não apoiou a associação de moradores*" que estava sendo organizada – "*tudo não se passa de política*":

O andamento que tá se dando na crise política, desgostou muito as pessoas. As pessoas estão desacreditadas de partidos políticos. Se você falar "oh, vai ter uma reunião de um grupo pra falar de política", as pessoas nem vão. Hoje pra falar num grupo sobre política, não dá nem pra abrir muito pra não mostrar que é política. As pessoas não querem saber. Tá tão feio que seja a ser nojento. Ai você vai lá pra ouvir o quê? (Nadir)

Perguntei à Nadir o que ela entedia por "política": "*é quando as pessoas usam aquele órgão para se promover*", disse-me sem pestanejar. A aversão à política e a "*falta de apoio*" da COOTRAHAB à associação de moradores teriam levado Nadir a não mais se envolver com a cooperativa. Agora, ela diz preferir fazer as coisas "*por si*", sem depender da prefeitura ou da direção da COOTRAHAB. Ela abriu um "*brechó solidário*" para ajudar a população em situação de rua do município de São Leopoldo e acredita que, deste modo, está fazendo sua parte. Mas, Nadir não desacredita na ação comunitária: mostrou-se preocupada em relação aos problemas do bairro e à mobilização das pessoas para resolve-los. Em contrapartida, suas falas e ações indicam uma postura mais individualista e assistencialista. Percepções que tive, e que podem estar relacionadas tanto ao desapontamento de Nadir frente à direção da COOTRAHAB (a qual, para Nadir, "*não deu espaço*" para que os moradores atuassem), quanto pela sua própria trajetória. Ao contrário de Lurdes, Nadir jamais atuara em qualquer organização social antes de se associar à cooperativa. Diferente dos outros entrevistados que se envolveram no processo, Nadir concluiu o ensino médio. Sua filha mais velha faz curso superior com auxílio de bolsa¹⁴. Nadir tem um emprego formal como cozinheira de uma escola. Embora ela ainda se reconheça como "*pobre*", sua disposição militante "*saiu*" do COOTRAHAB e voltou-se aos sujeitos em situação de rua, oferecendo-lhes alimentação. Tudo

¹⁴ Pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

isso me leva a crer que ela e sua família viverem nos últimos anos um processo de ascensão social. Talvez hoje se reconheçam como classe média. Ou como “batalhadores” (SOUZA, 2012).

Carmen e Antenor, ao contrário de Lurdes e Nadir, seguem participando das atividades promovidas pela direção da COOTRAHAB. Na época da entrevista, contaram-me que suas participações mais recentes ocorreram na organização das festas de final de ano (2017), quando reuniram toda a comunidade das vizinhanças para comemorar o natal (Fig. 70). Além desse tipo de ação, Carmen e Antenor disseram participar de reuniões promovidas pela COOTRAHAB e pela Prefeitura de São Leopoldo. Durante as entrevistas, mostraram-se muito bem informados sobre as pautas das últimas reuniões, quando foram tratadas as questões da “invasão” da área institucional e da aprovação da Tarifa Social do Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE) para os moradores do Loteamento. Carmen e Antenor contaram-me que a prefeitura estava para realizar a reintegração de posse da área ocupada, marcada para novembro de 2017. No entanto, mais tarde eu soube que essa reintegração de fato não ocorreu¹⁵.

¹⁵ Após entrevista com a presidente da cooperativa, Andreia Rodrigues e com o arquiteto Álvaro Pedrotti, verifiquei que a reintegração não ocorreu. Sobre o tema, segundo Andreia, ainda em 2015, quando a ocupação da área aconteceu, a prefeitura de Anibal Moacir (PSDB) – através da Secretaria do Meio Ambiente – entrou com um processo contra a COOTRAHAB, acusando-a como responsável por “loteamento clandestino” na área. “Isso foi política”, ela diz. Após a acusação, a cooperativa se defendeu, apresentando a escritura que afirma que a área passou a ser da prefeitura, e junto, entraram com um processo de reintegração de posse – que até o momento, não ocorreu. Andreia, contudo, diz acreditar que a situação, em breve, será resolvida. Diferente do arquiteto Pedrotti, que acredita que não há como recuperar a área – haja vista que o açude que lá existia, foi aterrado, e as árvores cortadas.



Figura 70: Festa de natal organizada pelos moradores junto à COOTRAHAB em 2017. FONTE: COOTRAHAB, 2017.

Ainda sobre Carmen e Antenor, cabe registrar que, após a entrega das casas, enquanto o último seguiu participando normalmente das reuniões da COOTRAHAB, Carmen só retomou sua participação após receber um convite da diretoria da cooperativa, em nome de Karina Rodrigues:

A Karina me convidou. Ela precisava de dois moradores, vamos supor, né? Duas pessoas da COOTRAHAB pra participar com ela do GT-Habitação da prefeitura. Porque nunca tinha ninguém da COOTRAHAB. Eles falavam no projeto, mas a cooperativa não estava. Estava a Karina, só. Aí eu me candidatei. Eu digo: "não Karina, então eu vou, porque não adianta também eu querer exigir uma coisa de ti, e eu também não participar, né?". Daí foi eu, mais três pessoas que eu não lembro mais o nome. [...] E é bom porque aí tu vê... eu não sabia, por exemplo, que a Tarifa Social do SEMAE, voltou. Porque eles tinham tirado a baixa renda do negócio de água e luz... e diz que tá na

câmera esse projeto, que nós vamos ganhar de novo a isenção da água e luz. Diminuir aquela taxa, né? E se tu não tá junto, tu não sabe. (Carmen)

Quando diz que “*nunca tinha ninguém da COOTRAHAB*” nas reuniões com a prefeitura, Carmen se refere aos moradores do Loteamento e não a integrantes da direção da cooperativa. Nessa mesma linha, ela reconhece que é preciso ter “*representatividade dentro da prefeitura*” porque, para criticar, é preciso conhecer:

Estou indo de novo no GT na prefeitura porque eu gosto de ficar informada, sabe? Gosto de saber como é que funciona a coisa, né? Porque, por exemplo, assim, ó, quando as gurias começaram com esses projetos, um veio me dizer assim ó: “ah, isso aí não vai dar certo”. Aí outro veio: “Não, isso aí vai demorar”, e aquele monte de coisa... Então se tu tá dentro daquilo ali, tu pode tanto criticar, quanto tu pode elogiar, né? Tu vê se aquilo ali tá funcionando, tu sabe que tá... Então, muitas vezes, a coisa não funciona, e não é por força de vontade das pessoas, tem vários fatores... (Carmen)

Na entrevista, Antenor não tratou o envolvimento dos moradores como uma “questão”. Apenas descreveu com naturalidade sua participação em reuniões, na organização de festas e outras atividades. Perguntei a ele por que alguns moradores já não participavam das atividades da cooperativa, disse que “*até uns meses atrás*” a direção da COOTRAHAB de fato “*estava bem devagar*”. Seu argumento é que não havia nenhuma eleição pela frente e, por “*jogada política*”, as atividades acabaram ficando mais espaçadas. Por essa razão muita gente teria se afastando. No final de 2017, época em que eu realizei as entrevistas, Antenor disse que as reuniões estavam sendo retomadas por conta das eleições de 2018. Diferente de Lurdes e Nadir, Antenor não parecia preocupado com as forças políticas que atuam ou deixam de atuar em nome da COOTRAHAB:

Tem muito interesse em cima disso tudo. Aonde eu estou agora, o nosso projeto agora, não é pra envolver política, entendeu? Claro que a gente sabe que atrás disso tudo, tem política. Mas, segundo a diretoria não é pra ter nada de envolvimento político. E por isso a diretoria não fala em politicagem, não fala em nada. Mas eu sei que no fundo, no fundo, alguma coisa tem. (Antenor)

Por vezes Antenor dá à palavra política um sentido equivalente à “politicagem”. Como vimos, essa mesma significação apareceu nas falas de Lurdes e Nadir, quando se referem a certas posturas da direção da COOTRAHAB. Carmen, embora não se dirija diretamente à COOTRAHAB, demonstra a aversão à palavra “política”, quando se refere aos casos de corrupção expostos pela imprensa:

É porque eu não me envolvo muito em política. Porque tu olha ali na televisão é só um roubando o outro, aí tu começa a ficar tão nervosa, que não consegue fazer nada, e tá vendo que a gente tá ficando sem dinheiro... então eu até não sei se isso é um erro meu, né? ... ah! O jornal, essas coisas de muito assalto, muita “coisarada”. E aí quando começa a falar em política, começa a falar daqueles roubos, aquelas coisas, eu já procuro evitar. (Carmen)

A fala de Carmen é atravessada por uma espécie de “sensação de injustiça”, que ela parece associar à condição de “ser pobre” e à atuação do poder público – o Estado seria o responsável por condição de pobreza. O Estado estaria “contaminado” por “políticos corruptos”, que tiram o dinheiro “da saúde e da educação” para benefício próprio. É uma “roubalheira”, tal como afirmou a moradora Maria. A “crise política” mencionada por Nadir, seria justamente essa: a dos escândalos de corrupção exibidos pela televisão – que Carmen, aliás, diz “evitar” assistir. Junto com a aversão à política de Carmen aparece a questão dos “direitos humanos”:

Eu sou muito contra certas coisa...né? Hoje, lá, ainda nós estava falando sobre nosso tempo antigo, assim né? Eu sou contra Conselho Tutelar, sou contra Direitos Humanos... Então eu acho assim que se o governo tirasse esse órgão, e investisse em mais... que nem olha os professor, né? Fazendo greve pra ganhar 350 reais no mês. Porque foi o que eles ganharam... houve uma época que se tu falasse no professor, aquilo ali era uma autoridade pra ti. (Carmen)

A visão de Carmen sobre “a” política parece flutuar entre uma posição “conservadora” e outra “progressista”. Ela se coloca “contra” os direitos humanos e, na mesma fala, traz à tona à situação indigna vivida pelos professores das

escolas estaduais do Rio Grande do Sul (que, na época da entrevista, há dois anos não recebiam em dia seus modestos salários). Na sua fala, Carmen não fez qualquer menção elaborada sobre o espectro ideológico – não fez nem mesmo qualquer referência à direita ou à esquerda. Em contrapartida, ainda ela e outros moradores tenham de alguma forma reproduzido o discurso corrente de desmoralização da política e do poder público, todos parecem reconhecer, a partir da experiência vivida, a importância do PMCMV-Entidades para os pobres.

4.2.3 “Será que ele tira esse programa?”

Perguntei a meus entrevistados se sabiam das ameaças de cortes dos recursos destinados ao PMCMV-Entidades por parte do Governo Federal. Carmen respondeu: *“pois é, tão dizendo”* e prosseguiu questionando se o governo teria mesmo coragem de fazer isso: *“eu torço que ele não faça isso, porque tem tanta gente que se beneficiou com esse projeto, né? Olha quanta família aqui. [...] Ali tem 160 família que eles vão assentar, né? Vão dar pra morar, né? E é tão baratinho a prestação...”*. Carmen “torce” para que o governo federal não acabe com o programa, acrescentando que *“o povo precisa ajudar”* para que isso não aconteça: *“tomara que não pare com as cooperativas, mas aí o povo tem que ajudar, o povo tem que participar mais, nem que seja pra criticar, e difundir essa ideia, falar dessa ideia. Porque eu não conhecia...”*. Ela acredita, deste modo, que se o povo começar a conhecer e a participar mais, a situação pode mudar.

Lurdes também acredita que os cortes do governo não vão avançar só se houver “o envolvimento do povo”:

Ouçó falar... [...] na minha opinião, ele não está preocupado com a classe pobre, com os assalariados... Não está fazendo nada pra ajudar nesse sentido. [...] Se o governo Temer está querendo fazer isso aí, eu não acho certo. Mas, o que que nós podemos fazer? sair nas ruas? reivindicar? é isso? Eu não sei te dizer ao certo o que tem que fazer...tem que tirar esse tipo de pessoa, e colocar pessoas que fossem fazer uma coisa pra ajudar a tirar o País do buraco, e não afundar mais do que já está, sabe? No meu ponto de vista, uma pessoa dessas não deveria continuar... devia ter *impeachment*. [...] como teve

o pessoal que saíram às ruas pra tirar a Dilma, eles tem que fazer pro Temer também... porque o Temer está fazendo olha, os horrores que está fazendo, né? A gente vê aí. Está escancarado, ninguém precisa dizer. O mais leigo está vendo isso... No meu ponto de vista, tinha que partir da classe mais baixa... o povo se unir pra fazer uma grande reivindicação, uma grande coisa, senão meia dúzia de gato pingado não consegue fazer nada. [...] Mas o problema é a atitude, se acomodam... Dizem "ah, isso não é problema meu", sabe? é assim "ah, eu não tenho nada a ver com isso, isso não é problema meu", sabe? Eu sempre tive um pensamento diferente. Eu acho que afeta todo mundo. É onde tem famílias... não é só em mim que eu tenho que pensar. Se cada um desse sua ajuda, né? Pensasse diferente, tomasse uma atitude, ou reivindicasse, sei lá, eu acho que seria diferente. (Lurdes)

Para Antenor, *"alguma coisa precisa ser feita para barrar esse corte"*. Segundo ele, *"se não fosse o governo, o que nós íamos fazer? O que nós, da classe pobre, iria fazer? Ia viver de invasão como está São Leopoldo? Invadir terreno dos outros pra construir uma casinha?"*.

Para Nadir, são os pobres que acabam pagando para *"salvar a economia"*. E, embora não sugira uma reação popular nesse sentido, pensa que a própria manutenção do programa seria uma saída para a *"crise"*.

"Ah, a gente precisa recuperar a economia", diz o governo. Mas a qualquer custo? Não é justo com as pessoas que não tem. A partir do momento que você proporciona uma casa pra pessoa, tu proporciona um crescimento da economia. Porque ela também vai render mais, né? É autoestima, vou trabalhar, vou arrumar a casa... né? [...] A pessoa vai mudando, porque daí é tua casa, né? Se você quiser pintar, tu pinta, quem ganha a tinta... tu compra a tinta, tu compra um móvel. É mais lento, é menos lucrativo pro governo. É menos imediato. Daí as pessoas que não tem casa, não vão ter ... É aquela coisa, cada vez o rico mais rico, o pobre mais pobre. É assim que eu vejo a situação hoje. (Nadir)

Até mesmo para Maria, que pouco falou com relação à descrença na política, *"o governo Temer está tirando tudo"*. Desempregada aos cinquenta anos, e com quatro filhos para criar, diz que o PMCMV-Entidades chegou aos mais pobres. E, assim como disse Nadir, pensa que são também os mais pobres que sofrerão com a *"retirada"* do programa.

Horrível pra quem precisa. Às vezes eu falo assim: quem é rico é rico, quem é pobre, fica pobre. Claro, eu sou rica de saúde, graças à Deus. Mas pra muita gente, pra algumas pessoas de fora, pessoas humildes, tem isso aqui como

todo mundo rico, por causa das casas, né? Limpo, colorido, bonito, tem gente que tem carrão na garagem, né? Pra muita gente, as pessoas que moram aqui, são pessoas que têm. Pessoas que não são informadas nas coisas, né? E pra muitos, acham que isso aqui é dado, que ninguém paga nada, a não ser água e luz. Na real mesmo é quase dado mesmo, né? Porque olha bem. A gente paga uma mixaria por mês. Dez anos pagando um pouquinho por mês. As pessoas têm noção de que quem mora aqui tem dinheiro... Mas tem muita gente humilde aqui. Gente que saiu lá do fundão, de vila, do meio do barrão. Muita gente saiu assim... da precariedade pra esse lugar aqui, sabe? E agora o Temer fazer isso daí, né? Tirar aposentadoria... E ele tá tirando muita coisa. Eles querem tirar dos pobres. Pensa bem, tu vive num lugar precário, tu paga aluguel a tua vida inteira, tu vai dar graças à Deus que tu conseguiu uma casinha, né? (Maria)

Como os entrevistados do grupo dos que mais se envolveram, Maria reconhece a necessidade da assistência do Estado aos mais pobres e, como os demais entrevistados, critica os cortes que o governo vem realizando. Mas Maria deles se diferencia ao não propor qualquer forma de resistência a esses cortes; para ela, a única saída é a religiosa: *“se agarra com Deus, porque só ele pode libertar”*.

A menção à deus, por parte de Maria, foi recorrente em nossa conversa. Para ela, o seu acesso à casa própria, como o acesso de todos os associados da cooperativa a esse bem, foi *“obra de Deus”*. Segundo Maria, deus foi o responsável por colocar nas mãos dos organizadores da cooperativa o projeto do Loteamento. Maria não reconhece no longo trabalho que levou à realização do Loteamento uma *“obra humana”* ou mesmo *“solidária”*. Não comparece em sua fala a ideia de trabalho coletivo ou o reconhecimento do empenho da direção da cooperativa para realizar a obra. A casa, para Maria, é um *“ganho”* e, segundo ela, *“pra não dizer que é dada”*, o morador contribui com uma *“mixaria”* por mês.

Ao analisar as entrevistas, percebi outras diferenças entre a fala de Maria e dos demais entrevistados. Claro, em suas respostas há também aspectos comuns aos demais entrevistados. Mas, por vezes, a fala de Maria, parece não se referir ao mesmo lugar evocado por Lurdes, Nadir, Antenor e Carmen. Em nenhum momento mostra algum reconhecimento pelas lideranças da cooperativa. Ela jamais se referiu *“às gurias”*, como fizeram os outros entrevistados. Maria não

falou de seus vizinhos, tal como fizeram os demais. Em suas falas, não demonstrou maior preocupação com o cuidado da casa ou afeto por sua moradia. Ela se mostrou satisfeita com o acesso à casa própria. Mas esta satisfação vinha acompanhada de um discurso muito mais ligado ao *“preço”* que paga pela moradia. Livrar-se do aluguel, para Maria, foi sua verdadeira conquista. Relembro parte de sua fala:

Pagar quinhentos reais ao mês, é uma segunda família que tu tem pra sustentar. Porque tu tem que contar com aquele dinheiro ali. Tu não pode gastar um centavo, porque aquele dinheiro ali tu tem que pagar a tua moradia, né? Senão tu não tem onde morar. O aluguel é triste, terrível. Eu não desejo isso pra ninguém. (Maria)

No início deste capítulo vimos que o aluguel foi tratado por meus entrevistados como uma espécie de *“assombração”*, um fantasma. Deixar de pagá-lo é coisa muito valorizada pelos moradores do COOTRAHAB. O que Maria expressa parece, portanto, muito representativo. Mas, também como já vimos, para os sujeitos que mais se envolveram no processo, o acesso à casa própria foi bem mais do que *“livrar-se do aluguel”*. Nas entrevistas com esses sujeitos, aparecem *“coisas finas”* em meio a brutal *“luta material”* pelo acesso à casa. Nas falas desses moradores senti que a primeira experiência da *“não exclusão”* que viveram de fato os transformou em sujeitos que se sentem capazes, orgulhosos não apenas com suas casas, mas também do papel que desempenharam durante a obra. Eles demonstravam clareza em relação a suas realidades de vida. Vislumbravam novos horizontes e possibilidade. Esses moradores, cada um à sua maneira, mostraram-se interessados e curiosos no que diz respeito à vida que os cercam, no COOTRAHAB e no bairro Santos Dumont. Criticaram a atuação da cooperativa, porque esperavam que mantivesse o mesmo papel, de mediação e organização, que desempenhou durante a obra. Esse papel, como vimos, de alguma forma parece ter tornado os moradores *“dependentes”* das iniciativas da direção da COOTRAHAB. O tensionamento entre essa *“dependência”* e o espaço para o envolvimento proporcionado aos moradores durante a obra, parece ter

gerado alguma insatisfação com a cooperativa, por não ampliar o convite e as notícias sobre o Loteamento e o bairro. Trata-se, a meu ver, de uma insatisfação crítica positiva. Porque esses moradores de fato sugerem saídas para os problemas que apontam. Querem que se democratize o acesso à informação e se amplie o *diálogo*. Para tanto, mostraram o que aprenderam com o processo – como o fez Carmen, que disse ter tomado “*gosto*” pelo envolvimento, e por isso “*segue até hoje*”. Antenor e Carmen continuam a participar ativamente das atividades da cooperativa. Mas, como os demais, reclamaram de maior presença das “*lideranças*”. Poderia ser diferente?

Copo meio cheio ou meio vazio? De minha parte, no contato com os moradores do Loteamento, encontrei neles muitas qualidades, assim como no processo analisado. Entre elas, as que mais me chamaram atenção foram a fé, a coragem, a tenacidade e a perseverança – isto é, as “*coisas finas*” que emergiram ou se fortaleceram com a luta bruta pela casa, pelo material. Em cada morador, ora mais, ora menos, encontrei estas sutilezas, que às vezes a pesquisa científica não vê, porque são impossíveis de medir, ou porque parecem insignificantes. Como a coragem em expor suas histórias e suas críticas, como a perseverança em seguir se envolvendo, como a fé na possibilidade da mudança.

Contudo, entre as “*coisas finas ou espirituais*” que encontrei, quero ainda destacar outras. Refiro-me à capacidade revelada por esses sujeitos no sentido de relacionar o *eu* ao *nós*. Refiro-me à vontade por eles revelada de olhar para fora de seus pátios, de pensar no futuro de outros pobres, seus pares. Nas falas dos moradores, quase sempre encontrei a valorização do participar, às vezes revelada de maneira expressa, às vezes escondida em lembranças carregadas de saudade ou na compreensão de que “*uma cooperativa se faz com o outro*”.

Como disse na introdução deste trabalho, no meu contato com os moradores, não me ative apenas a suas falas. Para mim, foram importantes também seus gestos. Quase sempre se instalou a empatia. E em cada um desses encontros (e despedidas) ouvi que eu poderia contar com o “*tempo*” deles para

voltar a conversar, pois queriam ser ouvidos. Ficou claro para mim que tinham algo a compartilhar comigo e com a sociedade. E desejavam fazê-lo: "*Tomara que tenha mais cooperativa, né? Será que o Temer tira?*", disse-me Carmen.

Capítulo 5

Considerações Finais

O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin (Tese VI)

Considerações Finais

Minha dissertação expôs o resultado de uma pesquisa que trilhou caminhos um tanto sinuosos. Com ele, não pretendi responder a qualquer hipótese ou chegar a alguma “conclusão”. Fiz um estudo exploratório, com acento na procura de outra forma de ver e abordar uma realidade tantas vezes buscada pela pesquisa científica – e, nos últimos anos, muito se escreveu sobre o Minha Casa Minha Vida.

Quando escrevo essas considerações finais, os movimentos de luta pela moradia seguem reivindicando a retomada dos investimentos e contratações no âmbito do Entidades. No cenário atual, mais uma vez, os derrotados são os pobres. Os números mostram que em 2018 foram entregues apenas 90 mil

unidades habitacionais relativas à Faixa 1, quando em 2015, por exemplo, este número chegou a 260 mil unidades¹. A perspectiva para 2019 é de maior redução, conforme já anunciou o governo federal ao informar um corte de 1,2 bilhão de reais para o financiamento habitacional.

Diante desse cenário, qualquer exercício da “futuurologia” (CARDOSO, JAENISCH, ARAGÃO, 2017) perde sentido, tanto sobre a continuidade do Entidades como do MCMV como um todo. Mas, parece certo que a ausência de diálogo entre o governo e os movimentos sociais, associado ao avanço da agenda neoliberal, torna cada vez mais provável a emergência de conflitos, de ações de “enfrentamento” e “resistência” por parte dos movimentos de luta pela moradia, visando a “sobrevida” do Entidades – dinâmica de resistência que, por assim dizer, já temos diante dos nossos olhos. Enfim, parece não haver novidade aí. Mas, por que lutar pela continuidade do Entidades? Talvez, nesse momento, esta seja a questão mais pertinente. Espero, modestamente, que esta dissertação possa nos ajudar a responde-la.

Minha pesquisa não se deteve em compreender o Entidades como instituição – seus limites, “brechas”, contradições. Prestei atenção sobretudo àquilo que porventura ficou no “coração” dos sujeitos que viveram um específico processo cooperativo de produção habitacional. Mirei uma única experiência, o COOTRAHAB, e dei voz à experiência de quase trinta moradores desse conjunto. Vimos, no capítulo 4, que foi unânime entre eles o reconhecimento do Entidades como meio para o acesso à moradia; e quase todos souberam diferenciá-lo da vertente empresarial do MCMV. Parafrazeando Löwy (2005, p. 65), o perigo de uma nova derrota parece aguçar “a sensibilidade pelas derrotas anteriores”. Os vencidos voltam a se interessar pelo combate. No caso do COOTRAHAB, os “vencidos” parecem ter fresco em suas memórias a derrota de uma “vida sem casa”.

¹ Cf. Números repassados ao jornal *Valor Econômico* via Lei de Acesso à Informação. Notícia: <<https://www.ibrafi.org.br/noticia/minha-casa-tem-menor-verba-desde-2009>> Acesso em: 10 de set. De 2018.

Por isso o lamento com relação a sua possível extinção? Para os moradores do COOTRAHAB, o Entidades passou a representar “esperança”? Talvez se trate de uma esperança centrada no verbo “esperar” de “esperançar” – o que não significa um “cruzar de braços”. Ainda que a passividade frente ao “paternalismo” da direção da cooperativa tenha aparecido na análise dos questionários, os moradores ouvidos quase sempre associaram o acesso à moradia como resultado de uma “luta”, na qual lhes pareceu imprescindível o *envolvimento* e a *espera* – “movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero” (FREIRE, 2017 [1974], p. 114).

Mas, seria mesmo este o caso da experiência aqui inventariada?

Segundo Lurdes, uma “dose” de envolvimento é necessária para aquele que deseja acessar uma moradia através da cooperativa.

“Tem que participar”, disse Carmen.

Lurdes e Carmen não falaram com “desgosto”, como se fora uma “advertência” dirigida ao morador que porventura quer se associar a uma cooperativa. Pelo contrário. Aparentemente, simplesmente compreenderam que o processo tem mais “valor” quando há “participação” – por se tratar de “cooperativa”, deveria haver “cooperação”.

De maneira geral, os moradores ouvidos demonstraram conhecer um outro “modo” de produzir moradia, que se diferencia do “mercado”. Embora alguns deles tivessem conhecimento das “cooperativas” existentes no bairro Santos Dumont (como vimos no capítulo 3), eles também demonstraram desconhecer a “cooperação”. Talvez por isso, quando lhes perguntei como descreveriam o lugar onde residem a um desconhecido, muitos evocaram uma vaga ideia de “participação” – por exemplo, Lurdes descreveu o lugar onde vive “contando” sua experiência na produção do Loteamento, pois, segundo ela, essa era a única base que tinha para falar sobre “cooperativas”.

A disposição para falar marcou quase todas as conversas oportunizadas pelo trabalho de campo. A vontade de testemunhar pareceu empolgar os moradores que colaboraram com a pesquisa.

Alguns faziam intrigas, culpavam a direção da COOTRAHAB pelos “problemas” e tudo dela esperavam.

Outros revelaram-se cautelosos, reflexivos.

Mas, em todas as situações, emergiu com força a vontade de tomar a palavra.

Os que mais se envolveram, obviamente, tinham mais o que dizer sobre o processo que viveram. E meu olhar deu atenção sobretudo a esses moradores.

Os “que mais se envolveram” não queriam apenas relatar suas experiências. Queriam também ajudar aquele que hoje se encontra numa situação parecida com a que viveram no passado. Retomando Benjamin, se encontra aí uma expressão de empatia e solidariedade entre “vencidos”? E todos falaram a partir de uma “experiência” vivida. Retomando Freire, o que representa isso para um sujeito forjado na “cultura do silêncio”? O que afinal “ficou” após a entrega das chaves? Essa pergunta, em si mesmo, não perde sentido diante da realidade vivida pela ralé? Falo da brutalidade da vida material, de todas as incertezas quanto ao “dia seguinte”, do convívio com o tráfico, com a violência, com o que sempre falta, com todo tipo de precariedade. De um certo ponto de vista, o que sobrou foram ruas pouco cuidadas, reformas mal feitas, uma frágil ou inexistente organização social.

Mas, e as “coisas finas”? O mero “rompimento do silêncio” não seria uma delas?

Penso que testemunhar, para a maior parte dos moradores que ouvi, teve um sentido preciso. Eles não falaram apenas e simplesmente porque “gostam de contar o que viveram”. Falaram porque tinham o que dizer. Porque o reconhecimento de suas vozes significava também se reconhecer como “gente”.

Certo, eles “conquistaram” suas casas, o que, convenhamos, não é pouca coisa. Porém, mais que isso, apareceu diante deles uma inédita possibilidade de envolvimento. A cooperativa lhes pedia a palavra, a presença. Como disse Carmen, assim acabaram “*pegando o gosto*” pelo acesso às informações, pelo convívio com os iguais. Não falo de grandes e inéditas metodologias participativas. Falo apenas daquele pouco que a institucionalidade do programa exigia. Nem mais, nem menos. Tudo me leva a crer que esse pouco, para os moradores da COOTRAHAB, significou uma enorme oportunidade para a compreensão de seus direitos e de si mesmos. Foi curioso ouvir desses sujeitos a reiterada solicitação da presença da cooperativa na comunidade. Porque, na maior parte dos casos, não se tratava de um pedido “paternal”, para que a cooperativa resolvesse seus problemas. Eles solicitavam das “*gurias*” a continuidade dos processos iniciados com o projeto do Loteamento. Pareciam querer repetir o que foi vivido. Desejavam que “alguém” construísse um espaço onde tivessem voz – um espaço de *envolvimento* e informação.

O “envolver-se mais”, não há dúvida, desempenhou um papel determinante na minha reflexão sobre o processo. Esse envolvimento, como vimos no capítulo 3, tonificou a participação social. E ali encontrei as “coisas finas”, que somente o contato mais próximo com o morador me permitiu enxergar. Como a autoestima, proporcionada pelo acesso à “casa própria” – a “coragem”, a “fé” em si mesmos. Ficou a impressão que agora eles podem “sonhar” e seguir numa outra luta. Como disse Lurdes, “*antes eu era mais na minha, né? Agora, se eu tiver que ir lá e enfrentar alguma coisa, dar a minha cara tapa...*”.

A luta material “deu certo” – os moradores agora têm suas casas. Mas, repito, mais do que isso, esses moradores aparentemente passaram a se enxergar como “gente”, no sentido freiriano do termo – como pessoa aberta à transformação. O “processo” vivido deu-lhes um novo horizonte. Se isso de fato aconteceu, definitivamente, não é pouca coisa.

“Planos para o futuro” também parecem ter sido descortinados pelos moradores do COOTRAHAB. Condenados pelo subemprego, pela baixa escolaridade, pela “ausência” do *capital cultural* (SOUZA, 2009), ouvi e procurei registrar a voz de pessoas que se expressaram com dignidade. Estariam eles no limiar que separa a ralé dos batalhadores, dos que, movidos pela “fé, coragem e perseverança” lutam conscientemente para não mais viver uma vida miserável?

O processo estudado sem dúvida está marcado por incongruências que merecem críticas, algumas severas. Busquei aqui, entretanto, exercitar uma crítica justa, isto é, “ajustada” às condições em que tal processo foi *vivido* por quem foi *vivido*.

Visitei o Loteamento pouco antes de concluir a redação desta dissertação – não ia ao local desde que concluí minha pesquisa de campo, há cerca de um ano atrás. Numa palavra, o quadro me pareceu desolador. O pouco que ali existia em termos de organização social parece ter se esvaído. Andreia e Karina, “*as gurias*”, de fato já não lideram a “comunidade”. Andreia mudou-se temporariamente para a cidade de Rio Grande, onde a COOTRAHAB atua no empreendimento Junção. Karina é Secretária da Habitação de São Leopoldo, municipalidade mais uma vez governada por Ary Vanazzi (PT). O escritório da cooperativa existente no Loteamento é tocado por gente com frágil representatividade.

Como vimos no capítulo 3, foram quase sete anos entre a associações dos moradores, produção e entrega das casas no Loteamento. Conforme os testemunhos que recolhemos, apenas nos dois anos que antecederam a entrega das casas é que os moradores demonstraram “acreditar” que suas casas de fato seriam construídas. Foi quando viram o terreno ser preparado e tiveram início as obras. Alguns inclusive disseram que só “*a partir daí*” começaram a participar das atividades promovidas pela cooperativa. É pouco tempo, quase nada, para que se estabeleça um trabalho profundo e pedagógico (FREIRE, 2017 [1996]) em direção à “autonomia” dos seus sujeitos.

Ao longo da redação deste trabalho sempre procurei associar a realidade dos moradores do Loteamento com a minha própria. Às vezes exigimos envolvimento e coesão de sujeitos que, como observa Souza (2009), não possuem sequer uma habilidade por nós considerada banal, a capacidade da concentração. Para muitos de nós soa "natural" acompanhar espaços de assembleias, reuniões, discursos. Mas, nós mesmos, em nossos círculos de classe média, onde se acumula imenso capital cultural, fazemos isso?

No curso da crítica que Rovati (2015) realiza em seu artigo *Cidade e moradia: os erros deles e os nossos*, penso que numa perspectiva de aperfeiçoamento do "Entidades", nosso primeiro desafio não é o de revisitar "o erro deles" ou, mais especificamente, a "metodologia de trabalho adotada". Mas, o de reconhecer que, no contexto da ralé, o sujeito não está familiarizado nem mesmo com a ideia de "reunir-se".

Creio que essa dissertação retratou um processo laborioso, de produção de casas, de construção de sujeitos e da cidade. Um processo demorado cujos resultados mais importantes parecem "se esconder" na matéria bruta. Por isso precisei busca-los com outras redes, como sugeriu Rubem Alves.

Nós, arquitetos-urbanistas, geógrafos, pesquisadores de um modo geral, há décadas vamos à campo para testar teorias em face do empírico (URIATE, 2011). Mas o "campo" não é isso (*Ibid*, 2011). Ir à campo é relacionar-se; colocar-se de maneira empática com aquele que pesquisamos. O campo é convivência. E foi isso que estabeleci com os moradores do Loteamento COOTRAHAB.

Ao concluir a pesquisa, o que de mais importante me "sobrou" foram amizades. Revi uma dessas pessoas quase nove meses depois de entrevista-la. Neste meu retorno constatei que, enquanto se demorou muito para construir, a destruição foi rápida. A atual crise econômica teve enorme impacto no Loteamento. O cenário que revi está marcado, hoje mais do que ontem, pela brutalidade: espaços públicos mal cuidados, acúmulo de lixo e sujeita, inúmeras reformas feitas sem qualquer orientação técnica, o que dificulta ainda mais um dia-a-dia já tomado por todo tipo de dificuldade.

Neste retorno, compreendi também que, aos poucos, em meio à degradação, a história do Loteamento COOTRAHAB se apaga. Como evoca Benjamin em *O narrador* (1987 [1936]), talvez o registro do testemunho desses moradores possa ajudar a emancipá-los, por menores que tenham sido suas conquistas. É no presente, com “o sol que se levanta no céu da história” e sob os combates de hoje, que iluminamos o passado. E “o passado, uma vez iluminado, torna-se força no presente” (LÖWY, 2005, pp. 60-61).

Ao registrar o presente, esta dissertação buscou iluminar um passado recente já ameaçado pelo esquecimento.

* * *

Ma Joad:

_ "...foi difícil. Cheguei a pensar que seríamos vencidos. Vencidos de verdade. Parecia que só tínhamos inimigos. É como se já não existissem pessoas boas. Tive medo. Era como se estivéssemos perdidos e ninguém ligasse."

Pa Joad:

_ "Você é que nos dá coragem. Já não sirvo para nada e sei disso. Parece que passei o tempo todo ultimamente pensando no passado... pensando na nossa terra. Nunca mais vou voltar a vê-la."

Ma Joad:

_ "Uma mulher aguenta melhor as mudanças que um homem. O homem vive aos trancos. Se nasce um bebê ou alguém morre, é um tranco. Se consegue uma fazenda ou a perde, é um tranco. Na mulher é tudo numa correnteza, como um rio. Uns remoinhos aqui e ali, mas o rio continua. A mulher encara as coisas assim."

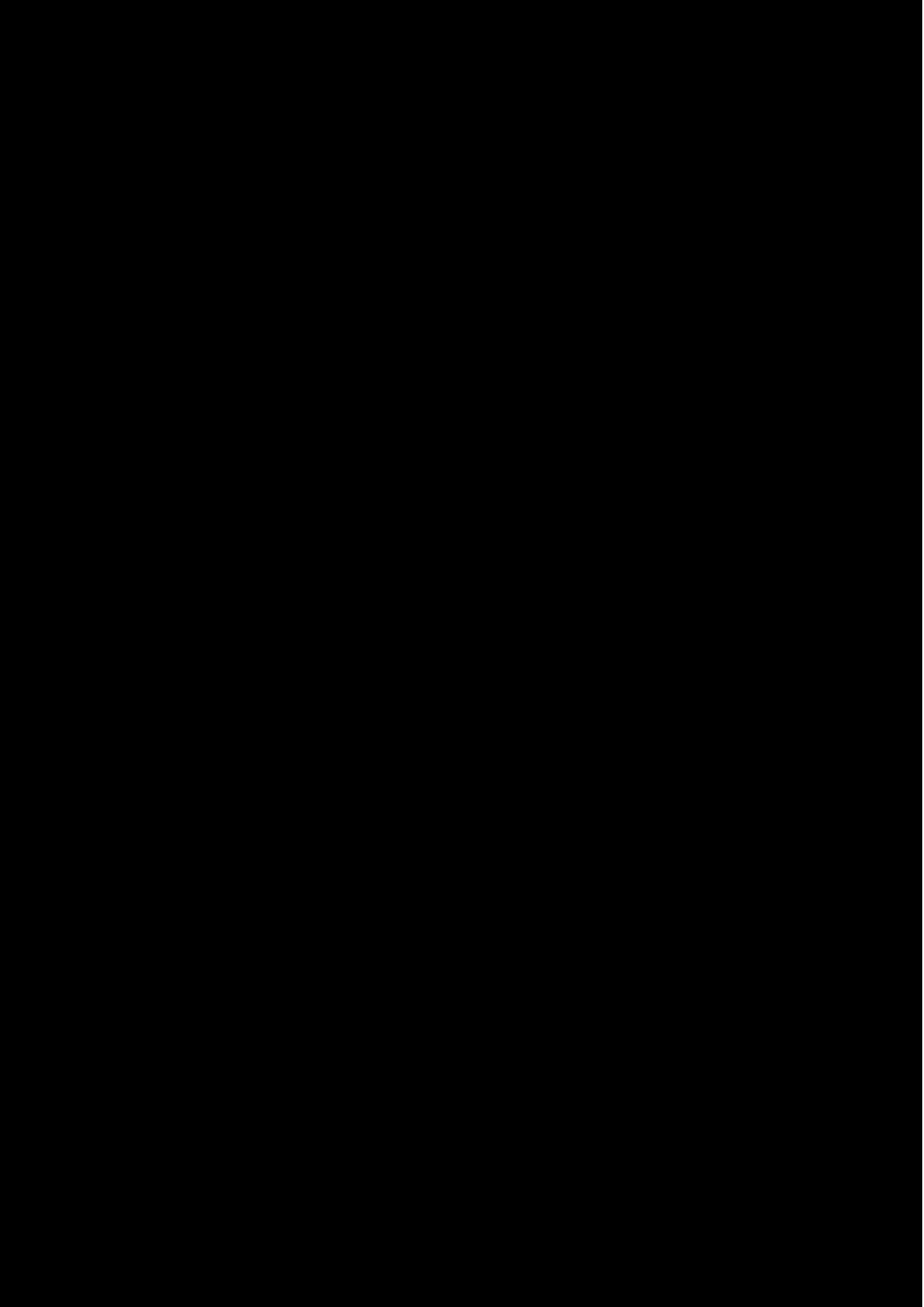
Pa Joad:

_ "Talvez, mas estamos passando das boas."

Ma Joad:

_ "Eu sei. É isso que nos enrijece. Os ricos surgem e morrem, e os filhos deles não prestam e desaparecem. Mas nós continuamos sempre. Somos os que sobrevivemos. Não conseguimos acabar conosco. Não podem nos esmagar. Vamos continuar sempre, pai, porque somos o povo."

Diálogo retirado do filme *As vinhas da Ira*, dirigido por John Ford (1940) e baseado no romance que leva o mesmo nome, de John Steinbeck (1939).



Referências

ABRAMO, Pedro. **A cidade com-fusa:** a mão inexorável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.9, n.2, p. 25-54, nov. 2007. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/181/165>>. Acesso em: 04 jan. de 2018.

ALVES, Rubens. **Entre a ciência e a sapiência:** o dilema da educação. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia; RUFINO Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros/ organização - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de Caso em pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro, 2008.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro. **Produção social da moradia:** um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.16, n.1, p. 198-201, mai. 2014. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4905/4630>>. Acesso em: 04 jan. de 2018.

BECKER, Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. 1ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008

_____, Howard. **Falando da sociedade:** ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____, A Epistemologia da Pesquisa Qualitativa. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. vol. 1, n. 2, p. 184-198, jul. 2014.

BENJAMIN, W. **O narrador:** considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil.** *Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.* Estação Liberdade, São Paulo; 4ª edição, 2004.

_____, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil:** revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008. Disponível

em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil:** revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n.1, p.70-104, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 04 jan. de 2018.

BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella. **O Plano Nacional de Habitação e os recursos para financiar a autogestão.** Revista Trimestral de Debate da FASE, Proposta nº116, pp.33-38, 2008.

BORGES, Viviane Florindo. **(Re) Produzindo lugares:** reflexões sobre os problemas habitacionais de interesse social em comunidades do município de São Leopoldo/RS. [Dissertação Mestrado] Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande d Sul (UFRGS). Instituto de Geociências, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros:** o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

CAMARGO, Camila Moreno de. **Minha Casa Minha Vida Entidades:** entre os direitos, as urgências e os negócios. [Tese de Doutorado] São Carlos: Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. **Do BNH ao programa minha casa minha vida.** In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.) O Programa Minha Casa Minha Vida e seus problemas territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio (Org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus problemas territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil:** da euforia à crise. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas. *Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise.* Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

DA MATTA, Roberto. **O Ofício de Etnólogo,** ou como ter "Anthropological Blues". In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 23-35.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. O abecedário de Gilles Deleuze: transcrição integral do vídeo, para fins exclusivamente didáticos. Éditions Montparnasse: Paris, 1988.

Disponível em: <<http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>>. Acesso em: 15 ago. de 2018.

FERREIRA, João Sette W (Coord.). **Produzir habitação ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: Ed. FUPAM, 2012. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_2012_produzirhab_cidades.pdf>. Acesso em: 10 ago. de 2018.

FERREIRA, João Silon. **O Padre Orestes Stagliotto e a formação do Movimento Social Pró-Dique em São Leopoldo.** ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013. ISSN 1983-2850. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st8/3.pdf>>. Acesso em: 30 mai. de 2018.

FERREIRA, Regina Fátima C. F. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil:** do acesso à moradia ao direito à cidade. Observatório das Metrôpoles, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf>. Acesso em: 08 jan. de 2018.

_____, Regina Fátima C. F. **Autogestão e Habitação:** entre a utopia e o mercado. [Tese de Doutorado] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2014.

_____, Regina Fátima C. F. **Movimentos sociais, autogestão e a construção de política nacional de habitação no Brasil.** In: LAGO, Luciana Corrêa do. (Org.) – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012.

_____, Regina Fátima C. F. **A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula:** produção e agentes. In: LAGO, Luciana Corrêa do. (Org.) – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012.

FERRO, Sergio. **O canteiro e o desenho.** In: *Arquitetura e trabalho livre.* Organização de Pedro Fiori Arantes. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

FRANZI, Juliana. **Experiência e Educação:** contruições de Paulo Freire para a educação de pessoas jovens e adultas. [Dissertação de Mestrado] São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, 2007.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.
- _____, Paulo. **Ação Cultural para Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____, Paulo. **Cartas à Cristina**: reflexões sobre a minha vida e minha práxis. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003b.
- _____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017 [1996].
- _____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017 [1974].
- FRUET, Genoveva. **As cooperativas habitacionais de Porto Alegre**: parceria, realizações e desafios. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 21-36, jan./mar. 2004.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GHILARDI, Flávio Henrique. **Cooperativismo de Moradia em Montevidéu e Autogestão Habitacional no Rio de Janeiro**: as bases sociais, políticas e econômicas da produção social do habitat na América Latina. [Tese de Doutorado] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.
- GOLDMAN, Márcio. **Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos**. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo – USP, 2003, v. 46 nº 2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v46n2/a12v46n2.pdf>>. Acesso em: 25 jun. de 2018.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 1987.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.
- KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Trad. Vania Cury. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento**: onde fica a política habitacional? Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, - ISSN 1415-4765, Brasília: Rio de Janeiro: ago. 2013.

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2693/1/TD_1853.pdf> Acesso em: jul. 2017.

KUNDERA, Milan. **A lentidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LAGO, Luciana Correa do. **Autogestão Habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.

LINTOWITZ, Danielle. **Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?** São Paulo: ScieloBrasil. Cad. Metrop. Vol. 18.nº 35, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000100165, acesso em: abr. 2017.

LUKÁCS, Georg. **Narrar ou Descrever?** In.: Ensaio sobre Literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p.43-94.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In: Urbanização Brasileira – Redescobertas. CASTRIOTA, Leonardo B. (Org). Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

_____, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.

_____, Ermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MILANO, Joana Zattoni. **Um lugar para chamar de seu? O Programa Minha Casa, Minha Vida e a ideologia da casa própria**. Porto Alegre: UFRGS/PROPUR, 2013. (Dissertação de Mestrado).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. **Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção**. In: LAGO, Luciana Corrêa do. (Org.) – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012.

MORRIS, William. **Notícias de Lugar Nenhum: ou uma era de tranquilidade.** Trad. Paulo Cesar Castanheira. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

MUDO, Eloise de Brito. **Autogestão Habitacional e a produção de novas territorialidades:** a experiência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na Região Metropolitana de Porto Alegre. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

NAIME, Jéssica. **Política de Habitação Social no Brasil pós 2003:** incentivos e barreiras estatais à produção associativa. In: LAGO, Luciana Corrêa do. (Org.) – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. O **vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista** no Brasil. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2006, n.74. São Paulo, março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100005>. Acesso em: 31 jan. de 2017.

OLIVEIRA, Cirlei T. T de. **A implementação de políticas públicas habitacionais:** o caso do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) no Rio Grande do Sul [Trabalho de Conclusão de Curso]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de Ciências Sociais: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

PAPI da, Willian Silva. **Segregação sócio-espacial e problemas urbanos em municípios metropolitanos.** [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências (UFRGS).

PICCININI, Valmíria C.; ANTUNES, Eliane D.D. **Trajetória e Estratégias Sindicais dos Sapateiros do Rio Grande do Sul.** REAd- *Revista Eletrônica de Administração*. Porto Alegre: UFRGS, v. 6, n. 3, ago. 1997. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19411/000300924.pdf?sequence=>>>. Acesso em: 04 ago. de 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIZEK, Cibele; AMORE, Caio Santo. **A Inserção Urbana através da Produção do MCMV-Entidades no Estado de São Paulo:** Abordagem Etnográfica de Casos Selecionados. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1 ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

ROVATI, João Farias. **Cidade e moradia**: os erros deles e os nossos. *Anais do 3º CIHEL* (Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono), 2015.

SACK, Roberto. O significado de Territorialidades. In: FERRARI, Maristela; DIAS, Leila Christina. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANCHES, Taísa. **“Lá eu sou respeitada”**: Reconhecimento e Direito à Cidade em um bairro do Programa Minha Casa Minha Vida. Rio de Janeiro: Social em Questão - Ano XX - nº 37- pp. 91-108, Jan a Abr/2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1981.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: RECORD, 2012.

_____, Richard. **Los trabajos y los días**. Argentina: Página|12. Entrevista concedida à Carla del Cueto, 2018. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/126897-los-trabajos-y-los-dias>> Acesso em: ago. de 2018.

SILVEIRA, Pedro S. **O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e a luta pela Reforma Urbana na Nova Santa Marta, em Santa Maria, RS** [Trabalho de Conclusão de Curso]. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Curso de História: Centro de Ciências Sociais e Humanas, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Jessé de. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2 ed. e ampl. / Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. Trad. Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. São Paulo. Abril Cultural, 1972 [1939].

TATAGIBA, Luciana et al. **Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda**: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (Relatório Final). Programa Regional de Bercas de Investigación Clacso-Asdi 2013. Campinas, 2013. Disponível em: <https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/clacso_versao_final.pdf>. Acesso em: 13 ago. de 2018.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades**: o desafio da participação dos beneficiários (Relatório Final). Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Necap-Unicamp). Campinas, 2015.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários**. Curitiba: Rev. Sociol. Polit. vol.24 n°.58, pp. 85-102, Jun./Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/47222/28281>> Acesso em: 18 jul. de 2017.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institut. 1998.

URIATE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. São Paulo: Revista Ponto Urbe: revista do núcleo de antropologia da USP, 2011. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/300?gathStatIcon=true&lang=es>> Acesso em 18 de jun. de 2018.

WARTCHOW, Julia. **A autogestão da produção habitacional como alternativa de acesso à moradia: a experiência da Cooperativa dos Correios, na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 2012. (Dissertação de Mestrado).

Leis, Resoluções, Portarias:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Federal n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 de dezembro de 1979.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 17 de junho de 2005.

BRASIL. Medida Provisória nº 459 de 25 de março de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 26 de março de 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Decreto nº 4.156, de 11 de março de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2001, cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 12 de março de 2002.

BRASIL. Resolução nº 93, de 28 de abril de 2004. Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Cria o Programa Crédito Solidário voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, organizados em cooperativas ou associações com fins habitacionais. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 03 de maio de 2004.

BRASIL. Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004. Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Estabelece diretrizes para a aplicação dos recursos e a elaboração das propostas orçamentárias do FGTS, no período de 2005 a 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília(DF), 20 de dezembro de 2004.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA). **COTS (Caderno de Orientação Técnico-Social)**. Brasília, 2013. Disponível em:
<http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf >. Acesso em: 09 jun. de 2016.

SÃO LEOPOLDO. **Diagnóstico Socioterritorial**: Políticas Municipais de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social. São Leopoldo: 2016. Disponível em:
<http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/download_anexo/DIAGN%C3%93STICO%20SOCIOTERRITORIAL%20DA%20POL%C3%8DTICA%20DE%20ASSIST%C3%8ANCIA%20SOCIAL%20-%20S%C3%83O%20LEOPOLDO%20-%20Atualizado.pdf> . Acesso em: 27 jan. de 2018.

SÃO LEOPOLDO, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 5.996, de 13 de julho de 2006. **[Institui o Programa Municipal de Fomento às Cooperativas Habitacionais de São Leopoldo]**.

SÃO LEOPOLDO, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 6.165 de 19 de dezembro de 2006. **[Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de São Leopoldo,**

estabelecendo as diretrizes gerais da Política Municipal de Desenvolvimento Territorial, e dá outras providências].

Filmes e Vídeos:

ARANTES, Pedro Fiori. **Vídeo Práticas de Morar:** Ciclo Internacional de Debates. 2011. Vídeo (10'03'') Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CwTqWJfPV6w>>. Acesso em: 05 abr. de 2018.

CHAUÍ, Marilena. **EntreVistas – Marilena Chauí.** 2018. Rede TVT: Jucá Kfourri. (50'51''). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CCwnvbA93_U> Acesso em: 13 mai. De 2018.

FORD, John. **As vinhas da Ira.** [Filme]. Estados Unidos, 1940.

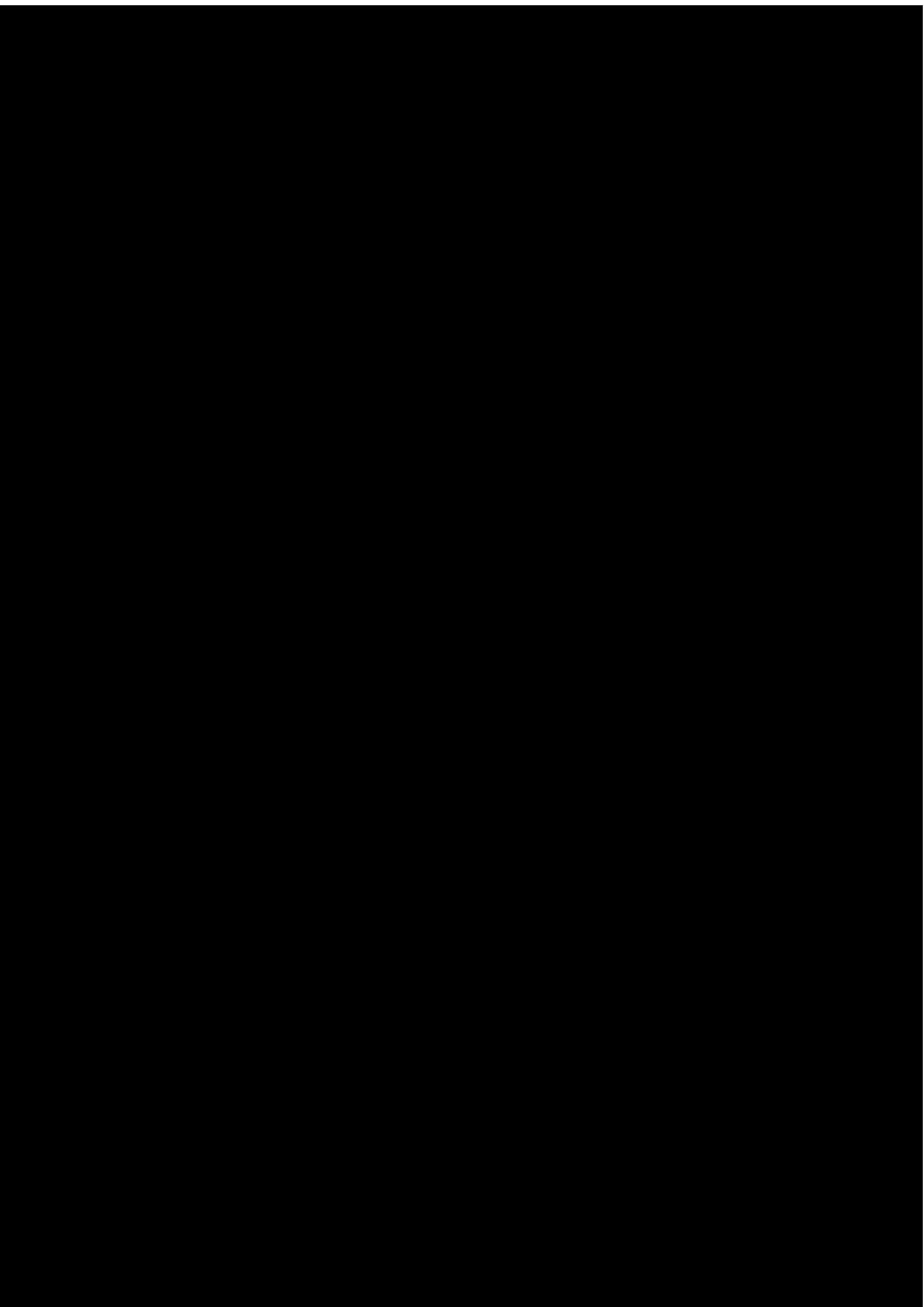
KLOTZEL, A. **A Marvada Carne.** [Filme]. São Paulo, 1985.

MARSIGLIA, Fabiana et al. **O sol que varre o inverno.** 2018. (22'09''). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=10RLTUY0U8U>>. Acesso em: 21 mai. de 2018.

PEDROTTI, Álvaro L.. **Arquitetos Rebeldes.** 2015. (32m32s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=gBj-dfFwutI&t=1075s>>. Acesso em: 30 mai. de 2018.

RODRIGUES, Andreia Camillo. **Arquitetos Rebeldes.** 2015. (32m32s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=aoqz6ivvh-M&t=249s>>. Acesso em: 20 mai. de 2018.

Apêndices





PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO VINCULADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL | PROPUR/UFRGS

QUESTIONÁRIO

Cooperativismo e cooperação em programas habitacionais: o que fica depois da entrega das chaves?

A experiência da COOTRAHAB (São Leopoldo, RS)

Pesquisadora: Natalia D'Agostin Alano | Orientador: Prof. Dr. João Farias Rovati

Respondente n° _____ Quadra _____ Lote _____

- **Idade:** _____
- **Gênero:** () feminino () masculino
- **Ocupação/Trabalho:** _____
- **Estado Civil**
() solteiro/a () casado/a () viúvo/a
() divorciado/a () outro _____
- **Filhos/as:**
() não
() sim | quantos? _____
- **Cidade Natal:** _____
- **Unidade da Federação:** _____
- **Nível de Escolaridade:**
() Fundamental incompleto
() Fundamental completo
() Médio incompleto
() Médio completo
() Superior incompleto
() Superior completo
() Outro _____
- **Onde você residia antes de se mudar para o loteamento COOTRAHAB:**
Cidade: _____
Unidade da Federação: _____
Bairro: _____
- **Antes de você se mudar para o loteamento COOTRAHAB, você participava de algum grupo ou organização social?** (como associação de moradores, igreja, partido político, clube de mães, grupo de jovens)
() não
() sim | qual? _____
- **E hoje, você participa de algum grupo ou organização social?** (como associação de moradores, igreja, partido político, clube de mães, grupo de jovens)
() não
() sim | qual? _____
- **Você conhece o movimento social ao qual a COOTRAHAB está ligada?**
() não
() sim | qual? _____
- **Durante a produção da casa** (compra do terreno, desenho das moradias e construção) **you participou das atividades propostas pela COOTRAHAB?**
() não | por quê? _____

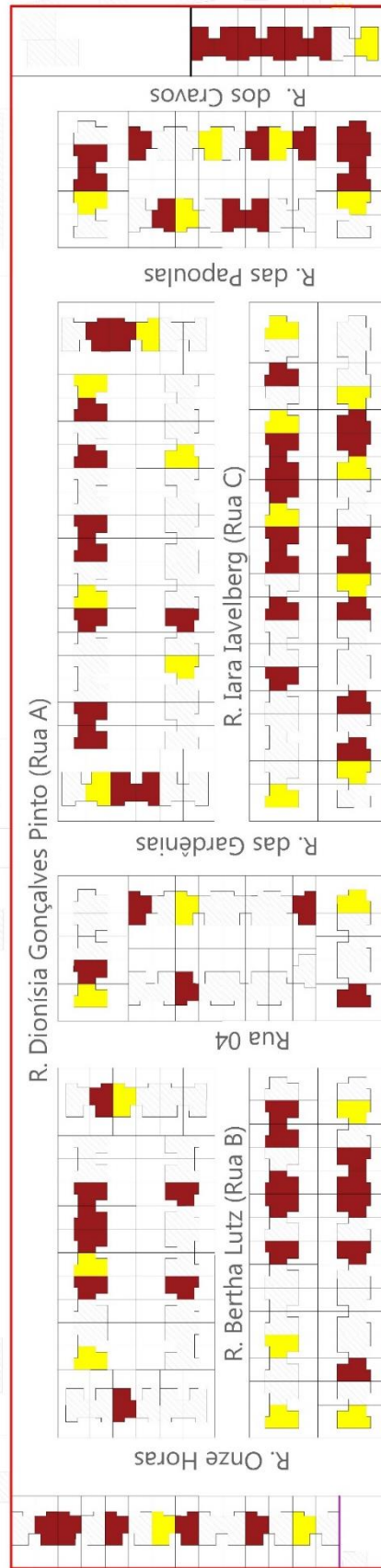
() sim | por quê? _____
- **Caso você tenha participado das atividades propostas pela COOTRAHAB, durante a produção da casa, marque com "X" as atividades em que participou:**
() Oficinas ou cursos oferecidos pelo Trabalho Técnico Social (Qual ou quais? _____)

() Mão de obra contratada para a produção das moradias (Qual ou quais? _____)

() Assembleias
() Comissão de Acompanhamento de Obra | CAO
() Comissão de Representantes | CRE
() Outra atividade: _____
- **Você indicaria aos seus familiares ou conhecidos residir em um loteamento promovido pela COOTRAHAB?**
() não | por quê? _____
() sim | por quê? _____
- **Por quantos anos você aguardou pela entrega da casa?** _____
- **A casa entregue pela COOTRAHAB corresponde a sua expectativa?**
() não | por quê? _____

() sim | por quê? _____
- **Qual o seu grau de satisfação diante da casa entregue pela COOTRAHAB:**
() insatisfeito () pouco satisfeito
() satisfeito () muito satisfeito

Agradecemos a sua colaboração!



Legenda:

- Moradores que não se envolveram desde o início da produção
- Moradores escolhidos para a aplicação do questionário



PESQUISA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO VINCULADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL | PROPUR/UFRGS

ENTREVISTA

Cooperativismo e cooperação em programas habitacionais: o que fica depois da entrega das chaves?

A experiência da COOTRAHAB (São Leopoldo, RS)

Pesquisadora: Natalia D'Agostin Alano | Orientador: Prof. Dr. João Farias Rovati

Respondente nº _____ Quadra _____ Lote _____

1. **Pode me contar como era a sua vida no passado, ainda quando vivia com os seus pais?**
(Bairro/Casa/Profissão dos pais | Hoje, onde os pais vivem)
2. **Diga-me como você chegou até a COOTRAHAB.**
(Estava procurando ou surgiu a oportunidade)
3. **Por quê a COOTRAHAB?** (Motivação: trabalhar em cooperação ou resolver o problema sozinho)
4. **Como foram os anos entre a *associação* e a *execução da obra*?** (Onde vivia enquanto a casa não estava pronta)
5. **Conta-me como foi o dia em que a chave da casa foi entregue!**
6. **Como é a vida "aqui"?**
7. **Como você descreveria onde você vive, para uma pessoa que seja de fora?**
8. **Após a aplicação dos questionários, feito na primeira etapa desta pesquisa, eu percebi que diminuiu o número de participação em organização social, em associações de moradores, partidos políticos, reuniões da COOTRAHAB. Você tem alguma opinião sobre isso?**
9. **Você sabia que o governo federal, agora com o Michel Temer, não prevê mais nenhuma contratação para novos projetos via Minha Casa, Minha Vida - Entidades? Qual sua opinião sobre isso?**

QUESTIONÁRIO APLICADO EM CAMPO (LOTEAMENTO COOTRAHAB)
 ENTRE AGOSTO E SETEMBRO DE 2017.
 RESPONDENTES: 28 MORADORES

Gráfico 1 – Faixa etária:

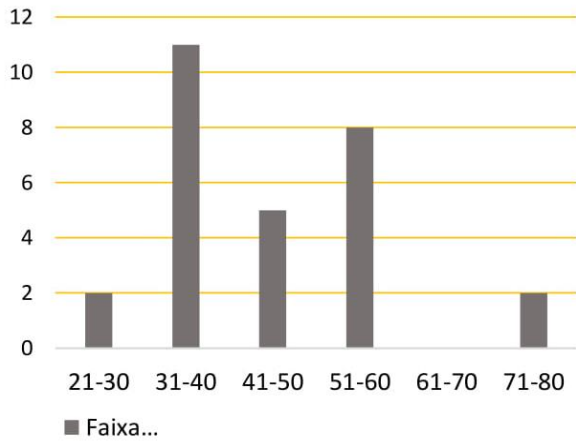


Gráfico 2 – Gênero:

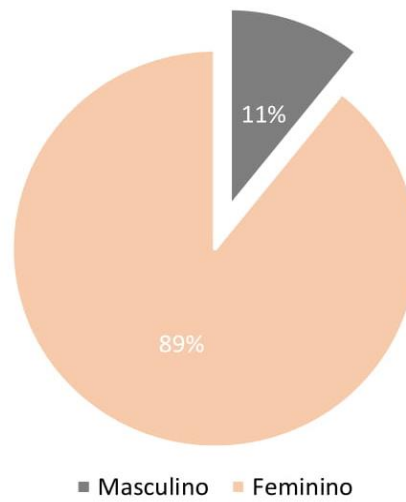


Gráfico 3 – Ocupação/Trabalho:

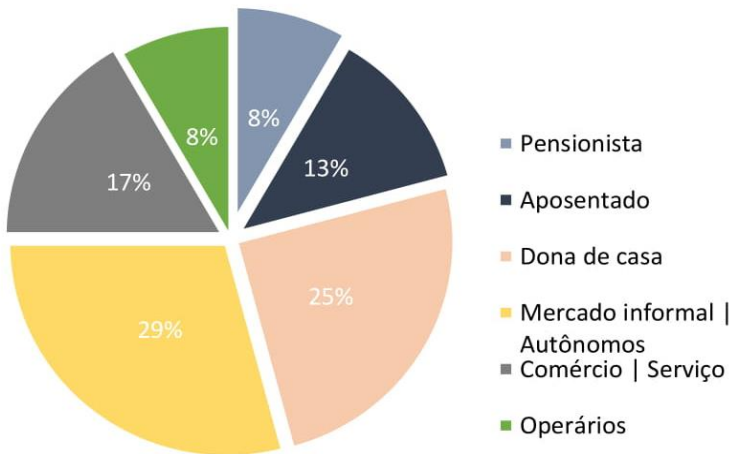


Tabela A – Estado civil:

<i>Estado civil</i>	<i>Respondentes</i>
Solteiro (a)	43%
Casado (a)	18%
Viúvo (a)	7%
Divorciado (a)	21%
Outro	11%

Tabela B – Número de filhos:

<i>Número de filhos (as)</i>	<i>Respondentes</i>
Não possui	7%
1 filho (a)	32%
2 filhos (as)	36%
3 filhos (as)	11%
4 filhos (as)	3%
5 filhos (as)	-
6 filhos (as)	11%

QUESTIONÁRIO APLICADO EM CAMPO (LOTEAMENTO COOTRAHAB)
ENTRE AGOSTO E SETEMBRO DE 2017.
RESPONDENTES: 28 MORADORES

Gráfico 4 – Federação de origem:

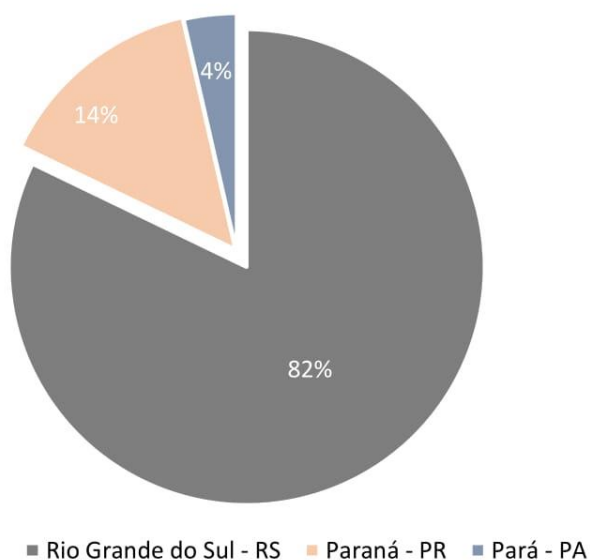


Gráfico 5 – Nível de escolaridade:

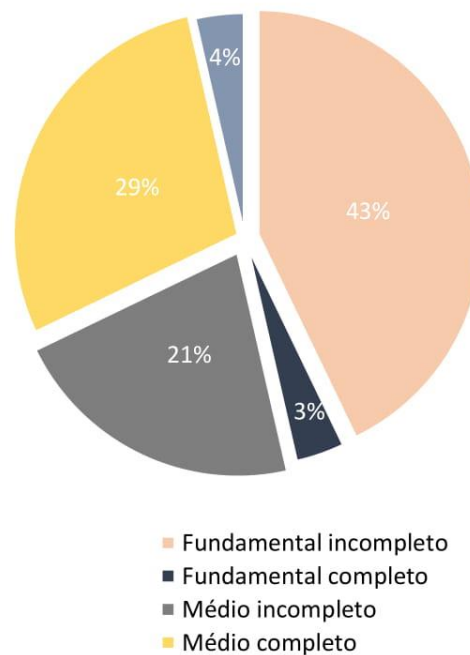


Gráfico 6 – Onde o respondente residia antes de se mudar ao Loteamento COOTRAHAB:

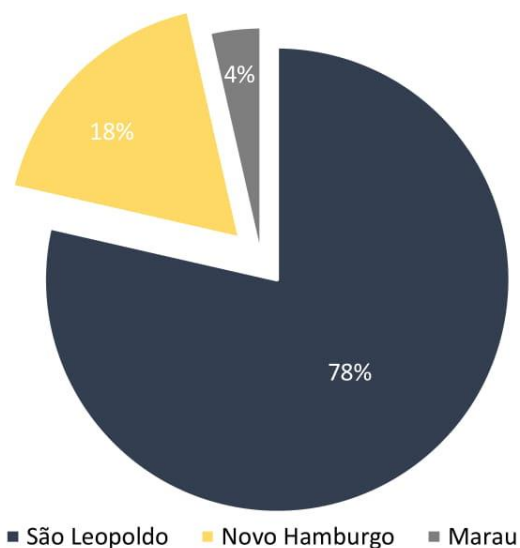


Tabela C – Dos 78% que já residiam em São Leopoldo:

<i>Bairros pertencentes à São Leopoldo</i>	<i>Respondentes</i>
Brás	14%
Bom Fim	9%
Campina	4%
COHAP	4%
Rio dos Sinos	9%
Santos Dumont	55%
Não souberam responder	9%

QUESTIONÁRIO APLICADO EM CAMPO (LOTEAMENTO COOTRAHAB)
 ENTRE AGOSTO E SETEMBRO DE 2017.
 RESPONDENTES: 28 MORADORES

Gráfico 7 – Participação em Organização Social, antes do Loteamento COOTRAHAB:

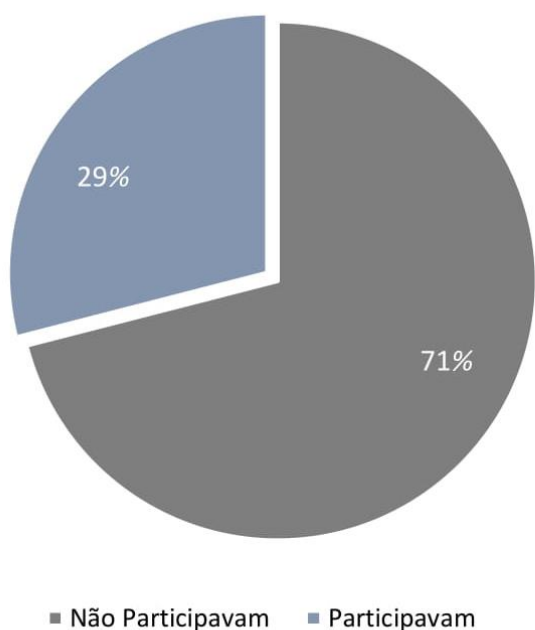


Tabela D – Daqueles 29% que participavam:

<i>Organização Social</i>	<i>Respondentes</i>
Partido político	23%
Igreja	23%
Sindicato/Associação	16%
Associação de moradores	15%
Assistência social/ONG	23%

Gráfico 8 – Participação em Organização Social, após entrega das unidades habitacionais:

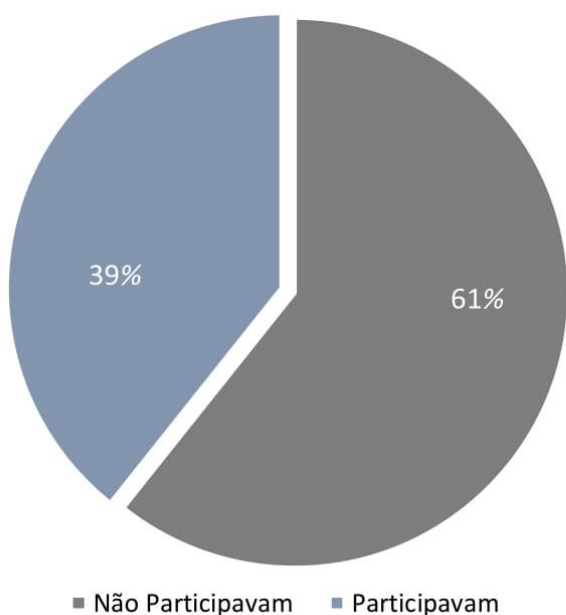


Tabela E – Daqueles 39% que participavam:

<i>Organização Social</i>	<i>Respondentes</i>
Partido político	17%
Igreja	25%
Sindicato/Associação	8%
Reunião local/COOTRAHAB	33%
Assistência social/ONG	17%

Obs: aqui desaparece a menção à “associação de moradores” e aparece a menção à “reunião local/COOTRAHAB”.

QUESTIONÁRIO APLICADO EM CAMPO (LOTEAMENTO COOTRAHAB)
ENTRE AGOSTO E SETEMBRO DE 2017.
RESPONDENTES: 28 MORADORES

CONSIDERAÇÕES:

Durante a produção da casa, por que você participou

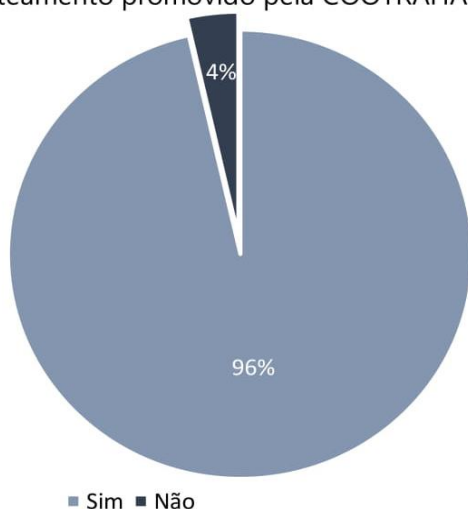
- I. ***Para aprender e ficar à par;***
- II. *Era obrigado, uma demanda interna da COOTRAHAB;*
- III. *Éramos convidados;*
- IV. *Para cooperar;*
- V. *Eu era da diretoria;*
- VI. *Eu era da Comissão de Acompanhamento da Obra;*
- VII. *É um dever de cidadão;*
- VIII. *No lugar que a gente vai morar, tem que participar;*
- IX. *Por interesse nos cursos;*
- X. *Não sei.*

Tabela G – Observações dos respondentes conforme participação em atividades:

<i>Observações dos respondentes</i>	<i>Participação dos respondentes</i>
Problema com as raízes da Figueira	3 atividades
Pintura de baixa qualidade	1 atividade
O aquecedor solar não funciona	1 atividade
Disseram que antes seria "loteamento fechado", seria melhor, devido o problema de segurança	1 atividade
Problema com o esgoto. Tem entupido...	1 atividade
Piso de baixa qualidade	2 atividades

Obs: Os moradores que fizeram observações sobre a qualidade do empreendimento, raramente foram aqueles que participaram de mais de uma atividade:

Gráfico 11 – Se os moradores indicariam aos seus familiares ou conhecidos residir em um loteamento promovido pela COOTRAHAB:



Referente ao Gráfico 11 (ao lado):

Obs: para esta pergunta – dos 28 respondentes – apenas *um* respondeu que não indicaria.

QUESTIONÁRIO APLICADO EM CAMPO (LOTEAMENTO COOTRAHAB)
ENTRE AGOSTO E SETEMBRO DE 2017.
RESPONDENTES: 28 MORADORES

CONSIDERAÇÕES:

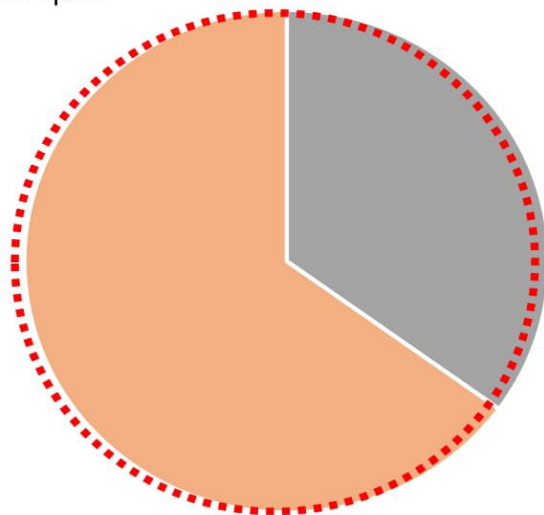
Dos 27 respondentes, 5 (aproximadamente 18%) disseram que indicariam a COOTRAHAB devido à qualidade do projeto e da obra:

- I. *Esse projeto é tudo de bom*
- II. *Foi bem organizado e bem feito*
- III. *A casa ficou boa. Defeitos qualquer casa tem.*

Tabela H – As outras considerações foram direcionadas a:

À COOTRAHAB	Ao Programa MCMV-E
<i>Confiança</i>	<i>A gente ganhou as casas</i>
<i>Boa Cooperativa</i>	<i>Programa seguro, bom</i>
<i>Um projeto que deu certo</i>	<i>Facilidade de acesso</i>
<i>Os envolvidos são competentes</i>	<i>Ajudou muita gente</i>
<i>Fizeram para o nosso bem</i>	<i>Programa para os pobres</i>
<i>Feito com o coração</i>	<i>Ajuda a sair do aluguel</i>
<i>Boa experiência</i>	--

Gráfico 12 – A casa entregue pela COOTRAHAB corresponde a sua expectativa? Por quê?



■ insatisfeito ■ pouco satisfeito
■ satisfeito ■ muito satisfeito

Referente ao Gráfico 12 (ao lado):
Obs: 100% de SATISFAÇÃO

QUESTIONÁRIO APLICADO EM CAMPO (LOTEAMENTO COOTRAHAB)
ENTRE AGOSTO E SETEMBRO DE 2017.
RESPONDENTES: 28 MORADORES

CONSIDERAÇÕES:

A essa pergunta referente ao Gráfico 12, 100% dos respondentes responderam que **sim**, estão satisfeitos. Abaixo, as considerações:

I. *Recebi algo que estava esperando, dentro do que foi proposto;*

II. *Bem como eu queria | o que tínhamos desejado;*

III. *Em condições de morar;*

IV. *Tá mais pra sim do que pra não;*

V. *Excelente! Bem construída, bem feita;*

VI. *Tudo de bom pra gente que pagava aluguel;*

VII. *Gosto daqui;*

VIII. *Entregaram completa;*

IX. *É mais do que eu imaginava;*

X. *Até agora não deu nenhum problema;*

XI. *Chegou num tempo bom;*

XII. *É minha;*

XIII. *Amo a minha casa;*

XIV. *Não soube responder.*



UDESC

PESQUISA DE ESTÁGIO FINAL OBRIGATÓRIO

ENTREVISTA

Loteamento COOTRAHAB (São Leopoldo, RS)

Pesquisadora: Natalia D'Agostin Alano

Respondente: _____ **Idade:** _____

1. **Trabalho/Profissão/Sobrevivência:**
(Pergunta direcionada à todos os perfis)
2. **Lugar de Origem:** de onde vem, como é sua vida hoje, ainda sem receber a casa?
(Pergunta direcionada ao futuro morador)
3. **O que significa a palavra “Casa”** pra você? (e para você, enquanto mulher, o que significa?).
(Pergunta direcionada ao futuro morador)
4. **Durante a elaboração do “desenho” da sua casa no Loteamento COOTRAHAB, você acompanhou o trabalho do arquiteto Álvaro?** (O que é arquitetura?)
(Pergunta direcionada ao futuro morador)
5. **O que você espera da sua vida na casa nova?**
6. **Você já pensa em reformar a casa nova?** (Quais as mudanças?)
(Pergunta direcionada ao futuro morador)
7. **Você pode me contar sobre a história da produção desse Loteamento?** (Pergunta direcionada à direção da COOTRAHAB)
8. **Como você compreende a expressão “direito à moradia”?** (Pergunta direcionada à todos os perfis)
9. **E “direito à cidade”?** Como você compreende?
(Pergunta direcionada à todos os perfis)

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DA FASE 1
(ELABORAÇÃO DE PROJETOS E COMPRA DA TERRA)

- I. Laudo de viabilidade técnica;
- II. Termo de "opção compra e venda";
- III. Formulário de apresentação da proposta ao Ministério das Cidades;
- IV. Ficha Resumo do Empreendimento (FRE)¹;
- V. Quadro de Composição de Investimento (QCI)²;
- VI. Matrícula atualizada da área/gleba em que se pretende construir;
- VII. Declaração de viabilidade de atendimento da concessionária de energia, água e esgoto;
- VIII. Levantamento planialtimétrico;
- IX. Laudo de cobertura vegetal e geológico;
- X. Diretrizes da pavimentação, do pluvial, da água, do cloacal e da iluminação, e Plano Diretor;
- XI. Licenças ambientais aplicáveis ou parecer técnico emitido por técnico contratado pela Entidade Organizadora, atestando que o terreno não tem restrição ambiental;
- XII. Cronograma físico-financeiro de habitação e o global³.

¹ Este condiz, como o próprio nome sugere, num resumo da obra que a cooperativa pretende executar. Nele, é preciso dispor de informações como: modalidade operacional do empreendimento, informações básicas da cooperativa, da localização e região onde se prevê o empreendimento; num resumo descritivo da proposta, e das especificações das unidades: a forma de implantação, tamanho da área do empreendimento, *etc.*

² É basicamente um quadro de valores para repasse de recursos da CAIXA à cooperativa.

³ Este é preenchido conforme a pesquisa de custo do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), encontrado no *site* da CAIXA (<http://www.caixa.gov.br/>). Os formulários estão disponíveis para download também no site da CAIXA. Importa lembrar que o cronograma serve tanto como uma previsão dos gastos que a obra pode gerar, quanto como um acompanhamento dos gastos realizados.

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DA FASE 2
(OBRA)

- I. Aprovação dos projetos complementares: projeto hidrossanitário; projeto elétrico; projeto de fundações e projeto estrutural; projeto do sistema de aquecimento solar.
- II. Matrícula atualizada da área/gleba em que se pretende construir – com a averbação no Registro de Imóveis da *aquisição da área* pela cooperativa.
- III. Levantamento planialtimétrico: através da contratação do profissional, elaborar esse levantamento com dados da composição do terreno;
- IV. Laudo de cobertura vegetal e geológico;
- V. Diretrizes da Pavimentação, do Pluvial, da Água, do Cloacal, Iluminação Pública e do Plano Diretor;
- VI. Sondagem do terreno;
- VII. Aprovação dos projetos de infraestrutura: rede de distribuição de água potável; rede de esgoto pluvial; rede de esgoto cloacal, ou outra solução definida pela concessionária ou Prefeitura Municipal; terraplanagem; pavimentação; iluminação pública; arborização;
- VIII. Projeto de Acessibilidade – junto à Prefeitura do Município;
- IX. Rede de Energia – com a concessionária, conforme a Resolução da Aneel, nº414/2010⁴;
- X. Licença de Instalação Ambiental;
- XI. Registro do Loteamento;
- XII. Abertura de Matrículas.

⁴A resolução estabelece que a implantação de redes de distribuição de energia elétrica fica a cargo das concessionárias para empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida 2 – Faixa 1. Assim, solicita-se a Declaração de Viabilidade Operacional à concessionária, que será entregue na Caixa.